Marx: crise e transição

contribuições para o debate hoje

Jair Pinheiro
(Org.)

OFICINA UNIVERSITÁRIA

CAPES

CULTURA ACADÊMICA Editora

Marx:
crise e transição

JAIR PINHEIRO
(ORG.)

MARX: CRISE E TRANSIÇÃO.
contribuições para o debate hoje

Marília
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretor:
Dr. José Carlos Miguel
Vice-Diretor:
Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Adrián Oscar Dongo Montoya
Ana Maria Portich
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
Giovanni Antonio Pinto Alves
Marcelo Fernandes de Oliveira
Maria Rosangela de Oliveira
Neusa Maria Dal Ri
Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

M392 Marx : crise e transição : contribuições para o debate hoje / Jair Pinheiro (org.). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

230 p.

Inclui bibliografia
Apoio: CAPES
ISBN 978-85-7983-597-1

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Socialismo. 3. Comunismo. 4. Capitalismo. 5. Revoluções e socialismo. I. Pinheiro, Jair.

CDD 335.4

Editora afiliada:

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

Sumário

Apresentação
Jair Pinheiro 7

A URSS e o socialismo de Estado
Marcos Del Roio 13

Acerca da problemática da transição socialista: avanços teóricos e os recuos das experiências do chamado "socialismo real"
Luiz Eduardo Motta 51

Notas para uma discussão atual sobre o socialismo
Luciano Cavini Martorano 75

A contradição em processo e seus limites:a crise na era do capitalismo senil
Francisco José Soares Teixeira 91

Crise, democracia formal e lutas populares: pistas da teoria social marxista
Milton Pinheiro..... 107

Fortes instabilidades, crises à vista
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida 127

Pivô brasileiro, crise e transição na América Latina: Marx e a investigação de uma especificidade
Jason T. Borba 147

Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana
Jair Pinheiro 187

Lucha de clases y rentismo petrolero en venezuela: riesgos y dificultades para la transición del capitalismo al socialismo algunas claves para comprender la situación actual, afianzar la soberanía nacional y avanzar al socialismo
Rafael Enciso 211

Sobre os autores..... 227

Apresentação

A Queda do Muro de Berlim em 1989 varreu da agenda da maior parte dos pesquisadores todos os temas que guardam alguma afinidade como o socialismo, como crise do capitalismo, transição, classes, etc.; desde então a acusação mais leve dirigida aos que persistem pesquisando esses temas é a de serem ideólogos. Naturalmente os acusadores se dispensaram de apresentar uma definição conceitual de ideologia, pois esta lhes parecia óbvia; ironicamente, é uma premissa do *modus operandi* da ideologia: a obviedade que dispensa explicação.

Doravante, assumida essa suposta transparência da realidade, todas as relações sociais reduzem-se a fornecedores e consumidores, as duas únicas categorias sociais admitidas como relevantes para o processo histórico. Como disse o ex-presidente da Unilever: "As velhas e rígidas barreiras estão desaparecendo – classe e status, *blue collar* e *white collar*, conselho de condôminos e de proprietários, empregada e dona de casa. Cada vez mais, somos simplesmente consumidores." (MICHAEL, 1994). Portanto, restaria apenas aperfeiçoar os dispositivos legais de regulação de mercado para garantir segurança jurídica (o mantra dos tempos neoliberais – JP) a essas categorias, agora erigidas a células básicas da sociedade.

Complementa esta visão a previsão de que,

> O fim da história será um tempo feliz. A luta por reconhecimento, a disposição para arriscar a própria vida por objetivos puramente abstratos, a luta ideológica mundial que fazia emergir a ousadia, a coragem, a imaginação e o idealismo, serão substituídos pelo cálculo econômico, a permanente solução de problemas técnicos, preocupações ambientais e a satisfação de demandas sofisticadas de consumidores. (FUKUYAMA, 1989)[1]

Entretanto, a vingança da história não tardou a demonstrar que o caminho da utopia neoliberal não seria plano nem suave. Desde então,

[1] Em trabalho posterior o autor reconsidera este otimismo, sem reconsiderar a tese central.

as crises têm-se sucedido umas às outras, como em todo período histórico anterior, ainda que com intervalos menores. Já em 1990 estoura a bolha do mercado financeiro japonês, dois anos depois, o ataque especulativo ao *European Exchange Rate Machanism*, sistema que antecedeu a criação do Euro; dois anos depois, o Efeito Tequila, como ficou conhecida a crise da dívida mexicana; seguida da crise monetária do sudeste asiático, em 1997; no ano seguinte, a crise financeira russa; em 2001, o colapso da economia argentina; em 2008 a crise financeira global.

Há estudos que consideram que ainda estamos em meio a uma crise de longo prazo e, outros, que consideram que em 2009 começou um novo ciclo de expansão que já apresenta os sinais de esgotamento. Em qualquer dos casos, a crise permanece na agenda porque é inerente ao sistema. A denominação e periodização dessas crises têm variado entre os estudiosos do tema, cito-as apenas para ilustrar o contraste entre a utopia neoliberal e o movimento real da economia, que em tudo a contraria. Seja como for, essas crises foram seguidas de grandes mobilizações e/ou explosões de revolta daqueles que as vivem como fardo, não como janela de oportunidades.

Entre as mobilizações que marcaram época, pelos critérios de permanência e repercussão, pode-se citar o movimento zapatista e o caracazo. A primeira aparece no estado de Chiapas, ao sul do México, uma expressão emblemática do protesto contra os efeitos das políticas neoliberais na periferia de um país periférico, uma comunidade majoritariamente indígena se levanta em primeiro de janeiro de 1994, data simbólica porque escolhida para a assinatura do NAFTA, acordo de livre comércio entre EUA, Canadá e México, apresentado por seus defensores (políticos, jornalistas, pesquisadores etc.) como a chave do desenvolvimento e do combate à pobreza (o segundo, efeito do primeiro). Justamente contra este vaticínio, aquela comunidade se levanta e proclama:

> *HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias*. (EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, 1993).

Seria este levante a expressão do atraso de uma comunidade constituída de pessoas simples e ignorantes das leis do desenvolvimento ou estaria indicando um problema que não cabe no modelo teórico dominante? Os textos que compõem a presente coletânea permitem sustentar a segunda hipótese.

A segunda mobilização que marcou a conjuntura é a revolta popular ao anúncio do pacote de medidas neoliberais pelo governo de Carlos Andrés Pérez na Venezuela, em 27 de fevereiro de 1989, conhecida como caracazo. Apesar de o nome referir-se à cidade de Caracas, a revolta se estendeu por todo o país, teve como efeito a implosão do sistema partidário e a deflagração da Revolução Bolivariana, a qual impacta o debate político local, regional e global ainda hoje. Os últimos acontecimentos sugerem que assim continuará.

Pelo critério de globalidade da crise e seus efeitos, se destacam o Occupy Wall Street, que ocupou a Liberty Square, no distrito financeiro de Manhattan, em Nova York em 17 de setembro de 2011; e os Indignados, que ocuparam a praça Puerta del Sol em Madrid, em 15 de maio de 2011. Ambos os movimentos se espalharam rapidamente para outras cidades, se caracterizaram por constituir-se de uma ampla rede de organizações ideologicamente heterogênea, denunciaram a captura da democracia pelo mercado financeiro, se tornaram modelo para jovens de todo o mundo (inclusive do Brasil), que também organizaram ocupações de praças em cidades importantes dos seus países. Apesar da repercussão internacional alcançada, ambos os movimentos perderam expressão; hoje quase não se fala mais deles. O Occupy Wall Street mantém um animado debate pela internet, mas sem mobilização e ação direta; os Indignados deram origem ao partido Podemos, que elegeu cinco deputados para o Parlamento Europeu em 2014 e assusta o *establishment* espanhol. Uma hipótese para essa "acomodação" é terem caído na normalidade, na medida em que predominou neles uma explicação da crise como ganância de uma minoria de banqueiros, muito próxima da falta de regulação alegada pelo *mainstream* formado pelo jornalismo econômico, departamentos de economia estreitamente vinculados ao mercado financeiro e políticos ligados a partidos da ordem.

Neste período, também se observou muitas explosões de revolta provocadas pelo empobrecimento urbano devido à retirada de direitos

sociais, queda de investimentos em serviços públicos e da renda do trabalhador. Para contrariar a suposição largamente estimulada pelo jornalismo econômico de que crises e explosões de revolta são provocadas por políticas erráticas de governos populistas em países periféricos, destaque-se os casos de Paris e Londres.

Em 27 de outubro de 2005, na chamada Zona Sensível, por concentrar uma população pobre de 5 milhões de habitantes na periferia de Paris, uma perseguição policial a alguns jovens deu lugar a uma explosão de revoltas que durou 19 dias, com um saldo de 8.900 carros queimados. Em 06 de agosto de 2011, após a morte de um jovem negro pela polícia em circunstâncias suspeitas, a periferia de Londres viveu três dias de revoltas com saques e depredações. Em ambos os casos, uma operação policial aparentemente rotineira fez eclodir, sob a forma desorganizada e despolitizada de explosão de revolta, o sentimento de injustiça que o combate neoliberal à política de proteção social,[2] fermenta nas periferias urbanas, onde o Estado burguês opera principalmente através do seu aparato repressivo.

Desde o primeiro momento, afrontando a nova palavra-de-ordem do fim da história, pesquisadores vinculados a departamentos e grupos de pesquisa de importantes universidades brasileiras e estrangeiras têm buscado enriquecer o arcabouço teórico crítico, aplicando o método do materialismo histórico ao estudo de acontecimentos como os acima citados, revisitando antigos temas e/ou propondo novos.

O grupo de pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho (CPMT) vem realizando o Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo, desde 2005, com apoio do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/UNESP/Marília). A quinta edição, realizada em agosto de 2013, teve como tema "Marx: crise e transição", ocasião em que se debateu a crise e seus vários aspectos, assim como os desafios que o atual estágio do capitalismo impõe ao pensamento crítico e à prática política que visa à sua superação.

O presente volume traz algumas das contribuições apresentadas naquela ocasião. Abre a coletânea o trabalho de Marcos Del Roio, inti-

[2] A este respeito, veja-se Organização Internacional do Trabalho (2014).

tulado *Socialismo na URSS*, no qual o autor examina aquela experiência histórica segundo a tese de que o projeto de Lênin era o desenvolvimento de um capitalismo de Estado como fase de transição ao socialismo, o que se inviabilizou tanto devido às lutas internas como às intervenções imperialistas, resultando então em uma espécie de socialismo de Estado, que é o que ruiu em 1989; conclui Del Roio.

Francisco José Soares Teixeira, em *A contradição em processo e seus limites: a crise na era do capitalismo senil*, analisa os traços característicos do que a literatura denominou capitalismo senil, extraindo daí importantes contribuições tanto para a análise da história do capitalismo até aqui como para os limites a ele inerentes.

Em *Acerca da problemática da transição socialista: avanços teóricos e os recuos das experiências do chamado "socialismo real"*, Luiz Eduardo Motta passa em revista o debate teórico suscitado pela experiência histórica, concluindo que "Ao enfatizar as relações de produção, o marxismo althusseriano demarcou claramente como ponto central na sua análise a luta de classes e as suas contradições dentro e fora dos aparatos estatais."

No mesmo diapasão de análise das experiências históricas e das lições que comportam, Luciano Cavini Martorano, em *Notas para uma discussão atual sobre o socialismo*, apoiando-se em Balibar e Betelheim, aborda as questões da socialização econômica, da política e da representação política no socialismo.

Milton Pinheiro desloca o foco da análise das experiências históricas para o debate teórico em torno da relação entre crise econômica e democracia, apresentando uma análise que explora os limites do formalismo da democracia burguesa e de como ele tem servido à precarização e pauperização dos trabalhadores. Em *Fortes instabilidades, crises à vista*, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida explora as potencialidades do conceito de crise para analisar o debate político corrente e suas contradições.

Com o texto de Jason T. Borba, *Pivô Brasileiro, Crise e Transição na América Latina: Marx e a investigação de uma especificidade*, opera-se mais um deslocamento de foco, desta vez voltando-se para a economia na formação social brasileira e as suas características geoestratégicas que

articula o centro-sul do Brasil e a América Latina como componentes da acumulação internacional do capital.

Fecha o volume duas contribuições sobre a Venezuela: em *Luta pelo socialismo no interior da Revolução Bolivariana*, Jair Pinheiro apresenta uma interpretação daquela revolução apoiando-se numa definição conceitual de revolução em sentido amplo e restrito, ao mesmo tempo que periodiza o processo revolucionário segundo a correlação de forças das classes em luta; por fim, em *Lucha de clases y rentismo petrolero en Venezuela: riesgo y dificultades para la transición del capitalismo al socialismo*, Rafael Enciso apresenta uma análise da conjuntura lationomaricana, tendo como eixo interpretativo o peso da Revolução Bolivariana no subcontinente e a ofensiva do imperialismo estadunidense em aliança com direita venezuelana contra o governo Maduro.

Jair Pinheiro

Referências

EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Primera Declaración de la Selva Lacandona. 1993. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FUKUYAMA, F. The end of the history, summer, 1989. Disponível em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *World social protection report*. Geneva, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_245201.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PERRY, M. *The Brand*: vehicle for value in a changing marketplace. Londo: Advertising Association, President's Lecture, 1994.

A URSS e o socialismo de Estado

Marcos Del Roio

1 Introdução

A necessidade impostergável de refundação do comunismo enquanto crítica teórica / prática, enquanto movimento de superação da ordem social regida pelo capital, enfim globalizada como Império, aponta como uma de suas tarefas uma avaliação severa da própria trajetória do movimento operário no século XX, de suas formulações teóricas e de suas práticas político-culturais. Um ponto essencial nessa avaliação geral é o entendimento do fenômeno histórico constituído pela URSS.

No campo teórico do marxismo as interpretações são variadas e por nada conclusivas. Na vertente do próprio PCUS e do movimento comunista a ele vinculado predominou a ideia de que se tratava de um socialismo em construção ou, depois, de um socialismo realmente existente ou mesmo desenvolvido (sic). A crítica de Trotski indicava a presença de um Estado operário degenerado pela burocratização. Na Iugoslávia, no correr dos anos 50 havia se generalizado a concepção de que uma "nova classe" se apossara do poder na URSS. Logo depois o maoísmo trabalhou com a hipótese de um capitalismo de Estado substituindo a construção socialista a partir de 1956. Em seguida adveio da mesma vertente interpretativa a sugestão de que o capitalismo de Estado prevalecia desde 1921 e perpas-

sou toda a experiência histórica em questão (LOSURDO; GIACOMINI, 1997; FERNANDES, 2000).

Sem discutir as leituras precedentes, neste texto pretendo aventar a hipótese de que o capitalismo de Estado era um projeto de Lênin como imposição da realidade social e histórica da Rússia e que assistiu a diversas fases tanto do ponto de vista teórico quanto prático, mas que se esgota em 1929, quando é substituído pelo socialismo de Estado. A intenção reside, portanto, em expor rapidamente o entendimento teórico e estratégico de Lênin quanto ao capitalismo de Estado para em seguida discutir o conteúdo específico e o significado histórico do socialismo de Estado como negação não só do capitalismo de Estado e do projeto leniniano, mas da própria transição socialista.

Percebe-se que a ênfase está colocada no ano de 1929, como momento essencial de ruptura histórica. Nessa tarefa o auxílio de Gramsci será fundamental tanto pela sua compreensão da transição socialista quanto pelo seu universo categorial. Não será usada a expressão stalinismo por conta de seu forte caráter polêmico político-ideológico e pelo fato de sugerir que o regime em pauta se identificou com o personagem e que teria terminado com a sua morte, quando, na verdade, se prolonga até 1989/91.

2 Lênin e o capitalismo de Estado

Já nos primeiros anos do século XX, Lênin tinha bastante claro que o capitalismo se desenvolvia na Rússia sob uma forma particular, que tendia a desintegrar o feudalismo e a comuna agrária, assim como a colocar em crise o Estado feudal-absolutista. Essa dinâmica colocava na ordem do dia a realização de uma revolução democrática e burguesa, que instaurasse as liberdades políticas (liberal-burguesas) e a democracia, mas também cuidaria do desenvolvimento das forças de produção da vida material.

No entanto, Lênin percebia as dificuldades e os limites da burguesia russa para contribuir nessa tarefa e entendeu que apenas o jovem proletariado industrial, com respaldo das mais amplas frações do campesinato, poderia levar ao cabo a instauração de uma democracia burguesa radicalizada, pois que dirigida pelos trabalhadores. A ditadura democrática do proletariado e do campesinato, tal como Lênin a concebia, seria o invólucro do desenvol-

vimento de uma forma particular de capitalismo, um capitalismo de Estado, no qual os principais meios de produção – máquinas e terras – seriam propriedade estatal, ainda que a burguesia continuasse existindo.

A derrota da revolução democrática de 1905, e do proletariado, abriu a possibilidade de uma composição entre a burguesia e a nobreza feudal e seu Estado, tal como ocorrera na Alemanha depois de 1849. Daí Lênin haver identificado a possibilidade do capitalismo na Rússia se processar por uma "via prussiana", na qual o papel do Estado é sempre importante, a fim de manter as massas operárias e camponesas disciplinadas e submetidas.

A eclosão da guerra imperialista, em 1914, ao trazer a tona as suas debilidades e insanáveis contradições, criou as condições para a crise espetacular do Estado feudal-absolutista russo e a sua via de desenvolvimento capitalista com proteção estatal. Na leitura de Lênin, a guerra imperialista trazia consigo a atualidade e a iminência da revolução socialista internacional e essa levaria de roldão o regime czarista. A questão era como inserir a classe operária e a própria Rússia nesse processo.

A resposta foi oferecida pela realidade. Em março de 1917 ocorreu a derrocada da monarquia feudal-absolutista russa e a instauração de uma situação democrática, que se desenvolvia em duas direções contraditórias que deveriam culminar com uma ditadura de classe, de um ou outro modo. O processo de democratização liberal implicaria, pelas características da burguesia russa, uma nova ordem institucional que recomporia as forças sociais dominantes e a relação subalterna com o núcleo do Ocidente imperialista, reativando a "via prussiana", tanto na economia como no Estado e congelando ou revertendo a democratização.

No entanto, a democratização socialista ocorria ao mesmo tempo e estimulava aquela outra. Lênin percebeu desde logo que o soviet de operários e soldados era uma instituição social que indicava a presença de um novo Estado em gestação, um Estado operário que deveria assumir a forma de uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses pobres. Era preciso fazer com que a classe operária russa, aliada internamente aos camponeses pobres e externamente ao proletariado alemão, iniciasse a revolução socialista internacional. Em consonância com essa perspectiva,

Lênin propôs que o objetivo a ser alcançado imediatamente na Rússia fosse a instauração de uma república dos soviets de deputados operários, braçantes e camponeses, estatuída de baixo para cima.

A revolução socialista internacional teria início então na Rússia, mas deveria se difundir de todo modo para a Alemanha. Lênin julgava que as condições para a transição socialista estavam presentes na Alemanha, não só pela existência de uma classe operária grande e qualificada, com avançadas forças produtivas do trabalho, mas porque a guerra havia acentuado ainda mais a tendência presente no capitalismo alemão de grande centralização do capital e de interferência estatal. Aqui, a transferência do poder para as mãos do proletariado acentuaria o capitalismo de Estado e daria inicio imediato à transição socialista.

A situação da Rússia era, porém, bastante diferente por conta do atraso significativo no desenvolvimento das forças produtivas e pela presença de enorme massa camponesa, pelo limitado mercado interno e pela dependência financeira frente ao núcleo imperialista do Ocidente. Em torno de setembro de 1917, era já patente o fracasso da democratização liberal, que fora apoiada até então por parcelas significativas do movimento operário e do campesinato, além da aliança anglo-francesa. Agora crescia rapidamente, em contraposição, o apoio ao projeto dos bolcheviques de criação de uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato pobre, sob a forma de um Estado-comuna, que no soviet teria a sua instituição basilar.

Era patente a disjunção entre a possibilidade da criação de um Estado-comuna, de uma ditadura da democracia de base soviética, que estabelecia o poder operário, com a ausência de condições materiais ao menos razoáveis para que se desse início à transição socialista. A Rússia, na verdade, estava ainda longe de concluir a revolução burguesa do ponto de vista do desenvolvimento das forças de produção e do ponto de vista da dissolução das camadas sociais pré-capitalistas, de modo que seria tarefa do Estado operário, o Estado da transição socialista, realizar a obra que alhures a burguesia havia já realizado. Essa tarefa seria quanto mais fácil no momento em que a classe operária assumisse o poder na Alemanha e que a revolução socialista internacional se difundisse.

De imediato, Lênin propunha que se estabelecessem medidas que visassem o controle, inspeção e contabilidade dos bens. Para tal indicava a necessidade da nacionalização e fusão dos bancos, nacionalização dos monopólios, abolição do sigilo comercial, agremiação obrigatória da burguesia, organização obrigatória da população em cooperativas de consumo ou fomento. Essas medidas já podiam ser vistas nos Estados imperialistas, mas na Rússia essas ações só poderiam ser voltadas contra a burguesia, diante da incompatibilidade entre a dominação burguesa e a imposição da democracia. Então, Lênin indicava que a associação entre democracia proletária e capitalismo monopolista de Estado apontava para a transição socialista, pois o controle democrático do monopólio capitalista estatal seria já o reverso do monopólio capitalista. A questão da democracia operária era então fundamental.

Elemento do que havia de mais avançado no capitalismo era o método Taylor de organização do processo de trabalho, surgido para aumentar a produtividade e disciplinar o trabalho tendo em vista a exploração e a expropriação do saber operário, que deveria também ser incorporado pelo avesso no capitalismo de Estado com poder operário. Na Rússia revolucionária o taylorismo deveria servir para disciplinar o trabalho e aumentar a produtividade, mas com objetivo emancipatório, por aumentar o tempo livre para participação na vida pública e para os estudos. Ademais, seria também um meio de aumentar o saber operário, pois que o controle do processo produtivo estaria cargo dos próprios trabalhadores.

A guerra civil, seguida da invasão imperialista e da derrota da revolução socialista internacional foi elemento fundamental para o futuro da Rússia soviética. No começo de 1921 a Rússia encontrava-se devastada e isolada política e economicamente, mas tratava-se ainda de um poder revolucionário cujo objetivo era a criação das condições para a transição socialista, ainda que a partir de condições muito difíceis e que obrigavam o investimento no capitalismo de Estado. As condições agora eram piores que em 1918 e as soluções encontradas indicavam o retorno à produção mercantil no campo e mesmo o estimulo a pequena indústria artesanal.

Por outro lado, deveriam ser feitas concessões das fábricas estatizadas ao gestor da grande empresa, uma forma de reforçar o capitalismo de Estado contra a pequena produção mercantil. O cooperativismo seria

outra forma de capitalismo de Estado, que agruparia pequenos produtores. A resistência da burguesia em se adaptar à nova ordem e a estratégia imperialista de sufocar o novo Estado obrigaram Lênin e a Rússia a se voltarem para formas atrasadas de capitalismo de Estado como patamar possível de um novo desenvolvimento.

Lênin, ao conceber a Nova Política Econômica - NEP como um projeto de desenvolvimento capitalista de Estado agro-industrial, reconheceu o peso enorme do campo na Rússia e a necessidade da elevação da qualificação do trabalho e do padrão cultural das massas, como medidas estratégicas imediatas, reconhecendo assim que a comuna agrária, enfim, como havia sugerido Marx em 1881, desde que industrializada, poderia servir de um patamar para a transição socialista. A construção do Estado da transição socialista deveria correr junto com criação das condições materiais e culturais para a transição socialista, que seriam geradas pelo capitalismo de Estado. Essa disjunção seria cimentada pela construção da hegemonia operária na produção e no Estado, mantida a autonomia e o autogoverno da classe operária, cumprindo o partido e o Estado o papel de organizador e educador (LENIN, 1976).

3 O capitalismo de Estado depois de Lênin

Lênin foi colhido pela morte no início de 1924, logo depois de ser derrotada a última manifestação da revolução na Alemanha, acabando com a esperança de que o isolamento do Estado soviético viesse a ser rompido. Ao mesmo tempo, na URSS, ocorria a primeira crise da NEP, que se manifestava na alta dos preços agrícolas e na crise de abastecimento das cidades. Esse foi o momento em que se delinearam dois diversos projetos estratégicos para a URSS, aquele elaborado por Bukhárin, seguindo as indicações de Lênin, e outro pensado por Trotski.

Para Trotski, a NEP, enquanto retirada tática da revolução socialista e meio de recompor a aliança operário-camponesa estava superada já em fins de 1923. Diante dos sinais de reativação da revolução na Europa central e da necessidade incontornável da URSS acelerar a industrialização e recompor a classe operária dizimada na guerra civil, Trotski propunha que a pressão econômica sobre os camponeses devesse se acentuar, até por-

que a industrialização seria a única forma de se evitar que a distância entre o desenvolvimento capitalista nos EUA, que se manifestava com tanta evidência, aumentasse ainda mais. Nessa visão, fundamental continuava a ser a aliança entre a classe operária russa e alemã para o avanço do processo revolucionário, mesmo que em detrimento da massa camponesa russa. O crescimento da classe operária na URSS seria também o antídoto possível à burocratização que já se divisava nas instituições do Estado soviético e do próprio partido (TROTSKI, 1979).

De outra parte Bukhárin procurava desenvolver as derradeiras formulações de Lênin, que indicavam a prioridade da aliança política entre a classe operária e o campesinato e o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, com base na pequena indústria rural, mas sob o poder do partido operário. Na concepção de Bukhárin o capitalismo monopolista de Estado com condução política do partido operário seria um processo de longa duração, pois que demandava a criação de um mercado interno de produção e consumo para que se atingisse o patamar para a construção de um capitalismo de Estado baseado na grande indústria. Só então é que estariam próximas as condições efetivas para a transição socialista.

A formação de cooperativas, aproveitando-se da tradição comunal do campesinato, e a industrialização do campo, com o passar do tempo, transformariam o próprio campesinato de heterogêneo grupo social pré-capitalista, em fração educada da classe operária ocupada na agroindústria socializada e de grande porte. A diferenciação social, segundo Bukhárin, decorrente do próprio processo de acumulação, seria combatida com medidas de política econômica, ou seja, haveria um mercado determinado politicamente. O capitalismo de Estado avançado e desenvolvido seria a condição e o momento inicial da transição socialista. No entanto, a intrusão economicista, talvez decorrente do pouco domínio do método dialético, debilitou a formulação teórica de Bukharin (1980).

O resto da liderança bolchevique não tinha formulações teóricas mais claras sobre como seguir na construção do novo Estado operário. Entre 1923 e 1927 o conflito político esteve relacionado à disputa entre essas duas perspectivas estratégicas, que culminou com a consolidação da teoria de Bukhárin e a derrota de Trotski, participando a burocracia estatal e a maioria do grupo dirigente bolchevique ao lado de Bukhárin.

A vitória, parcial, da linha de Bukhárin ocorreu como decorrência de elementos variados da luta política, mas principalmente pelos bons resultados da economia nesse período, baseada na acumulação agro-mercantil de baixa produtividade. A indústria se ressentia também da baixa qualificação dos trabalhadores e assim como da máquina administrativa inoperante. Em suma, o baixo padrão cultural dificultava o desenvolvimento do próprio capitalismo de Estado e estimulava a recomposição de estruturas gerenciais burocráticas, como o próprio Lenin havia já destacado nos seus últimos escritos.

Já em 1927, no entanto, era patente a crise econômica e social, com problemas na produção agrícola e de abastecimento nas cidades. A diferenciação social no campo também era perceptível com a formação de uma embrionária burguesia agrária. O descontentamento social na cidade e no campo foi combatido com medidas repressivas, sinal da fragilidade do Estado operário enquanto tal e da débil representatividade do partido frente o conjunto da vida social. Em suma, o partido, que acabara de passar por grave cisão, encontrava sérias dificuldades para operar a hegemonia operária, a começar pelo problema de se fazer representante político efetivo da classe operária que se constituía novamente, após a dizimação de 1918-1920.

Como a classe operária, ela mesma, não se fazia dirigente da vida social e não conseguia garantir o campesinato como base social da sua ditadura democrática de classe, o partido operário não conseguia também consolidar o seu o papel de organizador e educador da classe. Com isso se fortaleciam laços sociais próprios da época absolutista-feudal, fosse no campo, fosse na burocracia estatal, assim como a contradição que os colocava em antagonismo. O Estado feudal-absolutista se recompunha nas sombras e se disseminava sobre as instituições administrativas e policiais, até mesmo sobre o partido, o mediador principal da vida social e política.

O enfrentamento da crise implicou o esvaziamento da concepção de capitalismo de Estado que a necessidade havia feito Lênin projetar e que Bukhárin viria a aprofundar, ou seja, um capitalismo de Estado que precisaria de alicerce forte no campo, em termos econômicos e de sustentação social. O risco que se apresentava, porém, era o fortalecimento de uma burguesia agrária, que poderia almejar o poder político, necessariamente em aliança com o imperialismo. Mas um capitalismo de Estado baseado

na grande indústria estatal, como pressuposto da transição socialista, era ainda inviável frente o atraso das forças produtivas do trabalho, da sua deficiente auto-organização e capacidade hegemônica de classe.

Assim, o cenário apontava a quase impossibilidade de solucionar a crise, fosse por meio da passagem para um capitalismo atrasado de base agrária e também a impossibilidade de um capitalismo de Estado com base na grande indústria e com direção efetiva da classe operária em contexto de ditadura democrática com o soviete como fundamento da democracia. Mas estava também sempre mais complexa e difícil a continuidade da chamada NEP, ou seja, o capitalismo de Estado com base agrário-industrial, que alimentava a industrialização de maneira articulada e homogênea, segundo se pretendia, pelo menos. Isso tudo exatamente porque a classe operária não tinha condições de ser hegemônica e o partido comunista tinha dificuldades enormes de representar efetivamente a classe que se formava novamente depois do extermínio da guerra civil e de formular um projeto que fosse capaz de respaldo suficiente para enfrentar crises e suportar o baixo padrão de vida com um mínimo de percalços.

O Estado operário que havia surgido pela atividade autônoma e antagônica das massas no decorrer de 1917, como notara Lênin, só poderia se consolidar com a condição que a revolução se difundisse para a Alemanha e que o capitalismo de Estado baseado na grande indústria estatal criasse, na Rússia, as condições para a transição socialista. A revolução socialista internacional fora derrotada e, na Rússia, foi destroçada a grande indústria e a própria classe operária. O desenho do capitalismo de Estado precisou ser mudado, assumindo as diretrizes da Nova Política Econômica, que postergou a rápida criação ação das condições materiais da transição em troca da busca do consenso nacional popular, ou seja, do respaldo das frações camponesas.

Acontece que as instituições do Estado operário se encontravam também debilitadas, não só a produção material. A guerra civil induziu a militarização da vida social, que, junto com a destruição de meios e bens de produção, assim como da própria classe operária, esvaziaram o soviet, como instituição básica do novo Estado. O poder passava a se concentrar no partido, mais exatamente na sua cúpula, gerando uma importância crucial às suas contendas internas. Trata-se de uma situação propícia para

a recomposição da administração estatal nos moldes burocráticos do absolutismo-feudal, particularmente a partir de 1924, quando o Partido se abre para novas levas de militantes e tem que nomear servidores públicos em quantidade. A dificuldade da situação é bastante clara, pois o Partido teria que escolher entre se abrir para a vida social ou se manter fechado numa restrita militância de bolcheviques de primeira hora, que se descolava das massas e suas demandas. A opção por abrir o Partido fez com que a senda estivesse iluminada para arrivistas sociais e novos membros forjados no ambiente da antiga ordem.

Por outro lado, no campo, em particular, se disseminava a produção mercantil, com a inerente diferenciação social, e se revitalizava a comuna agrária. Era uma corrida contra o tempo: ou se refazia uma classe operária com capacidade de hegemonia para dirigir o capitalismo de Estado e a criação das condições da transição ou as instituições absolutista-feudais se reorganizariam com nova faceta. Percebe-se que as condições para a manutenção do Estado operário com base nos soviets, ao modo de uma ditadura democrática, eram por demais exíguas.

Entre a dificuldade de configuração da hegemonia da classe operária sustentada pelas massas camponesas e a igual dificuldade da implantação de um capitalismo de base agrária mercantil, considerando que a burguesia industrial era apenas residual, a solução que se apresentou para a crise social, que se confundia com a crise do capitalismo de Estado de base agrário industrial, foi o desencadeamento de uma revolução passiva.

Era o terceiro fracasso da Rússia no século XX, que havia visto já naufragar a via prussiana de desenvolvimento do capitalismo em seguida a revolução de 1905, a impossibilidade de inserção em uma revolução socialista internacional (1917-1921), e agora as dificuldades incontornáveis no desenvolvimento capitalista de Estado direcionado para a transição socialista. Em todas as situações o cenário internacional teve peso decisivo, ainda que diferenciado.

4 A crise do capitalismo de Estado

A derrota definitiva das vertentes de esquerda do bolchevismo, em 1927, que se agruparam em torno de Trotski, coincidiu com a derrota da

revolução chinesa, com o renovado isolamento da URSS no cenário internacional e com o agravamento da luta de classes no interior desse País, que gerou a crise social e as condições para o fim do próprio capitalismo de Estado como delineado pela NEP. As péssimas condições de vida, o desemprego, a crise de abastecimento, tudo fez difundir forte descontentamento nas cidades, que culminaram em movimentos grevistas importantes, a indicar o conflito com a administração fabril e a corrosão da base de apoio do partido e do governo. O conflito social no campo estimulou a retenção da produção e aumentou o desabastecimento nas cidades. Cidade e campo viviam em mundos estranhos e a posição que era das esquerdas do bolchevismo, que pensavam priorizar a base de apoio urbano-industrial, ganhava força difusa.

Se a hegemonia operária não se configurava, ou antes, se o corporativismo operário voltava a se manifestar com força, se a base de apoio do regime se enfraquecia no campo com a crise social, que se manifestava mesmo em revoltas marcantes, que poderiam o partido e o Estado fazerem? A recomposição do capitalismo de Estado vigente desde 1921 era possível? Como mais uma vez recompor as suas bases sociais?

Com a crise de abastecimento e de fornecimento de matérias primas para a indústria havia o risco de fechamento de fábricas e de se ampliar o desemprego. Na crise econômica e social generalizada foi necessário se fazer opções e o partido decidiu por priorizar os interesses urbanos, onde se encontrava a sua base social mais sólida e fiel, ainda que trepidante. A opção pela aceleração da industrialização ocorreu também como decorrência do agravado isolamento econômico e diplomático a que a URSS se encontrou a partir da segunda metade de 1927, que difundiu a preocupação com um possível ataque externo. A inevitável implicação foi o substantivo aumento da repressão social na cidade, mas muito principalmente no campo.

Contra as determinações do Plano Qüinqüenal e contra os administradores, os operários se insurgiram em 1928. Acusada a Inspeção Operária e Camponesa de inoperante, a OGPU (a polícia política de então) passou a agir com mais determinação e força. O descontentamento dos operários foi direcionado contra a camada inferior da administração pública, que redundou em processos políticos de finalidade demonstrativa. A direção dos sindicatos favorável às demandas dos operários foi mudada por outra que privilegiava a questão da disciplina no trabalho. No campo a repressão se

desencadeou com brutalidade, acoplada a medidas de restrição ao mercado e requisição da produção, fazendo recordar o tempo da guerra civil.

Os fundamentos econômicos e sociais que sustentavam o projeto da NEP estavam sendo inexoravelmente corroídos. O capitalismo de Estado de base agrário industrial, conforme teorizado por Bukhárin, precisava de relativa estabilidade no cenário externo e a busca permanente do consenso social interno a ser alcançado pelos métodos da política, com paulatino crescimento do bem estar e elevação cultural das massas. Coerente com essa concepção os seus defensores insistiam que a ameaça externa estava sendo muita exagerada e que os problemas econômicos estavam na concepção mesma do plano de industrialização, portanto, na alta administração e na cúpula do Estado, e não nos estratos inferiores da administração responsáveis pela implantação. Do mesmo modo, persistiu-se na defesa da agricultura familiar com base cooperativa e das empresas agrária médias.

Por outro lado, a interpretação de Preobrajenski, feita ainda nos inícios da NEP, de que a tendência da economia soviética levaria a um inevitável conflito entre a cidade "socialista" e o campo "capitalista", parecia se efetivar em 1928. Assim se explica o fato de muitos daqueles que até 1927 se encontravam ao lado da oposição de esquerda, terem aderido ao novo projeto de industrialização acelerada, como se fosse uma corrida pela efetiva construção das bases da transição socialista e a definitiva derrocada do capitalismo agrário. Não se considerou, no entanto, que a concepção de Trotski, em particular, estava voltada para a revolução internacional e para a necessidade de fazer crescer a classe operária, exatamente para reverter a ascensão da burocracia estatal (PREOBRAJENSKI, 1979).

Na verdade, o novo confronto que se exprimia no vértice do partido contrapunha ao projeto nepista de construção das condições da transição socialista, não com o projeto dito da "revolução permanente", mas com outro que viria a se expor com alguma clareza somente agora, com a grave crise social. Entre 1923 e 1927, quando a NEP se impôs frente à perspectiva teórica de Trotski, com Bukhárin esteve Stálin e a maioria do partido, incluindo as novas levas que adentravam o organismo partidário por ânsia de ascensão social. Na luta ideológica, no esforço de sistematizar o pensamento de Lênin (contrariando o seu método, aliás), Stalin concebeu a idéia do "socialismo num só país" para opor a "revolução permanente" de Trotski. Nesse

momento essa formulação poderia ser entendida como reconhecimento da possibilidade de um capitalismo de Estado atrasado que construísse, ainda que parcialmente, as bases e os pressupostos da transição socialista, por esforço próprio, que era a concepção de Bukhárin (e de Lênin).

A partir de 1928, a formulação de Stalin e do grupo que se agregava ao seu redor ganha maior nitidez. O consenso social era pouco relevante diante da importância crucial da industrialização e da criação de fazendas estatais e de grandes empresas agrícolas. Certo que os camponeses deveriam arcar com sacrifícios a fim de garantir a industrialização, mas, em troca veriam também a produção agrícola se industrializar. Ademais, como se supunha que a transição socialista andasse avançada, difundiu-se a ideia absurda do ponto de vista teórico, de que a luta de classes se acirra na medida em que se progride no caminho do socialismo. Para completar, seria também indispensável à presença de um reforçado Estado socialista, que completaria a transição socialista dentro do território da URSS.

O projeto de industrialização acelerada e de formação de grandes empreendimentos agrícolas é, sem dúvida, revolucionário, mas emerge como produto de amplo consenso democrático? Emerge como desdobramento da elevação material e cultural das massas? É fruto da hegemonia operária no capitalismo de Estado soviético? A resposta é definitivamente negativa, considerando-se a insuficiência de força da classe operária para estabelecer a sua efetiva hegemonia na produção e no Estado, já que era uma classe operária em formação e a mediação do partido era insuficiente do mesmo modo, com implicações na legitimidade e representatividade.

De quem era então o projeto em vias de se implantar? Tudo indica que a administração pública, principalmente em suas altas instâncias, preservava interesses particulares, mas também interesses permanentes de Estado. O fato do Estado operário presente em embrião no soviet não se ter constituído efetivamente, por conta da guerra civil e da eliminação de grande parte da própria classe operária revolucionária, possibilitou a reconstituição social e cultural da burocracia do antigo Estado feudal-absolutista.

Desprovida de ideologia própria e de força política, essa força social se imbricou com o partido, aproveitando de seus limites como camada dirigente da classe operária, dos limites da própria classe operária e tam-

bém das crises sociais e econômicas do capitalismo de Estado agro-industrial. Partes dessa velha burocracia já não existiam mais e certos elementos deveriam ser eliminados para que a revolução / restauração fosse possível, e assim se procedeu, mas também houve a incorporação da burocracia operária que se formava. Mas essa era uma necessidade para que a própria recomposição e reciclagem do Estado absolutista pudessem ocorrer.

Em 1928 surgiu a ocasião para que a burocracia estatal reciclada, mas, sem dúvida, continuadora da tradição feudal-absolutista, partisse para a ofensiva restauradora do seu Estado, pois a correlação de forças lhe era favorável. A pressão operária a partir das fábricas em oposição aos administradores, de início, contou com o apoio do sindicato, mas a luta entre os interesses econômico-corporativos da classe operária e dos administradores, que clamavam por disciplina no trabalho para garantir a produtividade, acabou com a mudança na direção dos sindicatos, que passaram apoiar a disciplina do trabalho a partir do plano econômico global acertado pelas instâncias estatais. O sindicato se tornava assim organização de uma excrescência da classe, da mesma forma que aconteceria com o partido logo depois. Sindicato e partido, de instituições orgânicas e representativas da classe operária passavam a ser uma excrescência que se voltava contra a classe, despojando-a de autonomia e autoatividade, além da capacidade e direito de se opor ao seu próprio Estado.

A disputa política, que no fundo era expressão da luta de classes se expressou mais uma vez na contenda partidária, mas o projeto nepista, ao que tudo indicava, estava já derrotado. O peso do Estado político desabou sobre a sociedade civil e os camponeses foram as maiores vítimas. A produção continuava estagnada e a resistência camponesa crescia, promovendo a matança de animais e mesmo assassinato de representantes do governo. Em troca ocorria o reforço da OGPU (polícia política) e a multiplicação de processos políticos. Tributos, requisições e política de preços arruinaram os camponeses médios, que, sem alternativa, entravam nos empreendimentos agrícolas organizados pelo Estado. Embora a produção industrial também estivesse estagnada e até com queda de produtividade, o esforço maior do partido era garantir o apoio da classe operária, para a qual eram oferecidos relativos privilégios (num claro estímulo ao corporativismo), mas sem que a autonomia da classe se fizesse presente.

A fração de Bukhárin, ainda no início de 1928, contava com apoio nas instâncias partidárias, no sindicato, no exército, entre os camponeses, na Internacional Comunista, mas mesmo assim não conseguiu fazer frente à ofensiva burocrática, que contava com aquela parte do partido que havia já absorvido essa concepção com a expectativa de ascensão social, muito mais do que como estratégia da transição socialista. A disputa se arrastou por cerca de ano e meio e culminou com a vitória completa de Stálin e seu grupo. Bukhárin logo se deu conta que o que estava a se implantar era uma forma de "exploração militar-feudal do campesinato." (BUKHARIN, 1980).

Ainda que seja verdade que o grupo de Stalin tenha se mostrado mais competente na luta pelo poder, mais determinado e despreocupado com questões legais ou éticas, essa é apenas uma parte da explicação para o fracasso do capitalismo de Estado agrário industrial do qual era Bukhárin o principal teórico. Tampouco pode ser explicada a revolução passiva que redundou no socialismo de Estado pela perfídia de Stalin, ou por qualquer outra interpretação subjetivista.

O fato é que as dificuldades para o estabelecimento da hegemonia operária com mediação do partido desempenharam um papel fundamental. A dinâmica que deveria recriar uma classe operária já com grau de qualificação, disciplina e consciência suficiente para se exprimir como dialética democrática no partido e no Estado, bloqueando qualquer tendência à remonta burocrática se mostrou inviável do começo ao fim no desesperado projeto nepista, que Lênin elaborara. Parte essencial da tragédia ficou por conta da alternativa que o partido operário tinha de se manter fechado à vida social ou então se abrir para novas levas sociais, das quais à grande maioria faltava qualificação profissional e consciência revolucionária, mas buscava melhorar a sua condição de vida.

5 A revolução restauradora e o cesarismo: fase econômico-corporativa

Como explicar o que se sucedeu com o fim do capitalismo de Estado agro-industrial? É possível que a categoria de revolução passiva elaborada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere possa ser de utilidade. Gramsci elaborou essa categoria inicialmente com o objetivo de explicar

a particularidade da revolução burguesa na Itália, que teria sido realizada pelas próprias classes dominantes reorganizadas diante da pressão das classes subalternas e do impacto externo da revolução francesa. A própria revolução francesa, porém, um processo de longa duração, passara por fase de restauração, jamais completada, pois que não era possível reverter completamente a obra revolucionária, constituindo assim um momento de revolução / restauração.

Gramsci, em seguida, procurou interpretar o fascismo como forma de revolução passiva que reorganiza o capitalismo, cujas classes dirigentes encontravam-se em crise de hegemonia. O impacto da revolução socialista e a pressão das classes subalternas italianas obrigaram as classes dominantes a se reorganizarem sob a forma do fascismo depois de derrotarem a classe operária. Mesmo sem um evidente impacto externo, Gramsci aventa que também o americanismo-fordismo seria uma variante de revolução passiva, na medida em que reordena a classe dominante e submete as classes subalternas de forma mais eficaz. Sobre a URSS, Gramsci apresenta apenas alguns possíveis indícios de que ocorria também ali uma revolução passiva e uma fase econômico-corporativa, na qual predominava a ditadura sem hegemonia. (GRAMSCI, 1975).

Pode ser efetivamente útil utilizar a categoria de revolução passiva na explicação da crise do capitalismo de Estado agro-industrial da URSS dos anos 20? A presença do impacto externo do imperialismo reorganizado depois da guerra, particularmente na inovadora forma americanista, era patente em todos os momentos e formas de pressão econômica e político-militar. Por sua vez, a classe operária que fez a revolução foi dizimada, mais do que derrotada, abrindo uma possibilidade para que as forças sociais do antigo regime se reorganizaram para redefinir a sua dominação.

Pelas circunstâncias, a revolução passiva, ao que parece, era inevitável na URSS, a menos que a revolução socialista internacional ganhasse fôlego. Mas qual seria o seu produto? A revolução socialista inviabilizou a via prussiana de desenvolvimento capitalista, mas a guerra civil e a derrota da revolução socialista internacional dificultaram sobremaneira a criação das condições para a transição socialista e a crise do capitalismo de Estado agro-industrial não deixou outra saída senão a revolução passiva, já que a classe operária não atingira e nem poderia ter atingido o estágio da hege-

monia civil. Mas essa revolução passiva, até para se constituir como tal, de algum modo deveria aparar o impacto do americanismo fordismo.

A burguesia industrial surgira na Rússia como criatura do Estado feudal-absolutista e era agora muito residual, enquanto que a burguesia agrária que se formava nos interstícios do capitalismo agro-industrial tinha poucas condições de almejar a hegemonia ou o poder estatal, senão aliada com forças imperialistas. Assim, a única força capaz de conduzir a revolução passiva era o Estado político, a burocracia feudal-absolutista recomposta e reciclada ao absorver a excrescência da classe operária – ou seja, as instituições burocratizadas da classe.

Mas de que Estado se tratava enfim? Era um Estado operário que não se concretizava por conta de carências variadas nas forças produtivas, na constituição da classe operária, na sua organização e cultura, na sua relação com o partido, no próprio partido, enfim, um Estado operário sem hegemonia operária? Ou um Estado operário que convivia com a recomposição paulatina da burocracia feudal-absolutista reciclada, que se entrelaçava com o próprio partido operário, o qual se tornava por sua vez a excrescência da classe? A crise do capitalismo de Estado agro-industrial foi a oportunidade para a ofensiva burocrática em toda a linha.

Não poderia, no entanto, tratar-se pura e simplesmente de uma restauração do poder feudal-absolutista, posto que a nobreza feudal não mais existisse e os latifúndios estatais ou de posse feudal não mais existiam. A restauração deveria passar então pelo controle do Estado e a partir dessa instância política controlar a vida social, antes de tudo os camponeses. A redução dos camponeses à condições feudais passou pelo extermínio da burguesia agrária e pelo endereçamento dos trabalhadores do campo para as fazendas estatais. Ao mesmo tempo em que se implantava a "coletivização da terra", também foi criado o sistema dos campos de internamento com trabalho forçado.

O controle da classe operária, por sua vez, deveria passar pela imposição da disciplina no processo de trabalho e a transformação do que restava de classe operária (classe para si, com consciência de classe, com capacidade de hegemonia civil) em massa trabalhadora submetida a uma paródia do taylorismo / fordismo, em grupo social subalterno explorado

e oprimido. O planejamento econômico e social seria a fórmula pela qual o Estado absolutista recomposto restauraria o seu poder e submeteria as massas trabalhadoras do campo e da cidade. Fica em aberto a questão de tratar-se de uma burocracia que se constituiu como expressão nacional ou apenas como casta.

A restauração feudal-absolutista deveria, porém, conter fortes elementos de revolução, deveria ser uma restauração progressiva. A revolução socialista de 1917 não poderia ser ignorada e a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção era irrevogável, ainda mais por se tratar de um País no qual a noção de propriedade privada capitalista nunca fora mais que embrionária no conjunto da vida social. O elemento mais forte de revolução foi o projeto de revolução industrial acelerada, com seus desdobramentos de proletarização e urbanização. Essa era uma condição para que o Estado russo se mantivesse forte no contexto internacional, pelo menos o suficiente para se defender da muito possível agressão imperialista. Em 1928 foi contratada a A. Kahn Organization, uma empresa estadunidense de engenharia, que capacitou administradores para a incorporação de tecnologia e definição de processos de trabalho dentro do padrão taylorista. O elemento de revolução passiva é claro.

Como a burocracia não contava com uma ideologia própria e precisou utilizar o partido como instrumento do seu poder, promoveu uma mutação ideológica, de modo a manter o projeto socialista como ideologia do Estado feudal-absolutista recomposto com nova face. A falta de um projeto próprio adequado ao século XX e a necessidade de encontrar força material e ideológica para o seu domínio levou a burocracia feudal-absolutista reciclada a ser a construtora do socialismo de Estado russo e a assumir o "marxismo" como sua ideologia. Mais que isso, passou a se declarar como guardiã do "socialismo verdadeiro" e do "marxismo-leninismo", que veio também a ser a nova ideologia imperial, em substituição a da Terceira Roma. Uma ideologia que assimilou ao mesmo tempo aspectos de vulgarização, de folclore e de mito. Assim, na URSS apresentou-se a situação que a ausência de hegemonia operaria e de condições materiais da transição socialista fizeram a necessidade de uma fase econômico-corporativa, que acentuou medidas práticas de construção das referidas condições que se

colocaram contra a possibilidade da formação teórica, da reforma moral e intelectual e de gestação da hegemonia operária (GRAMSCI, 1975).

Em perspectiva histórica, o socialismo de Estado cria as condições materiais para a transição socialista, mas não é ele mesmo a transição em processo. O socialismo de Estado pode ser uma fase que precede a transição socialista ou que precede a instauração do capitalismo, dependendo de que classe encontra condições melhores para dirigir o seu processo de transposição. Mas a transição socialista é o avesso do socialismo de Estado na medida em que esvazia o poder político e burocrático, em vez de reforçá-lo, que elimina a propriedade privada, em vez de universalizá-la. O socialismo de Estado, contudo, também não é uma forma ou variante de capitalismo de Estado, não somente porque não conta com propriedade privada dos meios de produção e com a presença de uma burguesia privada, mas principalmente porque é produto da parcial restauração do absolutismo-feudal depois de uma revolução socialista comprimida, não da restauração de um capitalismo, que era muito frágil.

O socialismo de Estado, de algum modo, pode ser também identificado como uma forma de "via prussiana" sem burguesia, na qual a burocracia absolutista-feudal é o sujeito essencial, composta de diversos estratos sociais arcaicos e incluindo agora setores de origem subalterna. O socialismo de Estado não é um Estado burguês sem burguesia com relações sociais de produção socialistas (como pensava Trotski da URSS staliniana), mas sim um Estado que revoluciona e restaura o absolutismo feudal, um Estado feudal-absolutista com relações de produção que garantem a acumulação primitiva do capital e ao mesmo tempo a criação de bens de capital. A exploração do trabalho ocorre por meio da política de domínio, não por meio das relações de produção como no capitalismo. Assim, a extração da mais valia absoluta predomina, mas a industrialização possibilita a mais valia relativa apropriada coletivamente e distribuída hierarquicamente entre categorias e grupos sociais, que não constituem classes propriamente ditas. Assim, com a industrialização se abre a possibilidade de uma ulterior revolução burguesa, como ocorrida entre 1989 e 1991 na URSS e Europa oriental.

A implantação da revolução passiva, nesses termos, necessitava proceder à intensa repressão social e estimular o corporativismo operário, a fim de inviabilizar de vez a aliança operário-camponesa, que era a base so-

cial do capitalismo de Estado agro-industrial e a força que deveria alcançar a transição socialista. Ao mesmo tempo era preciso afastar ou neutralizar o grupo político que, no partido e no Estado, representava esse projeto e substituí-lo por outro, que passasse a subordinar todas as instâncias sociais e institucionais autônomas frente ao poder político administrativo, particularmente dos operários fabris.

O extermínio da burguesia agrária (kulacs) estava já em andamento quando o grupo de Bukhárin, dividido e enfraquecido, foi afastado das instâncias mais decisivas do poder, que teve no fortalecimento do projeto do plano econômico o desdobramento imediato. A característica do plano era raciocinar em termos de metas a serem cumpridas administrativamente e não partir dos recursos existentes.

A eclosão da gravíssima crise capitalista, em 1929, ofereceu novos argumentos ao grupo de Stalin, que defendia a inevitabilidade da crise capitalista e do ataque imperialista contra a URSS. A própria Internacional Comunista foi submetida aos ditames da ditadura política instaurada na URSS no decorrer de 1929, com os partidos sofrendo intervenções diretas a fim de serem afastados dirigentes afinados com a orientação de Bukhárin. Para justificar internamente a verdadeira guerra desencadeada contra o campesinato na URSS, a IC foi imposta uma política de ofensiva direta contra o capital, definida de "classe contra classe" e que percebia na social-democracia o inimigo principal, por ser essa vertente do movimento operário geradora de "ilusões" que bloqueavam a via revolucionária. Essa política contribuiu para a vitória da ditadura do capital com forma fascista, mais do que para a revolução socialista.

6 O socialismo de Estado

Marx e Engels já destacavam como a critica da nobreza feudal ao capitalismo e a burguesia gerou uma sorte de socialismo feudal. A concepção de socialismo de Estado apareceu com Robert Owen na Grã-Bretanha e depois com Louis Blanc na França, mas forjou-se de maneira efetiva na Alemanha, com Ferdinand Lassalle, e estava nucleada na ideia de uma aliança entre a classe operária e o Estado, na qual os trabalhadores ofereceriam respaldo aos interesses estatais nacionais (burocrático-feudais) em

troca de direitos políticos e sociais. Essa visão alimentou depois o reformismo social-democrata, em outro patamar, no qual se colocou a visão de um capitalismo de Estado avançado que transitasse para o socialismo de Estado, na medida em que a classe operária assumisse o poder. Nessa perspectiva, na qual desponta o nome de Rudolf Hilferding, a classe operária não aparece como força antagônica ao capital, mas como agente / objeto de reformas definidas por um Estado destituído de sua natureza de classe, que generalizaria os direitos, assim que os monopólios e os meios de financiamento fossem estatizados.

Na URSS o socialismo de Estado surgiu como forma específica de revolução passiva do Oriente, subproduto do fracasso de diferentes projetos: da via prussiana de desenvolvimento capitalista, desencadeada após 1905 e inviabilizada pela crise global do bloco histórico do Ocidente a partir de 1914; da revolução popular socialista de 1917-1921, que ao ficar limitada a territórios do antigo Estado feudal-absolutista russo, reproduziu a dualidade Ocidente/Oriente; da construção de um capitalismo monopolista de Estado sob direção do partido comunista. A sobreposição desses sucessivos fracassos, com o impacto da retomada da crise do bloco histórico do Ocidente no final da década de 20, ofereceu as condições para que se desencadeasse a revolução/restauração no Oriente-russo. Sob o invólucro "marxista", é possível que estivesse presente na ideologia socialista da burocracia absolutista reciclada uma variante da cultura narodinik, que previa uma aliança do povo / nação com o czar para a garantia do acesso a terra e ao trabalho.

A vitória do grupo staliniano na luta interna do partido implicou a eliminação tanto da burguesia agrária quanto do pequeno campesinato comunal, promovendo a abolição das relações mercantis e concentrando força de trabalho em fazendas coletivas e estatais. Assim, sob o nome de coletivização da terra houve a restauração da servidão de Estado, semelhante a existente na época czarista, a fim de preparar a mecanização da produção agrícola e criar excedente a ser desviado para as zonas urbano-industriais. Essa solução guarda analogias também com uma forma social oriental que jamais existira na Rússia, onde a comunidade agrária mantinha uma relação direta com o Estado (DEL ROIO, 2008).

De todo modo, o resultado foi o sepultamento da já cambaleante aliança operário-camponesa, pois os camponeses vislumbravam na entusiasmada organização da juventude comunista que se dirigia ao campo para realizar o "socialismo", o reviver dos antigos burocratas cobradores de impostos do Estado feudal-absolutista. Para os camponeses era uma guerra da cidade contra o campo, a qual durou todo o período de realização do plano de 1928 a 1933. Nesse período se cumpriu a chamada coletivização do campo, ao custo da desorganização da produção e de milhões de mortes.

O projeto de industrialização acelerada concentrava e ampliava o número de operários fabris em grandes empreendimentos, ao mesmo tempo em que lhes retirava qualquer resquício de autonomia e poder no processo produtivo e no Estado. O crescimento da classe operária foi vertiginoso, mas não de uma classe operária dirigente de um Estado operário. Pelo contrário, tratava-se de uma massa de trabalhadores fabris espoliados pelos métodos da mais-valia absoluta. As instâncias do Estado operário transformaram-se em correias de transmissão da dominação da burocracia socialista, forma reciclada da burocracia feudal-absolutista. Soviet, sindicato, célula partidária, tudo foi transformado em instância administrativa do Estado-plano, configurando o que Gramsci entendia ser uma fase econômico-corporativa do Estado na qual não há hegemonia e nem florescimento cultural.

A direção única de fábrica, implantada desde 1918 por Lênin, permaneceu pelo período da NEP, mas seu poder era limitado pela assessoria técnica qualificada e principalmente pela célula do partido e pelo sindicato. A partir de 1929 a célula e o sindicato já estavam integrados na administração e responsabilizados pela produção, deixando então de exercer o controle político da direção fabril e de promotor da democracia industrial, invertendo o seu papel e passando a ser agente de controle dos trabalhadores e não mais dos diretores. A nova função do sindicato era a de controlar a disciplina do trabalho e estimular a produção, tendo sido, em 1935, abolida até mesmo a contratação coletiva. A monocracia na fábrica, porém, estava já consolidada quando passou às mãos do diretor o poder de demitir e punir – por meio do controle da alimentação e habitação dos trabalhadores -- aqueles que se desviassem da disciplina fabril, cujas faltas

foram identificadas à sabotagem e incluídas no código penal, poderiam ser enviados aos campos de trabalho forçado (LEWIN, 1985).

O poder político dos administradores ligados ao partido, com derivados benefícios econômicos, e o crescimento de uma camada social de funcionários intermediários pouco capacitados -- mas que controlavam o cotidiano fabril -- desenhou o novo proletariado, forjado em parte com foragidos da "coletivização", como estrato inferior da vida social urbana. O partido deixou assim de ser o partido da classe operária na transição socialista para ser excrescência da classe na organização do socialismo de Estado e do neo-absolutismo.

Os intelectuais técnicos e culturais não comunistas que vinham prestando serviço ao Estado soviético, foram vítimas da repressão e dos primeiros a serem internados em campos de trabalho forçado já a partir de 1931, o que implicou o rebaixamento do padrão técnico da produção, obrigada a incorporar os "práticos", que assim ascendiam socialmente. Mas o fato é que esses campos de trabalho forçado, povoados por seres sociais ideologicamente inferiorizados por hipoteticamente resistir à instauração da "nova ordem", tiveram um papel econômico de monta na produção do excedente a ser investido na indústria e no sustento da burocracia estatal (CHLEVNJUK, 2006).

A submissão da classe operária e do campesinato ocorreu a partir do momento que as suas instâncias de organização e representação – o soviet e o sindicato -- foram transformadas em instâncias de sua opressão. Na verdade, classe operária e campesinato deixavam de existir enquanto tais para que surgisse uma enorme massa de trabalhadores submetidos ao Estado político. Restava apenas a ilusória esperança de que a luta interna no partido pudesse levar a uma nova mudança de situação (AVTORCHANOV, 1980).

A autonomia relativa entre Estado, partido e sindicato que subsistia no período da NEP, extinguiu-se no socialismo de Estado, quando prevaleceu a tendência à fusão num único poder político-administrativo. Na medida em que se restringia o debate político, o poder decisório se concentrava no vértice do partido ao mesmo tempo em que esse crescia e se consolidava entre os trabalhadores. Esse paradoxo aparente se deslinda a partir do momento

que se observa que o partido deixara de ser instrumento do poder político da classe operária para ser instrumento de controle, disciplinamento e educação do mundo do trabalho, tendo em vista a acumulação "primitivo-socialista" do capital. O socialismo de Estado promove a completa estatização de uma sociedade civil construída segundo seus desígnios, onde partido, sindicato, soviet, escola, imprensa, etc., sob o controle onisciente da polícia política, encontram-se ligados ao mundo da produção, com o objetivo manifesto de convergir para o ideal do Estado-plano, como único propulsor da acumulação e gestor das coisas e dos homens.

Surgido no contexto da guerra dos trinta anos do século XX, o socialismo de Estado é uma ordem social militarizada que exige uma significativa força armada e uma política externa ativa, combinando diplomacia, espionagem e a IC. A camada burocrática que se formou da revolução / restauração feudal absolutista é composta por interesses conflitantes originados da crescente desigualdade e da sedimentação de grupos profissionais e sociais com prestígio e renda diferenciados, interseccionados com a organização partidária. Compunha-se de administradores, engenheiros, ideólogos, militares, políticos que submetiam a massa trabalhadora. Dividia-se, de modo geral, entre aqueles que privilegiam a técnica do poder e do plano e os que se preocupam com a questão do consenso, tendo em vista o risco de desagregação da ordem social e estatal.

Uma depuração do partido decidida pelo grupo de Stalin no Comitê Político partidário, sem consulta a qualquer outra instância, ainda em 1933, restringiu a ação da massa partidária, colocada toda em suspeita. Mesmo assim, no congresso do partido comunista de 1934, o de número XVII, Stalin precisou chamar atenção contra os perigos que rondavam a revolução passiva em execução.

Com o discreto suporte dos velhos bolcheviques a essa segunda tendência, preocupados com os riscos da desagregação social, conseguiu-se uma situação de compromisso, entre 1934 e 1936, que implicou a suspensão da guerra anticamponesa e da pressão política policial sobre os trabalhadores fabris. A IC, por sua vez, adquiriu uma temporária autonomia, pressionada pela gravidade da ofensiva fascista, que permitiu a retomada da política de frente única sob a forma de frentes populares, contemplando ao mesmo tempo o interesse soviético de aproximação com a França. A

ascensão do nazismo passava a preocupar a burocracia socialista e a recomposição do consenso interno ganhava importância.

Durante esse período o número de inscritos no partido foi diminuindo devido à depuração, e visto que nem a eficácia produtiva nem o consenso social aumentavam, entre os anos 1937 e 1938, foi desencadeada impiedosa repressão contra o próprio partido, com condução da polícia política, atingindo todas as instâncias diretivas e as forças armadas. A direção do partido bolchevique foi praticamente eliminada. A rigor tratava-se agora de um acerto de contas no interior do próprio Estado, já que as classes subalternas estavam em situação de incontestável subordinação econômica e política. A partir de então, eliminado o antigo grupo dirigente bolchevique, um novo partido começou a ser construído com aqueles que participaram na guerra anticamponesa e da corrida pela produção industrial, em geral arrivistas sociais, entre os quais se contavam grande número de funcionários e pequenos intelectuais, cuja cultura prática tendia a reproduzir aquela da burocracia feudal-absolutista.

Era esse um partido feito à imagem de Stalin, que encarnava, de acordo com o papel a ser desempenhado, Ivan IV (o consolidador da "terceira Roma"), Pedro I (o modernizador do Estado e da economia) ou Lênin (o revolucionário internacionalista), e acreditava estar conduzindo a História e a construção do "homem novo", na medida em que procedia a "edificação socialista", tendo o "marxismo-leninismo" como guia infalível. Uma implacável ditadura deveria ser imposta àqueles que se opunham a esse projeto de dimensão universal, que tinha na URSS apenas seu marco inicial. O trabalhador absenteísta, o reivindicador de melhores condições de vida e trabalho, o opositor político-ideológico, eram todos tratados como "sabotadores" e "traidores" da grande obra faústica em andamento, manietados por "contrarrevolucionários" de diversos matizes, entre os quais tinha particular destaque os "trotskistas", associados ao "imperialismo".

Mas era também inaceitável que se formasse um grupo de grandes "senhores feudais" na economia e na política e para que isso não viesse a ocorrer a atenção do "czar" Stalin e da polícia política era contínua, a colocar sob tensão permanente a própria burocracia do novo regime feudal-absolutista composto ao modo do socialismo de Estado. Não era conveniente recair nos erros de Ivan IV, que, na fase histórica da Rússia de fins

do século XVI e começo do século XVII, não coagiu suficientemente os feudatários boiardos e permitiu a invasão polaco-sueca e a posterior insubordinação dos camponeses.

Esse socialismo de Estado constituiu uma forma de revolução passiva específica do Oriente, por pretender não a ocidentalização subalterna, mas por indicar no socialismo de Estado uma via da modernidade que resgata aspectos do feudalismo oriental e promove a acumulação de capital de forma anticapitalista, sob um regime cesarista. Nessa forma de revolução passiva, a sociedade civil é criatura de um Estado que impede o desdobramento das dimensões públicas e privada da vida social, como na modernidade capitalista do Ocidente, pois que se constitui em lócus de generalização da propriedade privada coletiva, realizando aquilo que Marx chamava de "comunismo tosco" (MARX, 2004). O Estado não se configura como poder público da coletividade, mas como poder político da camada burocrática, cuja ideologia recusa a propriedade privada individual e bloqueia a emergência de uma sociedade civil autônoma, que poderia dar origem tanto a interesses individuais privados como a uma esfera pública efetivamente socialista.

O Estado, enquanto poder político burocrático que cria e se sobrepõe à sociedade civil, é elemento propulsor da acumulação não capitalista do capital e de distribuição da riqueza social, gerindo assim a desigualdade e as relações entre grupos sociais. Esse Estado feudal-absolutista revolucionariamente restaurado no socialismo estatal aloca e reduz a força de trabalho ao regime de salário, enquanto que o exercito industrial de reserva é conduzido ao trabalho forçado nos campos de "reeducação", num moderno resgate da servidão feudal de Estado. O produtivismo -- gerador de coisas que movimentam essa ordem -- nega a personalidade do homem e expressa a universalização da apropriação privada da riqueza social. Assim é que o socialismo de Estado generaliza a propriedade privada como forma específica de imposição do trabalho perpétuo que distingue a modernidade capitalista, afirmando a alienação em vez de promover a emancipação humana.

7 A expansão do socialismo de Estado

A última fase da guerra dos trinta anos do século XX, de 1941 a 1945, colocou em confronto aberto três formas de revolução passiva e seus subjacentes projetos de império universal: o americanismo liberal, o fascismo e o socialismo de Estado. Nessa disputa triangular o Ocidente liberal anglo-americano aliou-se ao Oriente feudal-socialista porque se tratava de decidir, prioritariamente, contra a aliança nipo-germânica, a sobrevivência do núcleo original do Ocidente e o controle do Oriente asiático. A derrota da aliança fascista, em 1945, impossibilitou a consolidação do corporativismo estatal como forma de revolução passiva, mas reabriu a possibilidade da configuração de alternativas nacional-populares, particularmente na região do Oriente europeu, então dominada por blocos agrários e anexada ao império alemão. A convergente ação do exército soviético em progressão, com a insurgência popular armada, a partir de fins de 1944, criou condições para a realização de revoluções nacional-populares, tendo a aliança operário-camponesa como força motriz.

Embora numa enorme diversidade de situações, Albânia, Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Hungria, Checoslováquia e Polônia empreenderam a institucionalização de repúblicas democráticas. Tratava-se, realizada uma radical reforma agrária, de desenvolver um capitalismo monopolista estatal a partir de um planejamento central socialmente controlado, com bancos e setor de bens de capital estatizados e voltados para o fortalecimento do mercado interno, além de investimentos na mecanização do campo e na formação de cooperativas agrícolas. Parecia enfim se realizar a ditadura democrática, teoricamente formulada por Lukács e outros, e agora rebatizada por Dimitrov com o nome de democracia popular.

Esses novos regimes eram dirigidos por frentes nacional-populares pluripartidárias (com exceção de Albânia e Iugoslávia) de amplitude variável, que eram legitimadas pela presença de oposições liberal-conservadoras. O conteúdo econômico político desses Estados dependia do peso da burguesia industrial, da atitude tomada diante da ocupação nazista e de sua ascendência sobre o campesinato, assim como da capacidade da classe operária e seus partidos estabelecerem uma aliança estável com o campesinato e camadas médias urbanas. Nessa forma política, através da elevação cultural e da ativação política das classes subalternas a hegemonia estaria

em disputa com as burguesias no próprio processo de construção da sociedade civil, quando poderia se colocar o problema da transição socialista (FEITJO, 1977).

Essa constelação de democracias populares, instauradas no Oriente europeu ameaçava também o socialismo de Estado russo como forma específica de revolução passiva do Oriente e restauração feudal-absolutista, mas foram os EUA os primeiros a se darem conta do perigo que representava para o seu projeto de reconstrução do império universal do Ocidente a partir do americanismo, pois que poderiam se difundir para o Ocidente, particularmente para a Itália. Enquanto a URSS mantinha-se na expectativa de ajuda econômica, os EUA decidiram-se por romper, em 1947, em todos os níveis, a aliança antifascista, forçando a definição de "partidos americanos". A saída da esquerda social-democrata e comunista dos governos de coalizão da França e Itália, dos trabalhistas do governo inglês, a formação da RFA (Alemanha ocidental) e a intervenção na guerra civil grega, definiram os conteúdos e contornos do império do Ocidente. A OTAN e o rosário de bases militares americanas espalhadas por todo o mundo constituíram a nova força militar imperial.

A URSS, que saíra exaurida da guerra dos trinta anos (1914-1945), aguardava ajuda e investimentos do Ocidente na obra de reconstrução, enquanto que o prestígio angariado na vitória permitia o fortalecimento internacional dos comunistas e a maturação de alternativas nacional-populares aliadas. A decisão americana de fechar as fronteiras do império ocidental e provocar o recuo ou até mesmo o estrangulamento da URSS, assim como a mobilização social implícita aos novos regimes democráticos, obrigou também a definição das fronteiras do império do Oriente, que estavam, aliás, pressupostas desde a conferência de Ialta, em 1943. O esforço de reconstrução no isolamento e com ameaça de ataque nuclear, reproduziu as condições sociais presentes nos anos 30 que permitiram a superexploração da força de trabalho nas fábricas e nos campos de concentração.

Entre 1947 e 1949, em simetria com a recomposição imperial do Ocidente, o socialismo de Estado, como forma específica de revolução passiva, expandiu-se pela Europa oriental, sobrepondo-se a alternativa nacional-popular. A primeira medida foi a formação do Comitê Informativo

Comunista (Kominform) no segundo semestre de 1947, que agregava os partidos comunistas no poder na Europa oriental (com exceção da Albânia) mais o PCI e PCF. Passou-se, em seguida, à dissolução das frentes populares, à fusão forçada de social-democratas e comunistas e à perseguição da oposição liberal. Os ensaios de formação de federações entre democracias populares (Bulgária / Iugoslávia / Albânia e Checoslováquia / Polônia) foram acintosamente obstruídos por Stalin, exatamente por contrariar a lógica do Império. A Iugoslávia, que havia realizado uma revolução baseada na aliança operário-camponesa, conduzida pelo partido comunista, recusou a homologação ao império do Oriente e rompeu com a URSS.

Utilizando as divergências políticas nos partidos que compunham o Kominforn, o partido comunista da URSS impôs seus pontos de vista, tachando de "titoístas" os defensores da autonomia das democracias populares. A ruptura com a Iugoslávia e a formação da RDA (Alemanha oriental) em 1949, definiu as fronteiras europeias do império do Oriente e do socialismo de Estado. No entanto, a política imperial da URSS, até por não ser capitalista, não pode ser considerada imperialista em sentido estrito, do modo formulado por Lênin. A sua política imperial tem relação, também aqui, com as características expansivas pré-capitalistas do antigo Império russo feudal-absolutista.

A radicalização da alternativa nacional-popular na Checoslováquia, o mais ocidentalizado desses países, em fevereiro de 1948, quando a classe operária ocupou as fábricas e as ruas com apoio discreto do aparato policial, viu-se sufocada nesse processo. Do mesmo modo que nas outras democracias populares, onde a presença dos comunistas era mais débil, já no primeiro semestre de 1948 o partido comunista ganhou foros de partido do Estado. Com toda oposição perseguida, abriu-se rota para a repressão de massa, a estatização da sociedade civil e da economia e a conformação de uma burocracia estatal socialista que implantou uma política de coletivização forçada da terra e de industrialização acelerada, com a consequente superexploração da força de trabalho.

A ampla base social camponesa e pré-capitalista explica o poder político burocrático do socialismo de Estado, isso porque o campesinato pobre tem dificuldades em se organizar e gerar intelectuais próprios e também porque o absolutismo feudal tende a se recompor como neoabso-

lutismo. Certo que cada um dos Estados feudal-socialistas que se formou tem a sua particularidade, mas vale destacar o caso alemão oriental, onde extirpada a burguesia, pode se forjar a aliança entre o Estado prussiano e a classe operária, seguindo a tradição que vinha de Lassalle. Do mesmo modo vale o destaque da Checoslováquia, onde socialismo de Estado menos apresentou aspectos progressivos, por conta da longa trajetória de luta operária e nacional e da anterior experiência democrático burguesa.

A vitória da revolução nacional-popular chinesa, também em 1949, resultado da atuação bem sucedida da política de frente única e da aliança operário-camponesa, permitiu que se ampliasse a representação ideológica de um compacto e uniforme "campo socialista". No entanto, por suas próprias dimensões geo-demográficas e tradição histórico-cultural, a China preservou sua autonomia em relação a URSS, alternando momentos de colaboração e de fricção. A URSS apoiou política e militarmente os chamados movimentos de libertação nacional, sempre que se mostrassem hostis ao império do Ocidente, cuja pressão política facilitava aquela aliança em nome do antiimperialismo.

Com a morte de Stalin, em 1953, abriu-se um conflito institucional que visava fazer o partido retomar o controle do Estado submetido ao poder policial. A sedimentação de interesses sociais setoriais obrigou um rearranjo do poder burocrático a fim de estabelecer prioridades sócio-econômicas e relegitimar o papel dirigente do partido, ampliando o consenso social. A denúncia da obra de Stálin no XX congresso do PCUS (1956) consolidou no poder a burocracia gerada na esteira do extermínio do velho partido bolchevique, em 1937-1938. Essa burocracia estatal, imbuída de uma ideologia socialista, dita "marxista-leninista", conseguiu impor sua hegemonia numa sociedade civil estatizada, restringindo os campos de trabalho, apresentando soluções econômicas e promovendo o crescimento cultural e científico. Já em 1955 foram lançadas as sementes de um mercado oriental, com a criação de um Conselho Econômico de Ajuda Mútua (Comecon) e foi assinado o acordo militar de Varsóvia, claros indícios de que se pretendia a reorganização do império em bases consensuais, buscando-se a reaproximação com a Iugoslávia e dissolvendo-se o inoperante Kominform.

O que poderia parecer a retomada da democratização socialista, ensejada pelo regime de democracia popular, foi na verdade a consolidação do socialismo de Estado com hegemonia da camada burocrática, que, além de interesses gerais do Estado, defende interesses materiais específicos, condicionados pela ideologia socialista, que limita a apropriação privada e a transferência por herança da riqueza. Em países nos quais a força política original dos comunistas era débil, como na Polônia e Hungria, a reestruturação foi mais difícil, dando margem a forte movimentação popular anti-regime, que culminou na insurreição de Budapest, provocando a intervenção militar das forças imperiais. Na Albânia e na Romênia, por motivos opostos, a reestruturação foi imperceptível: num caso, pela sustentação popular original do regime e, no segundo, pelo limitado consenso, que exigiu a continuidade da coerção e o progressivo deslocamento do poder para temas nacionalistas como esforço de legitimação.

Sustentada por uma massa de trabalhadores e de funcionários relativamente privilegiados, nos anos 60 a economia de grandes empresas estatais atingiu seu apogeu na URSS na função de acumulação não-capitalista de capital. Ao mesmo tempo, relações mercantis, vivendo numa zona de sombra da legalidade, forçavam passagem entre os estratos intermediários da burocracia do partido-Estado. O trabalho servil, embora diminuindo de intensidade, continuou existindo, já que contribuía para a acumulação da riqueza social desigualmente distribuída. A passagem do poder de Kruschev para Breshenev (1965) foi expressão de um conflito político no interior da camada burocrática, emerso com o temor da perda do monopólio do poder pelo partido, ensejado pela política do primeiro de fortalecer a autonomia de setores ligados à agricultura, em troca do que se passou novamente a priorizar a indústria pesada e seu uso militar (VOSLENSKI, 1980).

A relativa ampliação das relações sociais e político-culturais deu margem à retomada de uma autônoma dialética democrática na Checoslováquia, que culminou na "primavera de Praga" de 1968, mas a ameaça velada de ruptura no interior do império, num momento de escalada americana no Vietnã, provocou a intervenção militar do Pacto de Varsóvia e a eliminação do intento de democratização socialista. De outra parte, a China encaminhava-se, com a chamada "revolução cultural", para

uma variante autônoma de socialismo de Estado, que precisou também fazer uso da repressão massiva e de campos de trabalho forçado, ainda que a mobilização popular tenha sido bastante intensa.

Esse foi o desdobramento e o resultado do fracasso do arranque econômico intentado em fins dos anos 50 e que havia resultado na morte por fome de milhões de pessoas. O embate entre a via do socialismo de Estado, que resgatava aspectos da forma oriental antiga, e a via do capitalismo de Estado se concluiu na China somente em fins dos anos 70 com a vitória da via capitalista no partido e no Estado. A via do capitalismo de Estado na China, no entanto, parece ser produto de uma aliança entre a burocracia feudal reciclada e uma burguesia emergente, ainda que, junto com o rápido crescimento econômico, ocorra uma proletarização em massa do campesinato e a criação das condições materiais da transição socialista, mas não, por ora, da hegemonia operária, que era, por sua vez, o intento declarado da revolução cultural.

8 A crise do socialismo de Estado e a necessidade da transição socialista

Em fins dos anos 70 a crise de hegemonia da camada burocrática socialista, cuja origem, na URSS, fora o ressurgimento da burocracia feudal-absolutista, articulada com a excrescência da classe operária, era irreversível. Iniciada pela periferia, onde era mais frágil e mais recente, a crise manifestou-se com o surgimento de uma sociedade civil autônoma respaldada na economia mercantil e por instituições sociais tradicionais, com destaque para a Igreja católica. A economia socialista estatal, incapaz de incorporar produtividade ao trabalho social, passou a investir mais que nunca na tecnologia militar de ponta, realçando a militarização do império e sua expansão, manifesta na África e no Afeganistão. Ao mesmo tempo se reativavam os campos de trabalho servil, lotados com "loucos", "bêbados" e "dissidentes", a fim de tentar suprir a carência de valores de uso e de consenso social.

A acumulação originária do capital privado no núcleo original do Ocidente abriu espaços institucionais no Estado absolutista, compondo-se com a nobreza feudal. Mas no Estado feudal-socialista do Oriente, por sua

postura anticapitalista e antiburguesa, a acumulação privada só poderia abrir caminho através da irrupção de uma burguesia formada nos subterrâneos, sem qualquer parâmetro cultural legal que delimitasse sua atividade no mercado forjado na contravenção.

O esgotamento do socialismo de Estado na URSS poderia, em tese, implicar a possibilidade da efetiva transição socialista, dado que as forças produtivas do trabalho haviam alcançado um grau significativo de desenvolvimento. No entanto, isso não foi possível porquanto a classe dos trabalhadores foi sufocada na sua autoatividade por toda a fase do socialismo de Estado, não encontrando condições de organizar uma nova subjetividade que percebesse o socialismo de Estado como o reverso da transição socialista.

A pressão econômica, militar e ideológica desencadeada pelos EUA contra a URSS no decorrer dos anos 80 foi decisiva para que ocorresse a desintegração do Império do Oriente. O caminho intentado, a partir de 1985, de reverter o socialismo de Estado em capitalismo monopolista de Estado, com a finalidade de contornar a crise e garantir representatividade política a novas camadas intelectuais e profissionais, apenas abriu passagem para a transformação de frações da burocracia feudal-socialista em burguesia e para instauração de um capitalismo periférico. A passagem bem sucedida do socialismo de Estado para o capitalismo de Estado ocorreu apenas em países de base de desenvolvimento das forças de produção bastante atrasada e com grande massa de trabalhadores de origem e condição pré-capitalista, como a China e o Vietnã, mas sempre com condução de uma burocracia "socialista".

O fim do socialismo de Estado teve como implicação uma avassaladora vitória do poder do capital, a configuração do seu império universal, a acentuação da derrota histórica do movimento operário e do projeto socialista, que já se configurava desde o fim dos anos 70. Acontece que a vitória do capital em todas as frentes torna mais visível a sua forma de reprodução ampliada destrutiva de bens de uso e do ambiente. A desintegração do socialismo de Estado, por ação da dinâmica do capital, culmina o projeto de construção de um império universal do Ocidente, mas em vez de consolidar uma revolução passiva de caráter global, com se propôs e se supôs, apenas antecipou a crise orgânica do capital e da ordem imperial.

A gravidade da crise, que é do capital, mas também é do gênero humano, indica a necessidade da ativação da transição socialista, da revolução comunista, por meio da autonomia antagônica das forças do trabalho. Isso só pode ocorrer por meio da radical oposição aos fundamentos da produção capitalista, ao seu modo de produzir e ao poder político do capital e todas as suas implicações políticas, como o militarismo, o sexismo, o racismo, mesmo que ainda seja necessário, em partes do território global do império, fazer uso do capitalismo de Estado como fase preparatória da transição. Mas, sem dúvida, tal capitalismo de Estado deverá estar subsumido aos interesses de uma frente única internacional das massas trabalhadoras e deve ser descartada qualquer forma de pseudo-socialismo, que obscureça as vias da emancipação humana com a reprodução do poder político, de novas formas de domínio que garantam a sobrevivência do capital, ainda que sob vestes não-capitalistas.

Referências

AVTORCHANOV, A. *La tecnologia del potere*: il potere nell'URSS da Stalin a Breznev. Milano: La Casa di Matriona, 1980.

BENVENUTTI, F.; PONS, S. *Il sistema di potere dello stalinismo*: partito e Stato in URSS (1933-1953). Milano: Franco Angeli, 1988.

BERTELLI, A. R. *Capitalismo de Estado e socialismo*: o tempo de Lênin (1917-1927). São Paulo: IAP; IPSO, 1999.

BETHELHEIN, C. *A luta de classes na URSS*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 2v.

BOFFA, G. *Storia dell'Unione Soviética*. Milano: Mondadori, 1976. 2v.

BUKHARIN, N. *Le vie della rivoluzione*. Editado por Francesco Benvenuti. Roma: Riuniti, 1980.

CALLINICOS, A. *A vingança da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CHLEVNJUK, O. *Storia del Gulag: dalla colletivizzazione al grande terrore.* Torino: Einaudi, 2006.

DEL ROIO, M. (Org.). *Marxismo e Oriente*: quando as periferias tornam-se o centro. São Paulo: Ícone; Marília: Oficina Universitária, 2008.

_____. *O império universal e seus antípodas*: a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998.

_____. *Os prismas de Gramsci*: a formula política da frente única. São Paulo: Xamã ; IAP; FAPESP, 2005.

ELLENSTEIN, J. *The Stalin phenomenon*. London: Lawrence and Whishart, 1976.

FEITJO, F. *Storia delle democrazie popolari*. Milano: Bompiante, 1977. 2.v.

FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real*: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FITZPATRICK, S. (Ed.). *Stalinism*: new directions. London; New York: Routledge, 2000.

GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

GRAMSCI, A. *Quaderni del c*árcere. Torino: Einaudi, 1975 4t.

KURZ, R. *O colapso da modernização*: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENIN, V. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976. 12 t.

LEWIN, M. *Storia sociale dello Stalinismo*. Torino: Einaudi, 1985.

LOSURDO, D.; GIACOMINI, R. (Ed.). *URSS*: bilancio di un'esperienza. Urbino: Edizioni QuatroVenti, 1997.

LUKACS, G. *L´Uomo e la democrazia*. Roma: Lucarini, 1987.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDVEDV, R. *Lo stalinismo*. Milano: Mondadori, 1977. 2v.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PREOBRAJENKY, E. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REIMAN, M. *La nascita del stalinismo*. Roma: Riuniti, 1980.

TROTSKY, L. *A revolução traída*: o que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Editora do Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

TROTSKY, L. *As lições de outubro*. São Paulo: Global, 1979.

VOSLENSKY, M. S. *A nomenklatura*: como vivem as classes privilegiadas na União Soviética. Rio de Janeiro: Record, 1980.

APENDICE

O Fim do Império do Oriente e a Ilusão da Universalidade do Ocidente

Em 11 de novembro de 1989 uma pequena multidão colocava abaixo o Muro de Berlim, que desde 1961 dividia a cidade em duas partes: a capital da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) e um enclave que fazia parte da República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). A cidade dividida de Berlim foi um dos pontos de maior tensão em todo o decorrer da chamada guerra fria, tendo-se transformado em símbolo dessa contenda política e ideológica entre os EUA e a URSS. De fato, com o fim da guerra dos trinta anos do século XX (1914-1945) o planeta assistiu a consolidação de dois grandes impérios, em torno dos quais as nações do mundo tiveram que orbitar seguindo uma hierarquia. O império liberal do Ocidente, nucleado nos EUA, por um lado, e o império socialista do Oriente, por outro, cada qual com suas características e natureza próprias: o império do Ocidente regido pelo processo de acumulação capitalista imperialista e o império do Oriente regido pela acumulação não-capitalista do capital, sob forma de um socialismo de Estado (um não-socialismo).

Grave crise de hegemonia assolou o império do Ocidente nos anos 70, que do ponto de vista da acumulação do capital ainda persiste, mas que se recompôs a partir dos anos 80 como núcleo de um arco de poder imperial, enquanto o império do Oriente entrou em crise irreversível desde fins dos anos 70. A pressão econômica e militar do império do Ocidente levou o império soviético à completa exaustão nos anos 80. A crise começou pelo elo mais frágil que era a Polônia, onde a hegemonia da burocracia socialista era frágil e tinha que se ver com a hierarquia da Igreja Católica, cuja ascendência era forte entre os camponeses e crescente na classe operária. A estagnação econômica na URSS e no conjunto dos Estados denominados como socialista deveu-se a incapacidade de incorporar produtividade e aos gastos enormes em armamentos para fazer frente aos EUA e seus satélites europeus.

A esperança de alguns de que da crise pudesse haver uma recuperação de uma concreta democracia socialista antagônica ao poder burocrático, mostrou-se uma cruel ilusão. A crise de hegemonia apontava apenas para duas saídas e ambas indicavam a manutenção do poder político social existente. De início intentou-se a passagem do socialismo de Estado para uma variante de capitalismo monopolista de Estado, com a legalização e ampliação do mercado. Essa alternativa já presente em alguns países da Europa oriental, como a Polônia, a Hungria e a Iugoslávia, assim como na China desde 1978, viu-se momentaneamente fortalecida a partir de 1985 na URSS, com o governo Gorbachev.

O fracasso do governo Gorbachev ocorreu por conta da acentuação da crise de hegemonia, com a fragmentação política da burocracia. Enquanto Gorbachev se empenhava na passagem para o capitalismo monopolista de Estado (que vinha sendo bem sucedido na China), uma parte da burocracia preferiu persistir na defesa do socialismo de Estado, forma econômico-politica implantada nos anos 30. No entanto, um terceiro grupo, que se desdobrou da área favorável às reformas capitalistas, optou por se fortalecer encontrando aliados externos, quer dizer, capitulando aos desígnios do Império liberal do Ocidente e apostando na instauração do capitalismo propriamente dito e na inserção periférica no império do Ocidente. De fato, sem sustentação política e sob forte pressão americana, que agora contava com aliados dentro da própria URSS, em 1988, em encontro realizado na Islândia, Gorbachev apresentou a capitulação política e ideológica frente ao Ocidente. O caminho para a dissolução do império do Oriente e para a instauração do capitalismo estava aberta.

No decorrer do ano de 1989 todos os regimes (pseudo) socialistas da Europa oriental ruíram e mesmo a China passou por grave crise. O movimento teve início pelos seguidos elos fracos, onde a burocracia socialista gozava de pouca sustentação social e onde a questão nacional tinha forte sentido anti-russo, como os casos da Polônia e da Hungria. Nesses países a opção liberal capitalista se firmou desde logo e com muita força, correspondente a fragilidade do predomínio da burocracia socialista em países de raízes camponesas e católicas tão sólidas. A oposição aos regimes se fortalecia por toda a parte com a mistura ideológica que confundia democracia e liberdade com capitalismo. A vitória política e ideológica do

Ocidente esta perto de ser total. Quando a Hungria abriu as suas fronteiras com a Áustria, a Alemanha Oriental não tinha mais como se sustentar, e a existência do Muro de Berlim deixou de ter qualquer finalidade tendo sido posto abaixo em novembro daquele ano de 1989. O fim da fronteira fechada entre os dois Estados alemães gerou a rota para que a Alemanha Oriental fosse anexada (e colonizada) pela Alemanha Ocidental.

Nada mais era capaz de deter a desintegração do império do Oriente. Ruíram todos os regimes ditos socialistas da Europa oriental até que fosse atingido o próprio coração do império. O fracasso de Gorbachev se desdobrou na dissolução da própria URSS. O resultado da grande crise de 1989-1991 foi o fim do império socialista do Oriente e a vitória espetacular do império do Ocidente, tão espetacular que fez difundir a crença de que se conformava finalmente um Império Universal, forma final do predomínio do liberalismo e do capitalismo. Passados 20 anos da queda do Muro de Berlim, esse emblemático símbolo do fim de uma época, pode-se afirmar que as ilusões vieram todas ao solo: o império universal do capital, nucleado nos EUA, não consegue se consolidar e as condições de vida da maioria dos povos que viviam sob o domínio do império do Oriente são hoje muito piores.

Acerca da problemática da transição socialista: avanços teóricos e os recuos das experiências do chamado "socialismo real"

Luiz Eduardo Motta

Introdução

Ao tratarmos da questão sobre as possibilidades do socialismo no século XXI, é difícil de desvinculá-la das experiências socialistas das diversas formações sociais que as viveram ao longo do século XX a partir da Revolução Russa de 1917. De fato, como observa Macio Bilharinho Naves (2005a), a teoria marxista encontrou nas análises realizadas pela escola althusseriana e de algumas correntes maoístas sobre a problemática da transição uma contribuição original, visto que essas análises romperam com os aspectos economicistas que vinham predominando em relação às pesquisas e às críticas à questão da transição. Para esta concepção economicista em que as forças produtivas têm o primado sobre as relações de produção (como "motor" dos processos sociais e históricos), o socialismo é definido, fundamentalmente, a partir de dois atos fundadores: por um lado, a estatização dos meios de produção por um Estado "operário"; por outro lado, a adoção do planejamento econômico.

A despeito da importância da obra de Trotsky[1] e de seus seguidores sobre as experiências socialistas, e de seus desvios, a sua análise é impreci-

[1] Particularmente a sua obra *A revolução traída* de 1936.

sa ao definir a União Soviética como um "Estado proletário degenerado" caracterizado por uma forte burocracia controladora dos aparatos estatais. Ademais, sua ênfase às transformações das forças produtivas é marcadamente economicista, o que limita a capacidade analítica da transição soviética e das demais formações sociais que viveram a transição socialista. Contrariamente a isso, a escola althusseriana, juntamente com a corrente maoísta europeia que bebeu nas fontes da obra de Althusser (Charles Bettelheim, Bernard Chavance, Alain Badiou, Bernard Fabrègues, Maria Turchetto, entre outros), enfatizou tanto o primado das relações de produção sobre as forças produtivas, como também o papel das massas em relação ao partido político revolucionário e aos aparatos estatais. Desse modo, entende-se que as lutas de classes ainda permanecem no período de transição e, portanto, a importância vital e estratégica da constituição de novas relações sociais que sejam completamente opostas e antagônicas à reprodução das relações sociais de produção capitalista que permanecem durante a transição.

Essa influência althussero-maoísta marcou presença também no Brasil, a exemplo dos trabalhos pioneiros de Escobar (1978) e dos vários artigos publicados na extinta revista Teoria & Política na década de 1980, na qual apresentou os trabalhos de Otto Alcides Ohlweiler, Basílio Miranda, Lúcio Flávio de Almeida, além das traduções dos artigos de Bernard Chavance, Bernard Fabrègues, Nicos Poulantzas e Henri Weber; mais recentemente, podem ser citados os trabalhos de Márcio Bilharinho Naves (2000, 2005a, 2005b) e os de Luciano Martorano (2002, 2011). As exceções que devem ser destacadas dentro dessa temática são os trabalhos de Maurício Tragtenberg, haja vista que este buscava outras fontes teóricas e políticas (Weber e o pensamento autonomista) em sua rica investigação sobre os processos de transição dos países chamados de "socialismo real", e os de Milton Pinheiro (2010), que, apesar de perfilar no campo marxista, não está inserido na corrente althusseriana.

O presente artigo pretende resgatar essa contribuição da escola althusseriana, principalmente no que concerne à obra de Charles Bettelheim, pois, certamente, foi o intelectual que melhor articulou a perspectiva teórica althusseriana ao maoísmo. Na primeira parte, tratarei da problemática do primado das relações de produção e das contradições no processo de transição a partir da ênfase de Althusser e de Mao Tsé-Tung acerca dessa

problemática, além de me apoiar em outros autores identificados com essa perspectiva. Na segunda, abordarei o enfoque de Bettelheim a essas questões na qual inclui as suas análises sobre os recuos ocorridos nas transições socialistas na União Soviética e na China, visto que essas formações sociais acabaram por constituir um capitalismo de Estado com a manutenção das relações de produção capitalista, e desse modo constituíram um desvio ao processo revolucionário que se iniciara nelas.

1 O primado das relações de produção e a luta de classes na fase de transição

A problemática da transição, com efeito, foi pouco desenvolvida por Marx (como também por Engels) devido à limitação que se deparava a um fenômeno do qual ele teve pouco conhecimento, haja vista que a única experiência em vida presenciada por ele foi a Comuna de Paris de 1871. Mesmo assim, Marx deixou uma contribuição notável em seu escrito sobre a Comuna ao enfocar a questão da quebra dos aparelhos de Estado, como a escola e as forças armadas, além da redefinição do papel da burocracia, da representação política e da justiça nessa fase de transição (MARX, 2011). A ditadura do proletariado, em sua descrição na experiência da Comuna de Paris, é a do *não-Estado*, visto o grau de descentralização, de participação e de controle pelas massas sobre os aparelhos estatais.

O problema teórico (e com efeitos políticos) em Marx encontra-se sim no *Prefácio de 1859*, no qual a ênfase dada às forças produtivas é estritamente demarcada nessa passagem:

> Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. (MARX, 1982, p. 25)[2].

[2] Marcio Bilharinho Naves (2008) destaca que Marx retificou essa posição após as análises de *O capital* e após a experiência da Comuna de 1871 vista por Marx em *A guerra civil na França*. A primeira retificação em relação ao primado das relações de produção é percebida em sua análise sobre a transição do feudalismo para o capitalismo n'*O capital,* pois abandona a ideia de que a supressão da propriedade privada por si constituiria o socialismo. A segunda, em relação à ditadura do proletariado, tem como ponto de partida a sua análise sobre *O 18 Brumário de Luís Bonaparte,* no qual destaca a destruição do Estado e estende de modo mais sistemático em *A guerra civil na França.*

Essa passagem da obra de Marx possibilitou a uma interpretação de forte teor mecanicista e economicista de sua teoria. Não é casual que esse texto tenha se tornado a referência central na concepção stalinista, fortemente marcada pelo seu reducionismo. Como o próprio Stalin afirma: "as forças produtivas não são apenas o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção. São também o elemento determinante do desenvolvimento da produção." (STALIN, 1982, p. 146).

É significativo, como chama atenção Althusser, que esse texto não seja central tanto para Lênin como para Mao, em suas análises sobre os processos revolucionários nas formações sociais periféricas. Como também observa precisamente Althusser, esse texto não menciona as classes sociais, e tampouco a luta de classes como motor das revoluções sociais (ALTHUSSER, 1999, p. 231). Martorano (2002, p. 29), ao convergir com essa posição de Althusser, acrescenta que

> a tese do primado das forças produtivas não nega o papel da luta de classes no processo de transformação social; contudo, a relega a um plano secundário, subordinado [...]. A própria luta de classes também se torna uma função das forças produtivas, sendo por elas acionada para desobstaculizar o seu avanço.

A contribuição de Althusser a essa problemática da transição, e a sua crítica às concepções reducionistas/economicistas, já estava presente desde os seus primeiros trabalhos (pelo menos os de relevância para o marxismo) a exemplo do artigo *Contradição e sobredeterminação* de 1962. Esse texto é importante porque rompe tanto com a concepção mono causal da determinação, como também a concepção monista da contradição, já que, para o entendimento das crises políticas/ideológicas/econômicas, é preciso entender esse conjunto a partir da pluralidade contraditória e sobredeterminada (i.e, a pluralidade de determinações) presente nos diversos modos de produção nas distintas formações sociais (ALTHUSSER, 1986). Significa dizer que a ruptura revolucionária acontece com a condensação da pluralidade contraditória, e durante o processo de transição as contradições permanecem, e daí a necessidade de rupturas permanentes nessa fase, uma vez que as relações de produção não mudam com a tomada de poder.

Somente uma leitura idealizada do socialismo, como bem ressalta Naves (2000, p. 96), não admite, ou negligencia, a luta de classes.

Outra contribuição de Althusser foi a de ressaltar as diferentes temporalidades das estruturas e das práticas concernentes a essas estruturas. Isso significa dizer que as mudanças ocorridas na ideologia, na economia e na política não são simultâneas, pois uma estrutura como as suas praticas podem avançar mais do que outras. As mudanças nas práticas econômicas podem ser mais rapidamente transformadas do que as práticas ideológicas ou políticas. Portanto, as contradições antagônicas presentes em determinadas estruturas e práticas não estariam resolvidas e, por outro lado, outras deixariam de ser antagônicas, já que as contradições possuem sua autonomia relativa e não são derivadas de uma essência única (ALTHUSSER, 1980, p. 40). Como observa Escobar (1978, p. 127), "as revoluções socialistas não liquidam com os aparelhos de uma maneira uniforme. Trata-se, com ela, de confrontos plurais em diferentes ritmos e em tempos diferentes com os aparelhos de Estado capitalista."

Para Althusser (1980) a ditadura do proletariado é fundamental para que se estabeleça uma ruptura definitiva com as relações de produção capitalistas que perduram na fase de transição. A tomada do poder por si só não garante a descontinuidade com o modo de produção capitalista já que a luta política e ideológica contra as práticas burguesas permanecem no período de transição. Como o próprio Althusser (1999, p. 174) observa:

> é facilmente compreensível que se um modo de produção dura apenas o tempo que durar o sistema de aparelhos de Estado que garante as condições de reprodução (reprodução=duração) de sua base, isto é, de suas relações de produção, é necessário combater o sistema de aparelhos de Estado e assenhorear-se do poder de Estado para interromper as condições da *reprodução* (=duração=existência) de um modo de produção e estabelecer novas relações de produção. [...] Com efeito, sabemos que a tomada revolucionária do Estado burguês, sua destruição e sua substituição pelo Estado da Ditadura do Proletariado não são o efeito de um simples raciocínio lógico, nem de um simples esgotamento do antigo sistema das relações de produção capitalistas, mas de uma *luta de classes de massa* que só pode ser uma guerra de classe *de longa duração*, segundo a justa fórmula de Mao Tse-Tung que resume muitíssimo bem as teses de Marx e Lênin. (Grifo do autor).

Há, de acordo com a análise de Althusser, dois objetos da luta de classe revolucionária no período de transição: o Aparelho Repressivo e os Aparelhos Ideológicos de Estado. Se, por um lado, o aparelho repressor (composto pelas Forças Armadas, polícias, e pelos aparatos jurídico-repressores como os Ministérios Públicos) representa o núcleo mais duro do Estado devido a sua maior resistência as transformações de acordo com o seu modelo mais compacto, submetido a uma disciplina de ferro e à mais severa repressão interna, os aparato ideológicos são muito mais vulneráveis as lutas internas e as mudanças. Isso deve-se pelo fato de que eles realizam a existência da Ideologia de Estado, mas de forma desordenada (há uma autonomia relativa entre eles), e como funcionam por meio da ideologia é no âmago deles e em suas formas que se desenrola em grande parte a guerra de longa duração como é a luta de classes que pode chegar a derrubar as classes dominantes, isto é, desapossar as classes dominantes do poder de Estado que elas detém.

Como o próprio Althusser (1999, p. 176) afirma:

> todos nós sabemos que a luta de classes no Aparelho repressor de Estado, na polícia, nas forças armadas, e até mesmo, na administração constitui, em tempo 'normal', senão uma causa praticamente perdida, pelo menos uma operação muito limitada. Em compensação, a luta de classes nos aparelhos ideológicos de Estado é uma coisa possível, séria e pode ir muito longe porque é nos aparelhos ideológicos de Estado que os militantes e, em seguida, as massas adquirem a experiência política antes de "levá-las até o fim.

Por isso Althusser diferencia a temporalidade das lutas econômicas, políticas e ideológicas. Se

> a luta econômica permanece sempre na sombra, é o seu destino, porque é a mais importante. A luta política acaba por se desencadear, em pleno dia, e juntar todas as forças para garantir sua direção no derradeiro combate, o combate pelo poder de Estado: é o seu destino porque é a sua função. A luta ideológica (dita ideológica), isto é, a luta de classes nos aparelhos da Informação e da Edição (luta pela liberdade de pensamento, de expressão, de impressão e da difusão de ideias progressistas e revolucionárias) *precede*, regra geral, as formas da luta política e *chega mesmo a precedê-las de muito longe*" (ALTHUSSER, 1999, p. 182, grifo do autor).

Balibar (1975) destaca que a análise althusseriana rompe com qualquer concepção linear e teleológica da história, pois a história não é predeterminada. Não se trata de uma dialética "essencialista", mas sim de uma dialética real da luta de classes. É, pois, a dialética dos diferentes aspectos da luta de classes, realmente distintos uns dos outros na sua unidade, como ensina a prática do movimento operário. O aspecto econômico (a luta de classes econômica) não é senão um destes aspectos, desigualmente desenvolvido, desigualmente decisivo segundo as conjunturas históricas, e nunca suscetível de produzir por si próprio efeitos revolucionários. O que de modo algum impede, mas exige, contrariamente, que, em todos os períodos históricos, qualquer que seja o modo de produção dominante e a conjuntura, o conjunto da luta de classes permaneça determinado pelas suas condições materiais. Isso porque as próprias classes sociais, ou melhor, a luta de classes, na e pela qual somente existem classes, não têm realidade histórica senão como pressupostos e resultados do processo de produção material e de reprodução das condições materiais de produção. Segundo Balibar (1975, p. 200): "definir e estudar, por cada período histórico, a forma específica como cada aspecto realmente distinto da luta de classes ('econômica', 'política', 'ideológica') depende assim das suas condições materiais, é precisamente o objeto do materialismo histórico."

Se a luta de classes e a(s) sua(s) contradição(ões) são o objeto central de análise do marxismo, isso possibilita o entendimento do primado das relações de produção sobre as forças produtivas. Daí o equívoco daqueles sobre influência do pensamento liberal conservador de Mises e Hayek, ou mesmo das perspectivas desenvolvimentistas, identificarem a estatização dos meios de produção com o socialismo. A estatização por si não elimina a divisão social do trabalho, e, consequentemente, as relações de produção. Não é uma questão meramente jurídica de substituir as empresas privadas pelas empresas públicas. Conforme destaca Naves (2005a, p. 59) "essa revolucionarização das relações de produção depende inteiramente da luta de classe operária contra a dominação burguesa, ela se verifica fora do campo de intervenção do direito burguês, em um terreno que é, rigorosamente, não jurídico.".

As relações sociais de produção possuem uma complexidade que extrapola o caráter jurídico de propriedade, já que envolvem, para além

dos aspectos econômicos, os aspectos políticos e ideológicos, tanto no que condiz com a reprodução do capitalismo, como também com a sua ruptura, a partir da constituição da ditadura do proletariado (o não-Estado), que tem como escopo a criação de novas práticas que rompam com a modernidade burguesa[3].

Mao Tsé-Tung enfatizava o primado das relações de produção sobre as forças produtivas em sua crítica a Stalin pela ênfase que este deu aos condicionantes econômicos, e por ter negligenciado os aspectos superestruturais da política e da ideologia, e de seus efeitos reprodutivos (ou transformadores) no conjunto da sociedade. De acordo com Mao (1975, p. 102),

> quando as novas relações de produção ficaram bem estabelecidas, abriram o caminho ao desenvolvimento das forças produtivas. É evidente que a revolução das relações de produção se produziu quando o desenvolvimento das forças de produção tinha já atendido um determinado nível. Mas um grande desenvolvimento das forças produtivas vem sempre a seguir à transformação das relações de produção. [...] As relações de produção capitalista fizeram surgir necessidades de transformação técnica, criando assim as condições para a utilização das máquinas. [...] O grande desenvolvimento industrial capitalista só começou depois da transformação da superestrutura e das relações de produção, transformação cuja forma variou consoante os países[4].

Segundo Turchetto (2005, p. 24), a transição para o comunismo será caracterizada pela instauração de novas relações de produção de tipo comunista e, sucessivamente, por um processo de adequação de forças produtivas herdadas do capitalismo a estas novas relações de produção. Mas a constituição dessas novas relações de produção só pode ser materializada

[3] De acordo com Althusser (1981, p. 9), "as relações de produção penetram nas forças produtivas, já que a força de trabalho que põe em ação as forças produtivas faz parte, ela mesma, das 'forças produtivas', e que o processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho. E como é esta tendência que domina todo o processo de produção capitalista, faz-se necessário dizer que os mecanismos técnicos de produção se encontram submetidos aos mecanismos (de classe) da exploração capitalista. O que chamamos de forças produtivas é, ao mesmo tempo, a base material ('base técnica', diz Marx) e a forma de existência histórica das relações de produção, isto é, das relações de exploração."

[4] Noutra passagem desse livro, Mao explicita sua discordância com Stalin: "O *Manual* não fala senão nas premissas materiais e só muito raramente aborda a superestrutura, isto é, o Estado de classe, a filosofia de classe e as ciências de classe. A ciência econômica tem por principal objetivo o estudo das relações de produção. Contudo, é difícil separar a economia política e a concepção materialista da história. É difícil explicar claramente os problemas relativos à base econômica e às relações de produção sem tomar em consideração os problemas respeitantes à superestrutura." (MAO, 1975, p. 85).

na transição por Estado de novo tipo (o não-Estado), ou seja, a ditadura do proletariado distintamente do Estado capitalista que emergiu na modernidade burguesa, e tem como efeito por meio da ideologia jurídico-política o reconhecimento da mudança pelo voto, e a crença da liberdade política e jurídica garantida pelos mecanismos formais do direito, como já destacava Poulantzas (1977) na sua primeira obra de relevância internacional *Poder político e classes sociais* de 1968.

Martorano (2002) aponta que, além da escassez do emprego do conceito de ditadura do proletariado na obra de Marx, há mudanças em sua acepção ao longo da obra de Marx: se em *As lutas de classes na França* o sentido é negativo desse conceito já que ele é apresentado como simples oposição à ditadura burguesa, n' *A guerra civil na França* o conceito já traria uma positividade, pois não se limitava à destruição do Estado burguês, visto que ele também incluía a criação de novas formas de participação política pelas massas (MARTORANO, 2002, p. 74-75). Mas, o fato a ser destacado nesse conceito é a sua centralidade dada pelo próprio Marx, como demonstra na carta a Weydemeyer em 1852:

> no que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1) demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção;* 2) que a luta das classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado;* 3) que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes.*" (MARX, 1982, p. 555, grifo nosso).

É necessário frisar aqui que esse conceito original de Marx inexistia na sua obra de juventude, incluindo aquelas em parceria com Engels A ideologia alemã e *O manifesto comunista.* Com efeito, esse conceito vai ganhando forma e conteúdo ao longo de sua construção teórica, e ganha um "salto qualitativo" diante da experiência da Comuna de Paris de 1871, a primeira experiência real da ditadura do proletariado. E a formulação desse conceito na obra de Marx é uma clara demonstração de sua ruptura com o pensamento político moderno burguês cuja característica central encontra-se em pre-

missas e princípios universais. Marx desconstrói esse argumento ao afirmar a impossibilidade do formalismo da política burguesa atingir todos os setores da sociedade. O seu efeito "imaginário" corresponde *à* sensação de que a igualdade formal possibilitaria mudanças a partir das regras do jogo político. Mas percebe-se a partir da análise marxista é que a democracia formal burguesa encobre uma forma ditatorial ao excluir os mais amplos segmentos da sociedade, sobretudo os setores subalternos - as classes dominadas - dos processos decisórios nas chamadas três esferas "públicas" (executivo, legislativo e judiciário), sem contar com os aparatos ideológicos como a mídia vinculada ao grande capital. O que Marx define como democracia é de fato uma renovação das práticas políticas com a formação de novos canais institucionais, a exemplo da Comuna e da experiência dos soviets.

Escobar (1993, p. 264) tem razão ao afirmar que a "ditadura do proletariado é uma noção decisiva, ela talvez seja a alma de todo o marxismo de Marx, marxismo filosófico e político de Marx." Contudo, a sua definição de ditadura do proletariado distingue-se do significado dado por Martorano a esse conceito. Se para Escobar (1993, p. 268) "a ditadura do proletariado não é uma estratégia advinda da luta de classes, já no seio da revolução, ela é princípios e o comunismo mesmo a sua prática e sua essência", para Martorano (2002, p.74-75), inspirado em Balibar "a ditadura do proletariado é mais propriamente uma estratégia revolucionária do proletariado e não uma nova estrutura estatal surgida de revolução."

A questão da relação entre a macropolítica e a micropolítica também está presente em ambas as análises sobre a ditadura do proletariado. Para Escobar (1993) a micropolítica ocupa um espaço fundamental no processo de transição na redefinição das relações de produção (i.e., das relações de poder) pois

> a revolução é uma imersão crítica radical na questão do Estado, mas Marx sabe que o poder é também micropoder (a luta de classes e o conjunto dos dispositivos-contradições) e é por isso que a revolução, com a ditadura do proletariado embutida, é também a subversão micropolítica desse poder.(ESCOBAR, 1993, p. 274).

Martorano (2011, p. 142-143), por seu turno, afirma que

> a qualidade da participação está ainda relacionada com o grau em que ela se desenvolve: ela pode se dar tanto na esfera da micropolítica como na esfera da macropolítica. Sem negligenciar o significado da primeira esfera, trata-se de admitir a primazia da segunda quando o objeto em questão é a transformação de toda a estrutura social. Isso não quer dizer que a microesfera estaria desprovida da propriedade de exercer influência sobre a macro, mas os seus efeitos seriam menores que os produzidos pela segunda sobre a primeira. Não é por outra razão que o marxismo enfatiza o significado da análise sobre o Estado, e por consequ*ência o da sua conquista como condição prévia indispensável para o começo da transição socialista*.

Se Escobar percebe uma possível paridade entre a macropolítica e a micropolítica, Martorano, por sua vez, estabelece uma determinação da primeira em relação à segunda. Pode-se refletir a partir dessas duas observações embora não antagônicas mas distintas em termos de ênfase, é que certamente a tomada do poder se realiza no plano macropolítico, ou seja, é o ponto de partida para a formação do processo de transição. Contudo, as transformações radicais para ocorrerem de fato não podem depreciar os aspectos micropolíticos presentes não somente no cotidiano (como, por exemplo, na relação entre os sexos), mas também nos aparatos estatais, i.e., internamente ao próprio Estado como observa precisamente Poulantzas (1978) já que o próprio Estado é polvilhado de relações de micropolíticas. Desse modo, as mudanças e rupturas no processo de transição dão-se nas duas esferas de modo permanente.

A diferença entre ambos os autores também está presente no que diz respeito se a ditadura do proletariado seria um Estado socialista ou não. Para Martorano (2002, p. 78), a ditadura do proletariado é o Estado socialista que precede o modo de produção comunista. É a fase de transição na qual as novas relações de produção são criadas. *Já para Escobar, em oposição à Balibar, o socialismo seria um dique de contenção para a mudança em direção ao comunismo. Como ele afirma*:

> não achamos justo identificar a ditadura do proletariado com o socialismo. Ou o socialismo como toda esta transição ao comunismo via a ditadura do proletariado, como diz Balibar. Preferimos manter o espírito da crítica de Marx e Engels ao socialismo supondo-o, tal como ele é, reformista e burguês. (ESCOBAR, 1993, p. 274).

Essas duas concepções sobre o conceito de ditadura do proletariado merecem algumas observações. Escobar tem razão quando afirma que inexiste em Marx essa identificação - pelo menos de modo claro – da ditadura do proletariado ser denominada de socialismo. No *Manifesto*, Marx e Engels teceram uma dura crítica aos diversos tipos de socialismo (inclusive o chamado socialismo alemão embebido de fontes idealistas e humanistas)[5], e nas análises que Marx faz da ditadura do proletariado em *A guerra civil na França* e na *Crítica ao programa de Gotha* em nenhum momento é evocado o conceito de socialismo como sinônimo de ditadura do proletariado. Como o próprio Marx destaca numa passagem da *Crítica ao programa de Gotha* "entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*." (MARX, 2012, p. 43, grifo do autor).

Contudo, Balibar (1977)[6] - a quem Martorano recorre como principal fonte teórica – tem como a sua principal referência os textos de Lênin nos quais o dirigente e teórico russo associa a ditadura do proletariado à fase socialista de transição. Em diversas passagens da obra *O Estado e a revolução Lênin evoca o conceito de socialismo a exemplo desse trecho*

> Mas a diferença entre o socialismo e o comunismo é clara. Àquilo a que se chama habitualmente de socialismo Marx chamou a 'primeira' fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade *comum*, pode aplicar-se a palavra 'comunismo', contanto que não se esqueça que é esse um comunismo incompleto. A grande importância das explicações de Marx consiste em que aplica conseqüentemente, também aqui, a dialética materialista e à teoria da evolução, considerando o comunismo como alguma coisa que nasce do capitalismo, por via de desenvolvimento. Em vez

[5] Marx e Engels expõem sua posição ao dito "socialismo humanista" nas seguintes passagens: "É sabido que os monges escreveram hagiografias católicas insípidas sobre os manuscritos em que estavam registradas as obras clássicas do velho tempo pagão. Os literatos alemães procederam inversamente com a literatura profana francesa. Escreveram os seus disparates filosóficos por baixo do original francês. P. ex., por baixo da crítica francesa às relações de dinheiro escreveram 'alienação [*Entäußerung*] da essência humana', por baixo da crítica francesa do Estado burguês escreveram 'superação [Aufhebung] da dominação do abstratamente universal', etc. [...] A literatura socialista e comunista francesa foi assim absolutamente emasculada. E como nas mãos do Alemão deixou de exprimir a luta de uma classe contra outra, o Alemão ficou consciente de ter triunfado da "unilateralidade francesa", de ter defendido, em vez de necessidades verdadeiras, a necessidade da verdade, e em vez dos interesses do proletário, os interesses da essência humana, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe, que nem sequer pertence à realidade, que pertence apenas ao céu nebuloso da fantasia filosófica".

[6] "[...] a ditadura do proletariado não é a 'passagem ao socialismo': é o próprio socialismo com o período histórico de revoluções ininterrupto e de aprofundamento da luta de classes até o comunismo." (BALIBAR, 1977, p. 113).

> de definições 'inventadas', escolasticamente imaginadas, e de estéreis discussões sobre palavras (o que é o socialismo?, o que é o comunismo?), Marx analisa o que se poderia chamar de graus da maturidade econômica do comunismo" (LENIN, 1978: 288-289, grifo do autor).

E não é somente Lênin que identifica a ditadura do proletariado com a fase ou revolução socialista. Rosa Luxemburgo também opera do mesmo modo na sua brochura *A revolução russa*. Isso fica perceptível nos seguintes trechos desse texto:

> os bolcheviques também estabeleceram imediatamente, como objetivo da tomada do poder, o mais avançado e completo programa revolucionário: não se tratava de garantir a democracia burguesa, e sim a ditadura do proletariado, tendo como fim a realização do socialismo. [...]. Ele [o proletariado] tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais dura, por conseguinte, exercer a ditadura, mas a ditadura de *classe*, não a de um partido ou de uma *clique*; ditadura de classe, isso significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível, das massas populares, numa democracia sem limites. (LUXEMBURGO, 2011, p. 185, 209).

Assim sendo, o uso do conceito de socialismo como sinônimo da ditadura do proletariado não seria contraditório, nem equivocado como aponta Escobar, já que uma forte tradição do marxismo fundamentada na ruptura política, ideológica e econômica o emprega. Mas, deve-se ressaltar que a sua diferença com o emprego social-democrata no qual dilui o caráter explosivo e de ruptura do socialismo, associando-o à democracia liberal e como "via pacífica" de mudanças, situa-se naquilo que Althusser (1986) diferencia entre aquilo que está contido no marxismo, i.e, como um conceito constituído pela ciência da história (materialismo histórico), e da sua articulação com os partidos e movimentos representativos das classes e grupos dominados, cuja concepção e escopo sejam a ruptura e o fim do modo de produção capitalista, das noções ideológicas que diluem as contradições de classe e de dominação, e de reprodução das relações de poder; essa noção de socialismo – de caráter reformista - constitui no imaginário uma "visão" de socialismo que represente os "interesses" dos trabalhadores, mas apenas atenua as relações de exploração.

O correto seria entender que o chamado Estado socialista é um "não-Estado" porque se diferencia em forma e conteúdo do Estado capitalista. No processo de transição revolucionária é fundamental para que haja descontinuidade entre a fase de transição para o comunismo do capitalismo é a revolucionarização dos diferentes aparelhos econômicos, ideológicos e políticos, pois como enfatiza Bettelheim (e convergindo com Balibar no emprego do conceito de Estado socialista) é

> graças a ela que se pode proceder à eliminação das relações sociais capitalistas, que eles continuam a reproduzir [os aparelhos], e à sua substituição por relações socais capitalistas. (...) Isto provoca uma transformação radical da estrutura e do papel do aparelho de Estado, bem como da sua relação com as massas. É precisamente esta transformação radical que faz que um Estado socialista já não seja verdadeiramente um Estado, embora comporte ainda relações que permitem à burguesia retomar o poder" (BETTELHEIM; SWEEZY, 1978, p. 64-65).

A transformação das práticas constituídas nos distintos aparatos estatais é o ponto nodal para o fim da divisão social do trabalho e da reprodução das práticas capitalistas. No entanto, como veremos na seção a seguir, os estudos de Bettelheim sobre os processos de transição socialistas ocorridos na União Soviética e na China que não foram bem sucedidos e acabaram fracassando na medida em que as relações de produção capitalista não desapareceram e se mantiveram predominantes.

2 Os recuos das experiências socialistas

Desde a emergência da Revolução Russa, o pensamento marxista tem se debruçado nas diferentes experiências socialistas, e em grande parte dessas análises sobre as transições socialistas tem sido marcada por uma posição crítica a essas experiências. É o caso de Rosa Luxemburgo desde os primórdios da Revolução Russa ainda na fase dos soviets, e de Trotsky acerca do período stalinista.

A obra de Charles Bettelheim sem dúvida é uma das principais contribuições a esse tema, pois não somente fez uma das pesquisas mais exaustivas sobre a transição soviética, como também abordou a experiência

chinesa[7]. Ao recorrer tanto a teoria althusseriana sobre os modos de produção nas formações sociais, e da contradição sobredeterminante, e a concepção política maoísta sobre a pluralidade contraditória (especialmente no partido político revolucionário) além da permanência da luta de classes na fase seguinte a tomada do poder, sua abordagem tornou-se ímpar, pois a sua análise crítica não se restringiu apenas a uma concepção acusatória aos processos de transição, seja para criticar a "burocratização" desses processos, seja para acusar essas experiências de "totalitárias". Ao contrário, a importância de sua investigação sobre essas experiências foi perceber que as relações sociais de produção capitalistas se mantiveram, o que significa afirmar que as práticas políticas, ideológicas e econômicas não atuaram no sentido da mudança, mas sim o da reprodução das antigas relações de poder. Como observa Bettelheim (1979, p. 26),

> a experiência soviética confirma que o mais difícil não é derrubar as antigas classes dominantes: o mais difícil é, de início, destruir as antigas relações sociais – sobre as quais pode-se reconstituir um sistema de exploração semelhante ao que se acreditava definitivamente destruído -, e em seguida impedir que essas relações se reconstituam a partir dos elementos antigos ainda presentes por muito tempo nas novas relações sociais.

A reconstituição do exército, e o aburguesamento e burocratização do partido comunista (com o esvaziamento dos soviets no caso soviético) são alguns dos elementos determinantes e estratégicos para que se mantivessem as relações sociais de exploração.

O retorno das relações hierárquicas no exército durante a fase do "comunismo de guerra" foi um dos aspectos determinantes para Bettelheim (1979) em relação a ausência de controle dos aparelhos repressivos do Estado pelas massas, um dos traços mais marcantes da Comuna de 1871. O controle dos soldados sobre os oficiais desaparece de fato, tanto que o recrutamento baseia-se na conscrição e esta conduz à incorporação maciça de camponeses ainda pouco influenciados pelo partido bolchevique. Nessas condições, atribuem-se as tarefas de controle político a comissários políticos nomeados pelo poder soviético. Enquanto estes são escolhidos levando-se em conta as provas de seu devotamento à ditadura do proleta-

[7] É importante registrar que Bettelheim participou diretamente dos processos de transição argelina e cubana atuando como consultor de questões econômicas.

riado, os oficiais são nomeados antes de tudo em função de competência técnica (BETTELHEIM, 1979, p. 250).

Sobre as mudanças no partido bolchevique, Bettelheim aponta que o VIII Congresso foi o marco dessa virada, pois cada vez mais o partido torna-se um corpo estruturado, submetido a uma disciplina de tipo diferente daquela que conhecera anteriormente, disciplina na qual intervém um certo centralismo administrativo que ainda está em estado germinal. Entretanto, essas mudanças vão cada vez mais se acentuando com a aproximação do X Congresso em 1921. Para Bettelheim (1979, p. 274),

> a transformação das relações entre a cúpula administrativa do partido e sua base modifica também as relações da direção política – Comitê Central e Bureau Político – com o partido em seu conjunto. O aparelho administrativo – sobretudo seu núcleo central – torna-se um segundo centro de direção do partido: um centro formalmente 'administrativo' [...] que pode exercer influência sobre a direção política do partido, e mesmo orientar suas decisões e a maneira como estas são aplicadas.

Bettelheim (1979) percebe que ao contrário do princípio basilar da destruição do Estado no processo de transição, o que aconteceu na União Soviética foi exatamente o inverso: desenvolveu-se e se fortaleceu. Desse modo, ocorreu uma autonomização dos aparelhos estatais na qual veio a predominar as relações sociais burguesas e o desenvolvimento, sobre essa base, de práticas sociais burguesas. Conforme destaca Bettelheim (1979, p. 300),

> a condição fundamental de uma luta efetiva contra esse processo é a predominância de práticas revolucionárias proletárias no campo das relações a serem transformadas. São essas práticas, e somente elas, que permitem a transformação revolucionária das relações sociais, a dominação dos elementos socialistas dessas relações.

Para Bettelheim (1979), após a morte de Lenin, o partido bolchevique não trava - na prática- essa luta: a passividade do partido relaciona-se estreitamente com a penetração em massa, nos aparelhos do partido e do Estado, de administradores, engenheiros, técnicos e intelectuais burgueses. Tal penetração alimenta, de fato, tendências ideológicas e políticas burguesas, bem como práticas economicistas ligadas a certa concepção do papel dos técnicos, a certa concepção da NEP e do papel desempenhado pelo

Estado na implementação desta (BETTELHEIM, 1979, p. 386). O fato é que para Bettelheim mesmo sob a ditadura do proletariado a nacionalização e estatização dos meios de produção podem abalar apenas parcialmente as relações econômicas capitalistas, mas não as eliminam, assim como não fazem desaparecer a burguesia[8].

E isso vai cada vez mais se agravando com a emergência do stalinismo. Evidentemente que a ideologia "stalinista" não é obra de Stalin, mas sim porque ela surge e domina no decorrer do período em que Stalin está à frente do partido e porque ela se exprime de modo condensado em seus escritos e declarações. Essa ideologia "nasce sobre a base das relações econômicas e políticas do fim dos anos 20 e do começo dos anos 30. Ela se transforma até os anos 50, quando reveste sua forma mais sistemática." (BETTELHEIM; CHAVANCE, 2005, p. 76).

Essa forma mais sistemática dessa ideologia apresenta-se como um socialismo de Estado. Com a formação de uma burguesia estatal e de um capitalismo de Estado, em que as massas camponesas e proletárias foram expropriadas e submetidas de modo crescente, no decorrer dos anos 1930, ao despotismo de fábrica e à repressão policial. Assim,

> instala-se uma forma específica de capitalismo no qual a acumulação prossegue graças à centralização estatal da mais-valia e dos produtos do sobretrabalho, através de aparelhos de Estado constituídos principalmente pelo orçamento e pelo sistema bancário estatal. [...] Por causa dessa concentração, a fração hegemônica da burguesia de Estado é constituída por aqueles que se encontram no cume dos aparelhos do partido e do Estado, e que controlam a utilização dos meios de produção e da mais-valia. (BETTELHEIM; CHAVANCE, 2005, p. 80-81).

Esse afastamento cada vez maior entre o partido revolucionário das massas acabou por levar uma política de defesa da unidade e monolitismo, em detrimento da contradição e das lutas internas no partido. A defesa da unidade interna do partido, e a sua impermeabilidade em relação às contradições, sem dúvida é uma das principais características da ideo-

[8] "É assim que gradativamente, os comitês de fábrica vão sendo esvaziados até se chegar à sua supressão, enquanto os soviets vão sendo esvaziados até se chegar à sua supressão, enquanto os soviets vão rapidamente perdendo todo o poder real. Particularmente grave revela-se a introdução do sistema do diretor único de empresa, que reforça a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e a divisão entre as tarefas de execução no interior da fábrica." (NAVES, 2005a, p. 60).

logia stalinista. O partido político tornou-se cada vez mais um aparelho de Estado, ou mais precisamente, funde-se com o Estado, ao invés de ser um veículo articulado com as massas e com uma autonomia, mesmo que relativa, dos aparelhos de Estado. Ao defender o primado da unidade sobre a contradição, isso conduz a uma inversão da "dialética" à qual se continua ainda a fazer referência formalmente.

Segundo Bettelheim e Chavance (2005, p. 94)

> essa inversão ela mesma é sobredeterminada pela transformação radical do papel da ideologia do partido. Ela deixa de ser uma ideologia revolucionária para tornar-se uma ideologia conservadora e apologética que privilegia a identidade e não a contradição, e ressalta mais a repetição do que a mudança.

Essa tese do primado da unidade sobre a contradição é, ao ver de Betteheim, tem caráter "direitista-esquerdista". Segundo a conjuntura da luta de classes, ela funciona quer como tese "conciliatória", que dá um "fundamento" à renúncia à luta, notadamente no partido, quer como tese que fornece um "fundamento" ao sectarismo, à "luta sem piedade". O primeiro tipo de efeito é direitista, o segundo é na aparência "de esquerda" pelo "rigor" de suas consequências: implica a negação da diversidade das contradições e de sua universalidade (BETTELHEIM, 1983, p. 495).

Esse dogmatismo ultrapassou as fronteiras da formação social soviética já que se fez presente na III Internacional, e constituiu a forma ideológica que definiu a linha política dos partidos comunistas (com algumas exceções a exemplo do chinês e do italiano).

Mao Tsé-Tung, com efeito, tomou uma posição distinta e antidogmática diante essa posição stalinista em relação ao partido. Como ele mesmo diz no texto *A concepção dialética da unidade no seio do partido*: "todas as coisas e a sociedade de classes em particular, estão cheias de contradições. [...] A questão não é a de haver contradições. Não há nenhum lugar onde não haja contradições e não há ninguém que não possa ser analisado." (MAO, 2012, p. 619). Por isso a máxima de "deixar brotar 100 flores, deixar competir 100 escolas de pensamento" lançada por ele. Na fase socialista, a luta de classes ainda se faz presente e por isso se o marxismo se desenvolveu pela luta é necessário que deva continuar a desenvolver-se

na luta. De acordo com Mao (2012, p. 489) no texto *Da justa solução das contradições no seio do povo*: "o marxismo só se pode desenvolver pela luta, e por isso não é verdade apenas para o passado e para o presente: é verdade necessária para o futuro também."

Contudo, apesar dessa concepção antidogmática e da tentativa de radicalizar o processo revolucionário chinês a partir da Revolução Cultural iniciada em 1966[9], certamente a última tentativa de demarcar e romper com o capitalismo e avançar numa direção ao comunismo ao estabelecer novas formas de participação e de mobilização política pelas massas, o Partido Comunista Chinês no final dos anos 1970 abandonou essa perspectiva e deu uma reviravolta em seu projeto dando uma guinada para a direita ao implementar um plano de desenvolvimento ao capitalismo denominado de "socialismo de mercado". Essa noção de "socialismo de mercado" não era novidade já que também estava presente durante a crise da Tchecoslováquia em 1968. Ela ganha notoriedade no informe político apresentado por Jiang Zemin(1993) no XIV Congresso do Partido Comunista Chinês no início dos anos 1990. Por sinal, esse texto demarca uma profunda divergência com a tese de Mao sobre o primado das relações de produção. Como demarca claramente Jiang Zemin (1993, p. 154):

> a essência do socialismo consiste em emancipar as forças produtivas, desenvolvê-las, liquidar com a exploração, eliminar a polarização e alcançar, finalmente a prosperidade comum. Sublinhamos que, na etapa atual, a contradição principal da sociedade chinesa é a existente entre as crescentes necessidades materiais e culturais do povo e o atraso da produção social, razão por que é necessário atribuir importância primordial ao desenvolvimento das forças produtivas e impulsionar o progresso social em todos os níveis, centrando-se na construção econômica.

Mas essa concepção da ênfase das forças produtivas e do mercado já vinham em pleno desenvolvimento desde a morte de Mao Tsé-Tung e da prisão da chamada "gangue dos quatro" em 1976, e com a implementação das reformas estabelecidas por Deng Xiaoping em 1977. Já a partir desse contexto a concepção de "socialismo de mercado" começa a ganhar contornos. Paul Swezzy já fazia uma crítica a essa noção contraditória desde

[9] Sobre a complexa problemática de Revolução Cultural Chinesa, na qual perdurou efetivamente apenas entre os anos 1966/68 veja os livros de Naves (2005b) e Badiou (2009).

os anos 1960 (no contexto da crise da Tchecoslováquia). A contradição desse termo é que o mercado é a instituição central da sociedade capitalista e o socialismo é uma sociedade que substitui o automatismo cego por um controle consciente. Todavia, isto não quer dizer que o termo seja inadequado. De acordo com Bettelheim e Sweezy (1978, p. 32), o fenômeno que designa constitui ele próprio uma contradição. E é precisamente esta contradição interna que impele as sociedades socialistas de mercado para o capitalismo.

Bettelheim complementa e avança em relação a essa observação de Sweezy sobre a noção de "socialismo de mercado". Para ele,

> o que é decisivo – do ponto de vista do socialismo – não é o modo de "regulação" da economia mas sim a natureza da *classe no poder.* Por outras palavras, mais uma vez a questão fundamental não está em o "mercado" ou o "plano" – e, portanto, também o 'Estado' – dominarem a economia, mas na *natureza da classe que detém o poder*. Se se coloca em primeiro plano o papel de direção do Estado sobre a economia, relega-se para segundo plano o papel da natureza de classe do poder, isto é, deixa-se de lado o *essencial*. (BETTELHEIM; SWEEZY , 1978, p. 64, grifo do autor).

Bettelheim observa que desde 1977 o processo de transição na China começa a tomar outros rumos, embora de fato a radicalização do processo já tinha volatizado desde 1968. Primeiramente ele destaca o esvaziamento político das massas e a sobreposição cada vez maior do partido na condução da transição, e o comitê central tornando-se a autoridade exclusiva. Em seguida, ele destaca que a Revolução Cultural tornou-se um alvo de contundentes críticas. A ideologia que se constituiu na crítica à Revolução Cultural foi a ideologia do lucro, a qual apelava para o "trabalho duro", a disciplina e a obedecer às "ordens e regulamentos", o que reduzia consideravelmente a intervenção política dos operários. Ao invés da centralidade da luta de classes, o interesse individual tornou-se o motor da luta da produção (BETTELHEIM, 1981, p. 25).

Outra revisão da Revolução Cultural, implementada pela direita do Partido Comunista Chinês, foi a deturpação em relação ao significado da empresa. Se na Revolução Cultural a empresa era um lugar onde se desenrolava a luta de classes e que a própria produção se desenvolvia no

seio de relações e de contradições de classes determinadas, a direita do partido afirmava que uma empresa é antes de tudo "um lugar de produção". Bettelheim (1981) também destaca nessa sua crítica as mudanças operadas na China o fato de começarem a preconizar a substituição da luta de classes tal como ela se desenvolveu durante a Revolução Cultural (luta que dizia respeito às diferentes formas de divisão do trabalho) por uma "luta de ideias". A luta entre a "ideologia modernista" e os vestígios das ideias "antigas". Este abandono da luta de classes implica a transformação do marxismo no seu contrário. Permite à burguesia de Estado censurar tudo aquilo que os trabalhadores possam exigir, afirmando que se trata de pedidos "incompatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas" e que se explicam pelo fato desses trabalhadores estarem ainda submetidos à influência das ideias "burguesas e pequeno-burguesas".

Conforme Bettelheim (1981, p. 46) destaca em sua análise:

> tudo isto leva a substituir a luta entre o proletariado e a burguesia pela luta pela produção e a preconizar que a luta pela produção seja dirigida pelos especialistas e pelos técnicos. Seguindo nesta via, só se pode reforçar a divisão capitalista do trabalho e as relações de produção capitalistas que ainda não foram destruídas.

Não é fortuito que nesse contexto na China houve o advento das chamadas "técnicas de gestão" - negando o caráter de classe das técnicas – para o aprimoramento e desenvolvimento das forças produtivas. Para Bettelheim (1981, p. 54), "claro que a questão do desenvolvimento das forças produtivas é importante, mas declarar que é mais importante é fazê-la passar à frente das relações de classe, adotar pois uma posição produtivista."

A emergência da chamada "reforma chinesa" no final da década de setenta encerrou a via revolucionária que vinha se constituindo desde 1949. O fato, como observa Bettelheim (1981), é que muitos elementos conservadores (burgueses) se mantiveram durante o processo de transição revolucionária a exemplo da manutenção das relações hierárquicas nos aparelhos de Estado e no partido político; a separação das organizações de base do partido que não tinham comunicação entre si e só possuíam ligação com os órgãos superiores, o que impossibilitava as massas populares de

nomear e revogar os funcionários que estavam atrelados aos aparelhos de Estado e do partido.

De fato, a dialética destruidora defendida pelo maoísmo não conseguiu estabelecer uma descontinuidade e ruptura já que vinham prevalecendo as relações sociais de produção capitalista, ou seja, as relações de poder de classes e de desigualdade. E para finalizar, o próprio Bettelheim afirma em sua critica aos descaminhos da transição chinesa,

> o sistema não pode ser realmente destruído, a não ser que seja substituído por outra forma de unidade. Não se destrói verdadeiramente senão aquilo que se substitui. Mas essa outra forma de unidade só pode ser descoberta pelo próprio movimento social. Não pode ser inventada pela "teoria". A experimentação social combinada com a crítica teórica é indispensável. As limitações impostas neste domínio à experimentação social das massas fecharam a via à descoberta das formas de unidade que poderiam assegurar o papel dominante das organizações de massas, não excluindo de modo nenhum que um partido renovado e transformado tem um papel ideológico dirigente. (BETTELHEIM, 1981, p. 89).

Conclusão

Vimos neste artigo a contribuição que o marxismo althusseriano - e em associação a algumas correntes maoístas - deu à problemática da transição socialista. Sua contribuição é notável pela sua ênfase ao papel do primado das relações sociais de produção em contraposição às leituras marxistas de corte economicistas nas quais privilegiaram as forças produtivas. Ao enfatizar as relações de produção, o marxismo althusseriano demarcou claramente como ponto central na sua análise a luta de classes e as suas contradições dentro e fora dos aparatos estatais. Isso possibilitou teoricamente (e politicamente) definir a União Soviética e a China como formações sociais em transição nas quais as relações sociais de produção capitalistas ainda se faziam presentes nas práticas ideológicas, políticas e econômicas, e nesse processo de luta as práticas capitalistas se sobrepuseram em relação àquelas que visavam a ruptura e a transformação. Portanto, não houve a formação de um "Estado operário" degenerado, tampouco de uma burocracia detentora de uma poder absoluto, mas sim a formação de uma burguesia e de um capitalismo de Estado. Desse modo, a contribuição do marxismo althusseriano aos processos de transição continua válida para este novo século, haja vista

que com a atual crise do capitalismo neoliberal e a emergência de alternativas políticas ao capitalismo, faz-se necessário repensar a partir dos desvios constituídos nas formações sociais do século passado não venham a se reproduzir para que criem alternativas reais para o capitalismo em crise.

Referências

ALTHUSSER, L. *Pour Marx.* Paris: Edicions La Découverte, 1986.

_____. *Sobre a reprodução*: Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. et al. *Ler o Capital*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 2 v.

_____. Introdução. In: HARNECKER, Marta *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1981.

BADIOU, A. *L' hypothése communiste*. Paris: Ligne, 2009.

BALIBAR, É. *Cinco estudos sobre o materialismo histórico*. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1975. 2 v.

_____. *Sobre o conceito de ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1976.

BETTELHEIM, C.. *As lutas de classes na União Soviética*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. v.1.

_____. *As lutas de classes na União Soviética*. São Paulo: Paz e Terra, 1983. v. 2.

_____. *A China depois de Mao*. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____.; CHAVANCE, B. O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado. In: NAVES, M. B. *Análise marxista de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 75-112.

_____.; SWEEZY, Paul. *A transição para o socialismo*. Lisboa: Edições 70, 1978.

ESCOBAR, C. H. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *Marx trágico*: o marxismo de Marx. Rio de Janeiro: Taurus, 1993.

LENIN, V. I. O Estado e a revolução. In: *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1978. v.2. p. 219-305.

LUXEMBURGO, R. A Revolução Russa. In: LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo*: textos escolhidos. São Paulo: UNESP, 2011. v. 2. p. 175-212.

MAO TSÉ-TUNG. Da justa solução das contradições no seio do povo. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa - Omega, 2012. v.12. p. 459-502.

_____. A concepção dialética da unidade no seio do partido. In: *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa - Omega, 2012. v. 5. p. 617-620.

_____. *A construção do socialismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

_____. *Conselhos e democracia*: em busca da participação e da socialização. *São Paulo: Expressão Popular, 2011.*

MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Carta a Weydemeyer. In: _____.; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1982. v. 1. p. 503 e ss.

_____. Prefácio à contribuição crítica da economia política. In: _____.; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1982. v. 1.

NAVES, M. B. Stalinismo e capitalismo. In: _____. *Análise marxista de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005a. p. 57-73.

_____. *Mao*: o processo da revolução. São Paulo: Brasiliense, 2005b.

_____. *Marx*: ciência e revolução. São Paulo: Quatier Latin, 2008.

_____. A transição socialista e a democracia. *Outubro,* São Paulo: IES, v. 2, n.4, p. 55-68, 2000.

PINHEIRO, M. Outubro e socialismo no leste: comentários. In: _____. (Org.). *Outubro e as experiências socialistas do Século XX*. Salvador: Quarteto, 2010. p. 149-171.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais.* São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *L'Etat, le pouvoir et le socialisme.* Paris: Press Universitaires de France, 1978.

STALIN, J. O materialismo dialético e o materialismo histórico. In: PAULO NETTO, José. (Org.). *Stalin*. São Paulo: Ática, 1982.

TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, M. B. *Análise marxista de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 7-56.

ZEMIN, J. A economia de mercado da China. *Política Externa,* São Paulo: Paz e Terra, v.1, n. 4, p. 146-181, 1993.

Notas para uma discussão atual sobre o socialismo

Luciano Cavini Martorano

A grande crise capitalista de 2008, iniciada exatamente após o período de implementação das políticas neoliberais, foi acompanhada por uma retomada do interesse pela obra de Karl Marx em particular, e de outros autores marxistas em geral. Diante de suas profundas consequências políticas, econômicas e sociais, afetando diretamente as condições de vida dos trabalhadores por todo o mundo, se desenvolve, de forma mais ampla, o debate sobre as alternativas ao capitalismo, que, mais uma vez, revela seus limites incontornáveis enquanto um modo de produção essencialmente explorador e excludente. Particularmente na América Latina, ao lado de novas experiências de democratização da política e da economia, e mesmo de algumas iniciativas embrionárias de socialização nas cidades e no campo, desenvolve-se a discussão sobre o "socialismo do século XXI". O objetivo desse artigo é levantar algumas questões relacionadas com o debate teórico sobre o socialismo a partir da análise de Karl Marx e de outros autores marxistas, visando contribuir com essa nova discussão.

Inicialmente, faremos três breves observações relacionadas com o significado possível da nova discussão sobre o socialismo nos dias de hoje, destacando as suas dimensões: (a) conjuntural, (b) histórica, e (c) teórica. Depois, apontaremos três problemas ligados a um eventual desenvolvi-

mento do conceito de socialismo, partindo da problemática sobre a transição socialista esboçada por Etienne Balibar (1970) e Charles Bettelheim (1972), a saber: (i) o problema da socialização econômica, envolvendo a questão crucial da separação entre o produtor direto e os meios de produção; (ii) o da socialização política, apresentado pelo desafio do controle sobre a burocracia de Estado e a superação do burocratismo; (iii) e o da representação política no socialismo, tomando como referência a análise do sistema de conselhos e do sistema partidário.

a) A história do movimento operário e a do próprio marxismo mostra que a discussão sobre uma sociedade alternativa à sociedade capitalista mantém uma complexa relação com a *conjuntura política* na qual ela se insere, e que os seus resultados influenciam, em maior ou menor grau, a elaboração de programas, de estratégias e mesmo de táticas da luta anti-capitalista. Apenas para dar um exemplo: como se sabe,o termo "ditadura do proletariado" conheceu na obra do próprio Marx um longo hiato de mais de vinte anos, iniciando-se com o período imediatamente posterior às revoluções de 1848 (ver *A luta de classe na França 1848 até 1850*), até a Comuna de Paris em 1871 (ver *A guerra civil em França*). Sem poder entrar aqui na análise sobre a natureza e as formas da relação entre o debate envolvendo o socialismo e seus efeitos sobre a conjuntura política - que se insere no quadro mais geral da polêmica sobre a relação entre teoria e prática não apenas no interior do marxismo, como também das Ciências Sociais em geral -, a existência desse hiato nos chama a atenção para o fato de que os próprios temas privilegiados ou preteridos por pesquisadores, ativistas dos movimentos sociais, militantes políticos, etc., sem falar daqueles escolhidos pela mídia em geral, são influenciados, de alguma maneira, pelo contexto político-ideológico mais imediato no qual se insere [1].

Porém, especialmente para uma teoria como a marxista e para os movimentos sociais e políticos nela inspirados, é preciso reconhecer a

[1] No caso específico da Ciência Política, esse fato foi recentemente destacado por Joachim Hirsch ao analisar o tema da teoria do Estado capitalista: "o modo como a teoria se ocupa do tema do Estado depende das conjunturas políticas, dos movimentos sociais e da correlação de forças." (HIRSCH, 2005, p. 14) A nosso ver, a aceitação dessa tese não necessariamente implica na negação da especificidade do trabalho teórico, enquanto uma prática própria e possuidora de dinâmica particular no interior do conjunto da atividade social. Quanto ao significado da elaboração marxiana sobre o termo ditadura do proletariado nos dois períodos acima mencionados, pode-se consultar o ensaio de Etienne Balibar (1974, p. 65-ss)..

possibilidade da ação de retorno exercida pela elaboração conceitual sobre a prática dos agentes sociais empenhados na luta pela transformação da sociedade. Com isso, queremos sugerir que uma eventual retomada da discussão teórica sobre o socialismo nesse início do século XXI, poderia influenciar as lutas e os movimentos anti-capitalistas da atualidade, ajudando na elaboração e na implementação de programas, estratégias e táticas solidamente apoiados na teoria marxista e na experiência do movimento operário e socialista, além de contribuir para a emergência de novas práticas políticas condizentes com os desafios de hoje. Do contrário, há o risco da repetição de erros e equívocos teóricos e práticos já conhecidos, que podem comprometer decisivamente o desfecho das lutas em curso.

Afirmamos retomada da discussão sobre o socialismo não porque ela tivesse deixado de se realizar sob alguma forma nas últimas décadas, mas no sentido de que especialmente após a queda do Muro de Berlim em 1989, o fim da antiga União Soviética em 1991, e a posterior ofensiva neoliberal, na prática, ela deixou de ter maior relevância para setores mais amplos da população, e não apenas para pequenos grupos e organizações socialistas. Além disso, o alcance e a profundidade dessa eventual retomada ainda não podem ser estabelecidos, pois os seus sinais, embora importantes, são incipientes.

b) De forma bastante concisa, podemos afirmar que há muito trabalho de *análise histórica* a ser feito com base na bibliografia dedicada às tentativas de transição socialista iniciadas com a Revolução Soviética de 1917. Ela oferece um rico material de experiências positivas e negativas (erros, insuficiências, limites, etc.), algumas das quais podem ser melhor avaliadas agora com o acesso a novos arquivos, até então indisponíveis para os pesquisadores. Tal empreitada contribuiria bastante para uma melhor elaboração sobre duas categorias teóricas distintas fundamentais para o entendimento da transição socialista: a da estatização e a da socialização. E, consequentemente, para o aprofundamento dos conceitos de capitalismo de Estado e o de socialismo, que, não por acaso, ressurgem de forma indistinta nas atuais discussões sobre China e Cuba.

É preciso lembrar que esse esforço de conceitualização já tem a sua própria história, bastando mencionar aqui as indicações feitas por

Engels (como em o *"Anti-Dühring"* , escrito de 1876 a 1878), passando por Lenin, chegando às obras de Anton Pannekoek (especialmente em *Los Consejos Obreros*, 1977) e de Karl Korsch (1968 e 1969), até adquirir maior elaboração nos trabalhos de Charles Betelheim (1971, 1972 e 1979). Mas a análise histórica, apoiada em uma construção teórica mais desenvolvida, sobre o capitalismo de Estado na antiga URSS, na China, nos países do Leste Europeu e em Cuba, está longe de ter sido concluída. Como vários autores constataram, há uma lacuna, também de natureza sociológica, envolvendo especialmente a pesquisa sobre o fenômeno do surgimento e fortalecimento da chamada burguesia estatal. Tal lacuna revela, por outro lado, as consequências da instrumentalização da teoria marxista para fins exclusivamente conjunturais e políticos, em geral subordinada às necessidades mais imediatas de partidos e governos que se reclamavam socialistas ou comunistas.

Caso a formulação teórica sobre o capitalismo de Estado e sobre o socialismo seja retomada e desenvolvida, talvez se possa precisar melhor o porque da impropriedade do uso de termos como "socialismo realmente existente", ou "socialismo de Estado", para se definir não apenas a natureza de formações sociais que iniciaram a transição socialista ao longo do século passado, e logo depois foram derrotadas. Sem entrar aqui em maiores detalhes sobre essas expressões, notamos o erro de qualificar como socialistas formações sociais que, mesmo após a vitória de revoluções inspiradas por programas socialistas, não conseguiram ultrapassar o desafio posterior: o da passagem da estatização dos meios de produção para a sua socialização, sem o que, como veremos, não pode haver socialismo. Além disso, (1) a ideia de um "socialismo realmente existente" produz uma problemática ruptura entre a teoria e a prática marxistas, contribuindo, entre outras coisas, para o reforço da opinião tão amplamente difundida de que "o socialismo pode ser bom na teoria, mas na prática está condenado ao fracasso". E, (2) a noção de "socialismo de Estado" negligencia a tese de que o Estado socialista seria um semi-Estado ao possibilitar a participação do conjunto dos trabalhadores na administração do Estado, contribuindo para o início da superação da diferença entre estes e os funcionários de Estado. Ver as primeiras indicações sobre isso em Engels (1960, p. 347-s), e Lenin (1983).

Paradoxalmente, a ideia de "socialismo de Estado" parece estar mais próxima das *representações* sobre o socialismo feitas por Stalin (1941), pois associa diretamente o socialismo com o Estado em geral, sugerindo, implicitamente, que o seu papel teria primazia em relação a ação autônoma dos trabalhadores durante o processo de superação do capitalismo. E que ele não sofreria mudanças substanciais enquanto aparelho especializado separado do conjunto da população. Em suma, caso se atenha a tese de que o Estado socialista é um semi-Estado, a noção de "socialismo de Estado" pode ser vista, no limite, como uma contradição entre termos.

c) A nossa terceira observação inicial refere-se à relação entre o debate sobre o socialismo e a teoria propriamente dita.

Aqui, vale a pena citar o que Marx e Engels (1975, p. 226) afirmaram em *A Ideologia Alemã* :

> Para nós, o comunismo não é um *estado de coisas* a ser estabelecido, um *ideal* para o qual a realidade [terá] que se voltar. Nós denominamos comunismo o movimento *real* que supera a situação atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos existentes agora.

Com isso, eles davam um passo importante para a fundamentação teórica do socialismo e do comunismo, afastando-se das concepções utópicas que se limitavam em formular projetos de uma sociedade futura, desvinculados da sociedade existente e sua dinâmica própria. Mas além disso, ao falarem de sua superação *futura* pelo movimento de pré-condições já dadas, eles indicam que a análise teórica do socialismo, como transição ao comunismo, se apoia em um esforço de delineamento de tendências em operação na realidade atual que apontam para uma condição ainda não existente, porém possível mais a frente. Naturalmente, a operação teórica dessa indicação envolve riscos de grande monta, não poupando nem mesmo os marxistas de incorrerem em exercícios de futurologia rapidamente desautorizados pelos fatos históricos, especialmente relacionados com a postulação do fim do capitalismo.

Em suma, queremos sublinhar a pertinência epistemológica da função prospectiva da teoria marxista, em condições não apenas de realizar a crítica do capitalismo, como também de apontar possíveis desenvolvi-

mentos com base na análise de fenômenos já em operação tanto na economia, como na política, etc.

O que aliás não é propriamente uma característica exclusiva da teoria marxista. O cientista político C.B. Macpherson assinalou que as Ciências Sociais em geral, poderia buscar

> explicar não apenas a realidade subjacente às relações vigentes ou passadas entre seres humanos dotados de vontade e influenciados historicamente, mas também a probabilidade ou possibilidade de futuras mudanças naquelas relações. Pela escolha de linhas principais de mudança, e características aparentemente imutáveis, do homem e da sociedade até o presente, podem tentar discernir forças de mudança, e limites de mudança, que devem operar no futuro. (MacPHERSON,1978, p. 11).

Sem entrar aqui na polêmica questão de atribuir-se ao socialismo o estatuto de programa, modelo, realidade histórica ou não – que, de todo modo, pressupõe uma definição inicial do que ele seja -, pode-se afirmar que a fundamentação do socialismo se dá com base na análise da história e das tendências presentes no movimento atual, incluindo a tentativa de especificação de seus prováveis desdobramentos, em um esforço permanente e aberto de construção teórica. Porém, sem imaginar que toda a sua solução dependa apenas da teoria, desvinculada de uma nova prática política e de novas tentativas práticas de socialização política, econômica, cultural, etc.

1 O problema da socialização econômica

Um desafio crucial da transição socialista é o da superação da separação existente entre o produtor direto e os meios de produção, sem a qual torna-se impensável o surgimento da "livre associação dos produtores diretos", apontada por Marx. Para isso è necessário que a análise sobre a transição resgate o estatuto do conceito de relações de produção em toda a sua dimensão e com todas as suas implicações, o que havia sido negligenciado em favor do conceito de forças produtivas especialmente nos trabalhos de Stalin e do marxismo soviético.

O mérito particular de autores como Etiénne Balibar (1970) e de Charles Betelheim (1972) ao abordarem essa questão, foi articular o enfo-

que apoiado nas relações de produção, como relações fundantes das demais relações econômicas e políticas, com a investigação sobre o papel das forças produtivas e, principalmente, com o papel específico do Estado e do direito. Desse modo, puderam propor uma análise, na qual tanto a estrutura econômica, como a superestrutura jurídico-política revelam suas particularidades, potencialidades e limites. Reconhecendo os elementos constitutivos da economia e da política em sua complexa interrelação durante a transição, desvinculando-se da tradição que privilegiava a primeira esfera.

Da problemática original destes dois autores franceses, destacamos aqui a questão de sua *morfologia*. Ao analisar, sobretudo, a transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, Balibar (1970, p. 94-ss.) indica a presença de três componentes morfológicos:

1. uma primeira não-correspondência no interior da estrutura econômica entre a relação de propriedade e a relação de apropriação real, que se manifesta na separação entre os trabalhadores e os meios de produção. No caso da transição socialista, além da estatização jurídica dos meios de produção - condição necessária mas insuficiente para a revolucionarização das relações de produção capitalistas -, esta não-correspondência revela que o produtor direto não detém o domínio sobre a produção e a distribuição, que são dirigidas por outros agentes sociais;
2. uma segunda não-correspondência envolvendo duas instâncias regionais da estrutura social total: a estrutura jurídico-política (o Estado e o direito) se antecipa em relação a estrutura econômica, em decorrência da conquista do poder político pela classe trabalhadora na revolução, assinalando o início da transição;
3. essas duas não-correspondências seriam a manifestação da articulação de diferentes modos de produção em determinada formação econômico-social.

Nos limites desse artigo, nos atemos a comentar o primeiro componente dessa morfologia, buscando contribuir para a formulação mais precisa da diferença existente entre a *forma* e o *conteúdo* das relações de produção na transição socialista. Como já indicado, a estatização dos meios de produção representa a transferência da sua titularidade jurídica: a propriedade deixa de ser privada e passa a ser estatal. Essa medida em si mesma, ainda que necessária para se pensar o início da transição, tem uma

dimensão original puramente jurídica, limitada à esfera do direito, como já havia indicado Lenin logo após a revolução soviética. Ela envolve a relação *jurídica* de propriedade, que embora seja um aspecto do problema em foco, não é o mais importante.

O segundo aspecto é a relação de propriedade presente no processo social de produção em sua dimensão econômica. É essa relação que define a "utilização", o "uso" dos meios de produção para determinados fins, garantindo a coordenação e a direção do processo de trabalho por alguns agentes, e não por outros. Tal função é, na maioria das vezes, realizada pelos representantes dos titulares jurídicos dos meios de produção, e não por eles próprios. A sua mudança só pode ser concretizada com a alteração dos agentes que dirigem o processo produtivo: ela passa dos especialistas e técnicos burgueses para os próprios operários. Também a relação *econômica* de propriedade ainda é uma ação *exterior* sobre os meios de produção, já que envolve apenas a definição sobre o seu uso.

Isso posto, podemos afirmar que na transição socialista primeiro muda a *forma* das relações de produção e só depois o seu *conteúdo*. Mas, a forma não está dissociada de seu conteúdo. A mudança da relação *jurídica* de propriedade não ocasiona nenhuma mudança na forma das relações de produção, pois o simples surgimento da propriedade estatal, por si só, não altera o conjunto do processo de organização do trabalho social. Se lembrarmos que, segundo Marx, a forma é sempre uma relação, podemos pensar que a nova forma só pode se estabelecer na transição com a alteração interna do processo de produção. Isto é, a forma socialista só se instaura com a mudança da relação *econômica* de propriedade, nos termos acima apontados; quando os próprios trabalhadores passarem a dirigir a utilização dos meios de produção. Até esse momento há, em alguma medida, a permanência da divisão capitalista do trabalho, não sendo suficiente apenas agregar à propriedade estatal o adjetivo socialista para que ela seja eliminada.

Mas o núcleo das relações de produção é constituído pela capacidade dos agentes sociais de colocarem em funcionamento os meios de produção, conforme a definição de "relação de apropriação real" de Balibar, ou de "posse" de Betelheim. Essa ação envolve o *interior* dos meios de produção. Tal capacidade é dominada no modo capitalista de produção apenas por determinados agentes – os especialistas -, e passa a ser objeto de

apropriação pelo conjunto dos trabalhadores desde o começo da transição. É ela que confere o *conteúdo* às novas relações de produção, e constitui a sua dimensão mais importante e decisiva. A capacidade de fazer funcionar os meios de produção possui um sentido amplo, implicando não apenas na transformação dos antigos meios de produção, mas principalmente na possibilidade de se conceber e criar novos instrumentos de trabalho como obra do produtor direto. Assim, enquanto o próprio produtor direto não puder fazer isso, esses instrumentos serão criados por outros agentes, reiterando-se a típica separação capitalista que lhe reserva a função de mero executor de tarefas.

A transformação e a criação de meios de produção pelos trabalhadores pode ser vista como a expressão do surgimento de forças produtivas socialistas que materializam as novas relações de produção. Enquanto elas não surgirem, o *conteúdo* das relações de produção não é modificado. Isso não implica em nenhum exercício idealista pela invenção de "máquinas socialistas" à margem das relações sociais dominantes, desconsiderando-se o enorme problema representado pelo domínio da técnica e da ciência acumuladas ao longo da história humana. Aqui apenas registramos que a instauração de novas relações de produção, em uma ótica materialista, pressupõe a reorganização do próprio processo social de produção com a dominação dos produtores diretos sobre as condições e os produtos de seu trabalho. Já as forças produtivas socialistas se desenvolveriam a partir de uma nova ligação entre o produtor direto e os meios de produção; e, portanto, com o desenvolvimento multilateral da força de trabalho, incluindo a formação educacional e cultural dos trabalhadores. Admitindo-se o que acaba de ser exposto, pode-se deduzir que a transição socialista não se daria com base no desenvolvimento unilateral das forças produtivas, pois a transformação radical das relações de produção é condição para o aparecimento de novas forças produtivas. [2]

Dessa maneira, a transformação das relações capitalistas de produção é uma condição essencial para se poder pensar a democracia no socialismo, na medida em que ela só pode ser realizada como obra dos trabalhadores. Como assinalou Joachim Hirsch em sua obra sobre o Estado

[2] O leitor poderá encontrar esse argumento de forma mais desenvolvida em nosso livro *A burocracia e os desafios da transição socialista* (2002).

capitalista: "Por isso, é impossível transformar substancialmente essas relações de produção por meio do Estado." (HIRSCH, 2005, p. 26). E nós acrescentamos que elas não podem tampouco ser transformadas por meio da ação do Estado socialista, pois para isso è indispensável a intervenção dos próprios trabalhadores na condição de produtores diretos. Na permanência delas, estaremos tanto diante da separação entre o produtor direto e os meios de produção, como também da reprodução das formas mercantis, inclusive do trabalho assalariado, ainda que sob o manto da propriedade estatal - o que seria a base fundamental para a formação de uma nova burguesia de Estado. Em outras palavras, no lugar de socialismo teríamos capitalismo de Estado. Capitalismo de Estado que poderia gerar uma dupla subordinação para os trabalhadores: 1) a submissão econômica apoiada na gestão da produção por especialistas na condição de funcionários do Estado, 2) a sujeição política frente a um aparelho de Estado que através de sua política privilegia os interesses da nova burguesia, ainda que seja apresentada com o adjetivo socialista. Sinteticamente, sem o contínuo desenvolvimento do processo de apropriação real pelos produtores diretos, uma democracia socialista não pode se desenvolver e se consolidar.

2 O problema da socialização política: burocracia e burocratismo

Até agora predominou no marxismo a tendência em reafirmar o postulado de que ou o socialismo é democrático, ou então não é socialismo[3].

No entanto, de forma abreviada, pode-se afirmar boa parte do marxismo foi e ainda é refém de uma dupla ilusão: (i) a ilusão inicial de que o controle sobre a burocracia seja fácil, e a sua supressão rápida, embora só pudesse ser atingida no comunismo; (ii) e a surgida como reação face ao desencanto provocado pela não realização desta primeira ilusão, segunda a qual o partido comunista, com base no sistema oficial de partido único, poderia, *em nome* dos trabalhadores, controlar os funcionários de Estado

[3] Tal fato talvez ajude a explicar a pouca atenção que os pesquisadores desse tema dedicaram a formulações como a de Karl Korsch (1968, p. 54) sobre a possibilidade de restrição provisória da nova democracia, envolvendo exatamente os direitos de participação dos operários na gestão econômica das fábricas. Hipótese que também foi apresentada por Nikolai Bukharin (1974, ver capítulo X), em obra escrita durante o período do "comunismo de guerra" na nascente Rússia soviética. Além de Leon Trotsky, quando defendeu a "militarização do trabalho". Mas um possível desenvolvimento da teoria política do socialismo, teria que examinar em profundidade o significado e as consequências de tal hipótese.

e dirigir o conjunto da sua atividade. Tal ilusão logo se viu superada pelas consequências da fusão do partido com o Estado, levando ao aumento do aparelho estatal e à ausência de um efetivo controle do partido sobre ele, e, sobretudo, à mudança de função dos sovietes e conselhos: de órgãos de representação dos trabalhadores que eram, eles passaram a ser organismos formais desprovidos de qualquer poder efetivo de decisão.

Para a transição socialista, além do problema da burocracia, se coloca o desafio de superação do burocratismo. Resumidamente, conforme Poulantzas (1972, p. 446-459), o burocratismo é um elemento definidor do Estado burguês, apoiando-se em duas grandes regras: a) o recrutamento dos funcionários de Estado é *formalmente* aberto a todas as classes sociais, não existindo interdição de acesso em razão da origem social do candidato – o que vai lhe permitir apresentar-se como representante geral do "povo-nação", contribuindo para ocultar o seu caráter de classe; b) o recrutamento e a promoção desses funcionários seguem o critério da competência individual, *formal* e *aparente*, dando origem a uma hierarquia burocrática de competências, com base em um específico domínio do saber e na sua aferição através da realização de concursos ou provas.

É o burocratismo que impõe limites às práticas da burocracia - a camada dos funcionários de Estado independente de sua origem social -, conferindo-lhe uma unidade de ação específica e, ao mesmo tempo, criando interesses políticos próprios, ainda que não necessariamente homogêneos. Se considerarmos que na transição, a partir da estatização dos meios de produção, ocorre uma ampliação na composição da burocracia, já que o conjunto de empregados das unidades estatizadas passa também a ser funcionários do Estado, ainda que com grande diferenciações internas, não é difícil supor que surja, correlatamente, uma tendência de aumento do burocratismo, sobretudo porque a transformação do Estado não pode ser realizada da noite para o dia. Mas se o burocratismo, enquanto padrão de organização interna do aparelho de Estado, é incompatível com o novo Estado – por garantir à burocracia o monopólio do processo de implementação da política de Estado, envolvendo a decisão final sobre a sua aplicação ou não -, surge diante dele um novo e complexo desafio: o de substituir o critério do burocratismo por um novo critério que seja funcional para o socialismo.

Já a partir da Comuna de Paris em 1871 (MARX, 1960), tem início a discussão sobre a mudança de critério no recrutamento e na promoção dos funcionários, introduzindo-se a ideia da representação política de classe. Essa representação política seria medida pela adesão ao programa da Comuna e pela ação prática por sua realização, e não pela declaração formal em favor de um grupo ou partido. Mais tarde, na antiga URSS e na China até a década de 60 do século passado, tal tentativa foi retomada a partir da fórmula prevendo que os funcionários de Estado deveriam possuir ao mesmo tempo duas condições: a de ser "vermelho" e "especialista". A primeira, ao menos teoricamente, serviria para atestar o compromisso prático dos funcionários com a construção do socialismo, e a segunda contribuiria para a sua escolha de acordo com as mais avançadas exigências do conhecimento necessário ao exercício das funções estatais. Mas tudo isso ocorreu em meio a enormes dificuldades e problemas.

Em suma, o problema do controle da burocracia e o da superação do burocratismo está longe de ter sido resolvido, tanto do ponto-de-vista teórico, como sobretudo do ponto-de-vista prático. Assim, a mera repetição das famosas medidas da Comuna de Paris nos dias de hoje sugeriria a negação ou o negligenciamento dessa questão, que, na verdade, demanda novas experiências práticas de desestatização como um novo campo de provas nas condições atuais. Experiências que poderiam se desenvolver a partir das últimas conquistas da informática, que pode desempenhar um papel bem maior no sentido de favorecer a participação política da maioria da população desde que supere os estreitos limites estabelecidos pela democracia burguesa.

3 O problema da representação política: conselhos e partidos

A tese predominante no interior do marxismo reconhece que a democracia socialista não pode ser imediatamente uma democracia direta, isso significa que a formulação de uma teoria política do socialismo tem que se defrontar com o tema da representação política. Em linhas gerais, a nova democracia pode ser compreendida como sendo o exercício do poder político pela classe operária em uma nova relação com a burocracia estatal, e também com os seus representantes políticos. Tal exercício é impensável

na ausência de conselhos (*sovietes*) livremente organizados pelos próprios trabalhadores. Dessa forma, ela ainda se configuraria como a combinação de uma democracia representativa, melhor dito, *democracia delegada*, e o exercício pleno de mecanismos da democracia direta. Ou, para usar os termos de Maurice Duverger empregados em outro contexto, a democracia socialista seria uma *democracia semi-direta*, enquanto "um sistema intermediário entre a democracia indireta e a democracia direta" (DUVERGER, 1962, p. 59) - correlata ao Estado socialista organizado enquanto um *semi-Estado*, compatibilizando a forma de Estado com o regime político.

Apoiando-se em um fato histórico (ou seja, a brevidade das experiências conselhistas mais autênticas nos primórdios da Rússia Soviética, nas Revoluções Húngara e Alemã do mesmo período, e depois na China, com as comunas populares e os comitês revolucionários nas décadas de 50 e 60 do século passado, que foram substituídas por um simulacro de democracia com a existência puramente formal dos conselhos ou sovietes [4]), difundiu-se a ideia de que estes novos organismos , tal como o socialismo, só poderiam ser concebidos teoricamente mas não implementados na prática. Tal argumento representa mais um desafio para o marxismo, exigindo a análise da bibliografia mais recente sobre a representação política, bem como das práticas mais avançadas de democracia surgidas nos movimentos sociais mais recentes, incluindo a chamada democracia digital.

De todo modo, com base em autores como Max Adler, Karl Korsch e Anton Pannekoek, pode-se afirmar que o desenvolvimento e a vitalidade dos conselhos é um dos principais indicadores do avanço na implantação da nova democracia. E, ao contrário, que o seu declínio expressa o início de seu fim com o retorno de formas políticas típicas do capitalismo. Essa ideia pode ser historicamente comprovada a partir da análise das experiências do século XX, verificando-se que quanto mais os conselhos se esvaziavam, mais crescia a força da burocracia estatal e partidária, expressando uma maior apatia política entre os trabalhadores.

Mas se há literatura marxista um conjunto de formulações que contribuem para uma definição do que venha a ser o conselho – órgão de representação típico da democracia socialista -, o mesmo não se pode

[4] Sobre isso o leitor pode consultar a coletânea *Teoria e prática dos conselhos operários*, Milton Pinheiro e Luciano C. Martorano (2013).

afirmar sobre o tratamento reservado para a organização e a institucionalização do sistema conselhista. No âmbito desse artigo, nos limitamos a registrar alguns dos traços principais de sua organização, sublinhando que todos merecem uma ampla discussão: 1) *a organização piramidal e a atividade horizontal*, que levanta o debate sobre o peso da estrutura hierárquica no sistema de conselhos, especialmente o das instâncias superiores sobre as instâncias inferiores já na divisão da atribuição de funções; 2) *a delegação de funções e a rotação no seu exercício*, incluindo o exame sobre as possibilidades da aplicação do mandato imperativo e da revogabilidade (escalas, fases, etc.) ; 3) *a descentralização territorial-administrativa* , enquanto princípio organizativo voltado para a superação da distância existente entre o conjunto dos trabalhadores e os organismos decisórios não diretamente controlados por eles [5]; e, 4) *a flexibilidade organizativa*, que levanta o debate sobre o funcionamento real dos conselhos, contribuindo para o entendimento de fenômenos como o do seu esvaziamento que pode levar à mudança de seu papel original.

Além dos conselhos, consideramos a forma partido como instância de representação ainda necessária no socialismo. Basicamente em razão da disputa pela hegemonia ao longo da transição (derivada tanto pela remanescência inicial de classes, camadas e frações vinculadas ao antigo modo de produção; como pela nova configuração do conjunto dos trabalhadores: trabalhadores manuais e intelectuais, da cidade e do campo, com todas as suas diferenciações internas – econômicas, sociais, culturais, etc.). Além de fenômenos como a emergência de corporativismo em camadas específicas dos trabalhadores. Isso representa a negação da possibilidade de uma "classe homogênea", isenta de diferenciações sociais e de conflitos, que seria a base de uma ilusória "sociedade harmônica" ao longo da passagem do capitalismo para o comunismo [6].

[5] Décio Saes após afirmar que uma democracia participativa seria "viável sobretudo nos casos de comunidades pequenas […]; ou no caso de sociedades simples e de reduzida envergadura populacional, como certas tribos indígenas", assinalou que "é provável que ela também seja inviável em Estados socialistas, quando estes se erigem sobre a base territorial que lhes foi legada pelos Estados burgueses precedentes." (SAES, 2006, p. 48). O que apontaria para a necessidade do novo Estado promover uma reconfiguração territorial-administrativa do Estado anterior, no sentido de garantir mais influência para as instâncias locais de poder.

[6] Uma exposição mais desenvolvida sobre a democracia de conselhos é feita em nosso livro. *Conselhos e democracia* : em busca da participação e da socialização (2011).

Por fim, uma observação. Talvez pelo fato de que as experiências históricas do século XX desembocaram na vigência do sistema oficial de partido único, há relativamente pouco material na literatura marxista abordando de forma mais desenvolvida a configuração de pluralismo partidário socialista. De qualquer maneira, é possível pensar que o pluralismo partidário socialista se vincule com a própria configuração social da nova sociedade, pois permitiria uma melhor configuração na cena política da ampla e variada gama de interesses e conflitos presentes no seu interior. Ao fazer isso, ele criaria a possibilidade de que os conselhos tivessem melhores condições de enfrentar as suas tarefas com base na livre discussão pública dos diferentes programas existentes para a construção do socialismo, contribuindo para a elaboração das políticas a serem adotadas. Isso ajuda a entender a aspiração por um certo pluralismo partidário, mais ou menos desenvolvido, tanto na antiga URSS, como no Leste Europeu. Especialmente nas conjunturas de crise política como as da Hungria, Polônia e Checoslováquia dos anos 50 e 60 do século passado, quando o sistema de partido único e o seu monopólio sobre a representação política foi questionado, ao mesmo tempo em que se reivindicava a formação de conselhos livres da tutela do Estado.

Referências

ADLER, M. *Conselhos operários e Revolução*. Coimbra: Centelha, 1976.

BALIBAR, E. Sur les concepts fondamentaux du matérialismo historique. In: _____. ; ALTHUSSER, L. *Lire le Capital II*. Paris: François Maspero, 1970. p. 79-89.

_____. La rectification du Manifeste Comuniste. In: _____. *Cinq études du materialisme historique*. Paris: François Maspero, 1974. p. 65-101.

BETHELHEIM, C.; SWEEZY, P. *Sociedades de transição, luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

_____. (1972). *Cálculo económico y formas de propiedad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

_____. *A luta de classes na União Soviética*: 1917-1923. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BUKHARIN, N. *Teoría económica del período de transición.* Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

DUVERGER, M. *Os regimes políticos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

ENGELS, F. *Herrn Eugen dührings Umwälzung der Wissenschaft*: anti-d*ühring*. Berlin: Dietz Verlag, 1960.

HIRSCH, J. *Materialistische staatstheorie*: transformationsprozesse des kapitalistischen staatensystems. Hamburg: VSA Verlag, 2005.

KORSCH, K. *Auf dem Wege zur industriellen demokratie*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1968.

_____. *Schriften zur sozialisierung*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1969.

LENIN, V. I. Acerca del Infantilismo "Izquierdista" y del Espíritu Pequenoburgués. In: _____. *Obras Escogidas*. Moscú: Editorial Progreso, 1973. p. 60-72.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MacPHERSON, C. B. *A democracia liberal*: origens e evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*, São Paulo: Anita Garibaldi: Xamã, 2002.

_____. *Conselhos e democracia*: em busca da participação e da socialização. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. Die klassenkämpfe in frankreich 1848 bis 1850. In: _____. ; ENGELS, F. *Ausgewählte schriften I*. Berlin: Dietz Verlag, 1960. p. 109-221.

_____. Der Bürgerkrieg in frankreich. In: _____. ; ENGELS, F. *Ausgewählte schriften I*. Berlin: Dietz Verlag, 1960.

MARX, K.; ENGELS, F. *Ausgewaehlte Werke*. Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1975.

PANNEKOEK, Anton. *Los consejos obreros*. Bilbao: Editora Zero, 1977.

PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. C. *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista.* 4. ed. México: Siglo XXI, 1972.

SAES, D. O lugar do pluralismo político na democracia socialista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, n. 6, p. 23-34, 1998.

_____. Democracia representativa e democracia participativa. In: RODRIGUES, R. M.; DEITOS, R. A. (Org.) *Estado, desenvolvimento e políticas sociais.* Cascavel, PR : Editora Unioeste, 2006.

STALIN, J. En torno a los problemas del leninismo. In: _____. *Cuestiones del leninismo*. Moscú : Ediciones de Lenguas Estranjeras, 1941.

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO E SEUS LIMITES: A CRISE NA ERA DO CAPITALISMO SENIL

Francisco José Soares Teixeira

"O capital mesmo é a contradição em processo, pois tende a reduzir ao mínimo o tempo de trabalho enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza"

Marx, Grundrisse

1 A DIMENSÃO OBJETIVA DA CRISE

Quando Marx, no ano de 1848, em parceria com Engels, escreve o *Manifesto Comunista,* seu conhecimento da Economia Política (EP) ainda estava longe do que viria a ser dez anos mais tarde, quando redige, sob a forma de apontamentos, os *Grundrisse* (1857-1858), os quais seriam a base para a redação de O Capital. Mesmo sem domínio profundo da EP, isto não o impediu de intuir a dialética do desenvolvimento e destruição das forças produtivas ao longo da evolução do capitalismo. Compreendeu muito bem que [...] a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou [...].

E por que não pode? Porque o sistema capitalista, responde Marx (1988, p. 45)

> [...] possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema tornou-se demais estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e a diminuição dos meios de evitá-las.

Qual é essa força que move o sistema produtor de mercadorias a criar-destruir-recriar novas forças produtivas numa escalada progressista, que gera uma superacumulação de riquezas, que ultrapassa os limites do estômago do mercado? A resposta viria dez anos mais tarde quando Marx redige os manuscritos de 1857-1858. A aplicação da dialética à EP lhe permite compreender que o capital é a *contradição em processo.* É essa contradição que leva o processo de acumulação a

> [...] reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Diminui, assim, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida ou morte - para o trabalho necessário. Por um lado, conjura todos os poderes da ciência e da natureza, bem como os da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza se torne (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, quer medir essas forças sociais gigantescas, assim criadas, pelo tempo de trabalho, e as conter nos limites exigíveis, para que o valor criado se conserve como valor. Para o capital, as forças produtivas e as relações sociais [...] aparecem apenas como meios, e para ele só são meios para produzir a partir de sua base limitada. (MARX, 1987, p. 229).

É essa dialética do desenvolvimento do capitalismo que explica as revoluções por que passou o capitalismo ao longo de sua evolução. Noutras palavras, é a avidez do capital por mais-trabalho, isto é, por mais-valia, que leva o sistema a revolucionar permanentemente sua base técnico-material de produção. Dessas revoluções, a primeira foi a invenção da máquina a vapor e das máquinas têxteis, em finais do século XVIII e princípios do XIX; a segunda ocorreu em meados do século XIX, com a descoberta das fontes de energia como o carvão e o petróleo, além do uso do ferro; a terceira está relacionada com a eletricidade, a invenção do automóvel e do avião em princípios do século XX até chagar à revolução informacional e biotecnológica, isto é, a chamada engenharia genética, que permite o homem a imitar Deus: criar vida.

Essas revoluções do processo produção foram tão longe que há quem defenda a ideia de que o capitalismo entrou em sua fase senil[1]. De tão gordo, já não anda com tanta pressa. Prova disto são as taxas de crescimentos das economias que se arrastam, com exceção da China e da Índia, em torno de 2,0% a 2,5%.

Alguns indicadores dão prova dessa fase senil do capitalismo. Dentre eles destaquem-se:

(1) a decadência da economia Norte Americana

Atualmente, essa economia vive da importação dos excedentes produzidos por outras grandes potências, principalmente a China, que detém grande parte dos títulos de sua dívida. De exportador que fora no passado, os Estados Unidos da América do Norte transformaram-se numa economia importadora, assumindo assim a função de amortecer a crise de superprodução crônica das grandes potências. Mas até quando a economia norte-americana continuará a exercer esse papel?

(2) Um segundo indicador de senilidade, como assim diria Przewoski, é a libertação do capital de todas as cadeias impostas pela democracia.

Como assim? Em que sentido o capital se libertou da regulação estatal? A resposta não é difícil, mas requer algumas mediações. Atualmente,

[1] Este conceito foi criado por Roger Dangeville , em 1978, para definir essa nova fase do capitalismo, que ele designou de como capitalismo senil. Este conceito foi retomado depois por Jorge Beinstein, professor da Universidade de Buenos Aires.

o capital rompeu os limites da divisão social do trabalho; diferentemente do que fora no passado, hoje o capital deixou de ser apenas uma unidade dentro da cadeia da produção social, voltada para produzir uma mercadoria específica e destinada a satisfazer uma necessidade particular. Cada unidade de capital é, agora, um lugar abstrato de valorização de valor, não importando a forma concreta que assume; ela é, a um só tempo, capital-dinheiro, capital produtivo e capital comercial. Todas essas formas de existência do capital são igualmente meios milagrosos para fazer do dinheiro mais dinheiro. (BEINSTEIN , 2009).

A partir de então, não há mais domínio de uma fração do capital sobre as demais, pois cada unidade de capital (empresa) opera simultaneamente como capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Essas diferentes formas de existência do capital não estão mais subsumidas ao capital financeiro, pois o capital se tornou uno, sem formas empiricamente distinguíveis. Consequentemente, uma empresa industrial é tão especulativa quanto o é o capital financeiro. Prova disto é o fato de que 40% dos lucros das grandes corporações industriais japonesas, por exemplo, são provenientes de atividades não-operacionais, isto é, são produtos de especulação no mercado financeiro. É, portanto, um erro político acreditar que o combate ao capital financeiro recolocaria a economia nos trilhos da prosperidade, como acreditam aqueles que veem no neoliberalismo a causa da crise do capitalismo.

Não sem razão, para Chesnais, o objetivo de cada unidade de capital, notadamente a empresa multinacional,

> [...] é a auto-valorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente. Nessas condições, um dos atributos ideais do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico - qualquer que tenha sido sua importância na formação e crescimento do grupo - , bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 81).

Essa mobilidade transnacional do capital impede que o chamado Estado-nação possa disciplinar o movimento de capitais, impondo-lhe controle sobre a compra e venda da força de trabalho. Com efeito, como impor limites legais ao capital que hoje produz suas mercadorias através de uma cadeia global de produção, que transcende as fronteiras de centenas de países, cuja maioria deles não tem uma legislação trabalhista? Um bom exemplo é a fábrica da Apple na China. Neste país encontra-se a maioria das fábricas de *iPode* e i*Phone, no entanto,* essas *fábricas* contam com fornecedores de Taiwan, Singapura, Filipinas, Malásia, Tailândia, República Tcheca, dos EUA, e do Japão.

(3) Hipertrofia financeira da economia e a perda do poder do Estado para disciplinar e normatizar o processo de acumulação de capital.

Essa extrema mobilidade do capital é também uma das características do processo de *financeirização* da economia. Com efeito, no movimento de *financeirização* do processo de acumulação, como apropriadamente esclarece Braga, "... se insere a interdependência patrimonial - e não apenas comercial e creditícia, como antes, dos proprietários dos principais países industrializados, pela qual seus ativos e passivos estão conectados a ponto de tornar a gestão público-privada da riqueza forçosamente interativa e supranacional, ainda que sem a coordenação virtuosa pretensamente almejada pelo G-7". Em consequência disso, acrescenta que nessa dinâmica da financeirização da economia

> [...] está a transformação das finanças públicas em reféns ao ponto de lhes reduzir sensivelmente a capacidade de promover o gasto autônomo dinamizador do investimento, da renda e do emprego; de tornar financeirizada a dívida pública que, como tal, sanciona os ganhos financeiros privados e amplia a financeirização geral dos mercados. (BRAGA, 1997, p. 238-238).

(4) Outro indicador de senilidade do capitalismo é revelado pela crise energética em que mergulhou o sistema. Atualmente mais de 80% da matriz energética do mundo é composta de recursos naturais não renováveis (petróleo, gás natural e carvão mineral). Bernstein (2009) lembra que

> [...] é importante não que esquecer que o capitalismo industrial pôde avançar desde o final do século XVIII porque conseguiu se tornar independente dos recursos energéticos renováveis, que o submetiam a seus

> ritmos de reprodução, e impor sua lógica aos recursos não renováveis: o carvão, seguido mais adiante pelo petróleo. Essa proeza depredadora (que nos levou ao desastre atual) foi o pilar decisivo da construção de seu sistema tecnológico articulador de uma complexa e evolutiva rede de procedimentos produtivos, produtos, matérias primas, hábitos de consumo, etc., ligando o desenvolvimento científico e as estruturas de poder.

(5) Crise ecológica, que tem como principal causa a matriz energética extremamente poluente. Não é fácil enfrentar esse problema. A maior dificuldade é o capital financeiro. Com efeito, sem incluir as empresas estatais, as reservas de combustíveis fosseis estão nas mãos de 200 empresas. Tais reservas, afirma Nadal (2013),

> [...] já estão anotadas em seus balanços com um enorme valor monetário. Uma avaliação destas empresas admite que essas reservas serão efetivamente realizadas, o que significa que serão extraídas e utilizadas. Do ponto de vista contábil, ninguém está preocupado se a utilização dessas reservas é suficiente para ultrapassar o perigoso patamar dos graus centígrados. A mudança climática não é um conceito contábil.

(6) Finalmente, vem a crise urbana como um dos mais complexos indicador de senilidade do capitalismo. Não é preciso ser especialista no assunto para saber que as cidades ocupam destaque central da mídia, com seus desastres decorrentes de

> [...] enchentes, desmoronamentos com mortes, congestionamentos, crescimento exponencial da população moradora de favelas (ininterruptamente nos últimos 30 anos), aumento da segregação e da dispersão urbana, desmatamentos, ocupação de dunas, mangues, APPs (Áreas de Proteção Permanente) APMs (Áreas de Proteção dos Mananciais), poluição do ar, das praias, córregos, rios, lagos e mananciais de água, impermeabilização do solo (tamponamento de córregos e abertura de avenidas em fundo de vales), ilhas de calor... e mais ainda: aumento da violência, do crime organizado em torno do consumo de drogas, do stress, da depressão, do individualismo, da competição. As cidades fornecem destaques diários para a mídia escrita, falada e televisionada.

2 A dimensão política da crise e a participação da "classe trabalhadora" como sua coadjuvante

Um exame desapaixonado da política da Socialdemocracia revela que essa instituição, em que pesem suas nuanças de país para país, foi e continua sendo uma política de colaboração de classe. Sócia do capital, a Socialdemocracia transformou-se num partido da ordem, no governo ou fora dele. Essa história vem de longe. Desde os tempos em que ela abandonou a luta pelo socialismo por uma política de reformismo do sistema. Ninguém melhor do que Lênin para falar dessa inflexão. Na primavera de 1916, escreve uma pequena brochura, com um pouco mais de 120 páginas, cujo título é de todos conhecido, *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo.* Sua intenção, de um lado, era atualizar *O Capital*, para mostrar que o capitalismo de sua época não era mais aquele que Marx tinha diante dos olhos; de outro, mostrar que a luta pelo socialismo, na fase imperialista do capitalismo, mais do que nunca perdeu seu caráter nacional, para se transformar numa luta pela libertação da humanidade do domínio do capital. Nessa fase, o que está em jogo não é mais a luta contra a exploração das burguesias nacionais, mas, sim, contra a burguesia mundial, que partilhou o mundo entre seus pares, de tal sorte que, não havendo mais o que conquistar, restava apenas redistribuir entre eles o que já se encontrava sob seu domínio ([2]LENIN, 1982, p. 75-76). Daí sua crítica ao oportunismo dos socialdemocratas, em especial a Kautsky e a Hilferdinging. Referindo-se ao primeiro deles, Lênin (1982, p. 73) escreve:

> [...] certos autores burgueses [...] exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, uma das mais acentuadas expressões da internacionalização do capital, permitiram ter a esperança de que a paz há de reinar entre os povos em regime capitalista. Do ponto de vista teórico, esta opinião é inteiramente absurda; e do ponto de vista prático, é um sofisma e um meio de defesa desonesto, do pior oportunismo [...]. Kautsky comete o mesmo erro. E, evidentemente, o que está em jogo não é a burguesia alemã, mas a burguesia mundial.

[2] Pela primeira vez, o mundo se encontra inteiramente partilhado, de tal modo que, no futuro, unicamente se poderá pôr a questão de novas partilhas, isto é, da transição de um 'possuidor' para outro e não da 'tomada de posse' de territórios sem donos.

Ora, diz Lênin, quando o mundo já se encontra totalmente partilhado entre um punhado de grandes monopólios, é um erro, como assim cometeram os kautskistas, tentar atenuar esse fato

> [...] dizendo que 'seria possível', sem política colonial, 'dispendiosa e perigosa', procurar matérias-primas no mercado livre, e que seria 'possível' aumentar em proporções gigantescas a oferta de matérias-primas, graças a uma 'simples' melhoria nas condições da agricultura em geral. Estas declarações, porém, redundam na apologia do imperialismo, na sua idealização, pois silenciam a particularidade essencial do capitalismo contemporâneo: os monopólios. O mercado livre cada vez mais se distancia no passado; os sindicatos e os trustes monopolistas limitam-no a cada dia que passa. E, a 'simples' melhoria das condições da agricultura reduz-se à melhoria da situação das massas, à alta dos salários e à diminuição dos lucros. Mas existirão, para lá da imaginação dos suaves reformistas, trustes capazes de se preocuparem com a situação das massas em vez de pensarem na conquistas de colônias? (LÊNIN, 1982, p. 82).

Sua crítica assume um tom cáustico, quando, mais adiante, assevera que,

> [...] se a luta contra a política dos trustes e dos bancos não atingir as suas bases econômicas, ela reduzir-se-á a um reformismo e a um pacifismo burguês, a piedosos e inofensivos desejos. Iludir as contradições existentes, esquecer as mais essenciais em vez de lhes desvendar toda a profundidade, eis ao que conduz a teoria de Kautsky que nada tem de comum com o marxismo. (LÊNIN, 1982, p. 92).

Críticas ao vento! Os oportunistas social-democratas fizeram vista grossa às censuras de Lênin. Com seus discursos do tipo "deem-nos 50,1% dos votos e realizaremos vossos objetivos", ganharam a confiança da classe trabalhadora e conquistaram não poucas vitórias políticas e econômicas. Conseguiram transformar o voto censitário num direito universal; em muitos países europeus, reduziram a semana de trabalho de 72 para 35 horas; ampliaram o sistema de proteção social e, hoje, os inválidos e doentes contam com serviços de assistência médica e aposentadoria; criaram o seguro-desemprego; universalizaram a educação; além de outros direitos sociais e políticos.

Mas é preciso considerar o reverso da medalha. Não se pode esquecer que todas essas conquistas foram realizadas a um preço muito alto, cujas cifras estão registradas na história com números indeléveis de sangue e fogo. O balanço é de Mandel (1990), para quem a social-democracia internacional, com honrosas exceções, justificou e facilitou a carnificina de dez milhões de seres humanos durante a Primeira Guerra Mundial, em nome de pretensas razões de defesa nacional. Os governos social-democratas, ou com a participação da social democracia, organizaram ou defenderam guerras na Indochina, Malásia, Indonésia e Argélia. Foram mais longe ainda. Defenderam práticas de torturas e limitaram as liberdades democráticas na Índia, Indonésia, Egito, Iraque e Singapura. Protegeram o regime do *apartheid* na África do Sul. Participaram da Guerra Fria, além de se tornarem cúmplices das políticas imperialistas. Em nome do grande capital, apoiaram e organizaram as políticas de austeridade monetárias e fiscais, que tiveram como consequência o desmantelamento do Estado social, que ajudaram a construir.

Não é de admirar que a direita ocupa cada vez mais "cadeiras" nos parlamentos europeus e no resto do mundo. Caso emblemático desse avanço da direita é a recente vitória das forças conservadoras nas eleições para o Parlamento Europeu, no dia 7 de junho deste ano. As razões dessa vitória vêm de longe, bem antes do início da crise atual. Como apropriadamente esclarece Fiori (2009),

> [...] a derrota dos social-democratas e o declínio da esquerda, já vinha de antes (sic), e não reverteu nestas últimas eleições por uma razão muito simples: os social-democratas são parte essencial da própria crise. Relembrando uma história conhecida: a social-democracia europeia abandonou a "utopia" socialista, depois da II Guerra Mundial, e só se converteu às teses e políticas keynesianas, no final da década de 50. Mas em seguida, a partir dos anos 70, aderiu às novas teses e políticas neoliberais hegemônicas até o início do século XXI. E até hoje, na burocracia de Bruxelas, e dentro do Banco Central Europeu, são os social-democratas e os socialistas que em geral defendem com mais entusiasmo a ortodoxia macroeconômica e liberal. Neste momento, por exemplo, o ministro das Finanças alemão, o social-democrata Peer Steinbruech, é considerado por todos como a autoridade financeira mais ortodoxa e radical, nos governos das grandes potencias capitalistas. Além disto, os social-democratas e socialistas europeus não participaram da origem do projeto de integração europeia, e nunca consegui-

ram formular uma visão consensual do projeto de unificação. Portanto, nestas últimas eleições parlamentares, os social-democratas e socialistas europeus não podiam ser vistos como uma alternativa frente à crise do modelo neoliberal, porque eles são de fato uma parte essencial da própria crise, e além disto não dispõem de nenhuma proposta específica para os impasses atuais da União Europeia.

3 A dimensão planetária da crise e o desbotamento da esquerda brasileira

Não há como duvidar: o capitalismo há muito já cumpriu, como diria Marx, sua missão civilizatória. Entrou numa fase, ao que tudo indica, em que não dispõe mais de meios para superar a crise, cuja principal causa reside em sua própria natureza: um sistema movido por uma contradição em processo que o empurra, *por necessidade interna,* para atingir o limite de sua expansão lucrativa. Movido por essa contradição interna, ao buscar reduzir os gastos com trabalho, para aumentar sua produtividade e lucro, a fome vampiresca do capital exige que este monstro continue se alimentando de trabalho vivo. Essa dialética, que empurra o capital para reduzir o tempo de trabalho, ao mesmo tempo em que faz dele a única fonte de sua valorização, tende a levar o sistema ao limite da produção do valor como valor. Nessas condições, como diria Marx nos Grundrisse, estariam postas "as condições materiais para provocar a implosão" da produção da riqueza como valor. O sistema entraria num estágio de produção em que as despesas com capital constante superariam a economia realizada com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Com efeito, o modo de produção capitalista caracteriza-se por sua tendência inerente de criar mais-valia relativa. Somente assim, o capital consegue expandir progressivamente as forças produtivas e, consequentemente, impulsionar o desenvolvimento da riqueza social. Mas isto o capital só consegue realizar na medida em que coloca crescentes barreiras contra sua expansão a ponto de atingir um limite em que não é mais possível superar suas dificuldades de valorização. Na medida em que o tempo de trabalho necessário se reduz, como assim demonstra Marx nos **Grundrisse**, o ganho de mais-valia global é cada vez mais insignificante. No exemplo utilizado por ele, supõe que se o capital, depois de contínuas reduções do tempo de trabalho necessário, multiplicasse a produtividade por mil, a mais-valia total não chegaria a au-

mentar um milésimo[3]. Noutras palavras, a economia de trabalho vivo é tão insignificante que não compensa os gastos adicionais com trabalho morto. Isto mostra que o capitalismo é um modo de produção transitório, pois sua fome por mais-trabalho acaba por privá-lo do alimento que o mantém respirando: o trabalho vivo.

Tudo indica que essa tendência do capital tornou-se realidade. O capital parece ter atingido esse estágio: opera num limite em que a economia de trabalho vivo tende a se reduzir a ponto de não mais compensar os gastos adicionais com capital constante. Mas o que dizer da corrida do capital, notadamente a partir dos anos 70 do século passado, em busca de países com mão-de-obra abundante e barata? Não é uma prova de que o capital está longe de atingir aquele limite? A tese que aqui se defende entende essa questão de forma diferente. A corrida do capital por trabalho fácil e barato é uma tentativa para compensar a enorme economia de trabalho vivo realizada pelo grande capital, que transformou o *layout* de suas estruturas produtivas num gigantesco esqueleto mecânico, onde se pode caminhar por suas vértebras, metros e mais metros, sem encontrar uma "viva alma. Mas, uma vez que o capital é incompatível com a automatização absoluta do processo de produção, isto o obriga a buscar sua fonte de alimento (trabalho vivo) em países que não fazem parte do seleto grupo das economias, nas quais o processo de trabalho perdeu plenamente o caráter de processo de trabalho; o homem se apropriou do *logos* da natureza e, assim, transformou o processo de trabalho semelhante ao processo de produção das ciências. É neste sentido que se pode dizer que o processo de trabalho se transformou em processo de produção, cuja unidade está, agora, integralmente fundada nas ciências e não mais no trabalho, como de certa forma foi durante o desenvolvimento da grande indústria, tal como se encontra exposta nas páginas de *O Capital*[4].

[3] Rosdolsky, (2001, p. 198): "Suponhamos que a duplicação da produtividade tenha reduzido o trabalho necessário de ½ dia para ¼ de dia, fazendo com que o capitalista ganhe ¼ de dia como mais-valia relativa. Suponhamos ainda que a produtividade duplique novamente. O tempo de trabalho cairia de ¼ para 1/8 de dia. Qualquer crescimento posterior da produtividade acarretaria um menor crescimento relativo da mais-valia. 'Se o trabalho necessário se reduzisse a 1/1000 da jornada, a mais-valia total seria igual 999/1000. Se, neste caso, a produtividade fosse multiplicada por mil, o trabalho necessário se reduziria a 1/1.000.000 desse mesmo dia e a mais-valia total atingiria 999.999/1.000.000 desse mesmo dia. [...] Portanto, teria aumentado 999/1.000.000 [...]. Ou seja, com a multiplicação por mil da produtividade, ela não chegaria a aumentar um milésimo [...]'".

[4] Para uma análise mais detalhada dessa questão ver Teixeira e Frederico (2008).

Mas, mesmo nessas economias, nas quais o trabalho vivo, se não desapareceu, foi reduzido ao mínimo, necessitam de trabalho vivo. Para tanto, de um lado, o capital ressuscita formas de trabalho que há muito haviam sido superadas, como o trabalho em domicílio, por exemplo; por outro lado, flexibiliza as relações de trabalho mediante o relaxamento da legislação trabalhista, para permitir a criação de postos de trabalho por tempo determinado, temporários etc.

Esse capitalismo, empurrado por sua dialética interna e que, por isso mesmo, conjurou enormes forças produtivas, a ponto de converter o processo de trabalho em processo plenamente de produção, transformou a classe trabalhadora num monturo de vendedores de força de trabalho a varejo. Estes vivem, agora, perambulando pelas ruas e portas de empresas oferecendo sua força de trabalho a qualquer preço, sem mais se importarem com as condições que lhes são impostas pelo capital. Com efeito, de tanto intelectualizar o processo de produção de valores, o capital acabou por retirar do exército industrial de reserva sua clássica função reguladora do preço da força de trabalho; o mercado de trabalho se transformou numa imensa reserva de mão-de-obra permanentemente sobrante.

Essa realidade atinge indistintamente todos os países. Afinal, o capitalismo, como discutido antes, envelheceu, entrou em sua fase senil, arrastando todo o Planeta para dentro do atoleiro em que se encontra nessa sua "fase terminal", que se prolonga numa agonia sem fim. Com efeito, a crise ecológica é uma crise planetária, nenhum país esta fora dela. A crise urbana é muito mais profunda na periferia do capitalismo, que caminha rapidamente para transformar o mundo todo numa grande favela. A financeirização da economia mantém todos os países presos em sua teia. Como um fantasma, ronda ameaçadoramente o mundo todo. Com uma agravante: a enorme mobilidade do capital retirou do Estado seu poder regulatório dos movimentos de valorização do valor; noutras palavras, o Estado tornou-se refém do capital.

Não é sem razão que, hoje, o capitalismo entrou numa fase de acumulação em que não é mais possível conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social. Neste sentido, o capitalismo já deu o que tinha de dar; não cabe mais reformas como as que deram origem à construção do Estado do Bem Estar social. Hoje, não é possível combater a miséria

e o desemprego com políticas oportunistas de estratégia de sobrevivência, como é o caso da economia solidária, que prefere atuar nas franjas e brechas do sistema sem romper com a sua lógica perversa. Política oportunista, na medida em que tenta produzir valores de uso por meio da compra de mercadorias, para transformá-los em valor de troca no mercado. Seu voluntarismo oportunista salta aos olhos quando faz uso do Estado, como se esta instituição fosse um ente público impessoal, imune aos interesses de classes. O mesmo acontece com as políticas afirmativas de gênero e de distribuição de cotas de acordo com o pigmento da pele da pessoa. Ora, no Brasil, a exclusão social não é um problema de raça, de etnia, mas, sim, de classes. Se se pode falar de etnia, de raças excluídas, isto vale para um país como a Bolívia, onde quase setenta por cento da população é composta de índios, que não participam do mercado nem têm direitos sociais. Mesmo assim, por trás dessa exclusão étnica, bate latente um problema de classes, cujas raízes vêm desde os remotos tempos, para falar como Eduardo Galeano, em que os europeus se lançaram mar adentro e fincaram seus dentes na garganta dessa comarca, que hoje se chama América Latina.

A esquerda nega-se a encarar a realidade de frente. Prefere enveredar pelo caminho das políticas multiculturalista, que se apoiam, de um lado, na luta contra discriminação de raça, gênero e orientação sexual e, por outro, na luta pelo combate à pobreza ancorada na integração dos pobres ao mercado de consumo. Assim procedendo, a esquerda brasileira, como se encontra na crítica de Lenin à Socialdemocracia do seu tempo, prefere "Iludir as contradições existentes, esquecer as mais essenciais em vez de lhes desvendar toda a profundidade". Como foi obrigado a reconhecer Celso Furtado, no apagar das luzes de sua existência, a questão social não pode mais ser enfrentada com políticas do tipo de assistência à pobreza, como o faz o programa Bolsa Família do PT. O mundo mudou, dizia ele, e

> [...] hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas. (FURTADO, 2000, p. 18).

Furtado não é uma voz isolada. Juan Somavia, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não acredita que o crescimento econômico possa gerar postos de trabalho suficientes para acabar com o desemprego. Segundo ele, em 2004, a taxa de crescimento da economia mundial, que foi da ordem de 5,1%, resultou apenas num aumento de 1,8% no número de pessoas ocupadas. Mas isso ainda não traduz toda a questão. Até 2015, argumenta Somavia (2007), "[...] cerca de 400 milhões de pessoas se incorporarão à força de trabalho. Isto quer dizer que mesmo que se consiga um crescimento acelerado do emprego para produzir 40 milhões de postos por ano, a taxa de desemprego baixaria apenas 1% em 10 anos".

No Brasil, as perspectivas para o trabalho são igualmente desanimadoras. Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o mercado de trabalho no Brasil está encolhendo. Uma pesquisa realizada por essa instituição, na indústria automotiva, revela que, nos anos 80, para uma capacidade de produção de um milhão e quinhentos mil veículos, este setor empregava 140 mil trabalhadores. Hoje, para uma capacidade de produção de três milhões de veículos, as montadoras empregam apenas noventa mil trabalhadores.

Nesse contexto, os famigerados programas de requalificação profissional pouco ou quase nenhum impacto têm sobre as taxas de desemprego. Com efeito, tais programas, como assim reconhece Azeredo (1999, p. 38-39),

> [...] dependem diretamente do desempenho da economia. Além disso, em um contexto de taxas de desemprego significativas, "a eficiência dos programas tende a reduzir-se pela disputa de um maior número de desempregados pelas vagas existentes". Essa é também a opinião de Kapstein, que afirma que "as políticas microeconômicas, como a expansão do ensino e do treinamento, são necessárias para equipar os trabalhadores com as qualificações que lhes permitem reingressar no mercado de trabalho ou encontrar melhores perspectivas de carreira. Mas essas políticas e programas são de pouco valor se a economia não estiver produzindo bons empregos".

Além de tais limitações, os programas de qualificação aparecem como um verdadeiro *contra-senso histórico;* contra-senso por querer fazer do trabalhador um instrumento de produção estratégico, justamente numa época em que o processo de trabalho já se transformou em processo

de produção, no sentido de que o trabalho deixa de ser a sua unidade dominante. Mais do que isto, esses programas se movem na direção oposta à lógica de crescimento da acumulação de capital, cuja tendência é reduzir os custos salariais na composição das despesas do capital. Ora, a qualificação generalizada da força de trabalho teria como efeito imediato encarecer o preço desta mercadoria para o capital, fazendo com que os salários consumissem uma proporção relativamente crescente do preço de custo do capital. Um absurdo, considerando que a *lei geral da acumulação* (MARX, 1985) capitalista mostra precisamente o contrário: as despesas com capital constante (máquinas, equipamentos, matéria-prima etc.) crescem relativamente mais do que os gastos realizados com sua parte variável, isto é: com o pagamento da força de trabalho.

Os dirigentes políticos do Estado brasileiro dão as costas a essa realidade e decidiram fazer da opção preferencial pelos pobres o eixo de sua "política social"; uma verdadeira apologia da práxis da miséria: um prato de comida a quem tem fome vale mais do que qualquer projeto de transformação da economia a longo prazo. Quem tem fome não pode esperar. Daí porque o Bolsa Família não foi além de um programa voltado para manter a pobreza assistida.

É nesse contexto que nasce a política neodesenvolvimentista, uma política que vai ao encontro dos interesses do grande capital, uma política de colaboração de classe, cuja a última palavra é dada pelo capital.

Referências

AZEREDO, B. *Políticas públicas de emprego*: a experiência brasileira. Organização de Cláudio de Savaltori Deddeca. São Paulo: Associação de Estudos do Trabalho – ABET, 1999. p. 38-39.

BERNSTEIN, J. *A crise na era senil do capitalismo*. Disponível em: <http://resistir.info/>. Acesso em: Acesso em: 15 jan. 2014. (Original encontra-se em *El Viejo Topo,* Barcelona, n. 253, fev. 2009).

BRAGA, J. C. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *O poder do dinheiro*: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 195-252.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FIORI, J. L. Entre Berlim e o Vaticano. *Carta Maior*, 16 jun. 2009. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Entre-Berlim-e-o-Vaticano/20864 >. Acesso em: 29 jun. 2014.

FURTADO, C. Estão liquidando a soberania do Estado: entrevista concedida a CORECON. In: BENJAMIN, C.; ELIAS, L. A. (Org.). *Brasil*: crise e destino: entrevistas com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão popular, 2000. p. 13-20.

LÊNIN, V. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora, 1982.

MANDEL, E. Situação e futuro do socialismo. In: *O Socialismo do Futuro*: Revista de Debate Político. Lisboa: Publicações Dom Quixote, v. 1, n. 1, p. 84-86, 1990.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica da economia política*: borrador 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1987. V. 2.

MARX, K. *Manifesto comunista.* São Paulo: Boitempo, 1998.

Marx, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Liv.1.

NADAL, A. Capital financeiro e mudança climática. *Carta Maior*, 12 fev. 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Capital-financeiro-e-mudanca-climatica/3/27397>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx.* Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SOMAVIA, J. A geração do milênio procura trabalho para superar a pobreza. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/news>. Acesso em: 20 jan. 2014.

TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. *Marx no século XXI.* São Paulo: Cortez, 2008.

Crise, democracia formal e lutas populares: pistas da teoria social marxista[1]

Milton Pinheiro

> "Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude"[2]. (LAMPEDUSA, 1979, p. 40).

Introdução

A crise do capital tem estimulado um conjunto de medidas que são usadas pela burguesia com a perspectiva de encontrar meios, formas e caminhos, mais rápidos, para praticar expropriações com o intento de resolver os problemas de revalorização do capital com a conseguinte extração de mais-valia. Trata-se, para os capitalistas, da única forma de resolver a crise de caráter sistêmico em que o capitalismo se encontra engolfado.

Ao lado desse processo que tem tido profunda repercussão sobre a sociabilidade dos trabalhadores, a juventude tem se confrontado, também, com a ausência de emprego e outras particularidades expressas em denotam péssimas condições para o deslocamento urbano, falta de equipamentos públicos para lazer e a constante violência do Estado da democracia formal. O cenário hodierno da mais completa falta de perspectiva para a juventude e o proletariado, em particular a juventude e os trabalhadores

[1] Este artigo se apropriou de pontos gerais que levantei em outros textos desenvolvidos durante o ano de 2013 sobre a crise do capital, a convulsão social, o espaço da democracia formal, a questão das lutas populares, os aspectos velozes da conjuntura política, o papel da vanguarda e alguns aspectos de práticas neofascistas.

[2] Notável frase dita por Tancredi para seu tio, o príncipe Salina, no romance *O Leopardo*. Lampedusa (1979, p.40).

precarizados, tem sido um dos fatores que contribuem para as mobilizações populares.

Este artigo tem por objetivo analisar questões que se apresentam com regularidade na atual conjuntura política, particularmente a partir da longa crise do capital, das lutas proletárias e populares que convulsionaram o Brasil durante o mês de junho de 2013, e que se mostram ainda com fôlego para questionar as contradições que são perenes na sociedade contemporânea, dentro da democracia formal.

Um ponto de inflexão que se apresentou como novidade nessa conjuntura veloz foi a movimentação dos segmentos proletários, impactados pela crise do capital, sem a presença dirigente das clássicas formas de vanguarda política, organizando-se pelo papel assoberbado das *Redes de Contágio*[3] como forma difusa e líquida de organização coletiva. Essas redes (contágio) de mobilização agem pela sobrevida de setores reacionários e por medidas do Estado da democracia formal. Exercitam e cumprem funções perigosas e, por vezes desviantes, que tornam imprevisíveis as movimentações sociais que são ofuscadas pela cena política dentro do processo complexo em curso.

Ao lado deste amplo panorama, que pode se tornar um importante programa de pesquisa - que ainda precisa de respostas concretas – apresentam-se ações que são orientadas por uma cultura reacionária e que operam na sociedade tardo-capitalista de consumo dirigido, que podem ser qualificas como posturas e comportamentos de uma prática neofascista.

A crise sistêmica desse modelo societal tem movimentado o bloco conservador, nem sempre compacto, numa cruzada pela revalorização do capital, através de expropriações que radicalizaram o processo social por meio da retirada de direitos sociais e se consolidaram nas medidas e práticas das condutas autoritárias, discricionárias e policialescas do aparelho de Estado da burguesia na organização do seu regime político, como sendo o

[3] Facebook, twiter, Instagran, internet e outras formas líquidas de comunicação/convencimento ideológico. Todavia, não estamos entrando no mérito de meios que estão celeremente surgindo em várias partes dos EUA e Europa com essas mesmas finalidades. Trata-se de instrumentos de relações sociais que congregam duas perspectivas: primeiro, criar um mundo virtual de convívio social que, entre outros papéis, possa colapsar a solidão das multidões e segundo, disputar com as tradicionais formas de vanguarda a direção política as convulsões sociais (formas desarticuladas de movimentação sociais), tentando descolar as massas proletárias de qualquer vinculação com o operador político da longa tradição da esquerda (partidos e movimentos).

> conjunto das condições sobre as quais, num tipo particular de Estado e dentro dos limites estabelecidos pela forma de que este se reveste, se desenvolve a ação (partidária, faccional) da classe dominante, com vistas a participar, juntamente com os funcionários estatais, do processo de implementação da política de Estado. (SAES, 1987, p. 89).

Todavia, os diversos segmentos, que de forma organizada ou não, integram o bloco contra-hegemônico, têm se movimentado para enfrentar o projeto da contrarrevolução burguesa que se evidencia na lógica da barbárie e que é apontada pela ação do capital. São ainda formas incipientes de enfrentamento que, no entanto, começam a mobilizar contingentes que são cada vez mais expressivos de trabalhadores e juventude por bandeiras da cidadania difusa, mobilizados pela tática da luta direta.

Contudo, uma questão pode desvelar e impactar a conjuntura em curso que é marcada pela velocidade dos dissensos políticos: a imprevisibilidade da direção que pode tomar a cena política, transformando-a em uma disputa em aberto que pode alterar a correção de forças.

Portanto, para tentar entender esse processo histórico-político de crise sistêmica, é necessário se utilizar de algumas categorias explicativas da teoria social marxista para que elas possam iluminar as pistas e desvelar os caminhos.

Características da crise, do poder político e das novas lutas

As movimentações proletárias e as lutas populares que ocorreram pelas ruas do Brasil no mês de junho de 2013 e que continuam, com menos intensidade, por outros meios, têm movimentado a política brasileira. Essa conjuntura de crise preocupa esse governo apassivador, burgo-petista, e coloca em desconforto os negócios da burguesia interna no que diz respeito, principalmente, aos equipamentos da Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016 e as concessões para explorar os serviços públicos de transportes.

O bloco no poder tem radicalizado seu discurso através dos seus instrumentos midiáticos, com receio de fissuras no Estado capitalista. Afinal,

> o Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude da sua estrutura específica, e nas suas relações com as classes e frações dominantes, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do 'bloco no poder': o conceito de hegemonia poderá ser útil aqui a fim de situar as relações entre Estado e este bloco.
>
> Constata-se, efetivamente, no caso deste tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações a cujos interesses políticos este Estado responde. Isto permite precisamente situar as relações entre as formas de Estado desse tipo e a configuração típica que esta relação apresenta entre as classes e frações dominantes num estádio de uma formação capitalista. (POULANTZAS, 1971a, p. 60).

Esse conjunto complexo de mobilizações e lutas populares trouxe novas pautas que começam incidir sobre o percurso da luta de classes. A jornada de luta direta da juventude com a presença massiva de amplos setores do proletariado, que se encontram em condições de intensa precarização, registrou uma redescoberta das ruas por estes segmentos que estão sendo profundamente atacados pela crise sistêmica. Essa crise caracterizada pela intensa articulação entre fatores infraestruturais da ordem do capital com mudanças profundas na superestrutura jurídico-política, atinge violentamente a sociabilidade da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, executa ações que têm revelado uma determinada perplexidade da esquerda e, até mesmo, modificado o seu papel histórico (PINHEIRO, 2013).

A crescente insatisfação social da população, embora tendo como ponto de convulsão o aumento das tarifas dos transportes públicos, não foi tão somente pelo aumento das tarifas desse serviço. Trata-se da implosão de um ciclo de expropriação social (FONTES, 2010) que tem sido operado até as últimas consequências pelo aparato de Estado da burguesia, na tentativa de regular a vida social - invertendo prioridades sociais - através do mercado e da tentativa de remuneração do capital em sua crise sistêmica.

A movimentação da juventude e dos trabalhadores, atacados por esse ciclo, gerou um horizonte de ação que pode contribuir, se politizado e unificado no campo da vanguarda, para movimentar amplos setores do bloco que se contrapõe à ordem capitalista, apesar de seu sistema jurídico organizar-se de forma a que não se perceba o seu caráter de classe.

> O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal fundada nos privilégios, reveste um caráter 'normativo, expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade: é o reino da 'lei'. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior de um 'Estado de direito'. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse 'corpo político' que seria a 'nação' (POULANTZAS, 1971a, p. 133).

A pauta das lutas em curso colocou na cena política a movimentação da cidadania difusa com razoável força política para enfrentar a imensa retirada dos direitos sociais e contra-atacar a hegemonia burguesa, com propostas que modifiquem o quadro das políticas públicas executadas a partir dos interesses dos governos e da sua relação com o bloco no poder, ou seja, as políticas de saúde, educação, moradia, transportes e segurança pública.

Além das questões imediatas, que dizem respeito às condições de vida dos trabalhadores, estas manifestações demonstram a indignação de amplos setores populares diante dos descalabros com as inversões de prioridades dos governos, que operam neste momento de crise, como aliado clássico das frações de classe dominantes da burguesia no bloco no poder.

Como espaço de disputa política, as ruas foram tomadas nas principais capitais e cidades do país. Uma parte significativa da juventude brasileira estreou na dinâmica do protesto por interesses imediatos, mesmo que ainda pautada pela influência da ideologia burguesa disseminada pela mídia – quando questionou a presença da vanguarda política, ou seja, partidos e movimentos com bandeiras universalizantes. Essa postura política conservadora, dirigida pela estrutura ideológica do Regime político, serviu como instrumento para que os grupos reacionários e neofascistas agissem com violência na tentativa de expulsar do espaço de disputa política as organizações de esquerda, bem como manter velada a cena política.

> Em O Dezoito de Brumário e também no Luta de classes na França, livro que o antecedeu e lhe serviu de base, Marx concebe a cena política nas sociedades capitalistas, que é o espaço de luta entre partidos e organizações políticas, como uma espécie de superestrutura da luta de classes e de frações de classe, que formam aquilo que poderíamos de-

> nominar a base socioeconômica da cena política. A cena política é uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos seus interesses e dos conflitos de classes. (BOITO JR., 2002, p. 129).

Uma primeira etapa desse processo político-social foi vencida. Novas formas de ação penetraram na superestrutura da luta de classes e modificaram a conjuntura. Foram criadas novas perspectivas de enfrentamentos que avançaram para medidas que ainda estão tentando desorganizar o aparato de Estado da democracia formal (burguesa), aqui entendida pelas pistas da teoria social marxista como,

> forma de Estado em que a classe social exploradora (capitalistas) logra, por predominar invariavelmente no Parlamento, formalmente aberto a todas as classes sociais, repartir com a burocracia de Estado a capacidade de definir e implementar a política de Estado. Também é, correlatamente, o regime político no qual a competição partidária com vistas à conquista do controle do Parlamento existe, mas é dominado invariavelmente pelos partidos políticos objetivamente comprometidos com a conservação do capitalismo. (SAES, 1987, p. 87).

Todavia, mesmo com essa caracterização da democracia formal e o entendimento de que ela age para impedir a presença dos trabalhadores na competição política, o proletariado precarizado e a juventude sem perspectiva de futuro apontam para bandeiras políticas que superam a pauta de defensiva da vanguarda e dos movimentos populares.

Torna-se premente compreender que a dinâmica da conjuntura de convulsão social se movimenta para criar uma nova pauta para o operador político. Portanto, para análise desse quadro conjuntural de longa duração é importante recorrer à teoria social marxista, na medida em que seu método responde a análise concreta de situações concretas pela histórica validade demonstrada. Sendo assim, a convulsão social se transformou numa categoria explicativa para se tentar entender os acontecimentos que advém do imprevisível, que surgem de formas abruptas de participação - que nem sempre contam com agentes progressistas no processo de mobilização - e que colocam em disputa as clássicas formas de vanguarda no

processo de manifestação do contraditório político como instrumento para fomentar e dirigir as lutas que estão em curso.

Formas de lutas que têm abalado a conjuntura veloz

Essa cena política turva e em disputa tem despertado uma questão que merece muita atenção. A crise sistêmica e a complexidade da conjuntura contribuem para afirmar a presença de outros atores que se utilizam de táticas da ação direta, para fortalecer o campo da luta política que em tese teria uma autonomia de ação. Essas táticas de luta começaram a sacralizar, com o apoio da mídia burguesa no primeiro momento, o espontaneismo das massas que foram convocadas para as ruas e protestos pelas *Redes de Contágio*.

As chamadas redes sociais, instrumento lacônico da difusão dos interesses do mercado e de ação do pretérito onguismo dos compartimentos da lógica pós-moderna, não são vanguarda porque, evidentemente, não cumprem papel na modificação da qualidade do processo de transformação social no Brasil. Seu papel, enquanto *Rede de Contágio,* é a difusão de pautas dentro da ordem capitalista para o reequilíbrio da sociedade de mercado, permitindo amplo espaço para os serviços de inteligência do aparato de Estado da burguesia e para que a ação de núcleos reacionários, conservadores e neofascistas possam desenvolver seus objetivos. Todavia, é um espaço de disputa no campo da organização das lutas e do debate de ideias que deve ser usado com as devidas preocupações por parte dos lutadores sociais e das organizações de caráter revolucionário.

O fogo da conjuntura, também, enquanto movimento veloz que tem impactado a cena política, inspira novas lutas por recomposição dos direitos, mobilizando trabalhadores que adentram as ruas, avenidas, portas de palácios e Parlamentos. São táticas e formas de luta desenvolvidas por ação direta e que também tem se apresentado como instrumento de unidade do campo contra-hegemônico e em alguns momentos em aliança com setores da esquerda revolucionária em toda a sua diversidade política. A ação direta, mesmo tendo alguns questionamentos, continua conclamando para essa luta, sem hegemonismos, os sujeitos históricos que poderão desafiar a ordem e impactar o difuso campo popular neste momento es-

sencial da luta de classes, quando setores orgânicos à classe estão em ebulição. Portanto, é um momento importante para a presença do operador político, conceituado aqui como um instrumento que advém da relação dialética entre formulação e prática social que indica uma tradição, uma cultura política e a luta por um objetivo estratégico radical como forma de transformação da sociedade capitalista.

O momento é extraordinário para impedir que os passos que foram construídos pelo caldo de cultura da barbárie social, alimentada pela burguesia monopolista, avancem. Faz-se necessário construir, paulatinamente, uma correlação de forças que possa frear a xenofobia, o chauvinismo, o reacionarismo social, enfim a manifestação de comportamentos e posições típicas de uma postura neofascista. Contudo, sem deixar para o segundo plano a preocupação com o ressurgimento do fascismo, vale dizer:

> com efeito, se o fascismo deve ser situado no quadro de um estágio determinado do desenvolvimento capitalista, é evidente que esse estágio não chega para explicar o fascismo: o Estado 'intervencionista' não se reveste necessariamente de forma fascista. O que indica, portanto, que o fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes. Mas é preciso ir mais longe: o fascismo, efetivamente, não constituiu uma simples forma diferencial do estado capitalista num estágio determinado do seu desenvolvimento. O fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime "limite" do Estado capitalista. (POULANTZAS, 1978, p. 63).

A juventude e os trabalhadores precarizados insistem em permanecer nas ruas. Os governos que no primeiro momento ficaram estupefatos e claudicantes, partem, para no segundo momento, movimentarem a institucionalidade do Estado da democracia formal (burguesa), utilizando os instrumentos da repressão.

É fácil perceber a efetividade de ações que são desenvolvidas pelo aparato do Estado e que contam com o apoio da mídia reacionária consolidada como agência do aparelho de Estado capitalista, para manter os princípios do seu regime político. Por outro lado, os segmentos populares tentam organizar através das agências contra-hegemônicas, a reação dos trabalhadores contra o projeto do capital de desmonte dos serviços públicos. A movimentação da juventude e dos trabalhadores demonstraram forte

impacto social quando paralisaram os serviços de trens, metrôs, portos, rodovias, estádios, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Palácios de governos. Ao lado disso, ficou nítida a indignação dos manifestantes contra a ostentação do poder econômico representada por lojas, bancos e outros ambientes da burguesia.

As massas nas ruas contribuem para desvelar a cena política, estão impactando a conjuntura e ampliaram as balizas políticas da convulsão social a partir de novas articulações com segmentos organizados da classe trabalhadora, através de greves e manifestações que ocorreram nos dias de paralisação de meados do ano de 2013 por todo o Brasil. Sem dúvida, um conjunto significativo de lutas que se somaram às ações diretas foi usado naquele momento de ampla convulsão social. No entanto, esses lutadores não contam com a presença significativa e determinante do operador político, enquanto vanguarda histórica, balizado pelos interesses estratégicos da classe trabalhadora. Essa vanguarda, notadamente entendida como a esquerda revolucionária, ainda não conseguiu movimentar, de forma representativa, as suas forças e principalmente a classe que tenta representar: a classe operária.

A cena política movimentada por uma conjuntura veloz nos permite visualizar as brechas que foram abertas na institucionalidade burguesa e que isso é fundamental para que se possa agir nas contradições do processo. O que está sendo decidido não é, por enquanto, a questão do poder político que se terá; o que está na ordem do dia a partir do aprendizado dessas manifestações, pautadas pela convulsão social, é que existe a possibilidade concreta dessas lutas, ao serem vitoriosas, colocar em xeque a hegemonia que se tem. Mesmo entendendo que a disputa/luta pela hegemonia passa por um complexo enfrentamento que transforma a correlação de forças em algo determinante para entender o processo de luta política, pois

> o exercício 'normal' da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre consenso e a força, situa-se a concepção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes,

> seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

No entanto, é importante observar que o processo de afirmação da hegemonia dentro do regime político da democracia formal contou com o processo que

> incorporou demandas, realizou as aspirações da nação, assimilou economicamente grupos sociais, transformou sua cultura na cultura de toda sociedade. O alargamento da base histórica do Estado foi, assim, acompanhado pela expansão econômica e política da própria burguesia. Para Gramsci, o regime político-parlamentar era o resultado desse processo de expansão, expressando a sociedade civil no interior da própria sociedade política. (BIANCHI, 2008, p. 259).

Essa é a lição que se deve extrair desse cenário de crise e de primeiro momento de enfrentamento político e social. Mas, também, entender que a institucionalidade da democracia formal (burguesa) vai tentar descaracterizar a movimentação social. Os meios de comunicação se comportarão, como sempre, como agência do aparelho de Estado para, mais uma vez, descaracterizar as manifestações e produzir uma leitura ideológica que contribua para não o desvelamento da cena política, operando para difamar as lutas em curso e tentando impedir a movimentação política das massas. Sabendo que,

> o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. (GRUPPI, 2000, p. 3).

Mesmo ainda embrionários, sem uma vanguarda que os oriente no sentido da construção de um projeto alternativo ao do capital, esses movimentos fazem parte de um todo contestatório de caráter mundial que, com o acirramento da luta de classes em função da ofensiva do capital, poderá evoluir para um movimento internacional mais organizado e com

objetivo de construção de alternativas à barbárie, que a ordem do capital está introjetando no mundo.

As origens do reformismo apassivador subsumido ao bloco no poder

Esse contexto de crise, anteriormente debatido precisa ser entendido a partir de algumas premissas que estão balizando, no Brasil, a longa conjuntura política. Portanto, é necessário entender a genética político-histórica do processo para tentar desvelar a cena política e suas contradições.

O fenômeno da social-democracia se apresentou de forma tardia no conjunto das formações sociais onde o capitalismo teve dificuldade para se estabelecer, configurando-se como uma experiência da lógica tardo-burguesa. Numa análise mais profunda, pode-se caracterizar que Portugal e o Brasil se enquadram nessa perspectiva da social-democracia tardia (SECCO, 2011), embora Portugal, dentro de outro marco interpretativo. No entanto, nesses dois países, primeiro surgiu a presença dos comunistas na cena política e, só depois de um longo período, a social-democracia enquanto parceira conflitiva do capital.

A presença tardia desse espectro político entre nós é uma tentativa de reconfigurar a luta por demandas políticas e corporativas em atraso, numa perspectiva de radicalizar as lutas populares e sindicais no Brasil. Diferentemente de Portugal, em virtude do seu processo histórico de revolução burguesa, essa representação do tardo-capitalismo no Brasil emergiu para a política durante a crise da ditadura burgo-militar de 1964, como representação da movimentação dos trabalhadores no final dos anos 1970, quando conseguiu articular e organizar as lutas do operariado no setor mais dinâmico do capitalismo e, até mesmo, de segmentos debilitados politicamente da sociedade, em reivindicações que envolviam os trabalhadores do campo, da cidade e setores médios da população. No momento, apenas contribuíram para reconfigurar a presença da burguesia interna na engrenagem do capitalismo no Brasil e na América Latina (BOITO JR., 2011).

Por outro lado, a presença da social-democracia no Brasil, cumpriria o papel esperado e articulado pela burguesia, que era a perspectiva de superar o risco da luta histórica representada pela presença dos comunistas no cenário político brasileiro. Contudo, apesar do reformismo estratégico

do PCB e do seu taticismo policlassista, de então, os comunistas brasileiros eram vistos pela burguesia no Brasil como um inimigo a ser colocado fora de combate (CARONE, 1982; VINHAS, 1982). Para essa tarefa havia contado com a ditadura burgo-militar que destroçou organicamente o PCB com prisões, torturas, assassinatos e o desterro de milhares de comunistas naquele período histórico (PINHEIRO, 2012). No entanto, ainda, é necessário registrar que o PCB chegou ao processo de resistência (democrática) ao golpe burgo-militar como força política que havia sido derrotada sem combate (GORENDER, 1987) nas contendas em que se saíram vitoriosas as forças reacionárias que realizaram o Putsch de 1964, contra o governo João Goulart.

> O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o 'terremoto' de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar a cena política. (RIDENTI, 2010, p. 29).

Durante a crise da ditadura burgo-militar na longa transição, surgiram as propostas teórico-políticas do que podemos qualificar como petismo (ALMEIDA, 1998). Esse projeto político encontra-se dentro do processo de superação/afirmação da autocracia burguesa e numa nova legalidade da democracia formal ainda de extração bonapartista (BARSOTTI, 2002; DEMIER, 2013).

Esse projeto se consubstanciou pela realização de ações radicalizadas na cena política, com um programa radical de reformas na ordem do capital, os quais haviam sido desprezadas ou não concluídas pela burguesia (FERNANDES, 2006) no longo ciclo da revolução burguesa no Brasil. Pode-se afirmar que, apesar do encerramento desse ciclo da longa revolução burguesa nas relações de produção no Brasil, com o projeto de "Brasil potência" representado nos dois PNDs da ditadura burgo-militar (CARNEIRO, 2002), o petismo acreditava poder, mais na frente, através de reformas, superar as tarefas não cumpridas pelo processo dessa revolu-

ção tardo-burguesa. Portanto, a pauta da luta política acenava para a superação da autocracia burguesa a partir desse projeto da social-democracia tardia de caráter democrático-popular, que radicalizava as ações da prática política, no entanto dava continuidade ao projeto etapista da revolução democrático-nacional.

Não obstante, é importante compreender que esse "inspirador" projeto da social-democracia tardia tornou-se vitorioso no PT e nas suas frentes de massas, consolidando no Brasil um operador político policlassista que tem como tarefa central, a partir do transformismo (GRAMSCI, 2002), desenvolver o politicismo policlassista para fazer mediações e disputas no espaço institucional da ordem e não contra a ordem do capital. Contudo, ainda se faz importante um registro histórico: o PC do B, legenda criada em 1962, articulada pela estratégia nacional-democrática de corte doutrinarista, abandonou bandeiras históricas da sua retórica socialista (após o VIII Congresso do partido e da morte do seu líder comunista João Amazonas) para integrar o projeto da lógica política burgo-petista. Essa requalificação política à direita do PC do B se consolidou a partir de um nacionalismo conformado na ideologia burguesa, no igualitarismo genético-liberal e no neodesenvolvimentismo monopolista. Este último, consorciado ao capital internacional, como se pode observar no papel da ANP na questão dos leilões do petróleo durante a gestão do Sr. Haroldo Lima e na articulação/confecção do código florestal, do deputado Aldo Rebelo em conluio com o agronegócio.

Essa social-democracia profundamente reformista, enquanto perspectiva que tenta se qualificar como de esquerda orienta-se por duas posturas. A primeira (PT), que considera que o problema do capitalismo está na distribuição de renda, portanto, a luta é contra a desigualdade e por reformas distributivas que acumulem forças para uma perspectiva de transformação social dentro da ordem. Sendo assim, bastam as políticas públicas de fundo compensatórias. A segunda (PC do B), conectada pelo ideário dogmático que se dizia socialista da II Internacional, argumenta que a saída para o capitalismo está na mudança das estruturas. Sendo assim, analisa que a questão central e de maior interesse para os trabalhadores é lutar para se ter um amplo desenvolvimento das forças produtivas. Essa compreensão de ordem dogmática e pretérita do PC do B tem como obje-

tivo consolidar uma perspectiva político-econômica que, a partir do aparato de Estado, realize o grande desenvolvimento do capitalismo no sentido de movimentar as estruturas e contribua, assim, através do desencontro das forças produtivas com os trabalhadores, pela negação do capitalismo, para se chegar ao socialismo.

No entanto, no campo daqueles que lutam para derrotar a ordem do capital se compreende que esse mundo em convulsão precisa de uma vanguarda conectada com seu tempo histórico, capaz de congregar uma estratégia contra-hegemônica e interessada em resolver os problemas da unidade do bloco revolucionário do proletariado (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2009) - com base nesse approach - desenvolve suas ações tendo em vista a possibilidade de que, quando os trabalhadores se movimentarem e entrarem com força na cena política, se tenha o protagonismo da classe.

Esse operador político (PINHEIRO, 2011) é um sujeito coletivo, dotado de um projeto de classe universalizante, que procura ter dialeticamente densidade de formulação (conexão com a realidade concreta) e prática político-social compatíveis com as tarefas que serão necessárias para movimentar o conjunto dos trabalhadores em seu projeto de poder, objetivando colocar em xeque a ordem do capital e suas instituições burguesas. Portanto, uma das questões centrais é a organização do operador político como instrumento de vanguarda visando exercitar uma tática que possa romper com os impasses gerados pela crise de subjetividade da classe e movimentar o bloco revolucionário do proletariado no sentido de efetivar o seu projeto histórico e construir a sua hegemonia. "[...] Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente." (GRUPPI, 2000, p. 11).

Nesse processo complexo da cena política em curso, o papel dos lutadores sociais, a partir do que tem sido demonstrado neste momento de convulsão, tem sido o de fomentar de forma mais ampla possível a politização das suas ações, através das lutas por demandas que estão sendo massacradas pela expropriação social patrocinado pelos governos do capital. Além disso, tem se demonstrado nesse contexto a necessidade de se educar os lutadores e os trabalhadores neste processo social movimentado

por variadas formas de lutas. As ações diretas têm dado os primeiros passos para que se desenvolva a unidade do campo contra-hegemônico visando a construção de uma possibilidade de mobilização do proletariado nessas e noutras batalhas que poderão vir a ocorrer na história do tempo presente.

Novas características do fascismo: assaltar o espaço político da crise

As dificuldades para a reprodução sócio-metabólica do capital, enquanto acontecimento político, possibilita o despertar do "alarme de incêndio" na sociedade em tempos de crise. A sociedade tardo-burguesa, na aurora do século XXI, mostra-se incapaz de produzir uma solução estratégica que possibilite a saída da crise e, ao mesmo tempo, dê continuidade à lógica capitalista. No entanto, continua em vigor a manutenção do seu projeto societário através de agressivos ajustes ideológicos e de transformações no aparato do Estado capitalista.

Essa situação de crise cresceu, expandiu-se sobre a sociedade e consolidou-se numa crise sistêmica que está colocando em xeque as instituições da ordem burguesa e o sistema capitalista, expondo a crescente erosão institucional desse sistema predatório (NETTO, 2012).

A particularidade mais visível da crise sistêmica global, que é a crise financeira mundial, já se estende por um período de mais de seis anos e continuará por um tempo ainda mais longo. Nesta questão, através da teoria social marxista, podemos afirmar que não existe uma causalidade única para a crise, mas, examinando esse processo, a partir das descobertas científicas de Marx n´O Capital (MARX, 1982), pode-se concluir que essa crise tem na superprodução, seu elemento determinante. Apesar de o Estado burguês ter injetado uma quantidade substancial de recursos para evitar o aprofundamento da crise, o equilíbrio do sistema está cada vez mais distante.

O que se apresenta como características relevante do capitalismo é a anarquia social da produção, o descompasso entre oferta e demanda tem aprofundado a erosão do sistema, gerando pobreza para o conjunto dos trabalhadores e luxo exorbitante para a burguesia. Apesar do aporte de cifras substanciais por parte do fundo público - algo em torno de alguns trilhões de dólares para evitar o colapso do sistema bancário - a fome ataca

centenas de milhões de pobres em todo o mundo e tem aprofundado o pauperismo dos trabalhadores (ENGELS, 2010).

Esse ciclo de erosão societária está se remetendo a um processo de restauração tardo-burguesa. A degeneração ideológica do pensamento burguês falsifica e naturaliza a crise através da violência do Estado. Quando ataca os direitos sociais dos trabalhadores, quando avança sobre o fundo público, quando modifica a legislação para colocar em seu lugar regulações reacionárias que vão, via o aparato jurídico-político do Estado capitalista, fragmentando o arcabouço societário.

Começamos um período histórico em que a crise tem levado à abertura e ao desvelamento mínimo da cena política, quando o imponderável poderá se tornar realidade numa velocidade extraordinária. Os efeitos desse projeto de barbárie já se manifestam para além do aumento da recessão, do desemprego, do eclipse financeiro. Esses fatores se consolidam na crise de subjetividade dos trabalhadores, na xenofobia crescente que se alastra pela Europa e, até mesmo, na periferia de São Paulo (vide o tratamento dispensado aos bolivianos), no racismo que infesta os estádios de futebol na Europa, no rigor com que a "classe média" exige novas leis para punir os pobres (vide a campanha pela mudança na maioridade penal no Brasil), nas legislações reacionárias de caráter fascistas que visam, entre muitas questões, impedir que os comunistas disputem as eleições (Hungria), no ascenso do populismo neofranquista na Espanha, no crescimento dos partidos fascistas na Grécia, Holanda, Itália Áustria, Ucrânia, etc.

Ao examinar esse complexo panorama, notamos que é necessário acender o alarme de incêndio como um freio de emergência para conter a barbárie, como examinava Valter Benjamin. A crise sistêmica está erodindo as estruturas da institucionalidade burguesa e essa classe a partir das suas frações dominantes, estabelecidas no bloco no poder, começou a construir brechas para a ação do fascismo. As mortes na França e na Grécia de lutadores antifascistas e a situação da Ucrânia devem iluminar a compreensão sobre os caminhos a trilhar e as lutas a se desenvolver, diante da aventura do fascismo.

Ao retornar a questão do fascismo (KONDER, 2009) como instrumento de opção que a burguesia monopolista dispõe, podemos afirmar,

em síntese, que é uma possibilidade política de caráter social conservador, que se apresenta durante o período do imperialismo capitalista para tentar se consolidar no desenvolvimento do capitalismo monopolista, apresentando-se como um instrumento de modernização social de corte irracionalista, alimentado por uma cultura de consumo dirigido a partir da vigência do capital financeiro. Essa sociedade da lógica tardo-burguesa tem estimulado a guerra imperialista, desenvolvido o misticismo da aparência para fugir da ciência e da filosofia, se aquartelando nos "nacionalismos chauvinistas", no anticomunismo e nas saídas da contrarrevolução permanente (governos da ordem neoliberais).

Diante desse processo de emergência se faz necessário a "unidade da teoria e da prática", como pensado por Marx. É importante acabar com o espaço político para a manobra fascista que se utiliza do pragmatismo radical, e de suas técnicas de propaganda, para fazer a disputa ideológica, agindo em campo aberto de forma "antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário", aplicando, em muitos momentos a violência física, estabelecendo o medo e o terror.

Observações à guisa de conclusões

A abertura e a possibilidade de desvelamento da cena política, com sua imprevisibilidade, está forjando um mundo em convulsão que tem movimentado milhões de trabalhadores em grande parte do planeta. Partem da indignação, se comportam de forma espontaneísta, balançam estruturas com greves e manifestações. A história do tempo presente está lançando uma palavra de ordem: urge a auto-organização dos trabalhadores. É tarefa de emergência histórica organizar a vanguarda para que, quando os trabalhadores se movimentarem, ter condições políticas de dirigir as batalhas que a luta de classes acena.

Numa só palavra, os trabalhadores precisam da construção do operador político enquanto sujeito coletivo que tenha capacidade de formular e agir a partir de um projeto orgânico aos seus interesses. Esse operador político se constitui de forma diversa para, a partir da unidade do bloco revolucionário do proletariado, fazer o enfrentamento à ordem do capital, impedindo assim que o fascismo em seu novo ciclo vença. Ao mes-

mo tempo, esse instrumento de vanguarda, orgânico aos trabalhadores, deverá criar as possibilidades políticas para construir os caminhos que possam levar à revolução e à transição socialista.

Referências

ALMEIDA, J. (Org.). *Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOITO JR. A. *A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a inserção no quadro político da América Latina*. In: ALIAGA, L.; AMORIN, H.; MARCELINO, P. (Org.). *Marxismo*: teoria, história e política. São Paulo: Alameda, 2011. P. 125-140.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, n. 15. p. 127-139, 2002.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982. 3v.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde São Joaquim Venâncio; Editora da UFRJ, 2010.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do c*árcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAMPEDUSA, T. *O Leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Difel, 1982. v. 1.

PAULO NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, 2012.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resoluções do XIV Congresso nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2009.

PINHEIRO, M. *Operador político, luta de classes e transição*. São Paulo: Mimeo, 2011.

_____. Operador político, movimentos sociais e lutas antissistêmicas. In: PINHEIRO, M. (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 25-72.

_____. A ditadura militar no Brasil e o massacre contra o PCB. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, 29 nov./5 dez. 2012. Edição n. 509. p. 9.

_____. *O governo petista como operador político da burguesia no B*rasil. São Paulo: Mimeo, 2013.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Poder político e classes sociais*. *Porto: Portucalense, 1971.*

RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAES, D. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

SECCO, L. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

VINHAS, M. *O partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.

Fortes instabilidades, crises à vista

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Elementos para um conceito de crise

Nas formações sociais capitalistas, as ideologias teóricas, bem como os grandes meios de comunicação, apresentam a crise como um caso desviante e, neste sentido, uma patologia. Segundo estas abordagens orientadas pela ideologia burguesa, a sociedade capitalista é essencialmente harmônica e, se bem conduzida, imune a crises. Estas se devem, portanto, à interferência de um agente externo ao sistema: incompetência dos dirigentes, conflitos militares, fenômenos climáticos, infiltração de portadores de ideias estranhas a determinados movimentos (quase invariavelmente de trabalhadores), passando por pressões coletivas (quase sempre de trabalhadores). Neste último caso, um grave sinal de patologia do movimento é seu caráter "político" e/ou "ideológico". Em suma, a crise é relacionada com algo de fora que se introduz e infecta um organismo supostamente saudável.

As manifestações de junho/julho de 2013 no Brasil forneceram excelentes oportunidades para este tipo de avaliação. Diante do cerco que populares impunham ao palácio do governo do Estado do Rio de Janeiro, não faltou quem insistisse em desqualificar o movimento atribuindo-lhe um caráter político e/ou ideológico, como se isto fosse uma desqualificação (especialmente quando vinda por profissionais da política institucional ou

fortes dispositivos de reprodução ideológica, como é o caso dos grandes meios de comunicação de massa). Pior ainda: no interior desta minoria de "elementos infiltrados" (a maioria é naturalmente ordeira e pacífica, ou seja, conformista), alojava-se uma ativíssima microminoria de vândalos.

Algumas teorias sociais até hoje fortíssimas têm, inclusive, grande dificuldade para trabalhar com o conceito de contradição. É o caso, por exemplo, da Escola Francesa de Sociologia, onde predominam as ideias de coesão – desagregação. Em Durkheim, por exemplo, sociedade é praticamente identificada a consenso, procedimento que, no lugar de crise, abre espaço para a noção de anomia. Esta concepção se expressa, em várias obras acadêmicas e na própria linguagem corrente, como "esgarçamento" ou "perda de coesão do tecido social". Com algumas diferenças secundárias, a concepção de crise como uma patologia de origem extrínseca ao sistema não é exclusiva das correntes organicistas. Basta observarmos como a imensa maioria dos liberais se refere à atual crise do capitalismo. Neste caso, concebe-se a sociedade como um aglomerado de indivíduos livres, iguais e competitivos, na qual a soma dos egoísmos privados resulta no bem comum. Aqui, a explicação da crise apela para acidentes naturais e/ou intervenções desastradas do Estado na vida social em um sentido mais amplo e, mais especificamente nas relações econômicas, vistas essencialmente como relações de mercado dotadas de um mecanismo de autorregulação que ou é plenamente eficaz ou, mesmo não o sendo, jamais melhorará (muito pelo contrário) com a interferência de algum agente externo (seja o Estado ou a pressão coletiva). Daí a infinidade de clichês do tipo "o remédio era apropriado, mas demorou a ser dado"; ou "foi aplicado em doses cavalares, o que é o maior dos venenos"; ou – supremo pecado – o governo cedeu aos impulsos "populistas" e se recusou a adotar "medidas amargas", expressão que quase sempre alude a políticas de revitalização dos mecanismos de mercado, mas que, em termos efetivos, sinalizam aumento da exploração, em última análise, dos trabalhadores por grandes capitalistas nativos e transnacionais.

Um conceito marxista de crise, que é o que pretendo explorar aqui, parte de pressupostos totalmente outros. A crise não é concebida como algo patológico e de origem externa, mas como expressão de profundas contradições intrínsecas, ao menos como potencialidade, a uma

formação social complexamente estruturada. Não me restrinjo a uma contradição simples, como nas abordagens que se limitam a observar a relação capital X trabalho (ou mesmo burguesia X proletariado). Trata-se de uma condensação de um conjunto complexo e dinâmico de contradições, cabendo, portanto, em uma conjuntura de crise, examinar a contradição principal, as contradições secundárias, o aspecto principal da contradição principal etc. (ALTHUSSER, 1979).

A concepção de crise que adoto supõe uma apropriação seletiva das teses elaboradas na última fase da trajetória teórico-política de Nicos Poulantzas (1978, p. 6), apropriação cujos critérios não serão explicitados aqui. Segundo este autor, para quem a crise é "uma situação particular de condensação das contradições" e a crise política, tomada em sentido estrito, é constituída por "uma série de traços particulares resultantes desta condensação das contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como o aparelho de Estado." (POULANTZAS, p. 9). Apenas observo que "condensação de contradições" se refere a situações de crise provocadas pelas práticas de classes, nada tendo a ver com a conceituação de Estado pelo autor grego como "a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe." (POULANTZAS, 1978, p.141)[1].

È impressionante como, ao lermos a passagens do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848, percebemos que, já naquela época, dois jovens, Marx e Engels (2013), apresentavam a crise econômica do capitalismo como algo banal – embora trágico – determinado fundamentalmente pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Esta explicação, ainda apresentada quando Marx sequer tinha formulado teoricamente a distinção entre trabalho e força de trabalho, foi desenvolvida e até hoje apresenta um extraordinário vigor teórico, especialmente com a planetarização tendencial deste modo de produção.

Em 2008, uma estação de rádio paulistana me convidou para, na condição de marxista, debater com um liberal e um keynesiano (critério dos organizadores do programa) a crise econômica mundial. Aproveitei a

[1] A este respeito, ver o instigante texto de Danilo Martuscelli (2012, p.18).

oportunidade para lançar um desafio aos liberais: o caráter virtualmente planetário da crise econômica do capitalismo significa que, por uma incrível coincidência, todos os chefes de Estado, chefes de governo, dirigentes de bancos centrais etc. tiveram um acesso de incompetência? É claro que uma explicação desse tipo não faria o menor sentido.

Mas isto não impede que, por exemplo, que um documentário sofisticado e altamente informativo, *Inside Job* (no Brasil, *Trabalho Interno*), apele para explicações simplistas da crise. O filme é muito bom do ponto de vista empírico, com registros iconográficos impressionantes. Seu principal problema consiste em apresentar a crise capitalista como provocada essencialmente pela voracidade de alguns indivíduos, a qual ultrapassou qualquer limite de responsabilidade. Um bando de gananciosos que ocupavam e ocupam posições de liderança nas grandes corporações e exercem influência desmesurada sobre o pessoal político e intelectuais acadêmicos, com especial destaque para os economistas de uma importante universidade nova-iorquina, levou a economia mundial, a começar pela estadunidense, a um impasse profundo.

Mas, neste documentário, não se explica, em primeiro lugar, porque existem estas grandes corporações, o que implicaria abordar a dinâmica da acumulação

capitalista, especialmente os determinantes do processo de concentração e centralização do capital. Tampouco se examinam as relações de dominação e exploração de classe e qual o papel que o Estado burguês desempenha no sentido de assegurar as condições políticas de reprodução destas relações. Embora faça uma denúncia candente, o filme, ignorando todas essas questões, fica aprisionado no interior do universo ideológico burguês.

Em contrapartida, o que se trata aqui é de tratar a crise como intrínseca a um determinado ordenamento social, isto é, sob as coordenadas do modo de produção capitalista ou, de uma maneira mais concreta, como expressão de um complexo de contradições que jamais de reduzem à contradição fundamental, embora possam se tornar dominadas por ela. É claro que numa formação social capitalista, ou seja, em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, mas onde existem outros modos e formas de produção articuladas a ele, o leque de contradi-

ções é extremamente mais amplo e muito mais complexo. Por exemplo, se ao analisarmos a formação social brasileira deste início de século levando em conta apenas a contradição capital X trabalho, não se conseguirá compreender sequer o movimento estudantil, especialmente o das universidades públicas, onde ele é tradicionalmente mais combativo e expressa historicamente tendências ideológicas de segmentos das camadas superiores e intermediárias da classe média brasileira.

Neste sentido, estudar uma crise é se deparar cientificamente com um processo complexo de condensação de várias contradições, das quais uma é principal e outras, secundárias. E não basta detectar a contradição principal, mas também o aspecto principal desta contradição, principalidades que, por sua vez, não são fixas, podendo se deslocar para o outro polo (ALTHUSSER, 1979, p.170). Isto implica um estudo muito acurado que sempre leve em conta a dimensão interna e a dimensão externa a uma formação social que, naquele momento, estaria passando por uma crise determinada.

É muito comum as pessoas avisarem para não virem algum país (a Grécia, por exemplo) porque este está em crise. Claro que, do ponto de vista turístico, isto faz todo o sentido. Mas, do ponto de vista científico, surge a possibilidade de ocorrer o oposto: a crise, desde que bem decifrada, seja o melhor momento para se conhecer profundamente uma formação social, especialmente no que se refere aos vínculos entre estrutura e conjuntura. Todavia, como o fascismo e o nazismo demonstraram de forma brutal, isto não significa necessariamente qualquer transparência das relações sociais que se veriam desvinculadas de qualquer ideologia. Caso, por exemplo, as forças anticapitalistas estejam derrotadas, pode-se abrir a possibilidade de se deixarem arrastar pelo fascismo, como ocorreu na Itália e na Alemanha (POULANTZAS, 1978c, p. 67). Ou podem até estar em ascensão e se politizarem, mas ainda sem condições ideológicas e organizacionais de enfrentarem um bloco burguês que conseguiu reforçar sua coesão, como ocorreu no Brasil no período 1961-64[2].

Também cabe observar que uma crise econômica não necessariamente se desdobra em crise política. Deixada a si mesma, a crise econômi-

[2] Esta hipótese pode se embasar em diversas pesquisas sobre o processo que desembocou no golpe de 1964. Por exemplo, Dreifus (1981) e Toledo (1984).

ca é superável, de um modo ou de outro, em favor de uma nova expansão capitalista (MARX; ENGELS, 20132. O que a crises econômicas podem abrir são possibilidades de politização tanto pelos dominantes como pelos dominados. Em um caso como no outro, dependendo da correlação de forças entre as classes sociais (e das relações no interior do bloco no poder), estas crises podem se restringir a crises de governo, ampliar-se para crises de regime e até se transformarem em crises de Estado. Neste último caso, abre-se a possibilidade de uma crise estrutural ou, como conceituou Gramsci, uma crise orgânica, a qual afeta o conjunto das relações sociais (crise econômica, crise política e, acrescento o que para muitos já está plenamente contido nesta última, crise ideológica). Observe-se que, aqui, "estrutural" não se opõe a conjuntural, o que nos levaria a supor que o capitalismo está sempre em crise, restando apenas as condições subjetivas para derrubá-lo de uma vez por todas. O conceito de estrutural refere-se ao caráter (dimensões e profundidade) desta crise que pode irromper em uma conjuntura determinada. Em outros termos, certas conjunturas de uma ou mais formações sociais podem ser marcadas por uma crise estrutural. Neste caso, dependendo da capacidade de organização e luta dos dominados, pode ocorrer uma crise revolucionária com perspectivas concretas de transformação social (POULANTZAS, 1977, p.10)[3].

Enfim, esta tentativa de sinalizar a complexidade do conceito de crise incorpora, como se vê, a importância da dimensão institucional. Mas, de forma alguma incorre na inversão de uma problemática estéril do tipo primazia da economia – primado das instituições. Como observou Poulantzas (1978c), as instituições não determinam os antagonismos sociais. Elas são comandadas pelas lutas de classes.

Examinemos brevemente o que se passa com a atual crise econômica capitalista, chamando, de imediato, atenção para o seu caráter praticamente planetário.

[3] A este respeito da crise orgânica ou estrutural, remeto ao já mencionado texto de Martuscelli (2010) e também, em uma perspectiva gramsciana, a Bianchi (2002, p. 37).

Aspectos da atual crise do capitalismo

Vivemos em uma nova fase de transnacionalização desigual do capitalismo. Este processo de transnacionalização perpassa profundamente as formações sociais nacionais, embora, de forma alguma as dissolva ou as torne irrelevantes (ALMEIDA, 1999). O que muitos chamam de globalização não somente mantém em novos termos as particularidades das formações estatais nacionais, como aumenta a sobrecarga (e, logo, a importância) dos Estados dependentes em sua tarefa de, ao mesmo tempo, organizar os interesses do conjunto das frações burguesas, inclusive conferindo um caráter nacional aos da burguesia imperialista presentes na formação social; e apresentar-se como um Estado nacional e popular, ou seja, um Estado voltado fundamentalmente para a realização do chamado bem comum (ALMEIDA, 2004, p.344-5).

Esta amplitude já distingue a crise atual da que se deflagrou nos idos de 1929. Basta pensar no que era a China naquela época – uma semicolônia totalmente pré-capitalista – e levar conta a situação da China no mundo de hoje. O mesmo se aplica, aliás, a grande parte do mundo que, na virada dos anos 20 pra os 30 do século passado, era predominante colonial e semicolonial. E vale para a ex-URSS, na época amplamente fechada ao chamado Ocidente e onde ainda se procurava avançar em um processo de transição para o socialismo.

O capitalismo se expandiu em escala mundial e se transnacionalizou, o que, ao contrário do que afirmam importantes autores como Negri e Hardt (2001, p. 354-8), não elimina, de forma alguma, as formações estatais-nacionais, embora as perpasse profundamente. Quem, à maneira dos dois autores, considera que "o declínio do Estado-nação [...] é um processo estrutural irreversível" precisa informar isso ao pessoal na China, onde assistimos a um formidável e veloz processo de desenvolvimento capitalista, constituição de um Estado nacional inclusa, o que implica profundas transformações sociais. O mesmo ocorre na Índia (e estamos falando dos dois países mais populosos do planeta) e também, sempre de um modo específico, em frente ao Brasil, do outro lado do Atlântico, na África do Sul. Em suma, apesar do discurso globalista, ocorrem diante de nossos olhos megaprocessos de constituição de Estados nacionais, cujos desfechos estão, obviamente, em aberto.

Na atual crise econômica, o papel do Estado francês tem sido fundamental para salvar o capitalismo gaulês; e o mesmo ocorreu com o Estado alemão frente à economia da mais pujante formação social da União Europeia. Sem falarmos na importância do Estado dependente brasileiro para salvar a GM, a Ford e outras montadoras com sede em países imperialistas onde a crise foi, até agora, bem mais intensa.

Na totalidade das formações sociais imperialistas, esta crise econômica do capitalismo é muito intensa, mas ainda não teve, da parte dos dominados, uma resposta política à altura. Nos Estados Unidos da América, movimentos como o *occupy* não se constituíram em alternativas sérias sequer ao ordenamento institucional, sistema partidário incluso.

No Japão, assim como nos países membros da União Europeia, a principal tendência, na atualidade, é o recrudescimento de nacionalismos contracionistas. Nestes países, existe o sério risco de lutas operárias e populares, que não conseguem sair da defensiva política, deixarem o caminho aberto para uma ofensiva burguesa contra os trabalhadores, a qual poderá contar com a participação, em maior ou menor escala, das classes populares, inclusive dos próprios trabalhadores, com vistas a assegurar os interesses fundamentais dos dominantes. É o caso da França, onde o Front National captura grande votação operária e pequeno-burguesa; e da Alemanha, cujo enfrentamento da crise econômica passa decisivamente por um extraordinário processo de precarização das relações de trabalho e pela pressão imperialista sobre formações sociais da periferia da União Europeia.

No sul da Europa, a crise econômica se politizou especialmente na Grécia, com um movimento popular combativo e forte presença do partido comunista. Ocorreu, inclusive, importante tentativa de articular a questão nacional ao anticapitalismo, o que abriria perspectivas de uma luta anti-imperialista. Ao mesmo tempo abriu-se uma polarização ideológica, com grandes greves de trabalhadores de um lado e, de outro, a reaparição do nazismo na cena política. Todavia, até o momento, as forças populares gregas recuam diante de mera possibilidade de abandonar a União Europeia, o que significa extrema fragilidade da luta anti-imperialista. E foi superada a própria crise do governo, com a recomposição da cena política e a escolha de um primeiro-ministro ligado diretamente à chamada

Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). É mais fácil encontrar uma politização da crise na periferia da União Europeia, especialmente na Grécia, onde existe um movimento popular combativo e a forte presença no seu interior de um partido comunista. Isto ocorre em escalar bem menos significativa nos países ibéricos.

No mundo árabe, a situação é terrível do ponto de vista humano, mas não há uma situação revolucionária por lá. A chamada Primavera Árabe não teve, até o momento, qualquer similitude com a Primavera dos Povos que se abriu nos idos de 1848. Ocorreu a derrubada de uma ditadura na Tunísia e, na Líbia, a derrubada da ditadura e a desorganização do Estado, sem qualquer avanço sociopolítico. No Egito, onde a situação é bem mais complexa, existe uma situação que nos convida a, de certo modo, aludir à célebre formulação de Lenin, segundo a qual ocorre uma crise revolucionária quando os de baixo não querem e os de cima não mais conseguem viver à moda antiga. Só que, nesse país, a impressão é que muitos dos de baixo não querem viver à moda antiga – a ordem sociopolítica dos tempos de Mubarack -, mas tentam restaurar uma certa moda ainda mais antiga, numa forte utopia regressiva; enquanto outros, de modo reativo, buscam uma espécie de socorro em uma tutela militar modernizada por uma fachada mais democrática. Portanto, apesar de inúmeros episódios de grande heroísmo popular, especialmente na Praça Tahir, nada existe de parecido com uma crise revolucionária. Os dominados não se organizaram autonomamente e as estruturas de dominação de classe permanecem à margem de qualquer questionamento mais profundo. Todavia, é pouco provável que esta situação se estabilize, seja por conta das relações internas à formação social egípcia, seja em razão de tensa e dinâmica situação sociopolítica (inclusive geopolítica) do Oriente Médio.

A situação sinaliza que algo vai mal no capitalismo em tempos de provável esgotamento da atual fase de transnacionalização, especialmente se nos lembrarmos do ufanismo reinante nos primeiros anos do pós-Guerra Fria. Mas eu gostaria de mencionar algo que me parece mais profundo e se manifesta recorrentemente no berço do imperialismo. Trata-se da crise do ideário liberal-democrata e – mais ainda – da contração que este regime tem sofrido efetivamente.

No interior da União Europeia, aumenta a sensação de que a políticas estatais se repetem um tanto monotonamente sob a batuta deste ou daquele partido no governo, quer se apresente como de esquerda ou de direita. Já se cunhou, inclusive, o nome "voto sanção" para o comportamento eleitoral que consiste em "punir" o partido no governo, desalojando-o por meio do voto na oposição. Isto, que antes fazia as delícias dos que saudavam a alternância dos partidos no "poder", tem mostrado a grande número dos eleitores que, sejam de esquerda ou de direita, o partidos, quando vitoriosos nas urnas, constituem governos cujas políticas são quase indistinguíveis das implementadas por seus adversários. Como já vimos, esta situação adquiriu contornos ainda mais dramáticos na periferia da União Europeia, onde prevalecem políticas ditadas pelos países situados mais ao norte, liderados pelo Estado alemão (ANDERSON, 2012).

Nos Estados Unidos, a contração da liberal-democracia recebeu forte impulso após os atentados de 11 de setembro de 2001 e encontra sua maior expressão no *Patriot Act*, que suspende boas parte dos direitos políticos e até mesmo civis. No momento, a forte polarização ideológica se expressa principalmente no plano eleitoral, levando o sistema bipartidário a uma situação paradoxal: é o catalizador desta polarização, mas nenhum dos dois partidos defende efetivamente políticas cujas diferenças estejam à altura das divergências que absorvem. A explicação deste paradoxo talvez passe pela maior capacidade do Partido Democrata para implementar pragmaticamente políticas voltadas para a manutenção da ordem, mote caro aos republicanos que, em grande parte, quando na oposição, exacerbam delírios ideológicos e, no governo, partem, sem medir os custos, para a ofensiva interna e externa. A maior ou menor duração desta divisão de tarefas, onde uns retocam os rombos políticos feitos pelos outros, depende não somente das relações sociais internas à formação social estadunidense, o que passa, no curto prazo, pela superação da crise econômica, mas também pela capacidade de reinserção internacional da superpotência imperialista.

O que nos leva a mencionar um segundo sinal de profunda instabilidade do mundo capitalista: a constante agressão pelos EUA, secundado por outras potências imperialistas (e, às vezes, em contradição com elas), ao frágil direito internacional. Neste caso, limito-me a mencionar brevemente a agressão militar ao Iraque e à Líbia; as perseguições implacáveis a Julien

Assange e Edgar Snowden; no contexto desta última, o virtual sequestro do avião que transportava o presidente da Bolívia; e os recentes progressos nas práticas de espionagem a governos em várias partes do mundo.

Todavia, a mais importante expressão da existência de uma séria crise latente no capitalismo contemporâneo antecede a atual crise econômica e mesmo os atentados de setembro de 2001. O capitalismo passa por uma crise ideológica tremendamente complicada, que é a crise da ideologia da cidadania.

Cada vez mais, com crise econômica ou sem crise econômica, é difícil para o capitalismo, na China, Brasil, na Índia, na França etc., constituir a todos como membros plenos da comunidade nacional. Dois fortes sintomas desta incapacidade de expandir "simples" cidadania civil quando tanto se alardeia a liberdade são o racismo e o aumento do trabalho escravo.

Quando o âmbito espacial das relações sociais capitalista era menor, aquela tarefa parecia mais viável. Na Inglaterra, na França, na Suécia e mesmo no Brasil, com chamada cidadania regulada, parecia que o mundo se tornava rapidamente um conglomerado de comunidades de cidadãos[4], para recorrermos a um dos sentidos mais sublimes conferidos às formações sociais estatais-nacionais. Hoje, um dos aspectos mais importantes da crise ideológica pela qual passa o capitalismo é exatamente a dificuldade de cumprir a referida promessa, sem o quê este modo de produção encontra sérias dificuldades para se reproduzir. Daí o discurso, também aprisionado pela ideologia burguesa, da inclusão social. Como numa espécie de jogo de espelhos, chama-se de exclusão a inclusão que efetivamente existe, acenando-se para uma "verdadeira" inclusão cujos contornos e lugares e vias de acesso ficam poucos definidos.

As manifestações de junho e o novo ciclo de expansão capitalista durante os governos do PT

Creio que qualquer exame da formação social brasileira passa pela consideração da atual fase de transnacionalização do capitalismo.

[4] Recorro ao título do livro um tanto apologético da Schnapper (1994).

Três aspectos desta nova situação do bloco no poder merecem destaque. Em primeiro lugar, fortes segmentos do capital transnacional se instalaram em diversos setores da formação social brasileira, inclusive na atividade industrial. Correlatamente a esta nova presença, desenvolveu-se uma burguesia interna. Trata-se de uma fração burguesa mais profundamente vinculada às atividades enraizadas nesta formação social. O que a distingue de uma burguesia nacional é sua incapacidade, devida à grande heterogeneidade e dependência em relação ao imperialismo, de se lançar em uma luta de libertação nacional. (POULANTZAS, 1978)[5]. Enfim, esta burguesia interna pode, não poucas vezes, agir como força política autônoma e desempenhar papel dirigente em processos de transição de regimes políticos. Foi o que ocorreu em Portugal, Grécia e Espanha, nos anos 70 do século XX (POULANTZAS, 1978); e, a meu ver, em momentos da longa e politicamente restrita transição da ditadura militar para a democracia burguesa no Brasil.

Quanto a este aspecto, avanço três hipóteses. A primeira é que a burguesia interna pode mesmo atuar como fração reinante (ou seja, com predomínio na cena política), mas, devido à sua extrema heterogeneidade, tem sérias dificuldades para desempenhar um papel hegemônico duradouro no interior do bloco no poder. No caso brasileiro atual, tem obtido grande sucesso, via governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, para arregimentar o apoio de amplos setores das classes populares, embora não tenha feito qualquer concessão político-econômica significativa a estas últimas. Em segundo lugar e em contrapartida, a fração hegemônica no bloco no poder, ou seja, aquela cujos interesses são privilegiados pela política de Estado, é, na formação social brasileira, a fração rentista da burguesia, fortemente vinculada ao capital imperialista. Enfim, arrisco a hipótese de que, no Brasil atual, esta fração de classe, embora tenha seus interesses fundamentais contemplados em momentos decisivos pelo sistema partidário, não dispõe de um partido que a represente com exclusividade na cena política[6].

[5] Armando Boito Jr, com vistas à análise do bloco no poder na formação social brasileira contemporânea, tem utilizado regularmente, com algumas reelaborações, o conceito de burguesia interna. Ver, por exemplo, Boito Jr. (2005, 2012).

[6] Esta possibilidade é explicitada, em termos abstratos, por Nicos Poulantzas (1986, p. 244). No caso brasileiro, a teia de interesses que vinculam a fração rentista, por um lado, às demais participantes do bloco no poder e, por outro, ao campo imperialista, suprem com vantagem a ausência de um forte partido próprio. O aspecto mais

Também em relação às manifestações que ocorrem no Brasil nestes meses de junho-julho, talvez seja o caso de tentar convencer o pessoal que o Estado acabou. Pois grande parte das reivindicações é por políticas estatais. Menos violência do aparato repressivo; desmilitarização da PM; melhoria do transporte coletivo, o que passa por maior controle estatal; prioridade à expansão da rede de metrôs e trens de superfície; políticas de saúde; menos gastos com os megaeventos esportivos etc. Manifestantes cercaram palácios e a chamada voz das ruas, com toda a sua polifonia, não clamou pelo protagonismo das organizações não governamentais. Tampouco se falou, por outro lado, em controle operário e popular do que quer seja (ALMEIDA, 2013, p. 5).

Se, no início, os grandes meios de comunicação criminalizaram fortemente as manifestações, em pouco tempo elas se tornaram objeto de verdadeira apologia, com a extraordinária redução dos "vândalos" à condição de minoria quase insignificante[7]. Iniciou-se um grande esforço de cooptação das manifestações por diversos dispositivos estatais e não estatais. Mencionem-se, a este respeito, três episódios, dois dos quais protagonizados pela presidenta da República e um por uma revista semanal que não morre de amores pelos governos do PT. Em 18 de junho, Dilma Rousseff pronunciou discurso em cadeia nacional, no qual elogiou os manifestantes, afirmando, inclusive que eles ajudaram a melhorar o Brasil. Partindo do discurso à prática, em 24 do mesmo mês, exatos 18 dias após o primeiro confronto do MPL com a Polícia Militar paulista neste ciclo de manifestações, recebeu líderes do movimento no Palácio do Planalto. Já a revista *Veja*, abandonou o discurso criminalizador e passou a defender as manifestações, chegando, inclusive, em chamada de capa, a especular sobre uma pauta de lutas: "Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?" (REVISTA VEJA, 2013).

Ao mesmo tempo, intensificou-se a ofensiva das frações de classe mais ligadas ao rentismo no sentido de enquadrar o governo Dilma Rousseff, arrancando-lhe cada vez mais concessões. Neste contexto, agora

visível (o que não significa que seja o fundamental) desta extraordinária capacidade de imprimir o selo de seus interesses à política de Estado é a permanente ameaça de "fuga de capitais", com todas as implicações internas e externas que isto acarreta nas relações de classes e nos principais lugares do aparelho estatal.

[7] Ver, a este respeito, a mudança efetuada, no lapso de 48 horas (13 e 15/junho/2013), nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, Retomar a Paulista (criminalizando os manifestantes) e Agentes do Caos (contra a ação da Polícia Militar).

apimentado por boatos de golpe, a mesma vontade de ajudar se expressou na revista *Exame* (também do grupo Abril) de 26/06/13, cuja capa traz a foto da presidenta e a chamada "Como salvar o mandato de Dilma". Na matéria principal, um elenco de oito medidas para que o governo recuperasse a "credibilidade perdida pelo Brasil nos últimos meses": 1) em relação à infraestrutura e às concessões, "estimular, sem perda de tempo o investimento privado oferecendo taxas de retorno mais realistas"; 2) "perseguir os 4,5% da meta" de inflação; 3) "Acabar com as manobras contábeis e cumprir a meta de superávit primário"; 4) reduzir os impostos e simplificar o pagamento destes; 5) deixar de exigir que a Petrobrás participe de todos os projetos relativos ao Pré-Sal "reduzir o poder do Estado nos comitês que controlam os consórcios de exploração" de petróleo nesta área; 7) "Mudar a lei para incentivar a competição e o investimento" no setor de mineração; 8) "Mudar a regra do Mercosul que proíbe que seus membros fechem acordos bilaterais isoladamente e intensificar acordos de livre comércio". (COMO..., 2013)

Portanto, mesmo este esboço de crise, que muitos insistiram em hiperdimensionar, tornou-se, no curto prazo, não apenas menos preocupante para o governo e as diferentes frações burguesas, mas também alvo de instrumentalização pelos círculos dominantes na política brasileira. Como que por encanto, mesmo os que se acostumaram a criminalizar manifestações populares se transformaram em atentos ouvintes da "voz das ruas".

Alguns círculos da esquerda se habituaram a considerar, em geral, a crise como sendo fundamentalmente crise econômica. Não faltaram alusões às Jornadas de Junho, referência aos célebres dias de julho da Revolução de 1830, na França[8]. Houve, inclusive, quem apostasse em uma imediata greve geral que rapidamente abriria caminho para uma situação revolucionária. Como já vimos, existe um risco nesta concepção economicista de crise revolucionária. Ele consiste em supor que uma crise econômica do capitalismo automaticamente se desdobra em uma crise política e esta crise política necessariamente será revolucionária. Infelizmente não é assim que costuma acontecer. Nem foi o que ocorreu neste país nos idos de junho/2013.

[8] Ou mesmo de 1917, na Rússia.

Longe de uma patologia, as manifestações de junho (e um pouco as de julho) atualizaram um potencial de condensação de diversas contradições que – bem mais do que o "gigante" – estavam adormecidas no interior da formação social brasileira. Como veremos, o principal problema consiste em avaliar suas intensidades diferenciadas.

No Brasil, onde ainda não ocorre uma forte crise econômica do capitalismo, sinais da referida crise ideológica começam a aparecer em novos termos.

Arrisco a hipótese de que boa parte dos grandes economistas marxistas brasileiros está demasiado aprisionada no interior uma problemática pouco adequada à compreensão do conjunto da formação social durante os governos do PT: a polêmica sobre a existência ou não de desenvolvimentismo no período. O problema desta formulação que, embora de modo muito mais sofisticado, retoma uma velha contenda que tantos estragos produziu entre as forças voltadas para a transformação social, é que se oculta o fundamental do que realmente importa: as relações sociais, a começar pelas relações sociais de produção.

Na medida em que muitos concentram a atenção quase exclusivamente no extraordinário crescimento das exportações de bens primários, fica mais fácil defender a tese de que ocorre uma regressão (semi)colonial. Mas esta "reprimarização" da economia não faz do país uma formação social que regrediu ao período das capitanias hereditárias. A Companhia Vale (antiga Vale do Rio Doce) não é parte de um dispositivo escravista voltado para a produção de bens coloniais. Tanto a Vale como o agronegócio têm se expandido no Brasil como empresas capitalistas. Como observou Márcio Pochmann (2012, p. 27), ocorreu, no período mencionado, a criação de mais de 20 milhões postos de trabalho com remuneração de até um salário-mínimo e meio.

Convém inserir este dado em relações sociais determinadas, até porque muitos se referem, de modo mistificador, ao surgimento de uma "nova classe média. Durante os anos Lula, ocorreu uma forte expansão capitalista e, com ela, uma extraordinária expansão do proletariado brasileiro (subproletariado incluso). Isto não significa que este processo dure para sempre. Em especial nas formações sociais dependentes, ciclos de desen-

volvimento capitalista podem se abruptamente interrompidos, com maior ou menor capacidade de retomada, como o demonstra o caso argentino e mesmo o do Brasil a partir dos anos 80 do século passado.

Sem levar em conta este processo de desenvolvimento capitalista dependente em uma formação onde a fração rentista da burguesia é hegemônica no interior do bloco no poder, fica difícil analisar grande parte das manifestações de junho (e julho), que ocorrem com grande variedade de composição social e motivações ideológicas. No Rio, onde a situação é muito mais complexa, se manifesta a presença, por um lado, de um grande contingente de subproletários e, por outro, da ação direta do Estado brasileiro nos planos municipal, estadual e federal, inclusive com o recurso às Forças Armadas. Unidades de Polícia Pacificadora e Força Nacional de Segurança Pública (com o olhar atento do Exército) expressam um importante aspecto da política do Estado brasileiro frente ao povo pobre das grandes e medias metrópoles deste país.

Em São Paulo, para nos determos em outro importante estado brasileiro, a presença de subproletários e segmentos da baixa classe média impulsionou a intensificação de fortes embates pela melhoria (inclusive gratuidade) do transporte coletivo e por habitação, os quais demonstraram grande capacidade de luta para a qual é, no mínimo, duvidoso que a maioria das esquerdas que se pretendem revolucionárias esteja minimamente preparada.

É difícil afirmar, pelo menos até hoje de manhã, que ocorre uma profunda crise do capitalismo brasileiro, embora ela se apresente em um horizonte bastante próximo, o qual já serve de referência para a ação política de distintas forças sociais. Mais difícil é demonstrar que ocorre uma recolonização do Brasil, tese que, como afirmei, deriva de uma análise limitada desta formação social.

E, de forma alguma, ingressamos em uma conjuntura de profunda crise política. Não existe sequer uma crise de governo ou das instituições da democracia liberal. Até o momento, nenhum vereador caiu; o deputado Marco Feliciano mantém-se firme na presidência da Comissão de Direitos Humanos, aonde chegou graças às negociações dirigidas pelo governo do PT; e, no Rio, o governador Sérgio Cabral, mesmo com o palácio e a residência cercados por manifestantes, tenta se segurar, inclusive oscilando

entre discursos contra os "vândalos", "terroristas" e falas mais tocantes nas quais invoca sua condição de pai de família, ser humano etc.. Tanto o discurso criminalizador como o que apela para a consternação dos manifestantes não ocultam a firme disposição de permanecer no cargo, endurecer a legislação contra manifestações públicas e, no devido momento, sair do governo com vistas ao problemático controle sua própria sucessão.

Tampouco existe no Brasil uma crise de regime. Muito se fala em ameaça de golpe de Estado, mas nenhuma força sociopolítica relevante está empenhada nesta aventura.

Se não há uma crise governo nem uma crise de regime, muito menos ocorre uma crise de Estado, isto significa que tudo vai bem para a classe dominante neste país?

Em absoluto!

Já vimos como, em pouquíssimo tempo, vândalos se transformaram em patriota. Diante das manifestações, a presidenta da República acenou com a proposta de um plebiscito com vistas à instalação de uma Constituinte exclusiva. E, no país do futebol, manifestou-se uma pátria que descalçava as chuteiras em nome de políticas estatais voltadas para a melhoria das condições de vida da população.

No Brasil, manifestações de rua tornaram-se uma espécie de esporte nacional. Elas praticamente se autolegitimaram. Tornou-se difícil encontrar, nesta conjuntura, algum órgão de imprensa, um governador, um vereador que assuma clara posição contra elas. O número de "vândalos" foi reduzido a uma proporção infinitesimal, embora ritualmente condenada. Até o papa elogiou os jovens manifestantes e a "voz das ruas" subitamente recebeu obsequiosa atenção dos governantes e grandes meios de comunicação de massa.

A imensa maior parte dos jovens que foram às ruas tivera, até então, um aprendizado político restrito aos governos do PT caracterizado por políticas sociais de importância material inegável, mas forte conteúdo desmobilizador em relação aos dominados; um progressivo abandono de qualquer projeto de transformação ou mesmo de reformas sociais; e um pragmatismo que instila a desesperança e o cinismo por todos os poros. Do outro lado, cresceu o bombardeio de denúncias de corrupção executado

por forças conservadores, o que inclui os mais importantes meios de comunicação de massa. Neste sentido, ir coletivamente às ruas, muitas vezes em confronto direto com o aparato repressivo, representou um extraordinário aprendizado político.

Como já observei, houve uma rápida tentativa de substituir o mero recurso ao aparato repressivo pela tentativa de hegemonizar as manifestações. Por outro lado, mesmo sem sermos triunfalistas, é impossível não observar que grande parte destas manifestações expressa um potencial disruptivo. Transpareceu o lado frágil daqueles que detêm o poder.

Sim, estas manifestações são bastante heterogêneas no que se refere à composição social e mesmo a determinantes regionais. Parte delas teve, inclusive, um inegável componente conservador, recorrendo à moralização superficial de questões sociopolíticas. Mas é inegável que a maioria delas, pela intensidade e pela originalidade, colocou o Brasil na linha de frente dos países onde eclodiram recentemente formas de presença coletiva na vida pública.

Cabe, em primeiro lugar, evitar uma postura triunfalista, até porque, como vimos, a ofensiva neoliberal se intensificou ao longo do primeiro semestre e, nestes meses de junho-julho, exerce forte pressão sobre o governo Dilma, que capitula em diversas frentes. Neste sentido, é importante insistir em que não nos deparamos com uma contradição simples, mas com um feixe de contradições muito complexas e dinâmicas.

De qualquer modo, é possível afirmar que nessas manifestações existe um imenso potencial de luta das classes dominadas, ou seja, do proletariado (subproletariado incluso) urbano, da baixa classe média e até de segmentos da alta classe média[9]. São forças vivas que, portanto, se movem, nem sempre no mesmo ritmo e no mesmo rumo. O grande desafio consiste em tornar cumulativa e dotada de um norte político boa parte desses movimentos. Aceitá-lo e vencê-lo é fundamental para enfrentarmos as situações de crise que se aproximam.

[9] Para não mencionarmos as lutas dos trabalhadores rurais sem-terra que, embora tenha arrefecido durante os governos do PT, não podem, de modo algum, ser negligenciadas.

Referências

AGENTES do caos. *Folha de S. Paulo*, 15 jun.2013. Opinião. Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ALMEIDA, L. F. R. Fronteiras do marxismo: lutas sociais. In: NODERI, E.; PEDRO, J. M.; IOKOI, Z. (Org.). *História*: fronteiras. São Paulo: Humanitas,1999. v. 2. p. 563-581.

_____. Apontamentos sobre imperialismo, soberania e anti-imperialismo na alvorada do século XXI. In: MARTINS, C. E.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (Org.). *Globalização:* dimensão e alternativas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola. v. 2. p. 344-363.

_____. Quatro questões sobre junho. *Jornal de Ciências Sociais,* Fundação Santo André, n. 5. , 2013.

ALTHUSSSER, L. Sobre a dialética materialista. In: _____. *A favor de Marx.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 169-193.

ANDERSON, P. (2012). A Europa diante da hegemonia alemã. *Le Monde Diplomatique*, n. 65, 04 dez. 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1315>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BIANCHI, A. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. *Revista Novos Rumos*, ano 17, n. 36, 2002.

BOITO JR., A. A burguesia no Governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, p. 52-76, 2005.

_____. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar. *Brasil de Fato,* 09 abr. 2012. Edição n. 475. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1-em-crise--e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D>. Acesso em: 12 jun. 2012.

COMO salvar o mandato de Dilma: oito medidas para recuperar a confiança no Brasil. *Exame*, 26 jun. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista--exame/edicoes/1044/>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DREIFUSS, R. A. *1964*: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

INSIDE JOB. (Trabalho Interno). Documentário. Direção: Charles Ferguson. Roteiro: Adam Bolt e Chad Beck. Produção: Audrey Marrs e Charles Ferguson. Estados Unidos, 2010. (108 min.).

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista.* 2013. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____. (Org.). *O Estado em crise.* Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 3-41.

_____. *Poder político e classes sociais.* 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978b.

_____. *Fascismo e ditadura.* São Paulo: Martins Fontes, 1984c.

RETOMAR a Paulista. *Folha de S. Paulo*. 13 jun. 2013. Opinião.Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. acesso em: 20 jun. 2013.

REVISTA VEJA, São Paulo: Abril, 19 jun. 2013. Edição 2326.

SCHNAPPER, D. *La communauté des citoyens.* Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Poder político e classes sociais.* 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978b.

_____. *Fascismo e ditadura.* São Paulo: Martins Fontes, 1984c.

TOLEDO C. N. *O governo João Goulart e o golpe de 1964.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Pivô brasileiro, crise e transição na América Latina: Marx e a investigação de uma especificidade

Jason T. Borba

Introdução

> [...] os homens fazem sua própria história, mas não fazem segundo a livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, as circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. A tradição de todas as tradições mortas pesa sobre os cérebros dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem preocupados a revolucionar-se, à si e as coisas, e mesmo de criar algo ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados o seu nome, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem para, com este disfarce de velhice venerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena da historia universal. (MARX, 1982)

Quais seriam as condições econômicas históricas e gerais para uma revolução proletária socialista na América Latina na acepção clássica de Marx, Engels e Lênin[1], considerando todo o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no século XX até o início do XXI?

[1] Essa referência à revolução clássica nos termos de Marx, Engels e Lênin aparece aqui em contraste com a de dois corpos marxistas de contra-teses que, cada um a seu respectivo modo, comungam que o protagonismo clássico do operariado na revolução não se aplicaria mais, seja por nunca ter tido essa dimensão prática na América Latina, ou por ter sido desabilitado pelo desenvolvimento recente do capitalismo mundial, inclusive nos polos industriais do próprio continente. O primeiro corpo de contra-teses conforma um "marxismo latino-america-

De pronto, o contexto histórico atual já coloca uma grande questão. De fato, a citação mesma de Marx que apresentamos na epígrafe sintetiza o momento por que passa a economia brasileira e latino-americana. Estaríamos no Brasil e no continente num novo momento histórico que de algum modo ainda paga tributo às formulações e ideações pertencentes a períodos passados, próprias a eles?

O único modo de iniciarmos uma investigação a respeito é tentarmosss conformar um quadro geral que caracterize o momento histórico atual como genuinamente outro em relação aos anteriores. E se assim fosse, de algum modo o período atual teria que estar num "nível superior" aos periodos anteriores[2].

O fundamento metodológico e a abordagem da realidade enquanto totalidade histórica em movimento parte de um ponto que é sempre um ponto superior. Determinar esse ponto superior é uma chave imprescindível para a investigação. No geral, do ponto de vista marxiano, trata-se de buscar sempre olhar a realidade a partir da sociedade futura, cuja possibilidade e necessidade estão inscritas concretamente nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista.

Diz Marx - o que tem uma validade metodológica geral, ou seja também para o plano das relações históricas humanas - que aquilo que "nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao

---

no"; seus expoentes são Harnecker (1990), Dussel (1985) e Aricó (1982); a tese central é a de que uma revolução socialista latino-americana não se daria nos moldes do marxismo clássico, eurocentrista, que, prisioneiro de um ceticismo universal quanto ao caráter revolucionário do povo, do estado e da nação, não contemplaria as especificidades econômicas, sociais e culturais das formações sociais latino-americanas, exatamente onde povo, estado e nação comportariam possibilidades revolucionárias. Se esse corpo de teses do marxismo latino-americano é expressão dialética da imaturidade econômica e social do processo de expropriação do vasto proletariado do continente, quer do seu proletariado em geral, mas também do semiproletariado e do campesinato pobre, dando ensejo a uma espécie de populismo marxista, há um outro corpo de contra-teses que emana, ao contrário, do polo mais desenvolvido da penetração do capital no continente, da sua economia industrial. Trata-se da tese de que o desenvolvimento do capital na América Latina, assim como no mundo, teria desabilitado uma revolução socialista proletária nos moldes clássicos, exatamente por ter desabilitado o núcleo duro do proletariado, o operariado de ponta, da posição de protagonismo central na revolução. Assim, a "reestruturação produtiva" a partir dos anos 1970 na Europa e demais economias centrais, e a partir dos anos 1980 e 1990 nas economias periféricas industrializadas, se não decretou o "fim do trabalho", teria ao menos feito com que o operariado industrial, mesmo que não perdesse totalmente seu caráter de liderança nos processos revolucionários, teria ao menos perdido o peso que desfrutava nas estratégias do marxismo clássico de Marx, Engels e Lênin. Vide Mészaros (2002, 2009), para o processo em geral, e Antunes (1999) para o caso do Brasil. Não é lugar no presente trabalho para detalhar o contraste teórico e histórico entre as respectivas teses e contra-teses.

Para além do capital – rumo a uma teoria da transição (2002), e A crise estrutural do capital (2009).

[2] Este artigo parte de um esforço anterior. Vide textos de Borba e Borba e Casseb na bibliografia.

contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior." (MARX, 1959).

Sendo assim, este trabalho objetiva explorar, em caráter inicial, uma nuance específica de toda a complexa dialética de transformações históricas da América Latina que é a função do Brasil neste início de século XXI. A rigor, essa investigação se dá no campo de uma problemática que é a da possibilidade do "socialismo num só país", na acepção estritamente leniniana (LENIN, 1976a)[3], e a sua especificação na particularidade da América Latina, que passa necessariamente pela análise da condição histórica da economia brasileira. Por outro lado, para dar curso a essa investigação, em vez dos esquemas de periodização leninistas tradicionais e mais em uso, a questão geral terá seu enquadramento a partir do esquema de periodização marxiano com base no processo histórico da autonomização do valor.

Como pressuposto, o desenvolvimento e reprodução das forças produtivas capitalistas encontra-se num estágio em que predomina dialeticamente a mais-valia relativa no mercado mundial[4], sendo a economia latinoamericana e em especial a brasileira suas partes componentes.

O processo histórico da autonomização do valor

O esquema geral da periodização humana, que podemos chamar de arco histórico(CAMATTE, 1978; BORBA, 1982; BORBA; CASSEB, 2009a, 2009b), abrangendo a reprodução social desde o advento humano na comunidade primitiva, a horda, até o comunismo superior quando as categorias mercantis e a propriedade privada em geral estarão superadas, pode ser sintetizado no quadro a seguir:

[3] Neste trabalho e em outros Lênin tem como interlocutor Kautsky. Essa maneira leniniana de abordar a possibilidade do socialismo num só país difere em formulação e conteúdo histórico e político do que depois ficou conhecido como "o socialismo num só país", a partir do *slogan* lançado logo após a morte de Lênin e formalizado no XIV^{O} Congresso do PC russo e nos seus congressos subsequentes, assim como nos da IC.

[4] Para predomínio dialético da mais-valia relativa, doravante PMV Relativa, vide referências e especificações mais adiante nesse trabalho.

<table>
<tr><td>VU</td><td></td><td>- o produto do trabalho é tão somente valor de uso, coisa útil
- neste período temos a comunidade primitiva (horda) e as formações secundárias como p.ex os modos de produção asiático, germânico e feudal.</td></tr>
<tr><td>M-M
(xA=yB)</td><td></td><td>- o produto do trabalho já é mercadoria
- temos a troca direta em que o paradigma xA=yB irrompe historicamente</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Produção e
Circulação Simples</td><td colspan="2">- a circulação simples de mercadorias corresponde ao largo período de formações pré-capitalistas em que a economia mercantil desenvolve-se em bolsões e no comércio a longa distância, onde a relação trabalho assalariado-capital é eventual, ainda não dominou a produção</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td>M-D-M</td><td>- em M-D-M, a fórmula da circulação de mercadorias requer o dinheiro como mediador das trocas</td></tr>
<tr><td>D-M-D</td><td>- em D-M-D, o dinheiro destaca-se como finalidade no capital mercantil, sendo esta a fórmula geral do capital</td></tr>
<tr><td>D-D.</td><td>- em D-D, no capital de usura, o dinheiro é a finalidade em si mesmo, sem mediação mercantil no interior de sua forma</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Comunidade
(Gemeinwesen)
do Capital</td><td colspan="2">- a base é a reprodução do capital enquanto capital produtivo:
$D - M\{^{ft}_{mp} \ldots P \ldots M - D$</td></tr>
<tr><td>FPM Absoluta</td><td>- na FPM Absoluta a tecnologia e os setores fundamentais da economia ainda não formam um todo especificamente capitalista; a mais-valia absoluta predomina dialeticamente</td></tr>
<tr><td>FPM Relativa</td><td>- na FPM Relativa a tecnologia e os setores fundamentais da economia formam um todo especificamente capitalista; a mais-valia relativa predomina dialeticamente</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Comunidade
(Gemeinwesen)
Humana</td><td rowspan="2">Comunismo
Inferior
"Transição"
“Socialismo”</td><td>- Democracia Proletária
(Ditadura do Proletariado)</td><td rowspan="2">VT => VU</td></tr>
<tr><td>- Transformação
Superação da sociedade de classes em nível Planetário</td></tr>
<tr><td colspan="2">Comunismo Superior</td><td>VU</td></tr>
</table>

Sendo esse o esquema da periodização geral com base no processo de autonomização do valor (CAMATTE, 1978; BORBA, 1982, 1999), é a partir dele que empreendemos, em abordagem alternativa, a periodização da formação econômica do Brasil (BORBA; CASSEB, 2009a, 2009b).

O processo histórico de autonomização do valor na formação social brasileira no seu período pré-capitalista

Em síntese[5], podemos destacar os períodos históricos a seguir ancorados nos saltos qualitativos no desenvolvimento das forças produtivas na formação social brasileira:

- VU - abrange da ocupação originária às descobertas, onde existia exclusivamente a produção de valor-de-uso com base na comunidade primitiva;
- M-M - temos o primeiro contato econômico, que com base em M-M ensejou a gênese da primeira forma de mercadoria na produção social no Brasil, período comumente associado ao chamado "ciclo do Pau Brasil" (PRADO JR, [1967], p. 9-12);
- M-M ampliado - ainda nos marcos da economia das trocas naturais, desdobra-se um M-M ampliado; um salto significativo na divisão social do trabalho e um primeiro povoamento do *hinterland* colonial, os canaviais e posteriormente algodoais na zona costeira do nordeste brasileiro e do recôncavo e o gado pelas bacias do São Francisco, do Rio Grande e etc; ainda neste subperíodo temos a economia das missões pelas bacias do Paraná e Amazonas;
- M-D-M - o dinheiro já surge espontaneamente como bolsões intra-regionais de circulação monetária nos séculos XVI e XVII, sem que houvesse um sistema monetário interregional; no ponto específico de contato com os mercados escravistas internacionais o ouro e a prata se fazem presente; não se pode falar ainda numa economia bancária;
- M-D-M ampliado - com a economia aurífera do XVIII e início do XIX temos uma ampliação da referência monetária interregional, que agora envolve num sistema de divisão regional do trabalho que vai do sul ao nordeste do país mas que no entanto não resistirá ao declínio da mineração;

[5] Para maiores detalhes vide Borba e Casseb (2099a). O exercício da periodização econômica implica na análise histórica que indique o predomínio das categorias econômicas fundamentais ao período determinado, aquelas que predominam e por isso caracterizam cada uma das sucessivas fases do processo histórico da autonomização do valor. Não se buscam os referenciais datados na história a não ser que sejam em si mesmos marcos inaugurais do salto qualitativo na reprodução social, e portanto econômica. Assim, a periodização da economia brasileira se dá aqui com base nas categorias e processos já vistos mais acima no esquema geral da periodização humana pelo processo de autonomização do valor.

- M-D-M; D-M-D; D-D - é a partir da Independência que surgem os esforços para estabelecer uma moeda nacional, um sistema bancário, o que florescerá somente na segunda metade do Século XIX; ao mesmo tempo procura-se incansavelmente estabelecer os fundamentos de um estado nacional; as duas sagas, a econômica e a política, são dimensões de um mesmo processo histórico.

Anotações suplementares à dialética da periodização

Já nesse percurso podemos destacar o fato de que cada período e mesmo cada subperíodo histórico tem sua própria dinâmica histórica. Tem um antecedente, um percurso evolutivo das forças produtivas que o leva à maturação ou estagnação histórica, e uma superação. Assim, os períodos históricos não têm fronteiras absolutamente estanques, mas tem um período de gênese a partir das condições econômicas, sociais e políticas do período ou subperíodo anterior, um momento-processo de instalação a partir do qual afirma-se históricamente e desenvolve as forças produtivas nos marcos da sua estrutura para, a partir de um determinado momento, produzir ou possibilitar a necessidade e o surgimento do período histórico subsequente. Todo esse processo histórico é determinado pelo processo de autonomização do valor. O que agregamos a título de ênfase no presente texto em relação às nossas formulações anteriores (BORBA; CASSEB (2009a, 2009b) é o fato de que podemos em cada subperíodo ou largo período discernir um momento inferior e outro superior, em que no inferior a missão histórica de cada período se coloca no seu início e atinge a culminânica no momento superior, em que anuncia e prepara o advento do período histórico subsequente. Desse modo podemos acompanhar no seu detalhamento a rica dialética de cada período histórico e de cada subperíodo, podemos vê-los desdobrar-se como superação dos períodos e subperíodos anteriores e ao final preparar as condições para o advento do períodos e subperíodos subsequentes.

Características da dialética interior da FPM Absoluta

Para tanto cabe apresentar suscintamente o referencial teórico de que faremos uso. Tanto para o capitalismo global como para os nacionais

faremos uso da dialética marxiana que envolve os conceitos de mais-valia absoluta e relativa, assim como os conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Assim, não centraremos nossa análise do percurso do capitalismo na periodização leniniana de capitalismo concorrencial e monopolista (LENINE (1976d, 1916) ou no de "época de antes de ontem", "época de ontem" e "época contemporânea"[6]; também não centraremos nos esquemas de periodização marxianos de manufatura e grande indústria ou no de subsunção formal e real do trabalho ao capital (MARX, 1971). A nosso ver, e não cabe discutir neste trabalho, os esquemas marxianos e leninianos mencionados acima são recortes que não contradizem o esquema por nós adotado como axial, capaz de envolver o percurso do modo de produção no Brasil da sua origem até hoje. Por outro lado, as tentativas anteriores de periodização do modo de produção capitalista com base no processo de autonomização do valor, além de tomar por base os conceitos de Fase Formal e Fase Real[7], também careciam de explorar a dialética do desenvolvimento das forças produtivas durante toda essa fase. Desse modo faremos uso da dialética em duas fases para periodizar tanto o desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial, como no Brasil: a primeira fase de predomínio qualitativo da mais-valia absoluta (FPM Absoluta); a segunda fase de predomínio qualitativo da mais-valia relativa (FPM Relativa)[8].

A hipótese de trabalho para a periodização da economia brasileira é a de que ela, no início da segunda década do Século XXI, está no estágio superior e final do padrão de acumulação na FPM Absoluta. Por isso destacamos aqui algumas características centrais da dialética interior do desenvolvimento das forças produtivas na FPM Absoluta.

Em texto anterior destacamos:

[6] "Damos à época em que nós estamos entrando (ou melhor em que já entramos, mas que não está senão no seu começo) o nome de época contemporânea (ou terceira). Chamamos aquela da qual viemos de sair de época de ontem (ou segunda). É necessário agora nomear de antes de ontem a época de onde Kautsky e A. Potressov tiram seus exemplos (ou primeira). (LENINE, 1976c, p. 144, grifo nosso).

[7] Ver Présentation par Roger Dangeville, in Marx (1971), também Camatte (1978) e Borba (1982). O desenvolvimento do trabalhador coletivo especificamente capitalista já se faz sentir na etapa superior da FPM Absoluta, pois nela já a matriz industrial (D1-D2-D3) já está completa. Assim, trata-se de um pré-requisito para a passagem à FPM Relativa, assim como o trabalhador coletivo como esteio da reprodução material da sociedade também impacta a qualidade da luta de classes. Em assim fazendo, seu advento é também uma pressão histórica para que essa transição se verifique.

[8] Para maiores detalhes dessa conceituação ver Borba e Casseb (2009b) e Borba, 2010).

> Mesmo quando ainda na FPM Absoluta, o que Marx chama de proletariado moderno já pode estar presente no tecido econômico e social, como ator político, isto quando alguns de seus ramos já têm como base a subsunção real do trabalho ao capital. Os exemplos clássicos são a Inglaterra, a França e a Alemanha na primeira metade do Século XIX e a Rússia do início do Século XX, ou seja, a luta de classes moderna deflagra-se alí onde a FPM Absoluta tenha atingido um certo grau de desenvolvimento e alguns ramos da economia já tenham adentrado no paradígma industrial, mesmo tratando-se somente da indústria de bens leves. (BORBA; CASSEB, 2009b).

No entanto, a dialética interior da FPM Absoluta nos coloca diante de dois momentos referenciais. O primeiro é o momento em que o modo de produção capitalista, tendo recem emergido dos modos de produção anteriores, o faz sem dispor ainda de sua tecnologia propriamente dita. A instalação do modo de produção capitalista nesse início apenas subsume formalmente o trabalhador, com os diferentes tipos de manufatura como paradigma tecnológico. Gradativamente o trabalhador vai sendo submetido realmente, na medida em que os ramos de atividade do D2 (Departamento 2, produtor de meios de subsistência da classe trabalhadora) adentram um processo de industrialização leve. Ainda na FPM Absoluta, setores do D1 (Departamento 1, produtor de meios de produção) e do D3 (Departamento 3, produtor de bens de luxo) industrializam-se. Cabe lembrar que para as chamadas "economias de enclave", exportadoras periféricas de alguma matéria prima para o centro do sistema, um importante e às vezes predominante setor econômico pode sofrer uma hipertrofia relativa ao seu esquálido PIB. Nesse caso temos várias nações que vivem essa estrutura descompensada, que se faz acompanhar, e às vezes como causa, de um fraquíssimo dinamismo no desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se então de uma modernização do D1 sem que ele se diversifique, se complexifique, se integre numa matriz industrial.

Porém, na medida em que a industrialização progressiva e diversificada avança sobre o D2, depois para o D1 e o D3, ainda na FPM Absoluta, as economias nacionais desenvolvem uma matriz industrial cheia de lacunas, mas com algum dinamismo tecnológico, pondo gradativamente assim as bases para a passagem à FPM Relativa, ou seja, a necessidade histórica de um salto qualitativo no padrão de acumulação - e trata-se de

um salto histórico onde não há possibilidade concreta de um gradualismo. A razão de ser um salto é que tal processo se dá simultaneamente em termos qualitativos e quantitativos, implicando uma reinserção da economia nacional no mercado mundial, reinserção a um só tempo econômica e geopolítica, além de uma alteração determinante na correlação de forças entre os setores das classes dominantes[9].

Um outro aspecto crucial a destacar é a respeito da relação entre centro (FPM Relativa) e a perifaria (FPM Absoluta). Já apontada em trabalho anterior (BORBA; CASSEB, 2009b) havia uma indicação da contradição crescente entre os estados nacionais centrais e periféricos, estes com imperativo posto cada vez mais veementemente de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Com base no conceito de desenvolvimento desigual e combinado[10] dizíamos que o "desenvolvimento da FPM Absoluta na periferia do sistema, deu-se no âmbito e no espaço aberto pelas possibilidades do desenvolvimento desigual e combinado entre o centro e a periferia industrializada." (BORBA; CASSEB, 2009b, p. 30). Sem contemplarmos os aspectos qualitativos e quantitativos da dialética do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na periferia do sistema corre-se o risco de congelar essa dialética transformando-a numa complementaridade funcionalista. Embora essa atribuição aos estados nacionais periféricos visasse expor o "ceticismo" em relação à sua capacidade de defrontar-se com os países centrais de uma maneira nacionalista radical, a rigor perdia-se o desenvolvimento da contradição intercapitalista centro-periferia e o recrudescimento de várias manifestações concretas não só do nacionalismo burguês, mas também da própria emergência dos imperialismos periféricos nas economias nacionais que tivessem alcançado um nível histórico crítico no estágio superior da FPM Absoluta.

Um assunto controverso é o da possiblidade do imperialismo periférico (MARINI, 2000)[11]. Seria necessário adentrar na FPM Relativa

[9] Demais detalhes e desdobramentos da FPM Absoluta e Relativa podem ser vistos em Borba e Casseb (2009a, 2009b).

[10] Para a noção de desenvolvimento desigual e combinado ver Michael Löwy, (1995, p. 111-119); ver também Borba e Casseb (2009a, 2009b).

[11] Um dos limites da formulação do "subimperialismo" brasileiro é o de que ele praticamente ascenderia a essa condição sob os auspícios do imperialismo norteamericano. Essa era a evidência na época, anos 1970. A rigor a reinserção do Brasil na economia regional se dá de forma imperialista, e dessa virada de século para cá de modo que explicitamente choca-se com os interesses norteamericanos na região. ALCA foi superada, OEA está

para que uma economia atingisse o estágio imperialista? Para Lênin não necessariamente. Em economias ainda periféricas, é possível o desenvolvimento do imperialismo tanto economicamente como efetivamente no plano internacional (LENINE (1916, 1976b, 1976c). Quando abordamos essa questão do ponto de vista do esquema de periodização capitalista em duas fases FPM Absoluta e FPM Relativa, mas contemplando a existência de um momento inferior e inicial no interior da FPM Absoluta e um momento superior, já no limiar da passagem à FPM Relativa, podemos ver surgir nesse momento final da FPM Absoluta, em que a transição já se anuncia, as condições para que a economia alcance um estágio de acumulação capaz de instalar e sustentar sua entrada na fase imperialista, que se faz acompanhar de crescente e estratégica exportação de capitais produtivos, comerciais e financeiros. Conjuntamente vemos emergir gradativamente todos os respectivos desdobramentos na área geopolítica e militar.

A periodização do modo de produção capitalista no Brasil

Não é certo economia brasileira havia, em meados do Século XIX, constituído todas as bases para a emergência do modo de produção capitalista na sua forma manufatureira urbana. A contradição das relações de escravidão e o insipiente trabalho assalariado urbano não possibilitavam essa base social e sistêmica. A economia do Rio de Janeiro não fornecia ainda as bases para um período manufatureiro urbano.

Dos estertores do escravismo ao capitalismo manufatureiro no campo

O modo de produção capitalista no Brasil faz sua primeira e fracassada tentativa histórica de emergência com Mauá no Império, sob uma base econômica essencialmente manufatureira. O capitalismo manufatureiro urbano foi efêmero nessa tentativa, tendo como algoz a geopolítica e a geoeconomia da "Guerra do Paraguai". De um lado, as oligarquias rurais aproveitaram-se da falência da nascente burguesia manufatureira urbana e, em consonância com os interesses estratégicos da grande potência industrial mundial, por outro lado, que já ia adentrando na sua fase imperialista, a

esvaziada, a estratégia do "*Big Stick*" e a "América para os americanos" também hoje encontram-se em questão. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Inglaterra, empreenderam a entrada do Brasil na manufatura rural, através da cafeicultura. Esse momento histórico que cobre de 1850 à República podemos dizer que ilustra a fase superior do escravismo no Brasil. Essa via, no entanto, teria ainda que passar pelo estertor da cafeicultura escravista no Rio e primeiros tempos no Vale do Paraíba para, com a República tornar-se capitalista, ainda que sob as relações de produção híbridas do colonato. Aí inicia-se a real história do Brasil capitalista, dessa forma transversa, com um capitalismo no campo, sob relações sociais capitalistas híbridas. Tem início a FPM Absoluta no Brasil (BORBA; CASSEB, 2009a).

Do capitalismo manufatureiro rural/urbano ao limiar da industrialização leve (1889-1930)

O advento da República e a entrada da cafeicultura no Vale do Paraíba vindo do serranias do Rio de Janeiro, e já rumo Campinas, marca também o desenvolvimento da manufatura textil, vidraçaria e outras manufaturas do D2 em São Paulo e principais cidades do interior; a manufatura urbana surge com mais pujança e impulso do que as anteriores manufaturas têxteis de Recife e do Rio de Janeiro. Esse diferencial da economia paulista se explica pelo desenvolvimento econômico do "complexo econômico" da cafeicultura (CANO, 1976; AURELIANO, 1981). A cafeicultura havia emergido nos estertores do escravismo, para desenvolver-se sob o regime capitalista do colonato, forma híbrida. Só nos anos 1960 ele se tornará plenamente capitalista. Assim caminha o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas sob a FPM Absoluta, levando a economia manufatureira ao seu limite, em que o ramo têxtil já se industrializa ao final dos anos 1920.

A industrialização leve (1970-69)

O colapso da República Velha com a Grande Depressão marca a necessidade imperiosa da implantação de uma capitalismo urbano com base na indústria (AURELIANO, 1981). Estabelece-se um novo período, ou subperíodo, o da industrialização com base no D2, de 1930 a 1969). A intensificação e aprofundamento da sociedade industrial, ainda que com base no D2, requer que os primeiros passos sejam dados para fundar o D1.

Esse D1, que ainda não impulsiona a acumulação, é um D1 tradicional, cujos marcos foram a CSN, a FNM, a Petrobrás etc. E não se trata mesmo do D1 como sistema, como componente e fundamento de uma matris industrial. Esse movimento ilustra a dinâmica de um subperíodo com seu início, em que se instala sua característica fundamental (D2), e o seu esgotamento, auge, em que o D2 já tem um outro formato, com setores de ponta imediatamente internacionalizados (EMNs) tendo então se diversificado envolvendo a produção de bens mais sofisticados, indústria automobilística, eletrodomésticos e etc. Concomitante a esse adensamento, complexificação, internacionalização e diversificação do D2, vai se desenvolvendo, ainda cheio de lacunas, o D1, que de tradicional de um lado, e com elementos modernos de outro, deve transformar-se em sistema. A crise desse modelo, que a economia política corrente chama de "modelo de substituição de importação", marca também a passagem para um novo subperíodo.

Importante notar que a dinâmica desse suberíodo também apresentará requerimentos na agricultura de exportação e de subsistência. A agricultura permaneceu, grosso modo, ainda no modelo anterior, sem mecanização significativa e com base em relações de produção que apoiava-se ainda nas formas híbridas. O advento da CLT no campo será o marco institucional para o grande salto.

A matris industrial (1970-2006)

O desenvolvimento e crise de esgotamento do subperíodo anterior, com uma dinâmica ainda mantida pelo D2, que por sua vez modificou-se profundamente, colocou as condições para o subperíodo subsequente, com a acumulação tendo como base uma matris industrial (D1-D2-D3) (CASTRO; SOUZA, 1986), e o próprio conceito de indústria funde-se definitivamente com o de agricultura. Mecanização, eletrificação e uso da petroquímica e etc... serão doravante incorporados e intensamente espraiados por vastas regiões do país, mudando totalmente o panorama no campo. Inicialmente nas regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste, mas no transcorrer das décadas de 1980-90 invandindo o Nordeste e Norte.

Com presença massiva do Estado no D1, nos anos 1970, a matriz industrial se forma. A industrialização no seu conjunto se dá com o apro-

fundamento da internacionalização dos setores dinâmicos do D2 e D1 no seu segmento industrial. O D1 no seu segmento de logística e infraestrutura está capitaneado pelo Estado.

Por outro lado, nesse subperíodo começa a definir-se a objetivamente as bases econômicas para a supremacia brasileira na geopolítica regional do Cone Sul, na Bacia do Prata, com a "conquista" do Paraguai (Itaipú), a qual possibilitará a posterior "conquista" da Bolívia (anos 80 e 90). O imperialismo brasileiro começa a dar seus primeiros passos através de investimentos estratégicos, em negócios via Estado, tanto no Paraguai como na Bolívia, estendendo-se pelo esquema de cooperação institucional às recentes ex-colonias da África atlântica e Moçambique.

O D3 recém instalado no interior da matris industrial, ao final da década de 1970 e início da seguinte, chega ao ponto de capacitar-se a produzir armamentos.

O processo de concentração e centralização do capital gera um sistema industrial concentrado, diversificado e a um só tempo um sistema financeiro contemporâneo e dinâmico, capaz das mais modernas formas de intermediação e integração financeira. Conglomeração financeiro-produtiva-comercial passa a ocorrer aceleradamente.

Por outro lado, o comportamento cíclico da economia passa a sincronizar-se gradativamente com o ciclo mundial. A partir dos anos 90 é marcante essa sincronização, fato que é explicado pela elevação da composição orgânica média da economia, que assume mais e mais o padrão tecnológico internacional no seus segmentos mais dinâmicos. A produção nesses setores de ponta da economia brasileira tem no capital fixo seu pivô fundamental. Isso faz com que essa sincronia com os ciclos da economia mundial não se dê somente através dos canais de transmissão financeiros, comerciais e de decisão de investimentos do capital estrangeiro, mas passe a dispor de um elemento marcadamente endógeno com base na reposição do capital fixo dos setores dinâmicos da economia[12].

[12] A natureza endógena do ciclo econômico da economia brasileira, que tem como base o capital fixo (BORBA, 2008) evidencia a organicidade do seu capital industrial como segmento do capital industrial mundial. Essa organicidade, saliente-se, abriga a um só tempo a contradição, a autonomia relativa, possibilidade de ruptura e demais dialéticas parte-todo.

O Estado Nacional é o estado capitalista na sua forma acabada, assentado sobre uma base econômica desenvolvida, no último estágio da FPM Absoluta. A economia tendo atingido o ponto crítico para tornar-se imperialista, dota-se de um Estado Nacional que tem como imperativo expressar e a um só tempo constituir-se como superestrutura orgânica, com as esferas política, judiciária, legislativa e executiva constituindo um todo fundido com as estruturas do capital. Consolida-se a institucionalidade do capital, sendo, doravante, desnecessária a excepcionalidade como forma de gerenciamento do desenvolvimento do capital. A excepcionalidade político-institucional será cabível doravante já num quadro convencional de crise aguda dos mercados, em que virá sempre como complemento da democracia do capital, ou democracia burguesa. Tal só é possível, num quadro de urbanização massiva, dado que a estrutura econômica põe uma base social diversificada, inclusive no interior do proletariado e, nele, do operariado indeustrial de ponta – nesse segmento em particular vemos emergir uma camada superior de mão-de-obra qualificada que forma a base para a integração sindical e assim do processo de cooptação dessa camada importantíssima para a construção de pactos de gestão. Veremos que os desenhos e redesenhos das forças políticas no seu interior agora são expressão dos movimentos interiores do capital, basicamente entre capital-dinheiro e capital-produtivo, onde a correlação de forças será estabelecida a partir desses dois vetores de poder. Mais e mais as intervenções do estado no âmbito nacional e internacional são determinadas pela política de estado, sendo essa política de estado determinada no interior das estruturas do capital, tendo como imperativo sua reprodução ampliada[13].

Essa base econômica complexa, sua dinâmica e a estrutura de classes que dela se desdobra são o fundamento material para o primeiro ciclo completo da socialdemocracia no país, como veremos mais adiante. Com efeito, o proletariado se complexifica, fazendo constituir-se no seu interior um núcleo duro operário moderno com base não mais no D1 tradicional, mas agora no seio da matris industrial. Também o proletariado

[13] Cabe ressaltar que em formulações anteriores (MARINI, 2002; BORBA; CASSEB, 2009a, 2009b) ainda era marcada a ênfase no estado nacional brasileiro como componente de uma superestrutura mundial sem possibilidade de constituir-se em estado imperialista. O conceito de "subimperialismo" de Marini, assim como a noção do estado brasileiro como componente local da gestão do capital mundial impossibilitava a emergência do estado brasileiro como estado imperialista, assentado sobre uma economia imperialista, ainda que na FPM Absoluta, agora na sua fase superior.

rural se diferencia definitivamente do campesinato e das formas híbridas, formando um vasto operariado rural que mora na periferia das cidades e trabalha no agronegócio, primeiro no Sul, Sudeste e Centro Oeste, e depois, gradativamente, pelas demais regiões. Esse processo de proletarização no campo se aprofunda drasticamente nos anos 1970, 80 e 90 ensejando as formas mais variadas de resistência ao aprofundamento, aceleração e extensão do processo de expropriação e proletarização do produtor rural.

A estrutura social se complexifica com o surgimento e desenvolvimento das modernas classes médias assalariadas que tem como base o capital e sua matris industrial, tanto no seu segmento privado como no estatal.

O fenômeno do assalariamento geral, inclusive da pequena-burguesia, a partir das estruturas complexas da matris econômica constituirá a base do primeiro ciclo completo da socialdemocracia no país, do surgimento nos anos 70 até a chegada ao poder em 2002[14].

Novo ciclo histórico, necessidade histórica do advento da FPMRel (2006...): via capitalista x via Proletária

Toda a pauta econômica e social relevante da FPM Absoluta foi percorrida pela economia brasileira até 2006. Agora, a natureza da crise coloca em questão a passagem à FPM Relativa. Torna-se cada vez mais difícil para o capital reproduzir-se na FPM Absoluta na medida em que a sucessão de crises cíclicas vai expondo o novo nível em que se reproduzem, por sua vez as relações sociais após tantas e profundas transformações. O novo marco das relações sociais e a distrubuição demográfico-espacial coloca a formação social brasileira em crescente tensão, para a qual as possibilidades de respostas próprias à FPM Absoluta são já insuficientes. Com a proletarização e urbanização abrangente nas últimas 4 décadas, a complexidade social doravante só consegue abrigar-se na reprodução do capital na medida em que novas e radicais transformações ocorram no padrão de acumulação. Nosso referencial para a periodização coloca a necessidade de um salto qualitativo nesse padrão que só pode ser a transição da FPM Absoluta

[14] Para elementos para o ciclo clássico da socialdemocracia ver *Przeworski* (1989). Este ciclo clássico desenhado por Przeworski quase sem elementos novos ou diversos ocorre no Brasil.

para a FPM Relativa. Trata-se de um salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas[15].

O conjunto de problemas e desafios econômicos, o programa econômico para essa passagem à FPM Relativa está num nível qualitativo superior à pauta que se colocava à economia política brasileira nos ciclos históricos anteriores, nos anos 1950 a 1980. As questões colocadas nestes ciclos históricos foram de certa forma respondidas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas levado a cabo sob comando da burguesia.

A chave metodológica para um balanço do encaminhamento histórico dado aos desafios do desenvolvimento das forças produtivas nos últimos 40 anos está no aforisma marxiano de que a forma superior explica a forma inferior. No momento atual, na abertura do ciclo histórico atual, é que torna-se possível ter uma visão panorâmica compreensiva da via histórica na qual se deu a superação dos impasses que constituíram as graves crises sociais e políticas do esgotamento da industrialização com base no D2. A formação da matris industrial a partir dos anos 1970 e todos os desafios que daí se desdobravam foi possível a partir de um momento anterior em que se concluiu a disputa histórica entre forças políticas, expressões de tendências estratégicas profundamente enraizadas em bases sociais. Confrontaram-se as esquerdas, compostas peelos MNR's, movimentos nacional revolucionários, ou democrático-populares, amálgama de tendências que cobriam um espectro abrangendo desde a maior até a menor radicalidade, com as forças conservadoras e progressivas do capital, as direitas. Sem que seja o momento para aprofundar e esmiuçar esse rico momento histórico, estava em jogo o que, por analogia, poderíamos caracterizar, à guisa de como Lênin caracterizou para a Rússia das três primeiras décadas do século XX, por "via prussiana" e "via americana"[16].

Assim, a proletarização maciça, a formação do mercado interno, a integração econômico no mercado mundial, a institucionalização

[15] Para as características da FPM Relativa, e a comparação com a FPM Absoluta, ver Borba e Casseb (2009a, 2009b).

[16] Para os conceitos de "via prussiana" e "via americana", sugeridos a título de noções análogas para abordagem das vias históricas que se abriam por época das lutas políticas dos anos 1960 e 70 no Brasil, ver Lenin (2004); evidentemente mais que essas noções iniciais são necessárias para a compreensão de um período de lutas dramáticas com as respectivas vias hist**óricas que se abriam ao desenvolvimento das forças produtivas sociais, bem como a resultante final que se impôs historicamente na época, tendo validade pelas décadas seguintes e que conduziu a economia e a sociedade brasileira até os dias atuais nesta segunda década do Século XXI.**

democrática burguesa das relações sociais, a formação e consolidação da matris industrial, a modernização da agricultura e do campo, a integração regional no âmbito nacional, a integração das classes produtoras no processo político e institucional, a consolidação da re-inserção da economia brasileira como liderança geoeconômica e geopolítica imperialista na economia sub-continental latino-americana e na África atlântica, receberam as devidas respostas do capital durante as últimas quatro décadas nos marcos da via politicamente autoritária de início e posteriormente já no bojo da plena vigência da democracia burguesa após o fim da "ditadura militar" em 1984. As décadas subsequentes serão marcadas por regimes democrático burgueses com "estilos" diferentes. Elitista tradicional nos anos 1980 pós redemocratização, também nos anos 1990 e "democrático popular" de 2002 em diante.

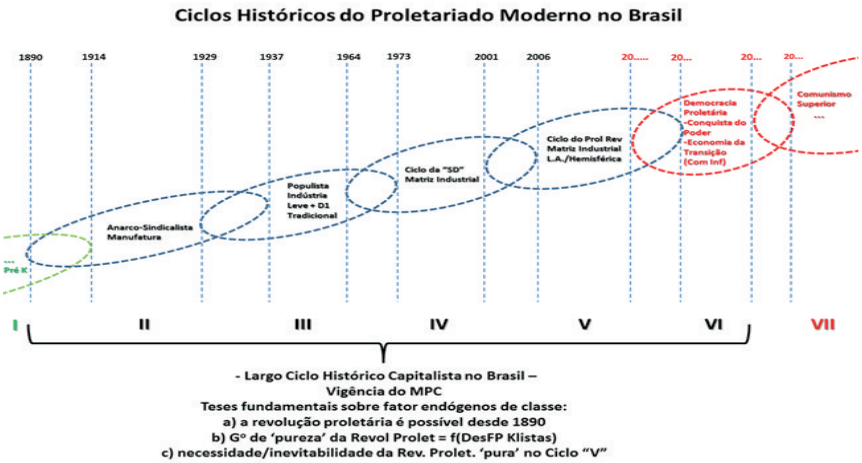
A partir do advento desse novo ciclo histórico abre-se um processo histórico com alternativas específicas oriundas de uma base econômica que coloca definitivamente uma formação social capitalista defrontando-se com alternativas históricas próprias de uma sociedade em que o domínio do capital já se faz absoluto – não sem especificidades marcantes. Uma vez realizadas e superadas todas as tarefas burguesas pela via capitalista, o padrão de reprodução do capital coloca-se diante da necessidade da passagem à FPM Relativa. Essa necessidade histórica já força sua passagem internamente e no âmbito das relações geopolíticas e geoeconômicas no âmbito do mercado mundial. Assim colocam-se claramente uma via burguesa (e pequeno-burguesa) para essa passagem e uma via proletária (que enquanto proletária só pode ser a revolucionária). A formação social brasileira está no nível histórico que põe um programa imediatamente socialista de transição (LENINI, 1959b), ainda que na FPM Absoluta – o que conseguimos contemplar quando agora contemplamos esse desenvolvimento das forças produtivas, ou seja a dialética histórica no interior de cada período ou subperíodo no corpo da periodização. Com o advento do novo ciclo histórico chegamos a uma maturidade econômica em que só é possível medidas progressivas e revolucinárias do ponto relativas ao desenvolvimento das forças produtivas a partir do socialismo proletário revolucionário ou programa pleno[17].

[17] Para exemplo de medidas do "programa pleno" em uma sociedade desenvolvida, o caso da Suiça, vide LENINE (1959a, p. 153-155). Por um lado, temos a admissão do "programa socialista pleno", mas com uma série de nu-

O grau de desenvolvimento da matris industrial brasileira nos últimos 40 anos, desde seu advento nos anos 1970, implica na total nacionalização das questões da estrutura econômica, isto dada a integração das cadeias produtivas entre agricultura, setores primários, energia, logística, infraetrutura enfim, indústria e distribuição, assim como o financiamento e etc... A economia nacional forma um sistema integrado, assim como a economia sulamericana está em processo de rapidamente tornar-se um, sob o pivoteamento da economia brasileira.

Periodização da luta de classes moderna no Brasil

Com base na periodização econômica da FPM Absoluta no Brasil podemos apresentar, para o mesmo período, a periodização da luta de classes do proletariado moderno a seguir.



ances: "[...] encontramos num certo socialismo pequeno-burguês no próprio partido socialdemocrata e a partir da sua fração parlamentar. E isto da seguinte forma: se reconhece como fundadas as concepções fundamentais do socialismo moderno e a palavra de ordem que reclama a transformação de todos os meios de produção em propriedade social; mas se declara que sua realização não é possível senão em um tempo distante, praticamente fora de qualquer previsão. Para o presente, a única tarefa que nos incumbe seria um simples remendo social [...]". (ENGELS, "*La Question du Logement*" *in* LENINE, 1959b, p. 168). Por outro lado, temos a própria negação do programa máximo do socialismo tanto pela burguesia como pela pequena-burguesia. Trata-se então, para o que interessa a esse artigo, não das circunstâncias e condições de momento, mas das condições econômicas para a transformação socialista. Falando da Suíça, diz Lenin, "Esta transformação é no presente realizável do ponto de vista econômico." (LENINE, 1959a).

Temos, em síntese, o "Largo Cíclo Histórico Capitalista no Brasil", cujo padrão de acumulação tem como base o predomínio qualitativo, ou seja, dialético da extração da mais-valia absoluta (FPM Absoluta). Ele pode ser dividido em subperíodos ou ciclos históricos com suas respectivas características, imbricamentos e transições. Interessa nessa periodização a relação entre os padrões de acumulação, a relação capital trabalho e a caracterísitica dominante da luta de classes que envolve o proletariado. O diagrama acima mostra a característica predominante de intervenção do proletariado a cada ciclo histórico:

I Pré-capitalista – bom base nas relações pré-capitalistas, basicamente o escravagismo e a servidão. Trata-se da relação social predominante, o escravagismo e daquela coadjuvante e que irá sucede-la no campo, a servidão.

II Anarco-sindicalista – com base na manufatura do D2. Trata-se nesse ciclo histórico do proletariado urbano desenvolvendo-se nos grandes centros manufatureiros, mas que em São Paulo irá expressar a característica marcante de intervenção da luta de classes desse período, com o anarco-sindicalismo como forma e ideologia predominante. Esse sindicalismo, não sem luta, vai definhando, sendo que o ciclo histórico seguinte necessita de uma nova dinâmica sindical - que virá a partir do Estado.

III Populista – com base na indústria leve (D2) e no D1 tradicional. Neste ciclo histórico o proletariado urbano é produzido pelo processo de industrialização, sujeito às formas populistas de intervenção do Estado na luta de classes e na política sindical. A industrialização com base no D2 e mudança radical na base demográfica do proletariado urbano, assim como na classe operária é fator determinante da dinâmica neste ciclo histórico, que realiza o ápice da sua característica básica com a crise econômica, social e institucional do final dos anos 1950 e 1960. O fim do populismo relaciona-se dialeticamente com o esgotamento do que se convencionou chamar de "Processo de Industrialização por Substituição de Importações" (FURTADO, 1961a; TAVARES, 1972), mas que no referencial aqui adotado corresponde à acumulação com base no D2.

IV Socialdemocracia – com base na matris industrial (D1-D2-D3). O ciclo da socialdemocracia[18]. Emerge nesse período um proletariado urbano com núcleo operário de uma qualidade distinta da do proletariado do ciclo anterior. A luta de classes no seu segmento operário ganha novas dimensões e inaugura uma dinâmica como que paradigmática da evolução da socialdemocracia européia, como já salientado mais acima. Há ruptura com o sindicalismo do ciclo histórico anterior. A gradativa reinstitucionalização democrática dos anos 1980 gerou três principais entidades políticas na oposição, com as respectivas oposições: o PT, a CUT e o MST. E o MST é a entidade política e social que caracteriza a especificidade deste ciclo histórico em relação aos modelos clássicos europeus de percurso da socialdemocracia do movimento operário até o poder do estado nacional. O esgotamento do MST como protagonista social e político é um indício importante do esgotamento do próprio ciclo histórico, pois demonstra que o capital industrial conseguiu impor-se definitivamente no campo, superando qualitativamente as formas pré-capitalistas e as formas de subsunção formal pouco desenvolvidas do capitalismo que até então tinha prevalecido. Por outro lado, esse percurso da socialdemocracia no Brasil, vem acompanhado de uma série de características emergentes e de seus desdobramentos, que completa a pauta econômica de transformações típicas da FPM Absoluta. Do ponto de vista da luta de classes e da dinâmica operária, esse período manifesta um novo nível histórico que se aproxima e eleva-se ao nível de complexidade da luta de classes das economias avançadas da Europa Ocidental nas três primeiras décadas do Século XX. Temos já devidamente instalada na política operária e seus instrumentos organizacionais todos os elementos do capitalismo avançado, com uma aristocracia operária e uma estrutura sindical avançada, assim como a sua absorção na política institucional pelo estado. As modernas classes médias assalariadas já estão presentes como atores socialmente, economicamente e politicamente e, até por serem assalariadas, participam e se mesclam

[18] A caracterização do ciclo histórico como "Ciclo Histórico da Socialdemocracia" neste trabalho difere nos seus fundamentos e nas implicações políticas e históricas da sua caracterização como "Ciclo Histórico do PT". Ver Iasi (2006) para Ciclo Histórico do PT. A nosso ver, como ciclo do PT o ciclo histórico confunde a sua personalização com seu fundamento econômico e histórico. Que o PT foi o agente personificador *par excellence* desse período não resta dúvida.

com o operariado industrial nas lutas econômicas e políticas. O ciclo da socialdemocracia, que vai do seu nascimento na política operária nos anos 1970, sua institucionalização nos anos 1980, a luta pelo poder nos anos 1990, a chegada ao poder em 2002 e o seu exercício doravante fecha-se em termos qualitativos, pois a tarefa desse ciclo histórico é eliminar as pendências econômicas históricas que ainda retêm a formação social brasileira na FPM Absoluta.

V Proletariado revolucionário – com base na matris-industrial de no imperialismo brasileiro que agora se desdobra para a América do Sul, Central, África Atlântica e Moçambique.

No final desse ciclo histórico da socialdemocracia o estado nacional brasileiro já dá os primeiros sinais de que doravante se subsumirá ao imperativo da reprodução das relações capitalistas de produção, que só pode dar-se pela passagem à FPM Relativa. Após período do Milagre Econômico, mas principalmente após o "II^{o} PND" a reprodução das relações de produção capitalistas (anos 1980 e 90) deu-se numa espécie de torpor econômico, numa economia virtualmente estagnada. Importante salientar a característica da intervenção econômica do estado nesse período:

> Embora o Estado nacional seja um organismo de natureza dúbia, no caso do Brasil fica mais ostensiva a intervenção do Estado na economia e na sociedade, evidenciando mais e mais sua dimensão de sub-órgão de gerenciamento global da ordem mundial em nível local. Com base na análise da performance da economia de pós-guerra, esta determinação "perversa" do Estado em relação ao pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção revelou-se tão enraizada que as superestruturas passaram a contar com a capacidade extremamente elástica de, sem negar sua natureza, absorver e assumir as mais diferentes personalidades políticas e ainda assim manter sua funcionalidade que é a de reter qualitativamente, e no limite quantitativamente, a economia nacional na FPM Absoluta. No caso brasileiro, tudo estaria indicando que um esgotamento da acumulação com base na FPM Absoluta tenderá a colocar, cada vez mais explicitamente, a dramática disjuntiva: a) ou transição para a FPM Relativa, b) ou, nos moldes de uma "revolução dupla", como vimos acima, uma tentativa de transição para uma sociedade pós-capitalista, para além da produção de mais-valia e mesmo do valor. (BORBA; CASSEB, 2009b, p. 10) [19]

[19] Esta tese foi apresentada já na primeira versão em 1999. Depois ratificada em Borba e Casseb (2009a, 2009b).

Este período envolvendo as décadas de 1980 e 1990 constituiu o momento em que foi levada ao paroxismo o esforço de reter a economia brasileira na FPM Absoluta. As políticas de estado estavam nessa época condicionadas à forma de inserção da economia brasileira, caudatária e capitaneada exclusivamente pelo imperialismo norte-americano.

Cabe salientar, no entanto, que mesmo às baixas taxas de crescimento e fraquíssimo dinamismo econômico nas décadas de 1980 e 90, grandes transformações ocorreram na estrutura econômica. Essa evolução na base econômica irá impulsionar o Estado nacional, nos estertores da FPM Absoluta, a encampar de maneira ostensiva o imperativo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas tanto na dimensão interna da reprodução do capital social, como na dimensão externa - essa inflexão no padrão de intervenção do estado brasileiro manifesta-se no segundo governo Lula.

Hoje, a dialética da "trava" econômica[20] que impede a pronta passagem à FPM Relativa já não se prende precipuamente à estrutura agrária brasileira, pois na agricultura já predominam as relações capitalistas de produção, que nos ramos agrícolas determinantes já está na fase da subsunção real do trabalho ao capital. Ainda herdeiro de um forte atraso na estrutura logística rural e urbana, aí se encontra um dos principais elementos dessa trava. Outro elemento fundamental da trava atual é de natureza sistêmica e não propriamente endógeno. Trata-se do modo como se dá a dialética da lei do valor em escala internacional e a posição respectiva que o Brasil ocupa nesse momento no mercado mundial, na reprodução do capital social mundial. A reversão dessa posição, no entanto, nas condições atuais, só pode ser feita numa crise catastrófica, mesmo porque essa reversão significaria de pronto a passagem da economia brasileira ao centro do sistema, no cenário de permanência do modo de produção capitalista em escala mundial e no Brasil. Assim, essa nova trava, se assim podemos dizer, já não tem correspondência com a trava tradicional, que fez o núcleo dos programas econômicos da economia política brasileira dos ciclos históricos do populismo e da socialdemocracia. Esse é um dos principais elementos

[20] Entre outras formulações, aquelas inscritas nas teses do VI Congresso da IC de 1928, a hipótese da "industrialização tardia" ou "retardatária", de um "capitalismo tardio" (TAVARES, 1999, p. 456) ou "retardatário", para explicação deste "atraso" é insuficiente.

que caracteriza o advento de um ciclo histórico genuinamente novo neste início de século XXI, sucessor do ciclo histórico da socialdemocracia.

Agora no novo ciclo histórico que já começa a insinuar-se na crise de esgotamento do ciclo histórico da socialdemocracia, temos uma disjuntiva para o desenvolvimento das forças produtivas: ou implanta-se e consolida-se a FPM Relativa para a continuidade da reprodução das relações capitalistas de produção, ou inicia-se o período de transição ao socialismo com o advento do ciclo histórico da democracia proletária. Este novo Ciclo Histórico marca essa disjuntiva inclusive na luta de classes e na política operária, com a emergência gradual de um vetor social e político no interior da classe, no seu núcleo operário que delimita-se a partir do seu projeto pós-capitalista. Com efeito, nesse esgotamento do Ciclo Histórico da Socialdemocracia, vemos emergir das suas entranhas forças sociais e políticas com tendência a individualizar-se, particularmente no movimento operário e na política de correntes de esquerda. Com efeito, por volta de 2005/6 individualizam-se correntes políticas, político-sindicais e político-sociais que procuram demarcar-se da socialdemocracia no poder. Inicia-se um denso processo de politização em que novas forças e novos projetos procuram formalizar-se também buscando seus respectivos conteúdos sociais ou lastro social. A forma como esse processo tem início é caótica e pulverizada, mas a natureza do novo ciclo histórico estabelece os sentidos possíveis em que a politização e desenvolvimento dessas forças políticas emergentes irão desdobrar-se. A questão é, doravante, a disjuntiva histórica apontada mais acima.

Se o capitalismo brasileiro ainda está na FPM Absoluta, ele aí está a muito tempo e portanto tem nessa fase uma larga história de transformações e desenvolvimento, colocando-se hoje no limiar da passagem à FPM Relativa[21]. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas

[21] Não podendo ser diferente neste estagio da investigação, podemos dizer, numa estimativa grosseira, que o PIB brasileiro, no caso de uma eventual passagem à FPM Relativa, iria multiplicar-se aproximadamente 4,5 vezes em relação ao PIB médio das economias centrais, digamos USA, FR, GER, JPN. Tomando como base o ano de 2012, a economia brasileira ainda na FPM Absoluta foi cerca de 14% da americana, ou seja: PIB dos USA US$ 16,24 trilhões em 2012 e um PIB do Brasil de US$ 2,25 trilhões no mesmo ano. Passando à FPM Relativa, a economia brasileira perfaria 63% da americana, ou seja, para os mesmos US$ 16,24 trilhões dos USA o PIB brasileiro seria agora de US$ 10,21 trilhões. Claro que estamos abstraindo toda a complexidade de fatores e dialéticas da formação do valor em nível mundial já que "na sua aplicação internacional a lei do valor é ainda mais profundamente modificada" (MARX, 1976); neste exercício de estimativa fez-se também abstração da insuficiência do conceito de produtividade adotado pelas estatísticas do Banco Mundial e demais estatísticas

alcançado nesse início de Século XXI já apresenta uma economia urbanizada, com o capitalismo tendo penetrado em todos os ramos chave da agricultura, da logística, da indústria, da infraestrutura e etc, tendo integrado sua economia num sistema econômico onde a matris industrial (D1-D2-D3) já se coloca como fundamento da reprodução material da sociedade. Desenvolve-se também rapidamente a integração econômica da América do Sul tendo como pivô o imperialismo brasileiro.

A caracterização do padrão de acumulação vigente na economia brasileira como FPM Absoluta é determinante na dimensão da crise catastrófica, na natureza da luta de classe e na economia da transição.

VI Democracia proletária – economia socialista - trata-se do cenário em que se dará a luta pelo poder e a economia da transição socialista, ou início do "comunismo inferior" na periodização geral marxiana, como vimos no início do texto. Segundo o esquema acima, esse ciclo histórico já iniciou-se em meados da primeira década do Século XXI. Inicia-se ainda imbricado no ciclo histórico anterior. Um dos principais cenários para o desenvolvimento do ciclo histórico da democracia proletária é que ele se dê ainda na vigência da PMV Absoluta, ou seja, nas condições gerais em que a passagem à PMV Relativa ainda não tenha se completado. Sem dúvida, no estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas legado pelo ciclo histórico da socialdemocracia, a afirmação do período de transição enfrentará questões que estão longe de ser as principais que estiveram na pauta da Revolução Russa. O nível histórico da luta de classes mais se assemelhará à luta de classes na Europa nas três primeiras décadas do Século XX do que na Rússia do mesmo período.

Por outro lado, a natureza da crise econômica neste ciclo histórico será mais e mais total para a economia brasileira, e na medida em

internacionais, assim como das eventuais condições díspares do período escolhido e de outros importantes fatores. Portanto, este simples exercício serve apenas como uma ilustração hipotética de como uma mudança de qualidade no padrão de acumulação desdobra-se no plano quantitativo das dimensões relativas das economias nacionais. Em todos os casos, o que é determinante considerar teoricamente é o nível de produtividade média entre a economia brasileira e o das principais economias centrais nas duas situações, ou nos dois momentos do esquema de periodização aqui adotado. Usamos para este exercício de estimativa a renda nacional bruta *per capta* (*GNI per capita, Atlas method*) para os anos de 2009-12 (WORLD BANK , 2013a, 2013b, 2013c). Evidentemente resta um enorme trabalho a ser feito para estabelecer uma estimativa sólida e completa, assim como para explorar seus desdobramentos na formação do valor no nível do mercado mundial.

que se afirma e aprofunda as relações do imperialismo brasileiro, também na economia sulamericana. Vimos que a disjuntiva capital X trabalho no Brasil irá se apresentar como uma disjuntiva entre a via socialdemocrata para a FPM Relativa X a Economia da Transição. Tanto à via capitalista quanto à via proletária cumpre alcançar um significativo salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas. Para uma e para outra via, no plano econômico, tratar-se-á de defrontar-se com a nova "trava" econômica e superá-la - cada via com seus respectivos condicionantes e métodos.

VII Comunismo superior - aqui já está estabelecida uma nova sociabilidade com base na *Gemeinwesen* Humana. Extrapola os limites e alcance desse texto explorar os cenários para tal advento histórico.

Vemos no diagrama que o foco na luta de classes do proletariado apresenta características marcantes que emergem dos ciclos anteriores, se desenvolvem e no seu esgotamento preparam o advento do ciclo histórico posterior com sua respectiva característica marcante. No esquema acima estão fixadas algumas datas de referência que, merecendo ter sua especificação ainda mais investigada, servem como marcos provisórios de uma demarcação. Interessa nesse momento da investigação apresentar os imbricamentos entre os ciclos históricos que marcam suas crises e transições[22]. O largo ciclo capitalista no Brasil com base na PFM Absoluta tem uma rica história, assim como tem uma rica história a luta de classes do seu proletariado. E cada ciclo histórico da luta de classes do proletariado tem sua característica predominante nas relações capital-trabalho, expressão da consequente qualidade da luta de classes.

Outro ponto a salientar é que o socialismo, enquanto movimento e processo para o advento de uma economia de transição, é possível no Brasil desde o primeiro ciclo histórico do proletariado, o "II – Anarco-sindicalista". E com efeito, é no seu interior, a partir da crise econômica gerada pela Iª Guerra Mundial que o proletariado urbano expressa essa possibilidade, ainda que com o grau de maturidade próprio àquele momento. Nesta oportunidade, como no decorrer de cada ciclo posterior dependerá da luta de classes em nível mundial se essa possibilidade irá ou não efetivar-se com a conquista do poder e o advento da própria economia socialista.

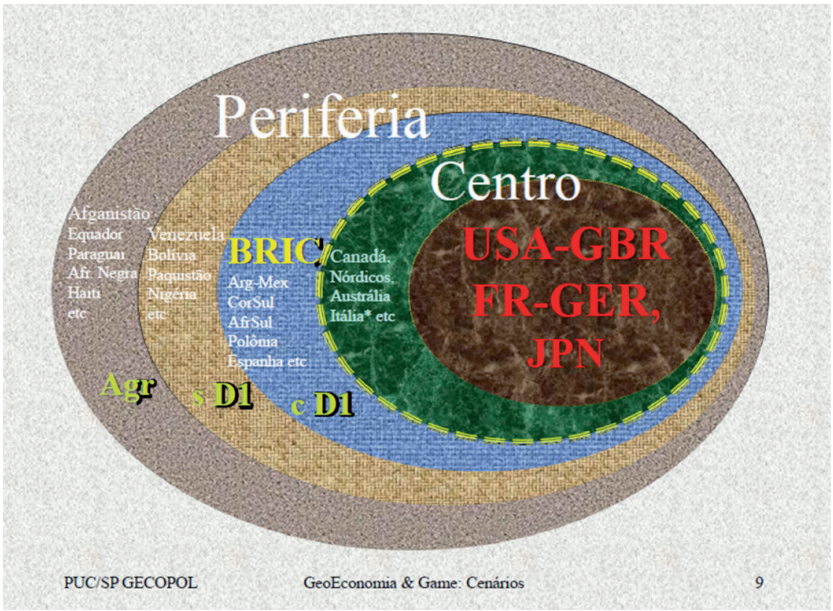
[22] A análise pormenorizada dos eventos históricos de cada subperído ou de cada ciclo histórico extrapola os limites do presente texto.

Sabemos que tal não ocorreu na história brasileira do Século XX. De qualquer modo, o proletariado estará, doravante, inscrito na luta de classes no Brasil, em cada uma de suas crises importantes; e o desenvolvimento fará com que o potencial de expressão da classe também se desenvolva. E de fato, para que o proletariado em desenvolvimento expresse e realize a cada momento seu potencial de intervenção histórica será necessária uma dialética complexa de fatos que a rigor pertencem à economia nacional como parte da economia mundial. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e da luta de classes no Brasil irá evidenciando dialeticamente a cada um dos ciclos históricos, através das lutas econômicas e políticas, que o grau de pureza do potencial de intervenção histórica do proletariado irá aumentar e se aprofundar, determinando também, pelo lado do capital, a exigência dos saltos qualitativos no padrão de acumulação que possibilitem a reperodução das relações capitalistas de produção. Assim, temos todo o percurso gerado pela dialética desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes.

O Brasil no mercado mundial no novo ciclo histórico

A divisão internacional do trabalho, que até a Crise de 30, ou até meados do Século XX se constituia num centro industrializado e numa periferia agrária, ou fornecedora de matérias primas ao centro e consumidora de produtos industrializados deste, se transforma radicalmente com a industrialização da periferia no processo de internacionalização do capital.

Ao final do Século XX e início do XXI o mercado mundial pode ser sintetizado no quadro abaixo:



Num mundo econômico fortemente heterogêneo, temos para o todo o predominío dialético da mais-valia relativa ou PMV Relativa. Sendo assim, o pressuposto da reprodução das relações capitalistas de produção e consequentemente de toda a reprodução econômica material do planeta está a cargo do capital social mundial. A economia mundial na PMV Relativa constituiu-se num todo capitalista, numa *Gemeinwsen* do capital[23], não cabendo qualquer alternativa isolacionista ou altárquica de desenvolvimento nacional ou regional. Tanto o desenvolvimento capitalista como o advento de uma economia da transição socialista não pode mais ser aventado fora ou independente do mercado mundial.

Como vimos, no entanto, a heterogeneidade do capital social mundial coloca uma série de questões e situações específicas para as economias nacionais. Esse todo e a diversidade nesse todo não são caóticos, sendo passíveis de um ordenamento, a ordem mundial atual.

Temos um centro com um núcleo duro formado por USA, GRB, FR, GER. JPN, os cinco *big players* que se defrontam no *game* geopolítico da modernidade, na disputa pela hegemonia mundial. O centro ainda tem

[23] Aqui o termo *Gemeinwesen* do Capital especifica a totalidade capitalista que envolve tudo e põe as diversidades segundo seu ser, no seu ser e para o seu ser. O desenvolvimento dos argumentos podem ser encontrados em Borba (1998).

uma série de economias coadjuvantes. A característica econômica fundamental do centro é a PMV Relativa e o consequente estágio imperialista consolidado.

A periferia do sistema encontra-se agora subdividida em três áreas: a primeira e menos desenvolvida é aquela em que predomina a produção agrícola predominantemente pré-capitalista; a segunda é composta pelas economias com industrialização leve, dispondo por vezes de um D1 tradicional, o qual ainda não se caractreiza sistemicamente; a terceira área, onde se destaca o BRICS, são as economias industrializadas que já constituíram uma matriz industrial (D1, D2, D3). Na periferia o padrão de acumulação caracteriza-se pela PMV Absoluta. Aí nessa faixa está o Brasil, já no limiar para passar ao centro do sistema.

Centralidade brasileira na geoeconomia e na geopolítica atuais da América do Sul

Dialética interior da América do Sul hoje coloca o Brasil como pivô da sua nova integração econômica. Pela primeira vez na história a América do Sul lança-se, ainda que de modo inicial num processo de integração para dentro, processo esse com extensões para América Central, Caribe e África Atlântica e Moçambique. Há uma topografia nesse processo e ele se revela na dimensão da geografia, da população, da economia brasileira no subcontinente sulamericano. Os gráficos 1e 2 a seguir mostram essa condição histórica:

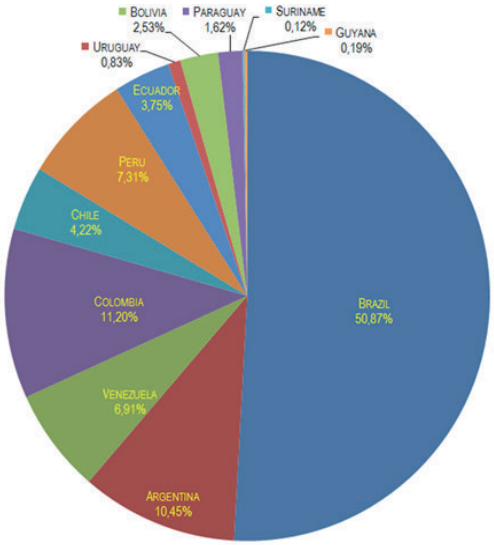


Gráfico 1: América do Sul - Distribuição da População
Fonte: Fact Book 2012

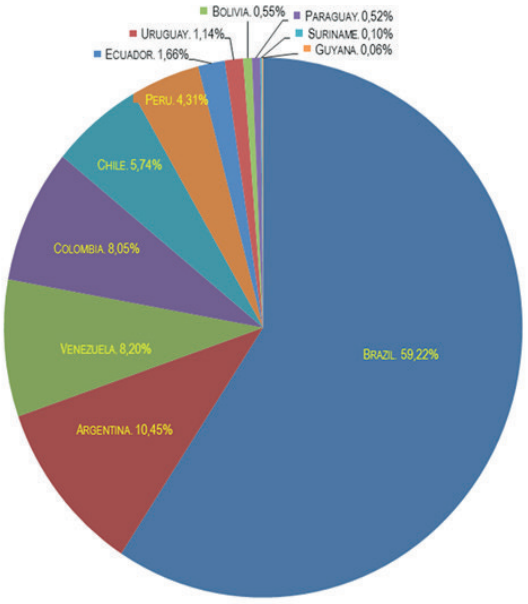


Gráfico 2: América do Sul - Participação no PIB
Fonte: Fact Book 2012

Importante qualificar essa evidência quantitativa de ordem demográfica e econômica, pois é o caso, para o momento histórico atual, em que o quantitativo desdobra-se em qualidade. No Brasil desfruta dessa massiça grandeza absoluta em termos demográficos e econômicos, mas essa grandeza está potencializada pela maior qualidade no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no subcontinente. De longe é a economia brasileira que pode estabelecer-se como potência imperialista regional, com destinação para afirmar-se intraregionalmente, assim como face ao imperialismo norte-americano, europeu e japonês. Como vimos acima, o novo ciclo histórico da democracia proletária marca uma inflexão na política de estado no Brasil - e ela tem todas as condições para fazer-se valer, o que está acontecendo - no subcontinente. Essa condição hegemônica brasileira foi longamente constituída nos seus fundamentos:

a) pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no decorrer do Século XX;

b) pelo seu processo de constituição e consolidação geopolítica no subcontinente (BORBA, 2007; MELLO, 2012), condição e expressão do seu domínio imperialista emergente.

Desse modo, em termos de seriação da revolução no âmbito regional, as condições geoeconômicas e geopolíticas dadas pela formação econômica recente da América do Sul, põe o Brasil como pivô determinante na topografia da reprodução do capital na área, assim como na da sua superação.

Elementos geoeconômicos e geopolíticos para uma Dialética da Revolução no Atlântico Sul

No entanto, em si, a economia brasileira não é um todo homogêneo. O desenvolvimento das forças produtivas neste Século XX deu-se com uma concentração e centralização da sua produção social no centro-sul do país. Conforme mapa a seguir, podemos ver a dialética da reprodução do capital na sua topografia geoeconômica e geopolítica:

Após o longo processo histórico de estabelecimento dos fundamentos geopolíticos e econômicos do domínio brasileiro enquanto potência imperialista regional, vemos que na América do Sul e em particular no Brasil apresenta-se uma topografia específica do poder geoeconômico e geopolítico. No mapa vemos destacado um nucleamento geoeconômico concentrico em quatro níveis:

- NÚCLEO IV - que vai do eixo Belo Horizonte-Vitória ao norte até o eixo Buenos Aires-Córdoba ao sul.
- NÚCLEO III - que envolve os estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais
- NÚCLEO II - que se constitui a partir do estado de São Paulo
- NÚCLEO I - envolvendo no Estado de São Paulo a Região Metropolitana da Grande São Paulo, o Vale do Paraíba, Campinas, Baixada.

Essa configuração é o fundamento da cidade de São Paulo estar se constituindo numa capital hemisférica, para onde tende a confluir o

processo de decisão de investimentos na África Atlântica e Moçambique, na América do Sul e América Central e Caribe[24].

Observações finais

Dado que o modo de produção capitalista na PMV Relativa é o caráter fundamental da fase histórica em que o mundo encontra-se nesse início de milênio, o que se coloca em nível internacional é a possibilidade e necessidade de uma revolução proletária, socialista. No entanto, se a PMV Relativa já predominava no início do século XX, a especificidade deste início de século XXI é que a revolução proletária nos moldes clássicos tal qual definida pelo marxismo revolucionário (Marx, Engels, Lênin) já é possível e necessária em todos os continentes.

A complexa seriação da Revolução Internacional deverá necessariamente contemplar dinâmicas macro-regionais nucleadas em pivôs geoeconômicos e geopolíticos.

A desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na região do Atlântico Sul no decorrer do século XX tornou possível e necessária também aqui a revolução socialista proletária nos moldes clássicos.

Este trabalho cuidou de esboçar uma dialética para a revolução proletária latino-americana. A tese central é que a revolução socialista na área do Atlântico Sul tem uma dialética específica nucleada no Brasil como pivô geoeconômico e geopolítico hemisférico, dada a topografia do capital, implicando numa seriação revolucionária.

Isto posto, a implicação é que na América Latina a única possibilidade da radicalização revolucionária do seu vasto proletariado na diversidade dos demais países reside na emergência revolucionária do proletariado brasileiro, a partir do seu núcleo duro operário. Enquanto que na África atlântica a proletarização recente do continente africano se acelera, provocando tensões sociais, vale o mesmo que para a AL, o pivô brasileiro se faz valer para toda a bacia do Atlântico Sul.

24 A título de curiosidade e *insight* a ser explorado em futuros trabalhos, os processos globais tendem a ser influenciados também por esse centro de poder global emergente. Com efeito, há indícios de que a geopolítica deste pivô geoeconômico e geopolítico latinoamericano foi determinante para a escolha do atual Papa, bastando para aventar essa hipótese investigar os atores determinantes naquele processo de escolha.

O estágio atual da investigação sobre a dialética da revolução latino-americana, que a bem da verdade, fruto do desenvolvimento recente das forças produtivas capitalistas no Brasil extende essa dialética à América Central, Caribe, África atlântica e Moçambique, deixa ainda muitas lacunas, mas mostra, no texto presente, que um quadro geral já é possivel ser tentativamente esboçado. O hipótese estratégica que tornou possível esse texto foi a assunção de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil constitui o fundamento da centralidade geoeconômica e geopolítica da dialética da revolução proletária em todo o hemisfério sul do planeta, mas precipuamente na bacia do Atlântico Sul. Este texto, então, desdobrou essa hipótese na tentativa de formatar um quadro geral. Emergiu uma topografia e o princípio de uma seriação da revolução socialista proletária nessa área.

Uma série de desenvolvimentos teóricos e históricos apenas assumidos como dados neste texto, ainda têm que ser explicitados a partir de um aprofundamento da investigação. Também lacunas se multiplicam, quanto às referências mais sólidas para a periodização e a empiria do desenvolimento dos ciclos históricos. Claro, que confirmadas as hipóteses centrais desse trabalho, toda uma releitura do desenvolvimento histórico das forças produtivas capitalistas no Brasil e em cada economia nacional implicada far-se-á necessário.

Um dos pontos teóricos nevrálgicos desse conjunto de hipóteses e mesmo da hipótese central desse trabalho é a caracterização do padrão de acumulação na economia brasileira como estando ainda sob o PMV Absoluta. Algo apenas esboçado nos trabalhos anteriores, a especificação de que cada ciclo histórico e mesmo de todo o grande ciclo histórico do modo de produção capitalista em sua dialética interior, sua história, ajudou a compreender uma permanência do PMV Absoluta e, ao mesmo tempo, compreender o desenvolvimento qualitativo das forças produtivas capitalistas no interior dessa permanência. A conclusão provisória a que chega este texto é que se o padrão de acumulação no Brasil é PMV Absoluta, ela localiza-se no seu estágio final, tendo o processo histórico brasileiro desenvolvido e superado todas as pautas relativas à PMV Absoluta, tanto as agrárias como as sociais. Portanto, o que se apresentaria como disjuntiva à luta de classes é transição à PMV Relativa ou o Socialismo, sem mais

nenhuma pauta de desenvolvimento intermediário das forças produtivas. Ou seja, ou a passagem à PMV Relativa, que no contexto histórico mundial vigente está sujeita a uma "irrealizabilidade"[25] Com efeito, a passagem ao PMV Relativa no Brasil pode ser "irrealizável" à luz da crise necessária no mercado mundial e na geopolítica global para que essa passagem fosse efetivamente viável; aliás, crise essa que a própria passagem da economia brasileira ao centro também contribuiria para deflagrar e aprofundar. Portanto, na crise catastrófica a vir, o cenário mais provável é que os seus contornos econômicos e sociais favoreçam mais a via socialista, revolucionária. Importante esclarecer nesse ponto que o presente trabalho não é determinista ou economicista, pois a possibilidade histórica de um movimento revolucionário, se está sujeita à dimensão econômica, depende também das demais dimensões que conformam a complexa dialética da reprodução em totalidade do sistema. Tanto o aprofundamento teórico como histórico-empírico faz-se necessário nessa vertente da investigação. Mas não só. Trata-se da explicitação e exploração de todos os desdobramentos e implicações dessa caracterização nos cenários da luta de classes, na viabilidade da revolução proletária clássica e nas questões econômicas cruciais de um eventual período de transição tanto em nível nacional como para toda a macroregião da bacia do Atlântico Sul. No entanto, a problematização crucial aqui é a da "possibilidade do socialismo num só país" na acepção estritamente leniniana da expressão.

[25] Para o conceito de "irrealizabilidade" vide Lênin (1988) e Borba e Casseb (2009a, 2009b). Que alguma possibilidade histórica seja dada como irrealizável causa estranheza à concepção marxiana e engelsiana, e mesmo leniniana, da história. Por isso no texto de Lênin indicado, com imenso cuidado, a irrealizabilidade de um determinado modo de desenvolvimento burguês na Rússia é hipótese assumida, mas só diante de uma análise do contexto mundial específico.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARICÓ, J. M. (Ed.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1980.

_____. *Marx e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

AURELIANO, L. M. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BORBA, J. T. O Brasil nos cenários estratégicos mundiais. In: MARQUES, R.: BOCCHI, J. I. (Org.). *Desafios para o Brasil*: como retomar o crescimento nacional. São Paulo; Saraiva, 2007. p. 21-70.

_____. Protagonismo-mundo no Século XXI: dialética das ideações globais. In: ORSO, J. P.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Org.). *Educação e lutas de classes*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Expressão Popular, 2008. p. 5-35. v.1.

_____BORBA, Jason Tadeu2008. A crise nos EUA: natureza, cenários e contágio. São Paulo, *PUCviva*, ano 9, n. 32, p. 12-22, jul./set. 2008.

_____. Autonomização do valor e periodização como fundamento radical da transição: a aufhebung do paradigma histórico/trans-histórico xA=yB. *Revista FEA*, n. Inicial, São Paulo, EDUC,1999.

_____. Emergência do Arco Eurasiano: repercussões na América Latina. *Revista de Economia da PUCSP*, v. 4, p. 215-240, 2010.

_____. *Indivíduo e capital*: uma abordagem a partir de Marx & Jung. São Paulo: Mimeo; PUC/SP, 1998.

_____. *O Caráter Histórico do Dinheiro em Marx.* São Paulo, mimeo EAESP-FGV, 1982.

_____.; CASSEB, N. C. B. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa: uma reflexão sobre a periodização da acumulação do capital no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14. 2009, SÃO PAULO. *Anais* ...São Paulo: SEP, 2009b.

_____.; BORBA, Jason T., CASSEB, N. C. B. Um ensaio sobre o Brasil, a economia e seus percursos: o processo de autonomização do valor. *Revista de Economia da PUCSP*, v. 1, p. 26-59, 2009a.

CAMATTE, J. *Capital et Gemeinvesen*: le 6e chapitre inédit du capital et l'oeuvre economique de Marx. Paris: Spartacus, 1978.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1976.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. *Economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. Tempête sur l'économie mondiale: la face financière d'une crise de surproduction. *Le Monde Diplomatique*, Paris, Fév 1998. p. 18-19. Edição eletrônica, 1998. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/02/CHESNAIS/3568>. Acesso em: 12 jun. 2013.

COSTA, D. *A estratégia nacional*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

_____. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DUSSEL, E. *La producción teorica de Marx*: un comentario a los Grundrisse. México: Sieglo XXI, 1985. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/otros/20120424093754/Marx.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIEDMAN, G.; LEBARD, M. *EUA x Japão*: guerra à vista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FUKUYAMA, F. *Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.

_____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961b.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2006.

_____. *Quinhentos anos de periferia*: contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARNECKER, M. *América Latina*: izquierda y crisis. México: Sieglo XXI, 1990.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Teorias da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KURZ, R. *O colapso da modernização*: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENIN, V. I. The Agrarian programme of social-democracy in the First Russian Revolution, 1905-1907. In: _____. Lenin collected works. Moscow: Progress Publishers, 1972.v. 13. p. 217-429. Edited by MIA, 2004. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1907/agrprogr/index.htm#-ch01s5>. Acesso em: 12 jun. 2013

LENINE, V. I. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. 1916. Disponível em: <http://marxists.anu.edu.au/francais/lenin/works/1916/vlimperi/vlimp7.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013

_____. À propos du mot d'ordre des Etats-Unis D'Europe. In: _____. *Oevres*. Tomo 21. PARIS; MOSCOU: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976a. p. 351-355.

_____. Attitude du parti S.-D. suisse a l'égard de la guerre. In: _____. *Oevres* Tomo 23, PARIS; MOSCOU: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1959a. p. 163-165.

_____. De la fierté nationale des Grands-Russes. In: _____. *Oevres*.Tomo 21, PARIS; MOSCOU: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976b, p. 98-102.

_____. Impèrialisme et socialisme en Italie. In: _____. *Oevres.* Tomo 21. Paris; Moscou: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976c. p. 370-379.

_____. Sobre uma caricatura do marxismo e sobre o economismo imperialista. In: _____. *Lenine*: sobre a libertação nacional e social. Moscou: Edições Progresso, 1988.

_____. *Sous un pavillon étranger*. In: _____. *Oevres* Tomo 21, Paris; Moscou, Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976d. p. 133-156.

_____. *Theses de principe sur la guerre*. In: _____. *Oevres*. Tomo 23. Paris; Moscou: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1959b. p. 166-175.

LÖWY, M. A théorie du développement inégal et combine. In: BIDET, J.; TEXIER, J. (Org.). *La crise du travail, actuel Marx confrontation*. Paris: Press Universitaires de France, 1995. p. 111-119.

LUXEMBURG, R. *L'accumulation du capital*. Paris: Maspero, 1976.

MARINI, R. M.; SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência* Petrópolis: Laboratório de Políticas Públicas; Clacso; Vozes, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. *La crise* (recueil). Tradução notas e prefácio por Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1978. (Séries 10/18, nº 1266).

_____.; _____. *La Russie* (recueil). Tradu*cão*, notas e pref*ácio de* Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1974a. (Séries 10/18, n. 874).

_____.; _____. *Sobre a China.* Porto: Escorpião, 1974b.

_____.; _____. *Ecrits militaires*: violence et constitution des États européens modernes. Apresentação Roger Dangeville. Paris: L'Herne, 1970.

_____.; _____. *La crise (recueil)*, Traducão, notas e prefácio de Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1978. (Séries 10/18, n. 1266).

_____.; _____.; LENIN, V. I. *Escritos militares*. São Paulo: Global, 1981.

_____. *Introduction à la critique de l'écoomie politique.* M.I.A, 1859. Disponível em: < http://www.marxists.org/francais/marx/works/1857/08/km18570829.htm >. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. *Le capital* : critique de l'économie politique. Tradução Joseph Roy. Paris: Éditions Sociales, 1976. Livre I.

_____. *Un chapitre inédit du capital*. Traducão, notas e prefácio de Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1971. (Séries 10/18, n. 532/533).

_____. O *18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa, Ed. Progresso, 1982.

MELLO, L. I. A. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1967].

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e social democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de el capital de Marx*: estudios sobre los Grundrisse. 2. ed., México: Siglo XXI, 1979.

ROUBINE, I. I. *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*. Paris: Maspero,1978.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Globo, 2000.

SECCO, L. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WORLD BANK. *Brazil (2012)*. 2014b. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

_____. *GNI per capita, atlas method (current US$) – 2009-13*. 2014a. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD>. Acesso em: 12 de ago. 2013

_____. *United States (2012)*. 2014c. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/united-states>. Acesso em: 12 de ago. 2013

Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana

Jair Pinheiro

A Revolução Bolivariana, cujo marco inicial pode ser considerado a revolta popular conhecida como *caracazo* em 1989 (violentas manifestações de rua, de 27 de fevereiro a 01 de março de 1989, como reação ao pacote de ajuste neoliberal anunciado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez), suscitou um amplo debate político e teórico na América Latina. Em grande medida este debate pode ser atribuído ao fato de que esta revolta quebrou a unanimidade que se formara no início da década de 1980 em torno de um conjunto de políticas denominado neoliberalismo, assentado no tripé privatização, desregulamentação e abertura comercial (BOITO JR, 1999; SAES, 2001).

O rechaço das políticas neoliberais na Venezuela ocorreu na esteira de um processo de empobrecimento que vinha desde a década de 1970, cuja responsabilidade era atribuída aos limites políticos e institucionais do regime denominado Pacto Punto Fijo, que sucedeu à ditadura Péres Jimenez em 1958, consagrado na Constituição de 1961. Este pacto, concebido para afastar o PCV – Partido Comunista da Venezuela –, que tivera participação destacada na derrubada do governo Pérez Jimenez, da

cena política do país, foi assinado na casa de Rafael Caldeira, localizada na chácara denominada Punto Fijo, onde se estabeleceu um acordo pelo qual a AD – Acción Democrática e o COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente – se revezaram no governo como uma espécie de bipartidarismo.

O processo político deflagrado neste contexto, denominado Revolução Bolivariana por seus protagonistas, suscitou análises distintas à esquerda e à direita. À direita, como examinei em outro lugar (PINHEIRO, 2013), prevaleceu uma interpretação crítica baseada na concepção liberal latinoamericana de populismo; à esquerda, o debate dividiu as interpretações, grosso modo, em torno da questão de se a Revolução Bolivariana é ou não socialista. Neste breve artigo, visando a escapar deste dilema que, por se basear numa visão essencialista do processo histórico, me parece infrutífero, sugiro uma interpretação em quatro teses sobre o conceito de revolução: as duas primeiras, de caráter geral, tendencialmente aplicáveis a qualquer processo revolucionário; as duas últimas, específicas sobre a experiência venezuelana, uma espécie de aplicação das duas primeiras teses a um caso particular.

Tese 1

A revolução é um processo de longo prazo de transformação social, ou seja, de passagem de um modo de produção a outro, no interior do qual se processa outros momentos revolucionários, como indica a análise de Marx das revoluções inglesa e francesa.

> As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (Stils) *europeu*. Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a proclamação da *ordem política para a nova sociedade européia*. Nelas triunfou a burguesia, mas o *triunfo da burguesia* foi então *o triunfo de uma nova ordem social*, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincianismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A revolução de 1648 foi o triunfo do século XVII sobre o século XVI, a revolução de 1789 o triunfo do século XVIII sobre o século XVII. (MARX, 1993, p. 56, grifo do autor).

Esta tese se articula a uma outra, qual seja, a de que a história é a história da sucessão dos modos sociais de produção ou das formas sociais (ALTHUSSER, 1996; SAES, 1998), para dizer de modo abreviado, não segundo uma ordem qualquer de combinação dos seus elementos constitutivos, numa escala evolutiva segundo um sentido universal, mas conforme a luta de classes (considerando toda variação de forma e conteúdo que o conceito implica) numa formação social determinada e os modos de produção nela coexistentes. Por isso, me refiro ao termo revolução tanto no sentido amplo, de transformação de longo prazo, como no restrito; porque normalmente acompanhado de algum adjetivo que o restringe. Como indica Marx, mais uma vez, desta feita, na análise da contrarrevolução burguesa na Alemanha: "O governo agora acaba de abandonar, por sua vez, o terreno do direito. Colocou-se sobre o terreno revolucionário, pois também o terreno *contrarrevolucionário* é revolucionário." (MARX, 1993, p. 43).

O abandono do terreno do direito não significou, nem poderia, o abandono do direito como ideologia especificamente política (estatal), mas sua subordinação aos objetivos da contrarrevolução, como Marx demonstra na continuação da análise: "O governo manda a Assembleia Ententista[1] (*Vereinbarungsversammlung*) ao diabo, dita ao país de cima para baixo uma *soi-disant* constituição e concede a si mesmo os impostos que os representantes do povo lhe haviam negado." (MARX, 1993, p. 44). Subjacente à dupla revolução/contrarrevolução, ou terreno do direito/direito, estava o conflito entre as classes dominantes absolutistas e a burguesia em torno da questão do tipo de Estado e os seus efeitos sobre o desenvolvimento da revolução burguesa naquele país.

Por isso, entre os momentos revolucionários, o mais importante, é o da Revolução Política[2] (SAES, 1985), quando se assenta as bases de um novo tipo de Estado. Por revolução política se entende o momento de transformação de um tipo de Estado em outro, ou seja, de transformação da estrutura jurídico-política, portanto quando uma ideologia jurídica e os critérios de organização do aparelho de Estado, característicos de um tipo

[1] "Designação pejorativa com que Marx e Engels estigmatizaram a *Assembleia de Berlim – a Assembleia Nacional Prussiana*, devido ao seu caráter extremamente conciliador. [...]". Nota do editor.

[2] Saes aplica este conceito à transição de modos de produção pré-capitalistas ao capitalista, a extensão dele à transição ao socialismo é de minha responsabilidade.

de Estado, são substituídos por outra ideologia jurídica e outros critérios de organização do aparelho de Estado.

Tese 2

Como processo de longo prazo, as revoluções têm suas fases (etapas, isto é, revoluções em sentido restrito) determinadas não por alguma lei interna, objetiva, o que permitiria detectar as mesmas fases em todas as revoluções, numa ordem sequencial evolutiva. Ao contrário, tais fases são determinadas pela luta de classes no interior do processo mesmo, incluindo-se alternativas regressivas. Desse modo, as etapas de um processo revolucionário podem ser identificadas na medida em que, por efeito da luta de classes, a conjuntura sofre uma alteração devido aos deslocamentos entre contradição principal e contradições secundárias e entre o polo principal e secundário dessas contradições, ou seja, no processo de "[...] desenvolvimento de um fenômeno existe toda uma série de contradições; uma delas é necessariamente a contradição principal, cuja existência e desenvolvimento determinam a existência e o desenvolvimento das demais contradições ou agem sobre elas." (MAO, 2001, p. 70).

Como toda contradição é constituída de dois polos, "[...] um é necessariamente principal e outro é secundário. O principal é aquele que desempenha o papel dominante na contradição. O caráter dos fenômenos é, sobretudo, determinado por esse polo principal da contradição, o qual ocupa a posição dominante." (MAO, 2001, p. 73). Evidentemente Mao se refere à contradição propriamente política, ou seja, ao modo como o conjunto das contradições estruturais (econômica, jurídico-política e ideológica) se expressa na luta de classes, no nível político, e, como este, segundo a correlação de forças entre as classes, sobredeterminam os níveis econômicos e ideológicos numa formação social determinada.

Daí se deduz que toda uma série de deslocamentos entre contradição principal e secundária, entre polo principal e secundário, que caracteriza as mudanças de conjuntura, resulta da luta de classes, ou seja, da capacidade de uma classe ou fração de classe, na luta política em oposição a outras classes, tornar-se força dirigente do processo político (revolucionário ou não), imprimindo às políticas de Estado ou ao processo revolucioná-

rio as orientações dos seus interesses (econômicos, políticos e ideológicos) de classe e, enquanto ela se mantém como força dirigente, também exerce o papel de polo dominante, isto é, principal.

Resulta da conjugação das duas teses expostas até aqui que o caráter de uma revolução, em sentido amplo, se resolve no longo prazo pela dominância de uma das tendências internas ao processo capaz de manter a reprodução das relações sociais de produção ou de transformá-las; e, no sentido restrito, é determinado pela classe ou fração de classe que atua como força dirigente e pelas políticas que esta força adota tendo em vista a reprodução ou transformação daquelas relações.

Tese 3

Considerando as duas teses anteriores, a Revolução Bolivariana adquire as características de uma fase democrático-popular no interior da revolução burguesa venezuelana. O adjetivo democrático-popular é devido ao fato de que a luta política se dá em torno da forma da democracia (participativa) e das demandas materiais (melhorias salariais e melhores serviços públicos, etc.) reivindicadas pelas classes populares, sob a direção de uma fração da classe média, num contexto assim definido por Lander (2007, p. 67):

> A partir de finales de la década del setenta, todo comenzó a cambiar. Se inicia un deterioro sostenido del ingreso petrolero fiscal per cápita, lo que, acompañado de niveles crecientes de ineficiencia, clientelismo y corrupción, redujo aceleradamente la capacidad del Estado para responder a las expectativas crecientes de la población. Los principales partidos políticos (Acción Democrática y COPEI) se fueron haciendo cada vez menos representativos de la población.

Outra analista informa que,

> Para responder a las exigencias de cambio emergentes de un entorno cada vez más conflictivo, el gobierno de Jaime Lusinchi (1984 -1988) creó, mediante Decreto Presidencial 403 del 17 de diciembre de 1984, la Comisión Presidencial para la Reforma del Estado[3]para asesorar al Ejecutivo Nacional acerca de las medidas conducentes a la modernización del Estado, vieja aspiración de algunos sectores de las elites diri-

[3] Conhecida na Venezuela pela sigla COPRE.

> gentes hasta convertirse en una búsqueda constante que acompañó la historia de Venezuela. (CUÑARRO CONDE, 2004, p. 6).

Com um acento negativo, derivado da abordagem institucionalista que adota, Cuñarro Conde atribui à resistência dos políticos a aceitar a proposta de reforma institucional formulada pela COPRE a causa do fenômeno Chávez; resistência baseada na recusa a abrir mão de privilégios[4] e na desqualificação do trabalho daquela comissão pela adoção de um discurso antipolítico já difundido entre as camadas populares. Outra analista venezuelana também detecta esta desqualificação da política e a reação de amplos setores liberais, ditos independentes, e dissidentes dos partidos tradicionais que concorreram para formar um movimento eleitoral denominado Convergencia Nacional, cuja estratégia de "[...] presentarse como un movimiento electoral de independientes resultó exitosa y Caldera ganó las elecciones [...]" (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 161), de 1993, mas não logrou estabilizar o regime como pretendiam os reformadores liberais, tampouco realizar as reformas reivindicadas pelas forças populares.

Enfim, a conclusão que emerge dessas análises é que as instituições de representação política do Estado venezuelano já não davam conta de institucionalizar a luta de classes, de modo a estabilizar a reprodução das relações sociais capitalistas de produção naquela formação social, por que mudou a correlação de forças que sustentara o modelo institucional vigente até então. Tomando-se por instrumental analítico a observação de Poulantzas de que

> O Estado capitalista apresenta esta particularidade: a dominação propriamente política de classe não está presente em parte alguma sob a forma de uma *relação* política *classes* dominantes-*classes* dominadas, em suas próprias instituições. Tudo se passa, em suas instituições, como se a "luta" de classe não existisse. Este Estado é organizado como unidade política de uma sociedade com interesses econômicos divergentes, não

[4] "Otro obstáculo fueron los partidos políticos, los partidos políticos al principio vieron interesantes las propuestas de la COPRE, pero cuando las cosas se iban por el lado delimitar su rol también tomaban distancia. Concretamente cuando se suscribe el acuerdo para la profesionalización de la administración pública ningún partido lo suscribió, en la Plenaria, dijeron, perfecto, ok, hasta les gustó la idea pero después fueron distanciándose. Esto sucedió con las propuestas de reforma para elaborar la Ley de Administración Pública en 1986. Ninguno quiso firmar porque implicaba renunciar al sistema del botín, a 40000cargos efectivos muy bien vistos, para quien ganara las elecciones. Allí había dos frentes de oposición a la COPRE muy importantes, el Ejecutivo mismo y los partidos políticos." Entrevista de Antonio Quintín, em 17 jun. 2003, membro da COPRE, a autora.

> interesses de classes, mas interesses de "indivíduos privados", sujeitos econômicos [...]. (POULANTZAS, 1968, p. 202. grifo do autor, tradução nossa).

Portanto, o fato de os "indivíduos privados" terem seus interesses econômicos vinculados aos lugares (proprietários e não proprietários dos meios de produção) que ocupam nas relações sociais capitalistas de produção (relação de dominação/subordinação), não conta para as instituições do Estado burguês, que medeiam as relações políticas entre eles formalmente, na medida em que os meios de gestão estatal também são formais (racionalidade burocrática para procedimentos administrativos, forma valor para provisão do fundo público e direito formal abstrato para regulação jurídica).

Desse modo, o acesso dos "indivíduos privados" ao Estado como portadores de demandas, operação que os metamorfoseiam em "cidadãos públicos", se realiza através da categoria sujeito de direito, como membros de organizações de representação política (partidos, sindicatos e outras formas associativas) que também se utilizam dos mesmos meios formais; formalismo que tem como principal efeito ideológico a ocultação do fundamento de classe do Estado e o isolamento dos agentes das suas lutas econômicas como lutas econômicas de classe.

Como observa Poulantzas (1968), o Estado não representa diretamente os interesses da burguesia, mas mediados pela representação do povo-nação. Assim, a luta de classes penetra o Estado mediada por instituições que mantêm com ele uma relação de heteronomia e cuja função jurídico-política é reunir os indivíduos privados em torno de interesses imediatos (WRIGHT, 1981) para a luta política em torno da definição de quais interesses entram (e como entram) no concerto que receberá do Estado a chancela de interesse público. Evidentemente, os interesses dos indivíduos membros das classes trabalhadoras ocupam um lugar subordinado neste concerto correspondente ao lugar subordinado (de não proprietários) que ocupam nas relações sociais de produção capitalistas. Essa subordinação, por sua vez, não tem forma nem grau pré-determinados, pois sempre depende da capacidade de luta e organização das classes em luta.

Deste processo político-institucional[5] derivam duas consequências contraditórias relativamente à tomada de posição das classes trabalhadoras na luta política: primeira, dissolver sua prática de classe à das classes no bloco no poder (subordinação das instituições representativas dos trabalhadores às da burguesia) ou fundir a representação dos trabalhadores no concerto denominado interesse público com autonomia para defender seus interesses imediatos; no caso dessa fusão, surge a segunda consequência contraditória, resultante da pressão contraditória das relações sociais de produção capitalistas sob a forma das alternativas: conquista de mais direitos (interesses imediatos) ou a transformação do Estado (interesse fundamental) (WRIGHT, 1981). O postulado da transformação do Estado indica a presença das classes trabalhadoras (ou, pelo menos, de parte dela) como classe autonomamente organizada na cena política.

Como o fundamento de classe do Estado é recusado pela abordagem institucionalista e, embora consensual no campo do materialismo histórico, há diferentes interpretações sobre ele, vale a pena esclarecer o sentido que este postulado tem neste artigo. Os procedimentos formais de gestão e representação do Estado se ancoram na categoria jurídica sujeito de direito e, esta, por sua vez, para operar como base segura de previsibilidade e calculabilidade das ações individuais e/ou coletivas, se ancora na forma valor (PINHEIRO, 2012), cujo conteúdo material é produzido – com perdão da redundância – na esfera produtiva sob relações de produção, que são relações de dominação/subordinação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Entretanto, numa formação social onde o modo de produção capitalista já consolidou sua dominância sobre modos pré-capitalistas – (em conjunturas de transição a situação é diversa) – os trabalhadores não adentram à esfera produtiva (relações de produção, *stricto sensu*) por efeito de alguma coerção jurídica, ao contrário, o fazem por um ato de vontade livre realizado na esfera da circulação; ambas as esferas, em conjunto, constituem as relações sociais de produção (POULANTZAS, 1968). É esta

[5] Essa expressão deve ser entendida não como uma regulação jurídica inclusiva de tudo que se possa considerar político em seu interior, mas, ao contrário, como a dialética entre os limites que as instituições impõem à organização dos trabalhadores e a pressão política que estes exercem para o alargamento desses limites. Assinale-se, ademais, que a formulação deste parágrafo está assentada na categoria modo de presença sobre as determinações de classe, definidas por Poulantzas no capítulo 2 de *Pouvoir Politique et Classes Sociales*.

contradição entre dominação material e liberdade formal – mediada pelo formalismo das instituições do Estado burguês – que está na base da ironia com que Marx conclui o capítulo IV d'*O Capital*.

Em resumo, a forma jurídica igualitária característica do Estado capitalista, através dessa cadeia de mediações, regula e reproduz uma relação material de dominação/subordinação, ou seja, de heteronomia material entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, ao mesmo tempo em que, por meio de uma articulação específica dos princípios da ideologia jurídica (liberdade e igualdade) com elementos valorativos de outras ideologias – (como a nacional e a religiosa, entre outras) – oculta que este é seu fundamento.

Daí a importância das formas de relação entre o executivo e o legislativo (segundo o regime) como instituições de gestão e representação[6], respectivamente, uma vez que a função política geral do Estado de coesão social (POULANTZAS, 1968) implica combinar a função política particular de intervenção na luta de classes (de organizar os interesses da burguesia e desorganizar os trabalhadores), com a função ideológica de interpelar indivíduos abstratos enquanto membros do povo-nação e, a econômica, de gestão da moeda e da força de trabalho segundo a orientação de uma determinada política econômica (BRUNHOFF, 1985).

> A pertinência do critério da relação executivo/legislativo é fundada sobre o fato de que ela concentra a relação do Estado com a luta econômica e a luta política de classe; é isto, aliás, que nos permite compreender *por quê* e *como* as formas diferenciais de articulação do econômico e do político, características das formas de Estado, se refletem de modo pertinente na relação entre legislativo e executivo. (BRUNHOFF, 1985, p. 337).

Por isso, determinada configuração institucional do Estado (da relação executivo/legislativo e de cada um separadamente) reflete a correlação de forças entre as classes sociais, mediada por suas organizações de representação política, claro.

6 Assinale-se que essa correspondência de funções de gestão e representação (atividade político-ideológica por excelência), por um lado, e executivo e legislativo, por outro, comporta certa gama de variação segundo a forma estatal (ditadura ou democracia), regime (presidencialismo e parlamentarismo e suas variantes) e a conjuntura, aspectos não tratados aqui.

Assim, a implosão do Pacto de Punto Fijo foi uma ruptura violenta (*caracazo*) da correlação de forças da conjuntura que sustentara aquele pacto. Esta implosão foi o esgotamento de um arranjo institucional em que AD e COPEI se alternavam no domínio do Executivo e do Legislativo, numa convergência estável baseada na disputa "democrática" entre as frações burguesas pela renda internacional captada pelo Estado, ao passo que garantia benefícios trabalhistas aos trabalhadores da PDVSA, base da CTV. Todavia, com a queda do preço internacional do petróleo no final da década de 1970, o crescimento da miséria dos trabalhadores dos demais setores e das periferias urbanas, não representados pela CTV, e a predação da capacidade fiscal do Estado [7] (Baptista, 2010), este arranjo institucional já não dava conta de regular o conflito interno ao bloco no poder nem entre este e as classes dominadas.

Na conjuntura do final da década de 1980 e início da de 1990, nenhum partido burguês lograva representar uma classe ou fração de classe capaz de organizar o bloco no poder, nem as forças populares[8], apesar da combatividade demonstrada nas ruas, logravam imprimir uma direção política ao processo.

Neste contexto de demanda por reformas, as forças políticas de orientação liberal constituíram um conjunto que incluía as diferentes frações da burguesia, setores da classe média, intelectuais e partidos tradicionais (AD e COPEI) e a Convergência Nacional, tendentes a apoiar a reforma do Estado incorporando a demanda popular de participação subordinada às instituições representativas, sob a forma de órgãos auxiliares da representação política, sem se comprometer com a proposta elaborada pela COPRE. Posicionava-se de outro lado um conjunto de organizações que incluía a LCR – La Causa R, MAS – Movimiento al Socialismo, (ambos dissidências do PCV) e MBR-200 – Movimiento Bolivariano Revolucionario – que propugnavam diferentes maneiras de incorporar a demanda popular de participação, dando ênfase ao protagonismo das ca-

[7] Assinale-se que o espírito predador da burguesia venezuelana, pendurada no rentismo petroleiro, se estende a todas as esferas da atividade econômica, com uma pronunciada evasão do capital que não investe na economia nacional, pois sua renda depende mais da relação como o Estado do que da produção. (RODRÍGUEZ, 2014).

[8] Que se apresentavam de maneira fragmentada por efeito de um conjunto de fatores: derrota da guerrilha liderada pelo PCV na década de 1960; dissidências do PCV (MAS e LCR), o que enfraqueceu aquele partido e não logrou construir alternativa; adesão da CTV ao bloco liberal, etc., fragmentação que repercute até hoje.

madas populares na formulação da democracia e na socialização da riqueza do petróleo, o que recebeu na Venezuela o lema "sembrar el petróleo" desde a década de 1940, promessa nunca cumprida pelos governos até então.

Vale notar que enquanto o conteúdo da crise para as forças liberais é a instabilidade institucional – fenômeno de superfície que revela os limites institucionais, mas não sua verdadeira causa –, para as forças populares é a injustiça social, o que, para essas forças, é indissociável da forma política; daí por que para tais forças a reivindicação política de participação popular sempre implica uma forma de gestão da riqueza nacional.

É neste contexto de crise política e econômica em que as diferentes forças políticas têm diferentes expectativas de solucioná-la que eclode a Revolução Bolivariana, a qual se desenrola em diferentes fases segundo a correlação entre essas forças.

A sua primeira fase, de 1989 a 1998, é a insurrecional, caracterizada pelo *caracazo* e pelo levante de 1992 e os protestos de rua. A implosão do Pacto de Punto Fijo foi provocada pela revolta popular denominada *caracazo*, como mencionado inicialmente, como reação ao pacote de ajuste neoliberal anunciado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez. No intervalo entre 1989 (*caracazo*) e 1998 (primeira eleição de Chávez à presidência), o país passa por uma profunda crise político-institucional, que López Maya (2002) denomina "El sacudón, o cuando la gente salió a la calle y ya no regresó[9]", caracterizada pela forte pressão popular contra os governos de Pérez e de Caldera.

Neste período, os partidos fiadores do Pacto de Punto Fijo perdem votos a cada eleição, enquanto crescem eleitoralmente os novos partidos. O MAS e a LCR cresceram, mas logo minguaram, não alcançaram eleger governos nos estados mais importantes e nem à presidência; a Convergência Nacional, por sua vez, como já mencionado, uma espécie de movimento eleitoral que congregava políticos dissidentes dos partidos tradicionais logrou eleger Rafael Caldeira para presidência pela segunda vez. Entretanto, este triunfo eleitoral não aplacou as manifestações de rua.

[9] A autora informa que, de outubro de 1989 a setembro de 1999, houve 7.092 protestos na Venezuela.

Entre as novas organizações políticas surgidas neste período, se destacará, a partir de então, o MBR-200 por que emergirá como força dirigente, além de que

> *La historia del MBR-200 ha sido intensa, y singular en el contexto de la política venezolana. Por casi diez años fue una agrupación mayoritariamente militar, que operó desde el silencio de los cuarteles, sus dirigentes estudiando y diagnosticando la realidad venezolana para finalmente conspirar contra el orden político establecido. Su nombre le viene de los deseos de sus fundadores de emular la conducta y acción de Simón Bolívar y el número 200 se refiere al bicentenario del nacimiento del prócer, celebrado en 1983, la fecha en la cual ellos dicen haber comenzado sus actividades políticas*. (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 166).

Assinala a autora que, desde o início, este movimento da média oficialidade do exército buscava articular-se a setores civis reformistas e

> *Para 1996 la relación cívico-militar había alcanzado una situación más equilibrada […]. Así mismo, el MBR-200 contemplaba mantener a futuro la doble naturaleza civil y militar, y aunque reconocían las tensiones y riegos que esto comportaba, consideraban que ambas perspectivas se complementaban y le conferían a la organización su originalidad. Sin embargo, también les ponían en las fronteras de la legalidad pues en Venezuela de 1996 los militares carecían de derechos políticos.* (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 166-7).

Em virtude de sua perspectiva reformista e de como a concebia,

> *Los miembros del MBR-200 sostenían que Venezuela atravesaba una crisis estructural que ameritaba soluciones radicales. Entre 1992 y hasta 1997, la organización centró su estrategia política fundamentalmente en exigir la convocatoria a una ANC, entendida ésta como un proceso constituyente. Esta estrategia estaba vinculada a su posición de no concurrir a elecciones en ningún nivel, por considerar que era una farsa que no permitía la auténtica expresión popular.* (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 168).

Em 1997, o MBR-200 se converte em uma organização partidária denominada MVR – Movimiento V República – para concorrer às eleições presidenciais de 1998 com uma única bandeira, por que síntese de toda demanda reformista, de refundação da república, o que, aliás, é indicado por seu próprio nome.

A segunda fase, que vai de dezembro de 1998 a abril de 2002, é a constitucional, pois o primeiro ato de Chávez, após eleito presidente, é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, seguida de intensa mobilização popular para eleição da mesma, promulgação da Constituição, aprovação em plebiscito popular por 85% e implementação das mudanças constitucionais.

Romero (2009) apresenta um exame detalhado e periodizado do processo de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que aqui se alude apenas em linhas gerais, no qual

> *La identificación de los candidatos a través de la inclusión de símbolos de los partidos, fue solo la primera parte de la estrategia diseñada para obtener la hegemonía en la conformación de la ANC. Con esta primera fase en el diseño de la campaña, se pretendía "identificar" a los candidatos del status quo, potenciando de esa forma los candidatos del Polo Patriótico. Este objetivo, fue sin lugar a dudas logrado. Los candidatos del Polo no solo fueron fácilmente identificados por Chávez u otros personeros del gobierno, sino que además se ejecutó la 2da fase de la estrategia: la elaboración de una especie de "chuleta" o "megallaves de Chávez" como se les conoció, que identificaba los candidatos por la circunscripción nacional y regional, arrastrando los votos del ciudadano hacia ellos.* (ROMERO, 2009, p. 28).

Assim, a estratégia eleitoral do MVR para a convocação da ANC lhe permitiu manter-se como representante de um regime que se iniciava com o compromisso de realizar as reformas reivindicadas pelas classes populares, em oposição a outro que se diluía no repúdio popular, propiciando ao Polo Patriótico[10] a conquista de 126 das 131 cadeiras da ANC. Esta ampla maioria permitiu mudanças constitucionais com forte sentido socializante (PINHEIRO, 2010), resultante da natureza das reformas reivindicadas pelas classes populares.

Entre tais mudanças constitucionais, destaca-se o "*Artículo 5.– La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público*", por seu impacto sobre a relação entre as instituições políticas, uma vez que inverte

[10] Aliança encabeçada pelo MVR que contou com a participação do MAS, da LCR, do PPT, do PCV, além grupos menores.

o principio liberal de exercício da soberania pelo órgão de representação. Entretanto, há nesta inversão um vazio jurídico que passa a ser preenchido progressivamente por normas jurídicas emanadas das lutas políticas que se seguiram na terceira fase, como se verá mais adiante na tese 4.

Para evitar o fetiche da lei, ou seja, a ideia de que muda-se as relações sociais mudando-se a lei, muito comum no Brasil, o acento dado na análise aqui desenvolvida a essas mudanças constitucionais se apoia no fato de que elas atendem às demandas da mobilização popular, sobretudo dos setores mais organizados, que levantavam a bandeira do socialismo. Pela mesma razão, a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* foi severamente criticada pelo conjunto das classes dominantes tanto no conteúdo quanto na forma de aprovação, denominada populista pelos críticos venezuelanos e estrangeiros.

Das palavras aos atos, as mesmas forças políticas que polarizaram com o Polo Patriótico, organizaram o golpe de 11 de abril de 2002, marcando o início da terceira fase, caracterizada pela reação da burguesia e das classes médias às medidas da fase constitucional. Nesta fase também houve o paro, que teve início em 2 de dezembro de 2002, uma segunda-feira, como uma greve geral de 24 horas e que se estendeu por 64 dias. Na quarta-feira, quando a greve já perdia fôlego,

> [...] o capitão de um enorme navio-tanque chamado *Pilín León* (em homenagem a uma rainha da beleza venezuelana) pegou o país de surpresa. Aparecendo na TV, ele anunciou sua adesão à greve. O capitão ancorou o navio, com a altura de um prédio de oito andares, e seus 280 mil barris de gasolina refinada no meio do lago Maracaibo e recusou-se a sair dali. "Este governo está nos empurrando para uma situação semelhante à de Cuba", afirmou o capitão, Daniel Alfaro. O resto da frota de 13 navios da PDVSA rapidamente seguiu o exemplo, lançando âncora no mar ou recusando-se a sair dos portos. Dentro de poucos dias, outros 24 navios-tanque com bandeiras de outros países aderiram ao movimento. (JONES, 2008, p. 397).

Desse modo, a greve, que tinha sido convocada pela CTV – Central de los Trabajadores Venezolanos – e pela Fedecámaras, maior organização empresarial do país, ganha força e provoca grande prejuízo

econômico[11]. Apesar disso, o apoio popular a Chávez se manteve alto, levando a oposição a aceitar a proposta do referendo revocatório em agosto de 2004[12], como prevê a Constituição; proposta antes recusada por acreditarem que poderiam derrubar o governo por outros meios.

Tese 4

O golpe de 11 de abril de 2002 inaugura uma fase de radicalização dessa revolução democrático-popular na origem, fase na qual a luta pelo socialismo, que já estava presente em parte da militância de base, ganha força por efeito da inflexão de Chávez à esquerda como reação ao golpe.

> O presidente da Venezuela mencionou pela primeira vez a expressão *socialismo do século XXI* no Quinto Fórum Social Mundial[13], realizado em Porto Alegre, Brasil, novembro (*sic*) de 2005. Tratava-se ainda de uma ideia sem definição e de uma alternativa ao modelo que provocara estragos na América Latina. Algo que se colocava entre o "capitalismo selvagem" e o comunismo fracassado. Independentemente do que fosse, não se tratava de uma reedição do socialismo de Estado da União Soviética, do Leste Europeu e mesmo da amada Cuba de Chávez. (JONES, 2008, p. 464).

Não é ocioso assinalar que a expressão "socialismo do século XXI" tornou-se conhecida no Brasil através da formulação, de Heinz Dieterich[14], de que é o "trânsito da economia de mercado à de equivalências", em seguida criticado por Alan Woods (2009), que o acusa de abandonar a tradição marxista sem explicar como se realizaria tal trânsito. A polêmica entre esses dois autores é ilustrativa de como na Venezuela a expressão adquire diferentes conotações, ditadas pela luta política, tanto entre os oposicionis-

---

[11] "*En el aspecto macroeconómico las consecuencias también fueron muy negativas: la inflación se disparó, al igual que el desempleo y el Producto Interno Bruto (PIB) del país registró una caída de 15,8 % durante el cuarto trimestre de 2002, y de 24, 9%, durante el primer trimestre de 2003. En el sector petrolero la caída del PIB fue de 25,9% y 39,3% respectivamente*." (GOLPE...2003).

[12] Cujo resultado também é desfavorável à oposição: 58,9% contra a revogação do mandato e 40,6% a favor, como demonstra tabela do CNE – Consejo Nacional Electoral, reproduzido por López Maya (2006).

[13] Informação ratificada por Carlos Aquino, diretor da Tribuna Popular, órgão de imprensa do PCV, entrevista concedida a mim em 08/07/12.

[14] Além de seu livro intitulado *El socialismo del siglo XXI*, editado em 2002 pela Ediciones de Paradigmas y Utopias, na cidade do México, esgotado desde há muito, o leitor pode encontrar uma quantidade prodigiosa de artigos do autor em www.rebelion.org/

tas da Revolução Bolivariana e seus adeptos como entre estes últimos. Para os oposicionistas, trata-se de colar à revolução o rótulo de atraso e autoritarismo[15], para os adeptos, de determinar o significado prático da expressão (como programa de ação, não mera definição conceitual) e, com isso, a direção do processo[16]. Portanto, nada a ver com um programa de governo estruturado e coerente (inexistente, assinale-se) para servir como engodo às massas, como muitas vezes o debate entre nós faz parecer[17].

O importante é que, nesta fase, Chávez passa a associar às consignas ideológicas próprias do MBR-200 o socialismo, além de aprofundar medidas de atenção às demandas populares com a implementação dos programas sociais denominados *misiones*, executados desde 1999 no contexto do Plan Bolívar 2000 (ALMADA, 2007), consideradas pelo governo e reconhecidas pela ONU como

> *[...] el más grande esfuerzo público que haya conocido la nación para enfrentar de manera corresponsable los problemas fundamentales del pueblo venezolano [...] su ejecución promueve la superación de la democracia representativa y El Estado capitalista, apuntando hacia la consolidación de una democracia participativa y la creación de un Estado socialista genuino […].* (Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 10-11).

Não é ocioso assinalar que a forma de execução dessas *misiones* como campanha de combate urgente à miséria, apoiada nas forças armadas e nas organizações populares, fora do controle das agências estatais formuladoras e executoras de políticas públicas, foi objeto de crítica tanto na Venezuela quanto no exterior. Entre as *misiones* mais importantes[18], destacam-se Barrio Adentro, Milagro y Sonrisa, destinadas à atenção à saúde; Robinson, voltada para a alfabetização de adultos; Sucre, destinada à

[15] Quando estive na Venezuela em 2012, o mote de campanha da oposição era "Socialismo o libertad" e, o do governo, "Chávez en el gobierno, el pueblo en el poder".

[16] Um outro exemplo desta disputa prático-conceitual é o artigo de Osvaldo León, intitulado "Una respuesta a Will Rangel y al PCV sobre los consejos obreros y el control obrero (2013).

[17] Este tipo de interpretação costuma operar com a dicotomia conceitual governo reformista e/ou bonapartista/massas revolucionárias, esquema reducionista que não dá conta dos conflitos internos ao bloco liderado por Chávez (o que se estende ao aparelho de Estado), tampouco da fragmentação das classes populares e da luta entre todas as forças presentes no processo por mobilizá-las numa ou noutra direção.

[18] Não há dados estatísticos por misiones, o que é objeto de crítica tanto pelos opositores como pela academia. Entretanto, o leitor pode encontrar uma síntese estatística de pobreza e indicadores de desigualdade que cobre o período de 1997 a 2011 (VENEZUELA, 2011).

promoção do ingresso à universidade; Zamora, voltada para assentamento agrário; Madres del Barrio, para ajudar às famílias necessitadas etc.

Também é deste período, e como consequência das lutas populares e da maior aproximação do governo com suas organizações, a aprovação de um conjunto de leis que visa à regulamentação dos dispositivos constitucionais[19] potencialmente mais socializantes, preenchendo o que denominei acima de vazio jurídico, com um formato jurídico-político denominado Estado comunal pelo governo e pela militância engajada no que consideram sua luta pelo socialismo.

Mais uma vez, não é o fetiche da lei que está em questão nem o mecanismo ideológico da manipulação semântica, pois Estado comunal se refere uma forma jurídico-política cujo desenvolvimento está em curso e que, espera-se, nesse processo se constitua como poder popular[20] assentado num conjunto amplo de iniciativas das classes populares, o que inclui os CTU – Comités de Tierras Urbanas (LÓPEZ MAYA, 2009), as inúmeras mesas de negociação para a regulação e o fornecimento de serviços públicos, a criação das empresas de produção (algumas publicações utilizam o termo propriedade) social (ÁLVAREZ E RODRÍGUEZ, 2008), os conselhos comunais e as comunas, a criação dos conselhos de trabalhadores por empresas, reivindicação do movimento Control Obrero, o controle operário de empresas nacionalizadas e/ou abandonadas pelos capitalistas etc.

Como observa Azzellini (2012, p. 377-378),

> *Las "estructuras consejistas", en diferentes sectores de la sociedad, son entendidos como el fundamento del socialismo venezolano en desarrollo: deben coo-*

[19] Artículo 62.– Todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas. La participación del pueblo en formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica.

Artículo 70.– Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán vinculantes, entre otros; y en lo social y económico: las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guidas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.

[20] Definido no artigo 2,º da Ley Orgánica del Poder Popular como: "El Poder Popular es el ejercicio pleno de la soberanía por parte del pueblo en lo político, económico, social, cultural, ambiental, internacional, y en todo ámbito del desenvolvimiento y desarrollo de la sociedad, a través de sus diversas y disímiles formas de organización, que edifican el estado comunal."

> *perar y coordinarse en nivel superior, para que, de esa manera, puedan llegar a superar el Estado burgués a través de la construcción del Estado comunal. Con esa propuesta Chávez retoma un debate que viene de las corrientes antisistémicas y lo generaliza. La idea principal es que se formen estructuras de consejos de todo tipo (Consejos de Trabajadores, CC[21], Comunas y Ciudades Comunales) que irán sustituyendo gradualmente el Estado burgués.*

Essa estrutura conselhista emerge como resultado de um deslocamento na correlação de forças provocado pela Revolução Bolivariana. Se até 1998 a contradição principal era entre o capital financeiro internacional (o imperialismo), hegemônico no bloco no poder, secundado pela burguesia compradora, e as forças populares, sendo estas últimas o polo secundário da contradição e, as primeiras, o principal; no curso das lutas se instaura uma crise de hegemonia e o polo principal se desloca para as forças populares em aliança como ramo militar do Estado (que exerce o papel dirigente, assinale-se) ou, pelo menos, com parte dele. Claro que se trata mais de uma aliança prática, pois não ocorreu um acordo entre o MBR-200 e as organizações populares, mas o MBR-200 transformado em MVR vocalizou as reivindicações populares.

Nessa conjuntura, apesar do seu poder econômico, o capital internacional foi deslocado para o polo secundário da contradição principal. Claro que um exame da política econômica do governo Chávez mostrará que o grande capital continuou sendo um determinante da política de Estado, entretanto, menos por hegemonizar o bloco no poder como antes e/ou por sua posição no aparelho de Estado do que por força da posição da Venezuela na divisão internacional do trabalho, ou seja, pelo lugar ocupado por este país na cadeia imperialista (POULANTZAS, 1974), o que inclui a falta de controle da produção, industrialização e distribuição do petróleo, seu principal produto; como também, e muito importante do ponto de vista teórico, porque há defasagens nos ritmos de desenvolvimento entre infraestrutura e superestrutura, de modo que essas mudanças

[21] Ley Orgánica de los Consejos Comunales, cujo artigo 2.º estabelece que "Los consejos comunales, en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre los ciudadanos, ciudadanas y las diversas organizaciones comunitarias, movimientos sociales y populares, que permiten al pueblo organizado ejercer el gobierno comunitario y la gestión directa de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social."

jurídico-políticas não implicam imediatas mudanças correspondentes na infraestrutura econômica.

Como observaram Grenon e Robin (1976, p. 13), "A problemática da transição permite pensar o desenvolvimento desigual da infraestrutura e da superestrutura, as defasagens entre a base econômica, o nível do Estado e dos aparelhos ideológicos." Observação de grande importância na medida em que, por um lado, as revoluções do século XX parecem indicar a impossibilidade de substituir as relações sociais de produção, dominantes até então, por novas relações sociais de produção antes de uma revolução política que mude os fundamentos do Estado, ou seja, transforme o tipo de Estado, por outro lado, que as defasagens no ritmo de desenvolvimento das estruturas engendram contradições particularmente agudas e limitantes para revoluções populares em formações sociais periféricas.

Por isso, em boa medida, a luta política que se trava hoje na Venezuela entre as forças populares e a aliança oposicionista sob liderança da burguesia compradora (em aliança com setores da classe média e do capital internacional), pode ser explicada pelo esforço das forças populares em aproximar a forma do processo produtivo às formas institucionais que adquire progressivamente o denominado Estado comunal, por um lado, e, por outro, da aliança oposicionista para impedir que isto ocorra, lançando mão do domínio que tem da infraestrutura econômica como arma de combate político, ao mesmo tempo em que propugna o restabelecimento da ordem jurídica anterior à *Constitución Bolivariana*.

Para finalizar, de acordo com o que expus até aqui, me parece que a pergunta se a Venezuela vive uma transição ao socialismo e a resposta negativa que costuma acompanhá-la estão, ambas, equivocadas. A pergunta e a resposta realizam uma dupla projeção: a pergunta projeta no presente algo que só pode se realizar no futuro, como resultado das lutas de classes, de acordo com a tese 1; tomando-se como critérios para aferir o grau dessa transição: 1) a transformação da estrutura jurídico-política do Estado e do aparelho de Estado e 2) a predominância e/ou avanço de relações sociais de produção socialistas, mesmo que a experiência histórica ainda não tenha deixado claros os termos dessas relações. A resposta negativa, por sua vez, projeta no processo político a reprovação ao chefe de governo, como se

este dominasse aquele; como se a história não fosse a história das lutas de classes, mas da ação do indivíduo heroico.

Evidentemente, a pergunta também pode receber uma resposta positiva, mas, neste caso, o equívoco costuma ser de outra natureza. Normalmente, aqueles que costumam responder positivamente à pergunta se a Venezuela vive uma transição ao socialismo baseiam-se no argumento das realizações do governo, acentuando o avanço da democracia participativa, por um lado, e, por outro, a melhoria das condições de vida das camadas populares como efeito das políticas sociais adotadas pelo governo Chávez.

Certamente esses avanços são importantes e requerem reformas para serem alcançados, mas, em si, eles não implicam necessariamente a transformação do Estado nem das relações sociais de produção, aqui adotados como critérios para avaliar o processo de transição. A novidade da história recente da Venezuela consiste justamente na adoção de dispositivos constitucionais com forte sentido socializante, o que vem sendo complementado por uma legislação que avança nessa direção, além das experiências de novas relações sociais de produção (fábricas sob direção dos trabalhadores, empresa de propriedade social, projetos de desenvolvimento local integral executados pelos conselhos comunais[22], etc.); tudo isso fruto de um conjunto heterogêneo de iniciativas populares, resultando no que nesta análise se denomina luta pelo socialismo. Entretanto, considerando-se aspectos relevantes para aqueles dois critérios para avaliar o processo de transição, como parcela da classe trabalhadora engajada[23], peso da economia social no conjunto da economia[24] e poder político dos órgãos integrantes do que lá se denomina Estado comunal (ou seja, direção do

[22] Segundo dados do SIPP – Sistema Integrado del Poder Popular, apurado pela Fundacomunal, havia 42.713 conselhos comunais agrupados em 737 comunas em 22/07/14.

[23] "En la actualidad no es posible cuantificar cuantos trabajadores o puestos de trabajo ha creado las empresas recuperadas o bajo control obrero en Venezuela, pero podemos dar un aproximado en número en las diferentes empresas que han sido nacionalizadas y puesta a producir después de pasar por un conflicto de ocupación y posterior nacionalización de las mismas llegando a un número de aproximadamente de 700 puestos de trabajo en las diferentes fábricas a nivel nacional pero podría ser más si en dado caso alguna organización clara plantee objetivo de tomar empresas como respuesta de los ataque de la burguesía que ha cerrado en los últimos 10 años aproximadamente 15.000 empresas en Venezuela". Entrevista de Carlos Randón, do movimento Control Obrero, respondida por correio eletrônico após contato que fiz com ele em maio de 2013 na FLAKÔ, na cidade de Sumaré.

[24] O PIB venezuelano por setores, em 1998, era 34,8% público (estatal); 0,5% economia social e 64,7% privado; em 2008 essas taxas são 29,10%; 1,60% e 69,30%, respectivamente. Em Rafael Enciso, El modo de producción soviético y el socialismo del siglo XXI en Venezuela. Biblioteca Vértices Colombianos, 2011. Infelizmente não foi possível atualizar esses dados.

processo pelos trabalhadores)[25]; tal novidade está longe de atingir um grau de desenvolvimento determinante do processo em curso, embora sejam expressões da luta pelo socialismo no interior da Revolução Bolivariana.

Se assim é, qual seria, então, a pergunta adequada? A meu ver, considerando os dados que embasam a presente análise, a pergunta deve ser: qual a possibilidade de uma revolução democrático-popular avançar para o socialismo, sobretudo tendo em vista que o socialismo foi incluído na agenda do Estado pelo próprio governo? Claro que a bandeira do socialismo não surgiu do nada, como assinalei anteriormente, já estava presente em amplos setores sociais, e ganhou corpo na medida em que o governo procurou apoio nesses setores como reação à ofensiva política burguesa. Por outro lado, essa pergunta leva à outra questão a ela associada no processo: qual a possibilidade de o papel dirigente se deslocar dos setores militares para os populares da aliança que sustentou o regime até agora? Como estou me referindo a um processo em curso, a resposta e a análise que a embasam adquirem um caráter prospectivo e, por isso, qualquer resposta que se dê à pergunta implica um certo engajamento, uma certa aposta no desenvolvimento do processo.

Referências

ALMADA, I. *Venezuela*: povo e forças armadas. São Paulo: Caros Amigos, 2007.

ALTHUSSER, L. *Lire le capital*. Paris: PUF, 1996.

ÁLVAREZ, V.; RODRÍGUEZ, D. *Guía teórico-práctica para la creación de empresas de producción socialista*. Barquisimeto: Fundación Pupila Insomne, 2008

AZZELLINI, D. Movimientos sociales y construcción alternativa en Venezuela. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. *Movimentos sociais*: trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

[25] "El modelo de desarrollo y de gestión de la economía y las empresas, realmente aplicado hasta ahora en Venezuela por el Gobierno Nacional, los Ministerios, instituciones y empresas industriales y de servicios del Estado, ha permitido recuperar la soberanía nacional y elevar sustancialmente el nivel de vida material y cultural de la población, pero sigue siendo capitalista y resulta contradictorio con muchas orientaciones del Proyecto Nacional Simón Bolívar 2007-2013, en cuanto al propósito de avanzar en la construcción del socialismo en Venezuela, […]. Es imperativo, hacer cumplir los lineamientos estratégicos trazados por el Presidente Chávez, quien, durante la campaña para su reelección en 2006, persistentemente dijo que, quien votara por él estaba votando por el socialismo."Em Primer Encuentro Nacional de Consejos Socialistas de Trabajadoras Y Trabajadores De Venezuela, realizado em 2011.

BAPTISTA, A. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: BCV, 2014.

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRUNHOFF, S. *Estado e capital*: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

CUÑARRO CONDE, E. M. *Venezuela 1984-1999*: 15 años de historia (La Comisión Presidencial para la Reforma del Estado (COPRE) como mecanismo de innovación política), 2004. Disponível em: <http://revistas.luz.edu.ve/index.php/cp/article/viewFile/626/587>. Acesso em: 12 jun. 2013.

ENCUENTRO NACIONAL DE CONSEJOS SOCIALISTAS DE TRABAJADORAS Y TRABAJADORES DE VENEZUELA, 1. 2011. Disponível em: http://www.workerscontrol.net/es/autores/primer-encuentro-nacional-de--consejos-socialistas-de-trabajadoras-y-trabajadores-de-venezuel>. Acesso em: 12 jun. 2013.

GOLPE de Estado petrolero en Venezuela. Disponível em: http://www.ecured.cu/index.php/Golpe_de_Estado_petrolero_en_Venezuela>. Acesso em: 15 ago. 2013

GRENON, M.; ROBIN, R. La problématique de la transition permet ainsi de penser le développment inégal de l'infrastructure et de la superstructure, le décalage entre la base économique, le niveau de l'Etat et des appareils idéologique. *La Pensée*, Paris, n. 187, 1976.

JONES, B. *Hugo Chávez*: da origem simples ao ideário da revolução permanente. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

LANDER, E. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, Buenos Aires: CLACSO, año 7, n. 22, sep. 2007.

LEÓN, O. Una respuesta a Will Rangel y al PCV sobre los consejos obreros y el control obrero. Disponível em: <http://www.aporrea.org/trabajadores/a171638.html> Acesso em 15 ago. 2013.

LÓPEZ MAYA, M. (Ed.). *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Alfa, 2009. v. 2.

_____. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2006.

_____. (Coord.). *Protesta y cultura en Venezuela*: los marcos de la acción colectiva en 1999. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MAO, Tsé-tung. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARX, K. *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Ensaio, 1993.

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Misiones Bolivarianas, Temas de Hoy, maio de 2007. p. 10-11.

PINHEIRO, J. Controvérsias sobre a democracia participativa protagónica. *História e Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n. 15, mar. 2013.

_____. Revolução Bolivariana: uma revolução política dos de baixo? *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, jun. 2010, São Paulo.

_____. Apontamentos para uma crítica marxista do direito. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 28, jun. 2012.

POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et les classes sociales*. Paris: François Maspero, 1968.

_____. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

RODRÍGUEZ, L. S. *Escritos desde la guerra económica*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2014.

ROMERO, J. E. *Venezuela siglo XXI*: democracia y movilidad social. Caracas: Fundación Centro Nacional de Historia, 2009.

SAES, D. *República do capital*: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. p. 13-150. v. 3.

_____. *A formação do Estado burguês no Brasil*: 1888 – 1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

VENEZUELA. *La Constitución Bolivariana (1999).* Corporación AGR, S. C. Reedición actualizada a Junio, comentada por Juan Garay, 2013.

_____. Republica Bolivariana. Síntesis Estadística de pobreza e indicadores de desigauldad 1997-2011. Disponível em: http://www.ine.gov.ve/documentos/Boletines_Electronicos/Estadisticas_Sociales_y_Ambientales/Sintesis_Estadistica_de_Pobreza_e_Indicadores_de_Desigualdad/pdf/BoletinPobreza.pdf> Acesso em: 12 jun. 2013

WOODS, A. *Reformismo ou revolução*: marxismo e socialismo no século XXI, resposta a Heinz Dieterich. São Paulo: Editora Marxista, 2009.

WRIGHT, E. O. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Lucha de clases y rentismo petrolero en Venezuela: riesgos y dificultades para la transición del capitalismo al socialismo algunas claves para comprender la situación actual, afianzar la soberanía nacional y avanzar al socialismo

Rafael Enciso

La revolución Bolivariana y su perspectiva socialista en riesgo

La Revolución Bolivariana en Venezuela y su perspectiva socialista, -con su papel central como eje articulador de la unidad latinoamericana y caribeña-, se encuentran en grave peligro. Los resultados de las elecciones presidenciales del 14 de abril de este año y el intento de golpe de Estado, desatado por la derecha fascista con el desconocimiento de la elección por pequeño margen, de Nicolás Maduro como Presidente de la República, (50,6 contra 49,12% de Henrique Capriles); con apoyo internacional del gobierno de los Estados Unidos y de la ultraderecha internacional, así lo evidenciaron.

Venezuela cuenta con el sistema electoral más transparente y perfecto del mundo, lo cual ha sido reconocido por observadores y organismos internacionales. Pero la oposición contrarrevolucionaria lo niega, así como niega toda legitimidad a las instituciones venezolanas y niega también los grandes logros sociales alcanzados por el gobierno bolivariano desde 1999, porque su objetivo subordinado a los del complejo financiero y militar industrial de los Estados Unidos y de la derecha internacional, (para cuyo cumplimiento requieren de cualquier excusa: cierta o falsa, y en este caso se trata de una falsa), es derribar al gobierno bolivariano, aprovechando la desaparición física del Comandante Presidente Hugo Chávez; y destruir a

toda costa la independencia nacional y los grandes avances sociales logrados por Venezuela a partir de su llegada a la Presidencia de la República; aniquilar de una vez por todas la tendencia integracionista y liberadora de los países de América Latina y El Caribe, así como cualquier posibilidad de un futuro socialista del continente.

Venezuela y los países de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP), núcleo duro de este proceso integracionista; que ha logrado incipientes pero importantes avances en el establecimiento de nuevas formas de relacionamiento político y económico internacional sobre bases de respeto y apoyo mutuo, solidaridad y complementariedad, y en la creación de una moneda propia para el intercambio, el Sistema Unificado de Compensación Regional (SUCRE), que en su desarrollo permitirá a sus miembros deslastrarse del poder especulativo e imperialista del patrón dólar como moneda mundial; han sido víctimas de intervenciones militares, bloqueos económicos y todo tipo de sabotajes por parte de los gobiernos de Estados Unidos, como en el caso de Cuba, durante medio siglo; golpes e intentos de golpes de Estado a partir del año 2002, como en los casos de Venezuela, Bolivia y Ecuador, los que fueron superados por la firmeza de sus dirigentes revolucionarios, por la acción valerosa de sus pueblos y trabajadores, y por la solidaridad internacionalista. En el caso de Honduras, su presidente legítimo, Zelaya, fue derrocado por un golpe de Estado, que adquirió la figura jurídica, de destitución por el Congreso de la República en 2009, sin que haya sido posible su regreso al poder; lo mismo que lo ocurrido con Lugo en Paraguay.

La pretensión de Estados Unidos de recolonizar el planeta por la vía militar como forma de superar la crisis estructural del sistema capitalista mundial y asegurar su hegemonía planetaria, con libre acceso a sus recursos naturales y especialmente energéticos, se ha puesto en evidencia con el Plan Colombia, las invasiones de Afganistán, Irak, Libia y su intento persistente de derrocar al gobierno sirio.

Estados Unidos no se conforma con la humillante derrota del plan ALCA, Alianza para el Libre Comercio de las Américas, su principal estrategia para recolonizar América Latina, propinada en Mar del Plata, Argentina en 2005, por la acción coordinada y coordinadora de los gobier-

nos de Venezuela, Brasil y Argentina; y desarrolla desde entonces, estrategias combinadas para alcanzar sus propósitos imperialistas. Los pueblos y los trabajadores deberán estar preparados para derrotarlas y para construir durante el siglo XXI la Patria Grande, Socialista, Latinoamericana y Caribeña.

Logros sociales alcanzados por la Revolución Bolivariana

Los avances sociales logrados en el proceso de la Revolución Bolivariana desde el año 1999 hasta el 2013 son enormes. Entre algunos de sus principales logros mencionamos: la disminución de la pobreza relativa y absoluta; la disminución del desempleo; el acceso generalizado a los servicios de salud con la Misión Barrio Adentro I, II y III, que incluye la atención médica general, odontológica y quirúrgica gratuitas para la población, los Centros de Diagnóstico Integral (CDI) y los Centros de Rehabilitación Integral (CRI); el mayor acceso a los alimentos al ser masivamente distribuidos con precios subsidiados por el Estado por medio de la Misión Mercal; la erradicación del analfabetismo; la universalización de la educación básica, secundaria y universitaria, y la creación de mecanismos para que la población se integre a la educación formal por medio de las Misiones Ribas, Sucre y Cultura; la inclusión de miles de personas mayores, entre ellos pescadores y campesinos al sistema de pensionados por el Estado; la dignificación de alrededor de 100.000 mujeres en condición de pobreza extrema con la Misión Madres del Barrio, y a partir del año 2011, el acceso de la población más pobre y en situación de riesgo, a viviendas dignas con la Gran Misión Vivienda Venezuela, que pretende construir un total de 3 millones de viviendas de las cuales ya han sido construidas más de 400.000.

En general, los logros alcanzados por las políticas sociales del gobierno permitieron que Venezuela recuperara en gran medida la soberanía nacional y pasara del índice de desarrollo humano medio al índice de desarrollo humano alto. Es un paso enorme en medio de la crisis estructural del capitalismo mundial, cuando países como España, Grecia y Portugal, se debaten en medio de enormes tasas de desempleo, pobreza y miseria generalizadas.

Ha habido también avances parciales, -en medio de grandes dificultades-, en la lucha por construir el Poder Popular y el control obrero de las empresas, a partir de la reelección del Presidente Chávez en diciembre de 2006, quien planteó a lo largo de toda su campaña electoral, que quien votara por él estaba votando por el socialismo, algo que fue ratificado por el pueblo, cuando lo reeligió en Octubre de 2012.

Venezuela sigue siendo un país capitalista y rentista petrolero

Pero como el mismo Presidente Chávez lo dijo en su propuesta de Programa de Gobierno para 2013-2019, el Programa de la Patria:

> *No nos llamemos a engaño: la formación socioeconómica que todavía prevalece en Venezuela es de carácter capitalista y rentista. Ciertamente, el socialismo apenas ha comenzado a implantar su propio dinamismo interno entre nosotros. Este es un programa precisamente para afianzarlo y profundizarlo; direccionarlo hacia una radical supresión de la lógica del capital que debe irse cumpliendo paso a paso, pero sin aminorar el ritmo de avance hacia el socialismo.*
>
> *Para avanzar hacia el socialismo, necesitamos de un Poder Popular capaz de desarticular las tramas de opresión, explotación y dominación que subsisten en la sociedad venezolana, capaz de configurar una nueva socialidad desde la vida cotidiana donde la fraternidad y la solidaridad corran parejas con la emergencia permanente de nuevos modos de planificar y producir la vida material de nuestro pueblo. Esto pasa por pulverizar completamente la forma Estado burguesa que heredamos, la que aún se reproduce a través de sus viejas y nefastas prácticas, y darle continuidad a la invención de nuevas formas de gestión política.*

Una parte importante del pueblo, en su vida práctica, cotidiana, en los barrios, en las regiones, en sus lugares de vivienda y de trabajo, sufre la acción desestabilizadora de la burguesía que ocasiona problemas de desabastecimiento parcial y encarecimiento de los precios de los productos de primera necesidad, resultantes del acaparamiento y la especulación y además encuentra en no pocos momentos y circunstancias, que el discurso socialista del gobierno no se refleja en la práctica en las decisiones de varios gobernadores, alcaldes y presidentes o gerentes de las empresas estatales o municipales. Y que, a pesar de las orientaciones presidenciales, los proble-

mas que los aquejan no son atendidos adecuadamente por ellos, supuestamente obligados a hacerlo como servidores públicos, en cumplimiento de sus funciones y deberes políticos y sociales.

Teniendo en cuenta la realidad imperante en Venezuela en su contexto internacional, el Presidente Chávez planteó al pueblo de Venezuela su Programa de la Patria para el período 2013-2019, que es un programa de transición al socialismo, con 5 grandes objetivos históricos y nacionales, los cuales han sido íntegramente acogidos por el Presidente Nicolás Maduro. Estos son los siguientes:

1. Defender, expandir y consolidar el bien más preciado que hemos reconquistado después de 200 años: LA INDEPENDENCIA NACIONAL.
2. Continuar construyendo el Socialismo Bolivariano del Siglo XXI en Venezuela, como alternativa al modelo salvaje del capitalismo y con ello asegurar la MAYOR SUMA DE SEGURIDAD SOCIAL, ESTABILIDAD POLÍTICA Y FELICIDAD PARA NUESTRO PUEBLO.
3. Convertir a Venezuela en un país potencia en lo social, lo económico y lo político, dentro de la gran potencia naciente de América Latina y El Caribe, que garanticen la conformación de una zona de paz en nuestra América.
4. Contribuir al desarrollo de una NUEVA GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL, en la cual tome cuerpo un mundo multicéntrico y pluripolar que permita lograr el equilibrio del universo y garantizar la paz planetaria.
5. Contribuir con la preservación de la vida en el planeta y la salvación de la especie humana.

Pero la ejecución de este programa revolucionario encuentra grandes obstáculos en la capacidad metabólica del sistema del capital para reproducirse, además de las conspiraciones abiertas y encubiertas del imperialismo y la oligarquía para desconocer la legitimidad del gobierno del Presidente Maduro, derrocarlo y destruir la revolución bolivariana y su perspectiva socialista.

Principales obstáculos para avanzar en la construcción del Poder Popular y el Socialismo

Entre los principales obstáculos para la construcción del Poder Popular y el socialismo, con sus Consejos Comunales y Comunas; y con sus Consejos de Trabajadores y Trabajadoras, que apliquen el Control Obrero como parte integrante de la Gestión Socialista en Venezuela, están los siguientes:

1. La desarticulación de las instituciones públicas y la falta de eficiencia y eficacia en su gestión; la mentalidad pequeño burguesa, la ineficiencia, la falta de planificación y el pragmatismo inconsistente de la mayor parte de la burocracia con capacidad de decisión, del Estado y las empresas (una parte de ella incrustada en los niveles de dirección del PSUV), con su interacción contradictoria y a veces complementaria con los sindicatos economicistas y con algunos de ellos que además tienen prácticas corruptas y mafiosas; todo lo cual el Presidente Maduro ha empezado a combatir de manera persistente. Ambos, por sus intereses e ideología burguesa (en algunos casos pequeño-burguesa, pero burguesa al fin), con su expresión reformista liberal, reproducen constantemente el modelo capitalista rentista petrolero y el clientelismo político que de él se deriva. A la par que los elementos esenciales del sistema de explotación capitalista: La división social entre trabajo intelectual y material y la estructura jerarquizada del trabajo, la alienación social, y la propiedad privada sobre los medios fundamentales de producción.
2. La fragmentación de la conciencia social, la alienación, el egoísmo individualista, la mentalidad consumista, la falta de valores humanistas y de una conciencia realmente socialista en la mayor parte de los trabajadores y las comunidades; y por tanto de una ideología revolucionaria, - aunque muchos de ellos sean honestos, de buena voluntad y aparentemente estén comprometidos con el proceso de transformaciones revolucionarias-, les induce a tener comportamientos oportunistas y a generarse privilegios personales y de grupo, cuando asumen cargos de dirección o de poder sobre recursos públicos o comunitarios, porque no pueden diferenciar con claridad qué es capitalismo y qué es socialismo; qué políticas públicas, qué tipo de gestión, qué decisiones y qué

comportamientos o acciones, en las empresas y en el Estado, reproducen el sistema de explotación capitalista con sus variables reformista, socialdemócrata, o de capitalismo asistencialista, o "con rostro humano", o cuáles contribuyen en verdad a construir el socialismo.

3. La división social entre trabajo material e intelectual y la estructura jerárquica del trabajo, que se reproducen amparadas por las leyes del trabajo y el estatuto orgánico de la administración pública (que constriñen la aplicación del conjunto de leyes del Poder popular aprobadas entre los años 2010 y 2011), mediante las cuales, unos pocos, en general las élites burocráticas y los propietarios o gerentes de las empresas privadas, piensan, planifican y ordenan, mientras los demás, los trabajadores operativos, científico-técnicos o administrativos, en todas las escalas, cumplen operativamente las órdenes de los primeros, con lo cual se reproduce la alienación social y las bases fundamentales del sistema del capital (con sus diferentes modos de producción y formaciones económico-sociales basadas en el antagonismo de clases, de acuerdo con Istvan Mészáros) y no solo del capitalismo. Esto se ve reforzado por el alto nivel de participación de militares en el Estado, quienes han hecho importantes aportes al proceso de la revolución bolivariana, empezando por el propio Presidente Chávez y los que participaron en la insurrección patriótica político-militar del 4 de febrero de 1992; pero que, como toda organización castrense: con su mentalidad y cultura de ordeno y mando, donde las ordenes no se discuten sino que se cumplen, y de obediencia debida de los rangos inferiores a los superiores, reproducen la estructura jerárquica vertical del trabajo, que paradójicamente se contrapone a la democracia protagónica y participativa, esencia de la Constitución de la República, elemento esencial para la transición al socialismo. Es necesario tener en cuenta que, el Presidente Chávez, consciente de la necesidad de avanzar en este sentido, desde principios del año 2007, incluyó en el Proyecto Nacional Simón Bolívar 2007-2013, la directriz IV, que dice: <<*Con el fin de lograr trabajo con significado, se buscará la eliminación de la división social, de la estructura jerárquica y de la disyuntiva entre la satisfacción de las necesidades humanas y la producción de riqueza subordinada a la reproducción del capital*>>. Esta idea esencial para tran-

sitar al socialismo, por alguna extraña razón no aparece en el programa de la Patria 2013-2019. Es fundamental incorporarla en la Ley del Plan de Desarrollo Económico y Social 2013-2019, cuando éste sea aprobado por la Asamblea Nacional. De la misma manera: en abierta contradicción con la directriz IV, vigente hasta el año 2012; en la Ley Orgánica del Trabajo recientemente aprobada, aunque se establecen nuevos y amplios derechos para la clase trabajadora, se establece de manera institucional la división entre trabajo directivo, operativo y de inspección. Esto deberá ser resuelto con la aprobación del proyecto de Ley de Consejos de Trabajadores, presentado desde el año 2007 por el Partido Comunista de Venezuela con el apoyo del Movimiento de Trabajadores por el Control Obrero y los Consejos Socialistas de Trabajadores y Trabajadoras, cuyo debate, no por casualidad ha sido aplazado durante cinco años.

Todo lo anterior, limita o impide el ejercicio consciente de la democracia participativa y protagónica; hace posible marginar a los trabajadores y a las comunidades organizadas del poder real (económico, social, político y cultural); dificulta que los trabajadores tengan una actitud honesta, consecuente y favorable frente al trabajo, que permita aumentar la producción y elevar la productividad en las empresas; facilita su manipulación, así como la de las comunidades y hace posible el control de los presupuestos por todo tipo de oportunistas, capitalistas, burócratas y tecnócratas del Estado, o de contrarrevolucionarios saboteadores, algunos de ellos infiltrados en el PSUV y en los sindicatos, sobretodo en sus niveles directivos; en todo tipo de instituciones y organizaciones sociales. Y en los mismos Consejos Comunales y Comunas, y Consejos de Trabajadores y Trabajadoras, que ahora pretendemos desarrollar con conciencia socialista, como expresión auténtica del Poder Popular en los territorios y en las empresas.

Como apoyo a la construcción del Poder Popular y el Socialismo, en abril de este año, el Consejo Federal de Gobierno (CFG) con su Fondo de Compensación Interterritorial, aprobó los Lineamientos –que son de obligatorio cumplimiento- para elaborar los planes de desarrollo de los 23 estados del país para el período 2013-2016, proceso que se encuentra en plena marcha. En ellos se establecen: El Concepto de Desarrollo del

Socialismo Bolivariano hacia el cual queremos avanzar, claramente diferenciado del desarrollo capitalista, que incluye seis dimensiones de la dinámica social a tener integralmente en cuenta para la planificación: política, cultural, económico-productiva, social, ambiental y territorial; establece la obligatoriedad de que, las Organizaciones de Base del Poder Popular y de los Movimientos Sociales, participen activamente en todo el proceso de elaboración, ejecución y control de los planes, y de que los planes de desarrollo por ejes territoriales, denominados Planes de Inversión Comunal Participativa (PICP) elaborados por ellos para el año 2013, sean tenidos en cuenta e incorporados en los planes estadales; incluye una metodología de Planificación Estratégica Situacional Participativa y de Planificación-Formación- Acción, que establece como centro el cumplimiento del Programa de la Patria 2013-2019 con sus cinco grandes objetivos históricos y nacionales en los territorios de los estados, con sus poblaciones, culturas y características específicas, para establecer las metas, y a partir de ellas, los problemas a resolver por medio de proyectos, acciones y demandas, que serán financiados con los recursos públicos. Se indica también el inicio del proceso de transferencia de competencias, gestión de servicios y otras atribuciones del Estado: nacional, estadales y locales al Poder Popular, que está aún en fase de construcción, aunque ya existen en Venezuela más de 45.000 Consejos Comunales.

El Consejo Federal de Gobierno, es la institución inspirada por Chávez y creada por él, con las atribuciones y recursos necesarios para impulsar la transición del capitalismo al socialismo; superar de manera progresiva las desigualdades y desequilibrios territoriales acumulados a lo largo de 500 años de colonialismo, neocolonialismo y capitalismo; y promover y supervisar la transferencia de competencias de los poderes públicos al Poder Popular. En el CFG participan representantes del Gobierno Central, de los Gobernadores, Alcaldes y voceros del Poder Popular democráticamente elegidos. El CFG, tiene la función de establecer los lineamientos que permitan articular y armonizar los planes de desarrollo nacional, estadales, regionales, sectoriales y del Poder Popular, y trabaja en la actualidad en la elaboración de propuesta del Sistema Nacional de Planificación Participativa Territorial (SNPPT). Este sistema tiene que apuntar necesariamente a crear los mecanismos que hagan posible la distribución de la

renta petrolera y en general, la elaboración del Presupuesto Nacional, su ejecución y control, con plena participación de los sujetos sociales del trabajo y el pueblo organizado en Consejos Comunales y Comunas, así como en Consejos de Trabajadores, para que dejen de ser medios que impulsen la reproducción del Estado burgués y la reproducción ampliada del sistema capitalista; y en cambio se conviertan en medios e instrumentos claves de la transición del capitalismo al socialismo.

El poder de la burocracia del Estado y su lógica de acción

El poder de la mayor parte de las elites burocráticas, es decir, con poder de decisión y acceso a los presupuestos, en las empresas públicas y en el Estado, es transitorio en cada funcionario individual. Tienen con frecuencia un discurso aprendido de memoria, con el cual aparentan ser socialistas para mantener el cargo y engañar al pueblo.

Por supuesto, que también hay funcionarios honestos dentro del Estado y algunos son también auténticos revolucionarios, pero son una minoría en los cargos de decisión. Este poder se articula de múltiples maneras, con el poder del capital privado nacional y transnacional en los sectores: financiero, agroindustrial y comercial importador, y con el de los terratenientes criollos, -a los cuales sirve y a los que en algunos casos logran integrarse los burócratas de acuerdo al capital acumulado en desarrollo de sus funciones-, que en conjunto, hacen parte del núcleo económico de la oposición política contra-revolucionaria. Desde el mismo Estado, sabotearon sistemáticamente la ejecución del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social Simón Bolívar (PNSB) 2007-2013, con sus 7 líneas estratégicas, y por supuesto, sabotean el Programa de la Patria 2013-2019. En esencia, impiden que el país avance en la transformación de su modelo económico capitalista, subdesarrollado, rentista petrolero y dependiente, hacia uno soberano, productivo, diversificado y socialista.

El carácter transitorio del poder burocrático y la condición de sus personificaciones de estar desvinculados personalmente de la propiedad de las empresas públicas o comunitarias, hace que -sin consciencia socialista-, objetivamente, el interés personal de los burócratas no esté centrado en desarrollar la producción e incrementar la productividad para satisfacer

necesidades de la población y fortalecer la soberanía nacional. Porque esto requiere de gran voluntad política, valores humanistas y compromiso personal, conocimientos científicos, técnicos y en gestión, que en general no tienen ni pueden adquirir por su autosuficiencia y falta de interés y disciplina para estudiar; también porque desarrollar las fuerzas productivas y producir con eficiencia exige esfuerzos sostenidos y mucha planificación. Y por último, porque sus ingresos no están vinculados a la productividad de las empresas que dirigen, ni dependen de los resultados alcanzados. Sus sueldos mensuales, -cuando los burócratas son corruptos-, sólo representan una pequeña parte de sus ingresos.

Desafortunadamente, para mal de la nación, su interés está centrado en capturar por medios fraudulentos (corrupción administrativa), en el menor tiempo posible, a través de la ejecución de los presupuestos asignados por la nación y los contratos que de ellos se derivan, la mayor parte posible de la renta petrolera para su beneficio personal y de grupo. Como los cargos con acceso al control de presupuestos son de libre nombramiento y remoción, y el burócrata no sabe cuánto tiempo estará allí, trata de saquear el erario público con la mayor velocidad posible. La impunidad, hasta ahora muy generalizada en Venezuela, lo estimula a robar sin temor a ser castigado. Esta se facilita con prácticas nepotistas, o sea, con el nombramiento de familiares en cargos de importancia administrativa. Si lo botan de una empresa o ministerio, probablemente se irá para otra u otro, a hacer lo mismo, porque no existe una base de datos poderosa donde se verifiquen los comportamientos laborales previos, ni una Comisión Nacional de Desarrollo y Control de Cuadros del Estado.

Este tipo de burócratas saqueadores del Estado, ejercen el control sobre toda la producción de las empresas en que actúan; definen sin participación de los trabajadores, sus precios de venta y a quien venderle la producción. De esta manera, pueden obtener ingresos extraordinarios al desviar parte de los productos a intermediarios especuladores y recibir por ello una parte del sobreprecio.

Por lo común y para desgracia de los trabajadores, estos burócratas, de los cuales dependen temporalmente –mientras el control obrero no se haga realidad-, no destinan parte de los ingresos obtenidos para mantenimiento preventivo, reparaciones o reposición de equipos, con lo cual

aumentan los riesgos de accidentes laborales. Tampoco hacen inversiones para ampliar la capacidad productiva de las empresas, y si lo hacen, compran los equipos y maquinarias con sobre-precios, para asegurar una buena comisión por parte de las empresas fabricantes o proveedoras; porque con frecuencia las compras se hacen a empresas comercializadoras y no fabricantes, con lo cual los costos son aún mayores. Y la tendencia predominante es a importar productos, maquinarias y equipos, a pesar de que en algunos casos sean producidos en Venezuela actuando en contra del desarrollo productivo del país, porque con ello, la burocracia de niveles directivos puede acceder a divisas compradas a tasas de cambio preferenciales, equivalentes en 2013 a una sexta parte del precio del dólar en el mercado paralelo, lo cual crea enormes oportunidades de enriquecimiento personal.

Los trabajadores sufren de angustia permanente porque las líneas de producción se van desgastando por el uso y en cualquier momento pueden quedar paralizadas. Los trabajadores temen perder su fuente de trabajo y quedar desempleados. Además las empresas disminuyen paulatinamente su capacidad productiva y el pueblo deja de recibir cierta cantidad de productos a precios justos y regulados por el Estado. Si las empresas del Estado se paralizan, la escasez, el desabastecimiento y la especulación afectarán principalmente a la población más pobre del país y el Gobierno Bolivariano será responsabilizado por ello. Se puede apreciar claramente el efecto contrarrevolucionario de su nefasta gestión.

Para tratar de perpetuar su poder alienante y explotador, las elites burocráticas reprimen y aniquilan de manera sistemática todo esfuerzo por desarrollar el auténtico Poder Popular, en especial la Gestión Socialista con Control Obrero, los Consejos de Trabajadores y Trabajadoras, y la Contraloría Social, que podrían hacerlo realidad.

Afianzar la soberanía nacional y avanzar en la construcción del socialismo en Venezuela

Avanzar en la construcción del socialismo implica, de manera simultánea: fortalecer y afianzar la soberanía nacional, desarrollar la producción y elevar la productividad en todos los sectores de la economía, desarrollar valores humanistas y consciencia socialista en la población y

en los trabajadores, fortalecer y generalizar el Poder Popular, los Consejos Comunales y las Comunas, como formas de autogobierno del pueblo en sus territorios; el control obrero y la gestión socialista del Estado, la economía y las empresas.

Sólo será posible afianzar la soberanía nacional y avanzar en la construcción del socialismo en Venezuela:

1. Transformando de manera progresiva la economía rentista petrolera en una economía soberana, productiva, eficiente y diversificada.
2. Si a la vez que luchan por el Poder Popular y la gestión socialista con control obrero, los trabajadores y las comunidades realizan procesos planificados permanentes de formación y desarrollo de la conciencia socialista (colectiva e individual), que les permita modificar sus psiquis, mentalidad y comportamiento, incorporando en su ser social valores de igualdad, equidad, solidaridad y justicia social; honestidad, responsabilidad social, conocimientos y habilidades técnicas, científicas y productivas suficientes para realizar una gestión de las empresas y del Estado, que permita a la sociedad aprovechar los recursos de todo tipo, de manera honesta, eficiente y eficaz, para aumentar la producción y la productividad, generar y desarrollar relaciones socialistas con su cultura correspondiente, para así satisfacer sus necesidades prioritarias, tanto materiales como culturales y morales.
3. Si, organizados en Consejos de Trabajadoras y Trabajadores, en Consejos Comunales y articulados entre ellos y con otras formas organizativas del Poder Popular, logran, con su acción revolucionaria, desplazar a esa parte de la burocracia ineficiente y corrupta de los cargos de poder, para ejercerlo de manera directa y conjunta, con voceros auténticamente revolucionarios del gobierno, quienes también deben formarse para serlo.

Rentismo petrolero y lucha por la plusvalía. Burocratismo contra Poder Popular y gestión socialista con control obrero

El objetivo de todo explotador en cualquier parte del mundo es apropiarse de los excedentes generados por los trabajadores. En el capita-

lismo, el objetivo de los capitalistas es apropiarse de la plusvalía que no es otra cosa que el trabajo social representado por el mayor valor de los bienes, servicios o conocimientos generados por los trabajadores, pero que no les es retribuido en forma de salarios u otros beneficios sociales, sino que es apropiado de manera privada por los capitalistas.

La renta petrolera, o minera, muy generalizadas en América Latina por el modelo extractivista exportador en boga, es en esencia, una parte de la plusvalía generada por los trabajadores de todo el planeta. Como Venezuela es un país de baja producción industrial y agrícola, importador de la mayor parte de los bienes que consume, los trabajadores en Venezuela generan sólo una pequeña parte de la plusvalía con los trabajos de exploración, extracción, transporte y refinación del petróleo, lo que se refleja en los costos de producción. Pero la mayor parte de la plusvalía llega a Venezuela en forma de renta por la venta del petróleo en el mercado internacional. Su magnitud, es igual al diferencial entre los costos de producción y los precios de venta. Luego se distribuye a través de los presupuestos del Estado, con sus expresiones en Ministerios, Gobernaciones y Alcaldías. La distribución de la renta abarca además todos los poderes públicos: ejecutivo incluyendo Fuerzas Armadas y de Policía, legislativo, judicial y "poder moral", que ejerce con poca eficacia la Contraloría General de la República. La impunidad sirve de estimulo a la corrupción administrativa.

Cuando los precios del petróleo en el mercado mundial aumentan, aumenta la cantidad de plusvalía que fluye a Venezuela y crece también la lucha de grupos y clases sociales por su uso o apropiación. Los precios de este recurso energético, -ya de por sí muy elevados por el control monopólico de los mercados y por el agotamiento progresivo de las reservas mundiales de esta materia prima energética, hoy esencial para la industria y el transporte en todo el mundo, crecen constantemente. Los precios crecen aún más con las guerras e invasiones imperialistas desatadas para apoderarse del petróleo, como en los casos de Irak y Libia. Se exacerba entonces cada día más la lucha en el Estado por su uso y apropiación. Se desata la ambición y la voracidad de aquellos que tienen poder de decisión sobre los presupuestos y los contratos.

Por sus grandes magnitudes, una parte sustancial de esta renta, apropiada por lo general por medio de la corrupción administrativa, no

puede ser consumida -ni siquiera gastando y despilfarrando en los mayores lujos-, y tiene que ser convertida necesariamente en capital: una parte se convierte en capital productivo invertido en industrias o en agricultura en Venezuela; pero la mayor parte de este capital es convertido en capital rentista y especulativo. Esto lo consiguen los saqueadores del erario público, al invertir en tierras, bonos y certificados de depósito a intereses en los bancos tanto nacionales como extranjeros. Pero como se trata de dineros obtenidos por medio de la corrupción prefieren colocarlo en dólares en el exterior.

Es entonces necesario para ellos convertir los bolívares en dólares, algo que hacen comprando dólares en el mercado paralelo con lo cual encarecen su precio a niveles exorbitantes; o accediendo a una parte de los dólares que asigna el Estado a la tasa de cambio oficial para las importaciones. Esto se hace frecuentemente con sobre-facturaciones o importaciones ficticias por montos o volúmenes mayores a los que realmente ingresan a Venezuela, o comprando bonos en dólares emitidos por el Estado, en particular, por el Banco Central y PDVSA, los que reciben intereses en dólares y pueden ser negociados en el mercado financiero internacional. Para combatir estas prácticas, es cuando menos necesario verificar y hacer públicos, los nombres de quienes han comprado o compran estos instrumentos financieros y verificar la procedencia legal y legítima de los recursos con que lo hacen.

El gobierno del Presidente Chávez destinó enormes recursos para la ejecución del Plan Nacional Simón Bolívar 2007-2013, para beneficio del pueblo de Venezuela, pero por las razones anteriores, esta se hizo de manera lenta, a altos costos, con muchas deformaciones y contradicciones. Un ejemplo de ello, es el aumento de las importaciones de alimentos, cuyo valor en dólares creció más que el doble entre los años 1999 y 2009, mientras su tonelaje solo creció en cerca del 5%. De manera esquizofrénica, aún con costos excesivamente altos, esto se hizo para beneficio del consumo popular en el corto plazo, porque estos alimentos se distribuyen con precios subsidiados por el Estado a través de las Misiones de Alimentación MERCAL y PDVAL; pero, a su vez, estas importaciones en tan grandes magnitudes, han servido para enriquecer a unos cuantos importadores y en el mediano y largo plazo, van en detrimento de la producción agrícola nacional y por tanto, de la soberanía y seguridad alimentaria del país.

Esperemos que esto sea superado, a partir del año 2013, mediante la ejecución coherente del Programa de la Patria 2013-2019 con sus 5 grandes objetivos históricos y nacionales, lo cual sólo será posible con el desarrollo de la conciencia socialista de la población y los trabajadores organizados y su lucha revolucionaria; y con la solidaridad internacionalista de los trabajadores y movimientos sociales revolucionarios, y de los gobiernos progresistas y antiimperialistas de América Latina y el mundo. Porque sólo unidos y compartiendo sistemáticamente conocimientos y experiencias, podremos superar la oscura y larga noche del sistema del capital, para construir la nueva sociedad socialista, libre de explotación, que haga posible el desenvolvimiento pleno de las potencialidades humanas y la mayor suma de felicidad posible para nuestros pueblos.

Sobre os autores

Francisco José Soares é doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2004). Foi professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, professor permanente da Universidade Federal do Ceará e professor titular da Universidade de Fortaleza. Atualmente é professor titular da Universidade Regional do Cariri. Sua atuação pauta-se, principalmente, nos seguintes temas: salário, conflito capital trabalho, crise econômica, condições de vida e política econômica.

Jair Pinheiro é doutor em Ciências Sociais: Política, pela PUC-SP, professor assistente doutor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/UNESP/Marília. Autor de diversos artigos sobre movimentos populares urbanos e sobre direito e marxismo, é pesquisador dos grupos de pesquisa NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais e do CPMT – Cultura e Política do Mundo do Trabalho.

Jason Tadeu Borba é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atualmente é professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Lider do GECOPOL - Grupo de Pesquisa Economia Política do Depto de Economia FEA-PUCSP. Coordenador da Linha de Pesquisa Cenários Geoeconômicos.

Luciano Cavini Martorano Professor de Ciência Política, UNIFAL-MG. Doutor em Ciência Política pelo Iuperj-RJ, possui graduação em Ciências Sociais (1991) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Realizou estágio na Universidade J.W.Goethe/Frankfurt am Main, sob orientação do Prof. Dr. Joachim Hirsch, entre 2004/05.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP; pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais); co-fundador da revista *Lutas Sociais*; autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

Luiz Eduardo Motta é doutor em Sociologia pelo IUPERJ e professor adjunto de Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). Autor de diversos artigos e do livro *A Favor de Althusser*: revolução e ruptura na teoria marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2014. É co-coordenador do Grupo de Trabalho Marxismo e Ciências Sociais da ANPOCS e membro/pesquisador do Instituto Caio Prado Jr (ICP).

Marcos Del Roio, doutor em Ciência Política pela USP, é professor titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/UNESP/Marília, pesquisador do CNPq, líder do grupo Cultura e Política do Mundo do Trabalho.

Milton Pinheiro graduado em Ciências Sociais pela UFBA (1995), mestrado em Educação e Pesquisa - Université du Québec à Chicoutimi (2004) e doutorado em Ciência Política pela PUC/SP (2014). Pesquisa e estuda a esquerda revolucionária (com ênfase no PCB), movimento comunista, sociedade de transição e conselhos operários. É professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e tem experiência nos fundamentos da história política, ciência política e teoria sociológica.

Rafael Enciso: Economista Investigador. Asesor de la Gerencia de Política y Planificación Estratégica del Consejo Federal de Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela. Autor del Libro *El modo de producción soviético y el socialismo del siglo XXI en Venezuela* (versión digital). Investiga desde 1985 sobre temas relacionados con la transición del capitalismo al socialismo: economía política de la transición, planificación participativa, modelos de gestión, empresas de propiedad social de producción y servicios múltiples, etc.

Sobre o livro

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo)
	Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catalogação	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Sonia Faustino do Nascimento
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

2014

Impressão e acabamento

Gráfica Shinohara
Marília - SP

Marx: crise e transição
Contribuições para o debate hoje

As reflexões que compõem o presente volume se debruçam sobre a análise das experiências socialistas do século XX, seus avanços, elementos de crise e dissolução, bem como, suas principais características. A partir de instigantes análises, velhas e novas dúvidas são suscitadas, hipóteses aventadas, possibilitando o debate acadêmico – que em nada se assemelha ao academicismo – tão necessário ao tempo presente. Tempo presente que traz consigo as novas experiências da América Latina, seus dilemas, suas conquistas, e a discussão dos processos históricos que o originaram. Tais discussões foram tratadas pelos autores com o devido rigor crítico, que não fazem concessões à leitura dogmática do marxismo, mas que, igualmente, não se deixam iludir pelo "canto da sereia" do revisionismo, ou ainda, do "fim da história".

ISBN 978-85-7983-597-1